**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

FLÁVIA MARIA RÉ

**A DISTÂNCIA ENTRE AS AMÉRICAS:
uma leitura do Pan-americanismo nas primeiras décadas republicanas no
Brasil (1889-1912)**

**São Paulo
2010**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**A DISTÂNCIA ENTRE AS AMÉRICAS:
uma leitura do Pan-americanismo nas primeiras décadas republicanas no
Brasil (1889-1912)**

Flávia Maria Ré

**Versão corrigida da Dissertação
apresentada ao Programa de Pós-
graduação em Ciência Política do
Departamento de Ciência Política da
Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de
São Paulo, para a obtenção do título de
Mestre em Ciência Política.**

Orientadora: Profa. Dra. Rossana Rocha Reis

**São Paulo
2010**

RÉ, Flávia Maria. *A distância entre as Américas: uma leitura do Pan-americanismo nas primeiras décadas republicanas no Brasil (1889-1912)*. 237p. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010.

RESUMO

Este trabalho procura analisar o processo de americanização republicana no Brasil, entre 1889 e 1912. Pretende-se assim, discutir as interpretações dos intelectuais brasileiros construídas em torno do tema do Pan-americanismo, assim como quais foram alguns dos argumentos que contribuíram para o estabelecimento de proximidades e de distanciamentos entre o Brasil e os Estados Unidos e entre o Brasil e os demais países latino-americanos nas primeiras décadas republicanas. Este procedimento possibilitou ainda, compreender as interpretações em torno dos temas raça e civilização, sendo analisadas através do debate intelectual do período no Brasil.

Palavras-chave: Primeira República, Pensamento Político-Brasileiro, Pan-Americanismo, Raça, Civilização.

RÉ, Flávia Maria. *The distance between the Americas*: a reading of Pan-Americanism in the early decades of the Republic in Brazil (1889-1912). 237p. Master Thesis. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010.

ABSTRACT

This work is an attempt at analyzing the process of political alignment with America that took place in the first years of the Brazilian Republic – between 1889 and 1912. Hence, it aims at investigating the interpretations built around the theme of Pan- Americanism by the Brazilian intellectuals of the time, providing a better understanding of the arguments that contributed to the justification of proximities and distances between Brazil and the United States, as well as among Brazil and the other Latin American countries in the first decades of the Republic. This procedure has also enabled a better insight into the then current interpretations encompassing the themes of race and civilization taking place in the intellectual debate of the period in Brazil.

Keywords: First Republic, Brazilian political thought, Pan-americanism, Race, Civilization.

Agradecimentos

Ao Prof. Dr. Gildo Marçal Brandão (*in memoriam*) que me deu a oportunidade do primeiro contato com a pesquisa acadêmica em uma iniciação científica. Pela orientação nesta pesquisa de mestrado, concedendo-me autonomia e liberdade de reflexão. Pelo exemplo de dedicação, entusiasmo, rigor, carisma e, principalmente, generosidade intelectual e acadêmica. Ao Prof. Gildo, a gratidão e a saudade.

À Profa. Dra. Rossana Rocha Reis, por me aceitar prontamente como sua orientanda num momento muito triste e difícil para todos. Pela paciência com o meu trabalho e pela confiança depositada nele, sem abrir mão do rigor e da seriedade.

Ao Prof. Dr. Bernardo Ricupero, pela primeira leitura do projeto de mestrado.

À Profa. Dra. Maria Fernanda Lombardi Fernandes e ao Prof. Dr. Marco Aurélio Nogueira, pela contribuição ao meu trabalho no exame de qualificação.

A todos os integrantes do Projeto Temático “Linhagens do Pensamento Político-Social Brasileiro”, importante espaço de formação e pesquisa nesses anos.

Aos funcionários do Departamento de Ciência Política da USP, pela paciência e prontidão com que sempre me atenderam.

À CAPES pelo apoio financeiro, fundamental para que eu pudesse cumprir os créditos do curso e dedicar-me exclusivamente à pesquisa.

À COSEAS, pela bolsa-moradia no CRUSP, sem a qual dificilmente teria conseguido realizar a graduação e o mestrado.

Às amigas e amigos, cuja amizade nasceu do convívio no CRUSP: Ana Maria, Caroline, Tatiana, Daniel e Renato. O meu reconhecimento e gratidão pelo carinho, pelo ombro amigo e, é claro, pelos felizes momentos que passamos juntos.

Ao Pedro – “Nhonho” – pelos bons momentos da graduação e pelos inúmeros “cafês” onde jogamos conversa fora. Ao Rodrigo, pela amizade nascida durante o mestrado.

À minha mãe Izabel, por compreender a minha ausência e pelo enorme carinho e preocupação que dispensou comigo nesses anos. Ao meu pai Orlando, pela demonstração de persistência e de coragem diante das dificuldades e percalços do caminho. Ter a certeza de sempre poder contar com o apoio e o exemplo dos meus pais, impulsionou-me a seguir em frente.

Ao meu irmão Henrique, pelo exemplo de dedicação e amor aos estudos, pelo apoio inenarrável nesses anos e pela amizade que não conhece distância.

Ao meu irmão Wagner, pela alegria junto à família, pela amizade bem humorada, e por tornar possível desfrutar de ótimos momentos junto às “meninas”.

À Zósia e à Mel, pelo carinho e amizade.

Ao Ricardo, que compartilhou comigo os alegres e tristes momentos dessa caminhada. Pelo carinho, compreensão e motivação nesse tempo de convívio, o que me animou e tem animado a lutar pela realização de tudo aquilo que temos sonhado juntos.

*À memória do Prof. Gildo Marçal Brandão, pela forma entusiasmada com que sempre me ouvia;
Aos meus pais, Orlando e Izabel, pelas coisas da vida;
Aos meus irmãos, Henrique e Wagner, pela amizade, mesmo distantes;
e
Ao Ricardo, por estar ao meu lado, sempre.*

SUMÁRIO

Introdução	10
 Capítulo I	
Origens e desenvolvimento do Pan-americanismo	18
1. O Pan-americanismo e a idéia de solidariedade latino-americana	
1.1 O bolivarianismo e as origens da idéia de solidariedade latino-americana	19
1.2 A Doutrina Monroe	23
1.3 O Pan-americanismo norte-americano	27
1.4 O Latino-americanismo	39
2. O início do Pan-americanismo no Brasil	
2.1 Retrospectiva histórica das relações entre o Brasil e os Estados Unidos	49
2.2 A “americanização republicana”	52
2.3 O Acordo Blaine/Mendonça	62
 Capítulo II	
Estados Unidos e América Hispânica: espelhos para uma jovem República	75
1. As primeiras críticas à “ilusão americana”	81
2. Joaquim Nabuco e Oliveira Lima: os Estados Unidos como modelo de ordem civilizacional e institucional da América	90
 Capítulo III	
O Pan-americanismo no Brasil: o debate, seu contexto e seus atores	116
1. O debate em torno do Pan-americanismo no Brasil e seu contexto	117
1.1 As teorias raciais e a questão do “atraso”	126
2. O debate e seus atores	136
3. O discurso dissonante	165
 Capítulo IV	
O Pan-americanismo e a diplomacia da nova República	183
1. O par homérico de nossa diplomacia	193

1.1 O <i>problema negro</i> e a imigração europeia: preocupações do nosso par diplomático	209
Considerações Finais	221
Bibliografia	226

Introdução

A idéia de uma pesquisa acerca do Pan-americanismo surgiu-nos ainda na graduação. Foi lá que travamos conhecimento com as obras de Manoel Bomfim, até então, visto por nós como um precursor “radical”¹ da discussão no Brasil a respeito das relações entre as Américas e os Estados Unidos. A originalidade desse autor ao abordar o tema seduziu-nos e partimos então para a leitura de diversas obras referentes às visões dos brasileiros sobre os Estados Unidos e a América Latina no regime republicano. Ao longo da pesquisa, porém, pudemos perceber que Manoel Bomfim fora apenas um interlocutor no interior de um debate intelectual muito mais amplo, que aliás, já vinha se desenvolvendo antes da Proclamação da República sobre a relação do Brasil com as Américas.

Assim, é necessário ainda ter em conta que desde 1870, e mais expressivamente, as primeiras três décadas republicanas foram o período em que os brasileiros olharam com mais atenção para a América Hispânica e para os Estados Unidos. Por um lado, Brasil e América Hispânica tiveram trajetórias que correram paralelamente: ambos tiveram três séculos de colonização ibérica, e com exceção de Cuba e Porto Rico, suas independências datam do começo do século XIX; ambos tinham uma população composta em grande parte por mestiços. De outro lado, as diferenças eram também marcantes: a emancipação política negociada no Brasil em contraste com as guerras de independência na América espanhola; a solução monárquica no Brasil em oposição a adoção da República pelos países hispânicos; a unidade do Brasil imperial e a divisão da América Hispânica entre vários Estados, entre outras.

Essas diferenças no Brasil foram muito realçadas, caracterizando o país como o lugar da “unidade” e da “ordem”, em contraposição à “anarquia” e à “fragmentação” hispano-americana. A representação desse distanciamento do Brasil em relação aos países hispânicos foi, de certa forma, incorporada pela sociedade e pelos intelectuais brasileiros. Ora, como veremos, com exceção até certo ponto, de Manoel Bomfim, foi constante a preocupação de nossos intelectuais em nos diferenciar da América

¹ A expressão foi usada por Antonio Candido, em vários artigos para se referir, entre outros, a Manoel Bomfim como um pensador radical. CANDIDO, Antonio. “Radicalismos”. In *Estudos avançados*. São Paulo: Vol.4, nº 8, jan./abr. 1990, p. 4.

Hispanica, questionando inclusive o nosso pertencimento à América Latina. É nesse sentido que podemos compreender a expressão de Maria Lígia Prado, expondo a dicotomia envolvida nessa relação, quando diz que “o Brasil é e, ao mesmo tempo, não é América Latina”², referindo-se justamente à tentativa de sempre nos diferenciarmos da América Hispanica, apesar de fazermos parte deste todo complexo e contraditório denominado América Latina.

A atenção dos intelectuais do período não estava voltada porém, apenas à América Hispanica, mas também aos Estados Unidos. O “olhar” direcionado à América Anglo-Saxônica, marcaria nesse sentido, tanto a produção do pensamento político-social da época quanto a trajetória de nossa política externa. O exemplo da república que “deu certo” no continente era um dos mais difundidos na Primeira República, para o qual concorreram tanto os critérios de ordem econômica, institucional e civilizacional daquela nação, incutindo-se progressivamente, no ambiente intelectual da *Belle Époque* como um modelo social e político para a redenção do atraso brasileiro.

Em princípio, nossa atenção estava voltada para a compreensão do processo de “americanização republicana” propugnado no Manifesto Republicano de 1870. Ou seja, desejávamos compreender se, com o advento da República, realmente havíamos alterado nossas relações com as Américas, conforme indicavam os pressupostos alardeados pelo novo regime. A partir dessa resposta, procuraríamos entender qual era a natureza dessa relação. Como se poderá facilmente perceber, através das leituras das páginas que se seguem, a resposta a essa pergunta não mais integra os propósitos desse trabalho. Ao mesmo tempo que abandonávamos essa questão, uma outra ia se configurando. Para compreendermos mais a fundo o movimento de aproximação e distanciamento do Brasil com os países da América, percebemos que precisávamos analisar o debate em torno do Pan-americanismo no Brasil, que, embora tema de política externa, não deixou de influenciar fortemente as questões nacionais mais prementes e marcar presença na produção intelectual do período. Ademais, o início e a

² A expressão de Maria Lígia Prado é inspirada na afirmação do historiador mexicano Edmundo O’Gorman, em seu livro *A Invenção da América*, de que a América é e, ao mesmo tempo, não é a Europa. Cf. O’GORMAN, Edmundo. *A Invenção da América: reflexão a respeito da estrutura histórica do Novo Mundo e do sentido do seu devir*. São Paulo: Ed. UNESP, 1992; PRADO, Maria Lígia Coelho. *América Latina no século XIX: Tramas, Telas e Textos*. 2ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2004, p. 19-20. As diversidades entre o Brasil e a América Hispanica foram ressaltadas por outros historiadores, entre eles, José Murilo de Carvalho em artigo publicado originalmente em Madri, por ocasião dos 500 anos da América. CARVALHO, José Murilo. “Brasil: outra América?”. In *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998, p. 269-274.

consolidação de nossa República ocorreram paralelamente com o advento do Pan-americanismo, cujo conteúdo se firmava na noção de uma unidade essencial das nações que compunham o Novo Mundo, apartando-as da zona de influência européia, mas que simultaneamente buscava produzir uma base de legitimidade para a ascensão da liderança norte-americana no continente.

À medida que estudávamos os autores que analisaram e interpretaram a relação do Brasil com as Américas, foi sendo despertado em nós o interesse por compreender as análises e concepções por eles formuladas no sentido de recusarem ou de proporem uma aproximação do Brasil com os Estados Unidos, em detrimento de uma aproximação com os demais países americanos, no interior da proposta Pan-americanista para o continente. Com esse propósito, nada nos pareceu mais adequado do que acompanhar o desenvolvimento de suas interpretações atentando para os elementos teóricos do período que ali eram incorporados na justificativa de suas análises.

Portanto, se a questão inicial da nossa pesquisa foi preterida, isso se deveu a um recuo, onde, ao invés de acatarmos e analisarmos as relações materialmente estabelecidas pelo Brasil com a América depois da Proclamação da República, preferimos nos deter sobre os argumentos mobilizados pelos autores no que se refere às formulações e respostas apresentadas ao recusarem uma aproximação do Brasil com os países da América Latina. Ao mesmo tempo, restava-nos compreender os motivos pelos quais os autores, mesmo quando se mostravam contrários a uma política de maior aproximação com os norte-americanos, não se posicionavam favoravelmente a uma maior proximidade política com os países latino-americanos. Explicitado esse desvio de rota, convém agora nos dedicarmos à exposição do nosso objetivo e do caminho seguido nesta pesquisa.

Nada nos pareceu mais adequado para a nosso trabalho do que procurar seguir as indicações de Pocock, sintetizadas por Araújo, de que

A delimitação de fronteiras, aliás, não pode ser feita *a priori*, pois só a leitura dos textos concretos, dos problemas e das polêmicas que os autores travaram entre si permitem estabelecer uma hipótese sobre os períodos. E também só essa leitura torna possível uma primeira hipótese sobre a gramática das linguagens políticas empregadas, a qual fornece como que o substrato para as intervenções dos autores³.

³ ARAUJO, Cícero. “Apresentação”. In POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 10.

A partir daí, fomos investigar os indícios de que as interpretações em relação às proposições de aproximação ou distanciamento do Brasil com os países da América eram baseadas fundamentalmente, para alguns intelectuais brasileiros, nas questões sobre os problemas da raça e civilização no contexto da Primeira República. Nisso consiste nosso trabalho: na tentativa de demonstrar que a escolha desses intelectuais por uma maior proximidade com os Estados Unidos, em detrimento de uma aproximação com os demais países americanos, passava também por uma escolha ancorada na questão racial que via na solidariedade e na estreita proximidade com o país do norte do continente a possibilidade de se equiparar com aquela civilização, tendo em vista contribuir para os processos associados de construção do Estado-nação e de modernização do Brasil.

É nesse sentido que, ao propormos uma *leitura* do pan-americanismo estamos considerando que as noções de raça e civilização constituem uma peça importante que deve ser levada em consideração nas análises de nossas relações estabelecidas com os Estados Unidos ou com a América Latina nas primeiras décadas republicanas. Quando sugerimos que as interpretações dos intelectuais a respeito da relação com as Américas e o pan-americanismo se inserem no horizonte mais amplo das questões nacionais do período, não podemos ignorar, no entanto, que é a sociedade em suas relações, estruturas e conflitos constitutivos que suscita os problemas fundamentais de determinado tempo, assim como os meios de sua formalização para os intelectuais⁴. Desse modo, se as obras dos intelectuais aqui analisadas tem dinâmica própria, ainda assim estão intimamente conjugadas à da sociedade mais ampla da qual fazem parte.

Nessa direção, segundo a perspectiva deste trabalho, a análise das interpretações e concepções construídas por Eduardo Prado, Joaquim Nabuco, Manoel de Oliveira Lima, Ruy Barbosa, José Veríssimo, Arthur Orlando, Euclides da Cunha e Manoel Bomfim perfazem o objeto desta pesquisa. Devemos esclarecer, assim, que mesmo os autores menores nos ajudaram a entender o debate em torno do Pan-americanismo no Brasil. Novamente guiados por Pocock, compreendemos que mesmo aqueles autores considerados “menores” também são importantes na medida em que são “falantes” de uma linguagem política e portanto, contribuem para desvendar a gramática de uma

⁴ Cf. SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 10.

determinada idéia, tema ou movimento⁵. Exemplo seria Eduardo Prado, cuja obra pode ser considerada o estopim para o debate das idéias em torno do “americanismo” – mesmo que ele seja considerado um “autor menor” –, sendo debatida durante várias décadas, contribuindo deste modo, para a disseminação de uma linguagem política.

Ora, correndo o risco de adiantarmos um pouco a exposição, podemos dizer que as reflexões dos autores acima possuem pontos em comum, mas também divergências profundas. Ainda, queremos esclarecer que não foi nosso objetivo esgotarmos a análise de suas obras, mas debruçarmos naqueles textos – livros, artigos, cartas – em que foram apresentados e analisados aspectos relacionados especialmente à relação do Brasil entre as Américas no contexto da Primeira República.

A imbricação entre o Pan-americanismo, a aproximação com os Estados Unidos e a política externa brasileira da Primeira República – apresentadas principalmente nas ações de Rio Branco e Joaquim Nabuco – são bastante conhecidas. Daí também, justificam-se nossas balizas cronológicas – 1889-1912. O ano de 1889 marca tanto o início da República quanto o debate e o surgimento das relações do Brasil com os Estados Unidos no interior do Pan-americanismo. Em 1910 Nabuco falece em Washington no cargo de embaixador do Brasil; Rio Branco vem a falecer dois anos depois, selando uma época de novas relações do Brasil com o continente, estreitando relações com os Estados Unidos, e em menor grau, com a América Latina.

Nesse sentido, se formos capazes de demonstrar que a discussão em torno do Pan-americanismo no Brasil e da escolha por uma aproximação com os Estados Unidos tinha um forte viés fincado na questão da raça e da civilização, talvez possamos contribuir para iluminar uma face das relações entre o Brasil e as Américas desenvolvidas sob a política do Pan-americanismo na Primeira República.

Tratando especificamente da disposição dos capítulos e dos assuntos neles versados, procuramos organizar o nosso trabalho do seguinte modo:

⁵ “Fundamental [...] é o esforço de decifrar a gramática mais profunda que se supõe estar nos textos estudados: seus termos básicos, as ocasiões típicas em que são empregados, o modo pelo qual se complementam, e se opõem e assim por diante. Quando se adota essa perspectiva dificilmente o historiador pode se contentar com os grandes autores, os “clássicos”, pois o exame do maior número e variedade deles, supostamente situados num mesmo contexto, por diminuto que seja o fôlego intelectual de suas obras, é decisivo para conhecer as suas obras”. Idem, *ibidem*, p. 11.

O primeiro capítulo é intitulado “Origens e desenvolvimento do Pan-americanismo” e está dividido em duas partes. Na primeira, a intenção é apresentar a idéia do surgimento do Pan-americanismo no contexto político do continente, abordando de início, a concepção de Bolívar sobre a integração regional e de solidariedade entre as repúblicas de origem hispano-americanas. Ainda neste capítulo, vimos o impacto que a Doutrina Monroe alcançou no continente, assim como o papel que os Estados Unidos começaram a chamar para si no interior do sistema americano, marcando o início da ascendência política dos Estados Unidos no continente. Assim sendo, segue-se a discussão a respeito das origens do Pan-americanismo de proposição norte-americana e das questões políticas que envolveram a convocação da Primeira Conferência Pan-americana realizada em Washington no ano de 1889. No entanto, o avanço do predomínio norte-americano no continente não passaria incólume às críticas dos intelectuais hispano-americanos. Procuramos recuperar como essa problemática, que deita raízes em Bolívar, foi encaminhada para a discussão a respeito da diferenciação entre as duas Américas: a Latina e a Saxônica. Seguindo na trilha da discussão do Pan-americanismo, chegamos por conseguinte, ao Brasil. Primeiramente tratamos de chamar a atenção para uma rápida retrospectiva de nossa relação com os Estados Unidos antes da república; a seguir, partimos propriamente para a discussão que mais nos interessa aqui, qual seja, o início do processo de “americanização” de nossas relações externas com o advento do regime republicano. O mais importante nesse sentido, foi tentar esclarecer a relação surgida entre o reconhecimento de nossa República pelos Estados Unidos e os interesses norte-americanos defendidos à época da realização da Primeira Conferência Pan-americana, daí, ter sido fundamental explanar as concepções em torno do Pan-americanismo e do contexto político mais amplo em que surgiu no continente. A “aliança” surgida dessa relação que teve como articuladores, James Blaine, do lado norte-americano, e Salvador de Mendonça, do lado brasileiro, é outro aspecto trabalhado nesse capítulo, no qual procuramos sublinhar o início da discussão sobre o Pan-americanismo no Brasil, bem como destacar alguns aspectos da relação inicial entre esses dois países nos primórdios da república.

Já no segundo capítulo, cujo título é “Estados Unidos e América Hispânica: espelhos para uma jovem República” o objetivo foi trabalhar com a reflexão dos brasileiros sobre os Estados Unidos e a América Latina no contexto conturbado dos primeiros anos da república e ainda muito marcado pela instituição monárquica. Ora, a

escolha dos autores presentes neste capítulo, assim como o enquadramento por nós empreendido no interior do trabalho foi intencional no sentido de deixar claro aquilo a que nos referíamos acima: os brasileiros passaram a olhar com mais atenção os exemplos fornecidos pelo continente depois da Proclamação da República. Porém, a divisão do capítulo em duas partes busca evidenciar também duas visões conflitantes nesse período em relação ao processo de “americanização republicana”. A primeira parte é dedicada às primeiras críticas à política de aproximação com os Estados Unidos, cuja obra de Eduardo Prado, *A ilusão americana*, seria a marca dessa vertente. Contudo, na segunda parte, procuramos mostrar como dois autores, Joaquim Nabuco e Oliveira Lima, ainda fortemente atrelados às concepções monárquicas, iriam buscar o exemplo, tanto institucional quanto civilizacional, na imagem de república fornecida pelos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que recusavam o exemplo e a aproximação com os demais países latino-americanos. Nesse sentido, já nos primeiros anos da república, pudemos ver de forma mais explícita em Oliveira Lima as concepções de base racial e civilizacional guiando fortemente sua interpretação.

A discussão sobre o Pan-americanismo e as relações entre as Américas permaneceriam no debate intelectual ao longo das três primeiras décadas republicanas. Seria ainda mais acalorado, se levarmos em consideração a entrada em cena de importantes atores políticos nesse período, como o Ministro das Relações Exteriores, Barão do Rio Branco e Joaquim Nabuco, como Embaixador em Washington. No entanto, o objetivo do terceiro capítulo – “O Pan-americanismo no Brasil: o debate, seu contexto e seus atores” – não foi trabalhar a ação política propriamente dita, mas reconstruir, ainda que parcialmente, um conjunto de manifestações textuais em que se registra a presença de intencionalidades políticas de alguns intelectuais desse período. Melhor dizendo, buscamos inserir as reflexões de José Veríssimo, Arthur Orlando, Euclides da Cunha e Manoel Bomfim – e suas especificidades – no interior do debate sobre o Pan-americanismo, mas ressaltando que elas faziam parte de uma conjuntura política maior da Primeira República, onde as concepções sobre raça e civilização encontraram solo fértil para se desenvolver, com suas inflexões e condicionamentos históricos e sociais. Assim, esses autores, ao olharem para a América e as relações que poderiam advir daí, lançaram mão de interpretações diferentes a respeito das vantagens e desvantagens, para o Brasil, em aderir ao projeto Pan-americanista encabeçado pelos Estados Unidos; ou, por outro lado, à integração com os demais países da América

Latina. Nesses autores procuramos examinar o modo pelo qual analisaram a relação entre as Américas, tendo como parâmetros as teorias e concepções evolucionistas e social-darwinistas do período.

No quarto e último capítulo, “O Pan-americanismo e a diplomacia da nova República”, procuramos discutir apenas brevemente alguns dos encaminhamentos iniciais dados por Rio Branco na condução de uma política de aproximação com os Estados Unidos. Em seguida contrastamos as análises e interpretações realizadas por Joaquim Nabuco e Oliveira Lima que versaram sobre o monroísmo, o Pan-americanismo e o modelo civilizacional dos Estados Unidos para o Brasil. Isto é, o que procuramos contrastar inicialmente foram as formas de se entender algumas das políticas realizadas no interior do Pan-americanismo por esses dois autores, que além de intelectuais, participavam ativamente da condução da política externa brasileira no exercício de seus cargos na diplomacia. Ainda nesse capítulo, tivemos a oportunidade de analisar a importante questão da imigração européia para Nabuco e Oliveira Lima, que, embora aparentemente desconectada da questão do Pan-americanismo, será fundamental para a argumentação desses autores na aproximação com os Estados Unidos. Neste ponto, aquilo que conduziu nossa investigação nesse capítulo foi a aparente contradição de Oliveira Lima em recusar a política Pan-americanista da forma como estava sendo aplicada no continente. Por fim, novamente a questão da raça e da civilização mostrou que poderia ser a chave explicativa para se entender de que modo o autor, ao mesmo tempo que recusa, até certo ponto, a imposição da política do Pan-americanismo para algumas repúblicas latino-americanas, não vislumbra para o Brasil a integração com todos os países latino-americanos, mas apenas com aqueles que já tinham conquistado um patamar superior na civilização, diferentes daqueles em que ainda predominam um povo mestiço e ainda preso ao atraso do sub-continente.

Capítulo I

Origens e desenvolvimento do Pan-americanismo

“[...] cada povo que cresce no Novo Mundo, nasce e cresce, pois, de certo modo, para proveito dos anglo-americanos”.

Alexis de Tocqueville. *A democracia na América*.

O Pan-americanismo surgiu no século XIX e o seu significado na história do continente sempre esteve atrelado às formas de estabelecer as relações que orientaram as decisões e ações entre os países da América Latina e desta com os Estados Unidos. Partindo desta premissa, o presente capítulo é dedicado à uma análise da origem e do desenvolvimento da idéia do Pan-americanismo no contexto do continente.

Assim, na primeira parte deste capítulo trataremos basicamente de apontar a origem da idéia de solidariedade entre as repúblicas americanas após o processo de independência de suas metrópoles européias. Nesse sentido, buscaremos evidenciar de que forma, a partir da Doutrina Monroe, novos encaminhamentos seriam dados ao sentido das relações entre os Estados Unidos e os demais países americanos. A partir daí, analisaremos as origens e concepções que caracterizaram o Pan-americanismo de ascendência norte-americana, cujo início pode ser buscado na Primeira Conferência Pan-Americana no ano de 1889, em Washington. Ainda nessa primeira parte, tentaremos explicitar que, apesar da crescente influência norte-americana, iriam surgir, nessa época, posições conflitantes no continente. É visando esse aspecto que dedicaremos uma discussão a respeito do latino-americanismo, entendido como um movimento de reação à política e à influência norte-americana no continente, produzindo interpretações que ressaltavam a dualidade das duas Américas – a Latina e a Saxônica.

Uma vez explicitadas as concepções e origens do Pan-americanismo, de forma geral, no continente, na segunda parte do capítulo, partiremos propriamente para a

análise do Pan-americanismo no Brasil. Para tanto, trabalharemos inicialmente com uma pequena retrospectiva histórica das relações entre os Estados Unidos e o Brasil no Império, para avançarmos no entendimento do processo de “americanização republicana”, onde novas concepções das relações entre o Brasil e o demais países americanos serão formuladas. Por fim, voltaremos nossa análise para o acordo Blaine/Mendonça, que, além de marcar o início da República e do Pan-americanismo no Brasil, representa indelevelmente o início do estreitamento das relações entre este país e os Estados Unidos.

1. O Pan-americanismo e a idéia de solidariedade latino-americana

1.1 O bolivarianismo e as origens da idéia de solidariedade latino-americana

Conforme Glinkin, a idéia de solidariedade latino-americana teve sua origem no primeiro quartel do século XIX⁶, com as lutas pela independência dos países hispano-americanos, caracterizada, desde o seu princípio, por uma orientação anticolonial. Simón Bolívar, “o herói libertário das Américas”, é visto como a grande personagem dessa corrente, por seu papel nas lutas revolucionárias pela independência das colônias hispano-americanas.

Suas idéias sobre solidariedade latino-americana se devem, em grande medida, aos seus contatos com Francisco de Miranda, em Londres, provavelmente o primeiro a conceber um ambicioso projeto para a libertação e integração hemisférica das ex-

⁶ Segundo a abordagem desenvolvida por Anatoli Glinkin, é possível observar duas perspectivas nas quais o termo pan-americanismo foi utilizado na história do continente: primeiramente, uma latino-americana (desde as independências hispano-americanas até o final do século XIX), com Simón Bolívar e posteriormente, uma norte-americana (desde o fim do século XIX). Cf. GLINKIN, Anatoli. *El latinoamericanismo contra el panamericanismo*. Desde Simón Bolívar hasta nuestros días. Moscou: Progreso, 1984, p. 46. Outros autores, entretanto, optam por utilizar o termo pan-americanismo apenas em referência às relações interamericanas, encabeçadas pelos Estados Unidos, surgidas no final do século XIX, especialmente depois da I Conferência Pan-Americana de 1889, utilizando assim, o termo bolivarianismo em referência às relações interamericanas iniciadas com Bolívar até o final do século XIX. Neste sentido, segundo Demétrio Magnoli, embora o bolivarianismo tenha sido a fonte pioneira da representação ideológica das Américas, após a ruptura dos laços coloniais, “a representação bolivariana segregava, no interior das Américas, o conjunto hispano-americano, distinguindo-o tanto do Brasil quanto dos Estados Unidos”, enquanto o pan-americanismo, de maior abrangência, se firmava na noção de uma unidade essencial das nações que compunham o Novo Mundo, segregando-o do Velho Mundo e, simultaneamente, “produzia uma base de legitimidade para a aspiração americana de liderança continental”. MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil*. São Paulo: UNESP; Moderna, 1997, p. 193-194.

colônias espanholas, assumindo a idéia de uma América hispânica emancipada e unida através de uma só república – um projeto altamente centralizador, que jamais foi realizado. O evento mais significativo do projeto de Miranda foi a constituição da primeira Junta de Governo independente das colônias hispano-americanas, em 19 de abril de 1910. A Junta Suprema de Caracas, inspirada nas instituições inglesas, propunha a criação de uma Monarquia constitucional e ainda, que os Estados indo-americanos federativos viessem a ser governados por um imperador inca⁷.

Na perspectiva bolivariana, expressa mais claramente na *Carta da Jamaica* de 1815, há uma ênfase maior com a consolidação da independência política das recém repúblicas americanas, fazendo frente às constantes investidas imperialistas da metrópole e outros países europeus: “Desejo mais do que ninguém, ver formar-se na América a maior nação do mundo [...] o que pode nos tornar capazes de expulsar os espanhóis e de fundar um governo livre é a união”⁸. Na sua visão da América hispânica, por ele chamado de América Meridional, para diferenciá-la da América do Norte, Bolívar previa uma confederação de nações, separadas nas questões particulares, mas unidas para a garantia da independência e da integridade territorial contra as potências estrangeiras, promoção de relações pacíficas e estímulo à prática de uma política externa ativa através de tratados mútuos de comércio, união, amizade entre as nações recém emancipadas da Espanha. O projeto também antevia a necessidade do respaldo de uma nação liberal – a Inglaterra – para garantir a proteção dessa iniciativa, enquanto ela ainda não se sustentasse por si mesma. Embora a proposta de Bolívar fosse menos centralizadora que a de Miranda, ambas sofreram resistência para sua implementação, pois, as repúblicas americanas, embora tenham optado formalmente pela ajuda mútua e ações conjuntas como solução para vários dos problemas econômicos e sociais que as afligiam, mostraram-se igualmente preocupadas com a questão da soberania, da qual nenhuma estava disposta a abdicar⁹. Os projetos de união hispano-americana sofreram, entre outras dificuldades, com os desacordos entre os alcances da aliança que se propunha e, sobretudo, pelo controvertido tema dos limites dos novos Estados¹⁰.

Os Estados Unidos, por sua vez, conservar-se-iam praticamente à margem do movimento pelo reconhecimento de independência dos países latinos. A postura de

⁷ Cf. VILLABOY & GALLARDO. “Raíces históricas de la integración latinoamericana”. In *História y perspectiva de la integración latinoamericana*. Morelia: Auna, Universidad Michoacana San Nicolás de Hidalgo: México, 2000, p. 50-51.

⁸ BOLÍVAR, Simón. *Escritos políticos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992, p. 67 e 74.

⁹ Cf. GLINKIN, Anatoli. *Op. cit.*, p. 12.

¹⁰ Cf. VILLABOY & GALLARDO. *Op. cit.*, p. 62.

“imóveis espectadores” do país do norte do continente geraria controvérsias e estimularia desconfianças mútuas, que atravessariam os séculos, entre os países americanos¹¹.

Findado o processo emancipatório das colônias hispano-americanas, Bolívar buscou fomentar a integração regional através da convocação do Congresso do Panamá, em 1826, reunião símbolo do pan-americanismo de inspiração latina. No Congresso, inaugurado em 22 de junho de 1826, participaram os delegados dos governos da Colômbia, México, América Central e Peru. Outros atores como o Brasil, o Chile e as Províncias do Prata declinaram o convite e os Estados Unidos não foram convidados.

Numerosos obstáculos se opunham aos ideais de cooperação e à unidade propostos no Congresso às jovens repúblicas. Dentre eles, talvez o mais importante fosse o fato das ex-colônias terem sido governadas como unidades autônomas, separadas umas das outras, mantendo relações mais estreitas com a Espanha do que com seus próprios vizinhos¹². A precariedade dos meios de transporte, a complexa instabilidade política e a presença de fortes oligarquias regionais que dificultavam a integração das ex-colônias americanas também contribuíram para minar a possibilidade de obtenção de êxitos reais do Congresso. Finalmente, a débil situação econômica e financeira decorrentes de uma estrutura agro-exportadora, agravada pelas guerras de independência e um conjunto de desconfianças que apontavam Bolívar como um pretenso hegemônista, acabaram por minar os esforços integracionistas das nações latino-americanas¹³. O Congresso foi concluído com a assinatura de quatro tratados, sendo o mais importante o Tratado de União, Liga e Confederação Perpétua que não foi ratificado posteriormente.

A precariedade econômico-social e a falta de vontade política acabaram por desencadear forças centrífugas, culminando no desenvolvimento de conflitos que

¹¹ Cf. GLINKIN, Anatoli. *Op. cit.*, p. 22; WESSON, Robert G. *A nova política externa dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, p. 15-16. John Quincy Adams, secretário de estado norte-americano, à época, não compartilhava do entusiasmo popular pela causa das ex-colônias hispano-americanas. Duvidava que todos os governos que nasceram do império espanhol fossem democracias no sentido norte-americano da palavra e, ainda, talvez mais importante, estava negociando com a Espanha a transferência da Flórida e temia fracassar essa negociação caso reconhecesse a causa dos revolucionários. O reconhecimento por parte dos Estados Unidos das colônias rebeladas como nações independentes só se deu em 1822, quando o tratado com a Flórida já estava devidamente ratificado. Cf. PERKINS, Dexter. *História de la Doctrina Monroe*. Editorial Universitária de Buenos Aires, 1964, p. 30.

¹² Cf. GUERRA, F. X. “La nación hispanica: el problema de los orígenes”. In GUACHET, M. et al. (org.). *Nación y modernidad*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1997, p. 101-109.

¹³ Cf. GLINKIN, Anatoli. *Op. cit.*, p. 13-20. De acordo com Villaboy e Gallardo, uma das causas do fracasso se deve a aberta oposição da Inglaterra e dos Estados Unidos ao plano de Bolívar de libertar Cuba e Porto Rico e depois obter suas integrações na confederação hispano-americana. Cf. VILLABOY & GALLARDO. *Op. cit.*, p. 59.

explicitavam a supremacia dos interesses locais sobre uma possível unidade latino-americana. A essas questões, outra se somava, a da identidade cultural. Como explica Guerra, embora as características culturais comuns da América espanhola sempre tenham sido exaltadas e colocadas como um benefício para a união política, ao olharmos mais de perto, essa aparente homogeneidade escondia um caldo bastante heterogêneo, já que os próprios colonizadores eram castelhanos, andaluzes, asturianos, galegos por sua identidade e espanhóis somente sob a imposição do Estado. Tampouco tinham uma cultura comum os escravos que foram trazidos da África ou os próprios povos habitantes da América à época da colonização. A verdade é que essa pretensa identidade nunca teve base real e, por isso, nem sempre foi possível sua utilização como ideologia mobilizadora¹⁴.

O fracasso do projeto bolivariano traduziu-se não só pela impossibilidade de fazer funcionar a confederação pretendida, mas até mesmo pela fragmentação da sua Grã-Colômbia em três Estados distintos, aos quais se somaria o Panamá no início do século XX, além de outros sem-números de guerras civis, que fizeram com que desaparecessem as alianças até então alcançadas e que os interesses locais prevalecessem sobre a unidade.

Embora as decisões do Congresso do Panamá, como resultado prático, não tenham interferido no curso dos acontecimentos nacionais e internacionais das jovens repúblicas, o seu significado histórico, como movimento pela unidade latino-americana, sobreviveria ao longo do tempo através das conferências tentadas durante vários anos: (Lima, 1848; Santiago, 1856; Lima, 1864-1865; Lima 1877-1879; Caracas, 1883; Montevideu, 1888-1889)¹⁵. Porém, em 1889, com a realização da Primeira Conferência Pan-Americana em Washington, um novo Pan-americanismo, agora de origem norte-americana, passaria a predominar no continente, fazendo com que a realização das idéias e das propostas próprias do pan-americanismo de origem latina ficassem enfraquecidas no continente.

¹⁴ Cf. GUERRA, F. X. *Op. cit.*, p. 104-105.

¹⁵ Em relação a participação às reuniões dos Congressos Americanos e a política imperial brasileira dedicada à América Latina, ver o estudo de SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. *O Brasil entre a América e a Europa: o Império e o interamericanismo* (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington). São Paulo: Editora da Unesp, 2004 e ainda, *Cadernos do CHDD*. Ano I, Número 2, 1º Semestre de 2003, que traz a transcrição de documentos relevantes sobre o relacionamento do Brasil imperial com os países sul-americanos no decorrer do século XIX.

1.2 A Doutrina Monroe

Em 1823 um novo e fundamental componente ajudaria a desestabilizar o pan-americanismo latino: o monroísmo. Em dezembro de 1823, o Presidente James Monroe, em uma famosa mensagem enviada ao Congresso norte-americano referente às reivindicações russas na costa noroeste da América do Norte, e à situação das nações ao sul dos Estados Unidos, declarava abertamente o repúdio a uma nova colonização européia da região, além de retomar a idéia de especificidade da experiência norte-americana e traçar uma linha divisória entre o Novo e o Velho Mundo, estabelecendo a separação das zonas de influência. Embora não se caracterizasse como uma proposta integradora ao modo das idéias de integração bolivariana, a Doutrina Monroe, ao se propor “garantir” a independência das repúblicas recém independentes, acabou por se tornar uma opção política a esta, afinal, uma vez que as antigas colônias parecessem protegidas das investidas européias e seguras de seguirem um curso autônomo de suas antigas metrópoles, uma das grandes motivações da união latina se viu questionada. Em outras palavras, no momento da preparação do Congresso do Panamá, a Declaração de Monroe viria a assentar um golpe na proposta de unidade latino-americana¹⁶.

A Doutrina Monroe deve ser analisada tanto pela conjuntura histórica, como pela trajetória norte-americana. Em termos da conjuntura, a Doutrina se insere em um contexto no qual os Impérios coloniais da Espanha e de Portugal estavam em plena decadência, ficando as ex-colônias à mercê de possíveis tentativas de recolonização lideradas pela Santa Aliança¹⁷. Nesse momento, os Estados Unidos não desejavam arriscar-se a enfrentar uma nova presença européia no continente e esboçaram a primeira manifestação de sua influência, tentando se afirmar como uma das grandes potências no hemisfério ocidental. Nesse sentido, a mensagem do presidente Monroe determinava que os Estados Unidos não aceitariam a recolonização de nenhum país americano por país europeu:

¹⁶ Cf. GLINKIN, Anatoli. *Op. cit.*, p. 27.

¹⁷ Embora o grande artífice tenha sido o príncipe austríaco Metternich, a proposta partiu do czar da Rússia, Alexandre I que, juntamente com o imperador da Áustria e o rei da Prússia assinaram um tratado em 1815 que estipulava ajuda mútua. A Santa Aliança surgia assim, como uma reação ao movimento liberal-revolucionário que havia tomado lugar na Europa com Napoleão e se estendido para a América e buscava restabelecer a ordem do Antigo Regime. Conforme atesta Glinkin, a idéia de que os Estados Unidos foram os salvadores da liberdade da América pertence ao reino das lendas, uma vez que a Santa Aliança não representava nenhuma ameaça real de recolonização dos países hispano-americanos, pois por volta de 1820 já estava desmoralizada e seu poder na escala internacional fragilizado, o que lhe impedia de fazer frente a um país como os Estados Unidos. Cf. GLINKIN, Anatoli. *Op. cit.*, p. 25.

Nas discussões a que esse interesse deu origem e nos acertos pelos quais poderá terminar, julgou-se oportuna a ocasião para declarar, como um princípio em que estão envolvidos os direitos e interesses dos Estados Unidos, que os continentes americanos, pela condição livre e independente que assumiram e mantêm não deverão, daqui por diante, ser considerados objetos de futura colonização de quaisquer potências européias¹⁸.

Ainda, afirmava a separação entre os assuntos europeus e americanos, declarando qualquer intervenção européia no sistema político na América como disposição inamistosa para com os Estados Unidos. E assumia o compromisso de não intervenção nos assuntos europeus:

O sistema político das potências aliadas difere essencialmente do sistema político da América. A diferença procede da dessemelhança que existe em seus respectivos governos [...]. Devemos, portanto, à franqueza e às relações amistosas existentes entre os Estados Unidos e essas potências a declaração de que consideraremos a menor tentativa da parte delas de estender o seu sistema a qualquer porção desse hemisfério perigosa para a nossa paz e segurança. Não interferimos nem interferiremos nas colônias ou dependências de qualquer potência européia¹⁹.

Não se pode deixar de registrar que, a antiga clivagem entre o Novo e o Velho Mundo, baseada na superioridade deste último, transformou-se no primeiro quartel do século XIX, em uma clivagem entre a América e a Europa, só que a partir de então, sustentada pela diferença entre as instituições políticas predominantes em cada lado do Atlântico. Thomas Jefferson nas suas cartas de 1808, 1809 e 1811 criou o conceito de “hemisfério ocidental”, reformulando e redirecionando politicamente a idéia de América. Jefferson afirmava nessas cartas que a unidade dos povos americanos era devida à similaridade de seus “modos de existência”, que os diferenciavam do restante do mundo, ou melhor, da Europa. Nesse sentido, a dicotomia de sentido político entre a América e a Europa passava a residir na noção de que os povos do hemisfério ocidental estavam unidos por uma relação especial que os singularizavam dos demais povos do mundo²⁰.

Ainda, a forte rivalidade dos Estados Unidos, herdada de sua época de colônia, em relação à exploração das metrópoles européias, trouxe à tona a postura que pode ser

¹⁸ Mensagem anual do Presidente James Monroe de 2/12/1823. Apud SYRETT, Harold C. (org.). *Documentos históricos dos Estados Unidos*. São Paulo: Cultrix, 1988, p. 141.

¹⁹ Idem, ibidem, p. 142.

²⁰ Cf. WHITAKER, Arthur P. *The Western Hemisphere Idea: Its Rise and Decline*. New York: Cornell University Press, 1954, p. 22-23.

resumida na noção dos “dois hemisférios”²¹. O princípio dos “dois hemisférios” ficaria evidenciado na postura isolacionista norte-americana desde a independência, reafirmando o excepcionalismo, a diferença na nova ordem que surgira na América em relação à européia. Esse princípio referia-se à diferenciação dos rumos políticos adotados pelos Estados Unidos como independência, liberdade, democracia, republicanismo, bem como sua diferenciação sócio-cultural, dos rumos europeus pautados pelo Absolutismo e pelas guerras de conquistas.

Ora, à exceção do Brasil, que se tornou uma monarquia, os processos de independência das colônias ibéricas foram influenciados pelos ideais das Revoluções Americana e Francesa, visando a instalação de regimes políticos republicanos, democráticos e libertários. Segundo alguns intérpretes, como Pecequillo, os Estados Unidos não poderiam ignorar a inspiração desses movimentos, pois, pressionados pela própria retórica de servirem como “luz” para a humanidade, deveriam garantir às antigas colônias hispânicas, que se tornaram independentes e escolheram a república como forma preferencial de governo, a garantia dos direitos de liberdade e autonomia. Nesse sentido, a adoção da república pelos países latino-americanos teria criado uma afinidade quase natural entre esses países e os Estados Unidos, ou seja, “ser republicano era ser americano e tal sistema deveria ser preservado, permitindo-se que seu desenvolvimento ocorresse sem qualquer interferência dos poderes externos”²².

Por outro lado, a criação de uma idéia de identidade entre os Estados Unidos e as nações que estavam se constituindo ao sul do continente não era uma tarefa das mais fáceis. Era comum entre as elites políticas estadunidenses afirmarem sua própria peculiaridade e traduzi-la em uma política externa isolacionista também em relação às repúblicas sul-americanas, como pode ser observado em 1821, quando Edward Everett, editor da *North American Review* alertou seus leitores:

We have no concern with South America,... we can have no well founded sympathy with them [the South Americans]. We are spring from different stocks, we speak different languages, we have been brought up in different social and moral schools, we have been governed by different codes of law, we profess radically different codes of religion... Not all the treaties we could make, nor the commissioners we could send out,

²¹ Os detalhes históricos da política de desvinculação dos Estados Unidos com os países europeus, caracterizado pelo princípio dos dois hemisférios, podem ser vistos também em PERKINS, Dexter. *Op. cit.*, p. 13-31.

²² PECEQUILLO, Cristina Soreanu. *A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?* 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005, p. 67.

nor the money we could lend them, would transform their Pueyrredons and their Artigas, into Adamses or Franklins, or their Bolivars into Washington.²³

De fato, o isolacionismo norte-americano, com sua ênfase em uma postura defensiva em relação à Europa, traduzia-se em um forte sentimento de superioridade em relação à colonização espanhola e portuguesa. A Doutrina Monroe pode ser compreendida como a transformação desse sentimento de superioridade em uma idéia política. Especialmente se considerarmos que ao lado do princípio dos “dois hemisférios”, caminhava também a chamada doutrina do *Destino Manifesto*, que postulava que os Estados Unidos estavam determinados a controlar o continente nas fronteiras de um a outro oceano, o que acarretou a guerra contra o México e mais tarde, as investidas na América Central:

Para a consciência da nação, a expansão para o oeste significava mais do que um movimento demográfico: era uma missão nacional. Os cidadãos dos Estados Unidos viam essa investida não como uma guerra de conquista, mas como uma missão ditada por Deus para povoar o continente “vazio” e desbravar fronteiras. Antecipando Herbert Spencer, muitos americanos enxergavam na conquista do continente uma demonstração de justiça e virilidade, prova de que eram um povo escolhido por Deus. Como declarou o presidente James K. Polk, a ocupação das terras adjacentes era o destino manifesto dos Estados Unidos. O continentalismo era visto, em geral, como a construção de uma nação, e não de um império.²⁴

Com efeito, os vários elementos da Doutrina Monroe já estavam presentes na política externa norte-americana em 1823: separação e diferenciação do mundo europeu e americano, não intervenção européia nos assuntos americanos e preponderância norte-americana no continente. A Doutrina Monroe seria assim, a expressão que os Estados Unidos usariam para se imporem no continente e sinalizar internacionalmente sua zona de influência, justamente num momento em que nenhum país poderia lhes fazer frente, nem mesmo a Inglaterra, que estava mais interessada em garantir seus mercados consumidores livre e não-colonizados do que se arriscar a uma disputa com os norte-americanos.

Em síntese, ao contrário do pan-americanismo latino que se pretendia universalista, pois buscava o diálogo com outras partes do mundo a partir da confederação dos países latinos, o monroísmo tendia a isolar o hemisfério e dicotomizar o mundo em duas partes. Embora ambos estivessem baseados na percepção da separação de uma identidade americana em relação à européia, na Doutrina Monroe,

²³ Edward Everett, 1821. Apud WHITAKER, Arthur P. *Op. cit.*, p. 32.

²⁴ TOPIK, Steven C. *Comércio e canhoneiras*. Brasil e Estados Unidos na Era dos Impérios (1889-97). São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 35-36.

essa separação se dava sob a égide dos Estados Unidos. Do mesmo modo, se o pressuposto da idéia bolivariana era o multilateralismo e visava o bem comum dos países envolvidos no movimento, a Doutrina Monroe pressupunha unilateralidade, afirmando a posição norte-americana no continente, sinalizando aos demais países a sua zona de influência.

1.3 O Pan-americanismo norte-americano

Antes da década de 1880, os Estados Unidos sustentaram uma política isolacionista no âmbito das relações internacionais, embora o país estivesse intensamente envolvido com o comércio internacional, investimentos no exterior e imigração. Segundo Topik, “o estilo de formação da nação americana, típico de fronteira, dava a entender que a conquista dos povos vizinhos era considerada um processo civil, interno e orgânico, e não uma questão externa, da alçada estatal”²⁵. As expansões empreendidas relacionavam-se, sobretudo, com a proteção e a expansão continental dos Estados Unidos. Contudo, a tomada da Califórnia depois da derrota do México em 1848, a descoberta do ouro e a grande explosão populacional na região redefiniriam os interesses nacionais que passaram a incluir a defesa da costa Oeste no continente. Nesse sentido, a necessidade de interligar as duas costas talvez tenha sido o fator mais importante da expansão transcontinental do país:

Antes que a estrada de ferro unisse leste e oeste em Promontory Point, Utah, em 1869, as empresas americanas e britânicas disputavam os canais e estradas de ferro através do México, da Nicarágua e Panamá. Desse modo, a América Central tornou-se uma preocupação estratégica para os Estados Unidos. Da mesma forma, as ilhas do Caribe adquiriram importância como possíveis zonas para a instalação de bases navais, visando à defesa do futuro canal. No entanto, as políticas para o Caribe e a América Central eram concebidas, em geral, como extensão da política interna e não como uma forma qualitativamente diferente de política.²⁶

A consolidação da ocupação do território continental pelos Estados Unidos, assim como a resolução de seus problemas econômicos internos impulsionou, pouco a pouco, a sua expansão externa: é importante lembrar, como ressalta Hobsbawm, que “uma nova era na história, tanto política quanto econômica, abre-se com a depressão da década de 1870”, minando ou destruindo “as bases do liberalismo de meados do século

²⁵ TOPIK, Steven C. *Op.cit.*, p. 37.

²⁶ Idem, *ibidem*, p. 37.

XIX, que parecia tão fortemente estabelecido”²⁷. O período entre 1873 e 1896 foi denominado a primeira “Grande Depressão”, marcando a época de maior depressão que os Estados Unidos já havia conhecido, cujo principal problema foi o dramático declínio dos preços industriais e agrícolas depois da Guerra Civil: “entre 1873 e 1895, o preço geral de todos os bens no atacado caiu 45%, afetando igualmente os têxteis, os produtos metálicos, o algodão e o trigo”²⁸.

Ora, num primeiro momento, parecia improvável que os Estados Unidos fossem afetados pelas tendências do mercado mundial, uma vez que a economia do país no século XIX era considerada bastante autônoma. Uma análise mais cuidadosa demonstra, entretanto, que os Estados Unidos já estavam envolvidos nas teias da economia internacional²⁹: em 1880 o país já disputava com Alemanha e França pelo segundo lugar no comércio mundial (cada qual com cerca de 10% do total) e era também o maior tomador de empréstimos do mundo³⁰. Assim, tornava-se evidente que não podiam ignorar o resto do mundo e concentrar-se apenas no desenvolvimento interno da economia: tornava-se premente fazer parte de um mundo de impérios.

A época também foi marcada pela rivalidade entre os Estados e pela perda crescente da supremacia esmagadora da Grã-Bretanha, abrindo espaço de atuação para seus concorrentes europeus e para os Estados Unidos no cenário internacional: “entre 1880 e 1914, e a maior parte do mundo, à exceção da Europa e das Américas, foi formalmente dividida em territórios sob governo direto ou sob dominação política indireta de um ou outro Estado de um pequeno grupo: principalmente Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália, Holanda, Bélgica, Estados Unidos e Japão”³¹.

Hobsbawm observa que somente as Américas nesse período não foram afetadas substancialmente por esse processo de divisão. Embora dependentes economicamente dos países industrializados, a dominação econômica e a pressão política, nessa parte do globo, eram implementadas sem dominação formal. Após a tentativa francesa fracassada de instalar o príncipe austríaco, Maximiliano, no México, o colonialismo direto passou a ser desprezado nessa parte do globo. Os Estados Unidos, ainda que constantemente reafirmassem a sua hegemonia política e militar na área, restringiram as

²⁷ HOBBSAWM, Eric J. *A era do capital, 1848- 1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 76-77.

²⁸ TOPIK, Steven C. *Op.cit.*, p. 38.

²⁹ Segundo Hobsbawm, “foi exatamente nessas décadas que as economias industriais americana e alemã avançaram a passos agigantados”. HOBBSAWM, Eric J. *A era dos impérios, 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 58.

³⁰ Idem, *ibidem*, p. 40.

³¹ Idem, *ibidem*, p. 88.

anexações a Porto Rico, a uma estreita faixa ao longo do novo Canal do Panamá e permitiam à Cuba uma independência meramente formal. As Américas foram a única região importante do globo onde não houve rivalidade séria entre as grandes potências. O fato é que nenhuma outra potência queria hostilizar os Estados Unidos e desafiar a Doutrina Monroe – expressa pela primeira vez em 1823, repetida e reelaborada subsequentemente pelos governos dos Estados Unidos – que manifestava o repúdio a qualquer outra colonização e intervenção de potências européias no hemisfério ocidental. No final do século XIX, com exceção da Grã-Bretanha, nenhum país europeu possuía mais do que restos dispersos sem maiores significados econômicos dos impérios coloniais que outrora mantinham na América³².

A América Latina na década de 1880 tornou-se *locus* importante da economia mundial, principalmente aos ingleses, que expandiram rapidamente a sua presença no continente. Praticamente em todos os países da América Latina, os europeus eram os parceiros comerciais mais importantes e os principais investidores:

A Grã-Bretanha triplicou suas exportações para a nação mais rica do continente, a Argentina, no breve período compreendido entre 1880 e 1885, enquanto comprava quantidades cada vez maiores de trigo, milho, lã e carne argentinos, que começaram a substituir as exportações norte-americanas dessas mercadorias para a Grã-Bretanha. [...] Os ingleses, na década de 1880 e no início da de 1890, chegaram a controlar as ferrovias da Argentina, os nitratos do Chile e minas e ferrovias no México. Na década de 1880, os franceses começaram a investir pesado na América Latina; seu mais espetacular empreendimento, o que mais preocupava os políticos americanos, era a problemática Companhia do Canal do Panamá.³³

Ainda que os europeus exercessem predominantemente o poderio econômico sobre a América Latina, a região ainda era a que menos sofria controle direto por parte das potências européias, ou seja, 92% das Américas Central e do Sul eram governadas por Estados independentes. Por razões geopolíticas, a América Latina atraía os Estados Unidos, mas o crescente controle da Europa na única região do globo livre do colonialismo europeu começava a inquietar os políticos norte-americanos.

As barreiras protecionistas construídas em torno das economias européias, como a crescente preferência britânica pelos produtos originários de suas próprias colônias, eram uma ameaça ao futuro comercial dos Estados Unidos. Alguns norte-americanos influentes começaram a temer pelo lugar que a nação ocuparia na construção da nova

³² Cf. HOBBSAWM, Eric J. *A era dos impérios, 1875-1914*, p. 90.

³³ TOPIK, Steven C. *Op.cit.*, p. 76. Um estudo sobre a influência da Grã-Bretanha no desenvolvimento econômico do Brasil na época pode ser encontrado em GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil (1850-1914)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.

ordem mundial e na disputa pelo mercado externo com seus competidores europeus. Preocupados com o seu comércio e com a nova ordem imperial que ameaçava o seu potencial mercado de exportação, políticos e industriais norte-americanos começaram a ver a necessidade do estabelecimento de um domínio sobre o hemisfério ocidental e procuraram ampliar o escopo de ação e dos interesses regionais no continente com um foco direcionado para temas econômicos, comerciais e financeiros:

O déficit comercial norte-americano na década de 1880 podia ser diretamente atribuído ao insucesso do país no continente latino-americano. Em 1889, a despeito do lucro líquido de 129 milhões de dólares que obtiveram com o restante do mundo, os Estados Unidos experimentaram um saldo negativo em sua balança comercial decorrente de déficit de 142 milhões de dólares com a América Latina. O país comprou grandes quantidades de matérias-primas latino-americanas como café e açúcar, mas exportou relativamente pouco para o sul. Particularmente preocupante foi o total das exportações norte-americanas para a América Latina, que caiu de 14% em 1868 para apenas 9% em 1888. Alguma coisa precisava ser feita para aumentar as exportações do país para os vizinhos do sul³⁴.

Conquanto fosse predominante a perspectiva de que os Estados Unidos deveriam ampliar as suas exportações e figurar no cenário internacional com maior peso, havia diferenças agudas em relação aos meios a empregar e os custos dessa iniciativa. O debate em torno da proteção tarifária, na segunda metade da década de 1880 e na seguinte, redefiniu os termos sobre o papel do Estado na orientação da expansão econômica. A eleição de 1888 trouxe à tona o debate a respeito da expansão comercial externa dos Estados Unidos e, mais especificamente, na questão tarifária³⁵. O candidato à reeleição para a presidência dos Estados Unidos, Grover Cleveland e seus companheiros do Partido Democrata defendiam os direitos dos estados federados e do setor privado, rejeitavam um Estado centralizado forte e a interferência estatal na sociedade. A arrecadação proveniente das tarifas protecionistas era a maior parte da receita do governo federal e segundo os democratas, além de alíquotas excessivas, oneravam os recursos ganhos pelos contribuintes. Cleveland dizia ainda que o protecionismo não gerava prosperidade mas estagnação e que o problema estava no excesso na produção industrial e agrícola. Daí, acreditava que os mercados externos pudessem absorver o excesso, desde que as tarifas fossem mais baixas. Os democratas encaravam o comércio como um sistema de trocas, onde os outros países não poderiam

³⁴ TOPIK, Steven C. *Op. cit.*, p. 77.

³⁵ De acordo com os dados de Hobsbawm, o nível médio das tarifas alfandegárias nos Estados Unidos foram de 49,5% em 1890, 39,9% em 1894, 57% em 1897 e 38% em 1909. Cf. HOBSBAWM, Eric J. *A era dos impérios, 1875-1914*, p. 64.

importar dos Estados Unidos se não pudessem exportar para eles. Acrescentavam à argumentação os benefícios que a importação de artigos mais baratos traria ao custo de vida dos norte-americanos e, os benefícios para as exportações de produtos industriais que se tornariam mais competitivos no exterior caso os fabricantes pudessem importar matérias-primas mais baratas. Por sua vez, os vitoriosos candidatos republicanos à presidência, James Garfield, Benjamin Harrison e James Blaine – este último, proeminente membro do Partido Republicano e posteriormente secretário de Estado – defendiam as tarifas protecionistas e afirmavam que esta trazia prosperidade aos Estados Unidos por protegerem tanto a agricultura quanto a indústria. A tarifa ajudava todas as classes e não apenas aos proprietários, pois, como uma via de mão dupla, garantia o aumento dos salários dos trabalhadores americanos – uma vez que os empregadores não precisavam competir com os baixos custos dos produtos que utilizavam a mão-de-obra barata da Europa –, e por outro lado, criava um grande mercado interno para os fazendeiros e outros industriais³⁶.

É nesse contexto histórico que deve ser compreendido o desenvolvimento da política pan-americanista, e como veremos com detalhes mais adiante, a relação Brasil/Estados Unidos na Primeira República. Sem dúvida, um dos personagens mais importantes dessa história foi o secretário de Estado norte-americano de 1889 a 1892, James Gillespie Blaine. Ainda que forte defensor do protecionismo, Blaine reconhecia a importância do comércio exterior e há muito defendia a idéia de um intercâmbio mais intenso com a América Latina: no governo Garfield, como secretário de Estado, tentara convocar a Primeira Conferência Pan-Americana e, como candidato presidencial, o tema do aumento das exportações ocupou importante espaço na sua plataforma política. Republicano, Blaine não poderia desdizer a linha política de proteção aos fazendeiros e industriais nascentes, tampouco desmentir a defesa de que o mercado interno era enorme e que sua proteção garantiria a prosperidade, mas ao mesmo tempo tinha consciência da necessidade da busca de novos mercados. A saída encontrada por Blaine foi a defesa da reciprocidade, ou seja, uma política de negociações bilaterais, de país para país, em torno de concessões comerciais específicas, recíprocas às que os Estados Unidos ofereciam. Com isso, Blaine buscava garantir que a América Latina, através de tratados de reciprocidade, fosse incluída na barreira protecionista dos Estados Unidos, excluindo assim, os possíveis concorrentes europeus. Como ele próprio declarou:

³⁶ TOPIK, Steven C. *Op. cit.*, p. 48-53.

“enquanto as grandes potências da Europa expandem regularmente seu domínio colonial na Ásia e na África, é missão especial deste país aperfeiçoar e expandir seu comércio com as nações da América”³⁷.

Sob a influência de Blaine, a atenção dos Estados Unidos volta-se à época para a América Latina, pois, integrada ao mercado mundial, oferecia possibilidades de tratados de comércio recíprocos e um mercado aberto às volumosas importações. Os Estados Unidos investiriam assim, numa reorientação da política externa do país com o objetivo de atender aos interesses comerciais, encarando as mudanças internacionais que se operavam ao tentar “construir um arcabouço para estruturar seu relacionamento com a América Latina, garantindo um tratamento preferencial e uma espécie de reserva de espaço para seus produtos, sob a imagem de tratados de reciprocidade e medidas de arbitramento”³⁸. Daí o empenho de Blaine³⁹ na organização de uma Conferência que sustentasse a formação de um sistema interamericano baseado na idéia da existência de uma comunidade de interesses entre os países do continente americano, liderada pelos Estados Unidos⁴⁰.

Se no princípio do século, parte do Congresso norte-americano não concordava com a política americanista do Poder Executivo, iniciada pelo Presidente Monroe; em maio de 1888, foi o Legislativo que tomou a iniciativa de autorizar o Presidente Grover Cleveland a convidar os governos americanos para a Primeira Conferência Pan-Americana⁴¹.

O Pan-americanismo de origem norte-americana tem início, portanto, em fins do século XIX. O termo “pan-americanismo”, derivado da expressão *Pan-América*, é usado

³⁷ BLAINE, James G. *Political Discussions: Legislative, Diplomatic and Popular, 1856-1886*. Apud TOPIK, Steven C. *Op. cit.*, p. 77.

³⁸ PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Op. cit.*, p. 71-72.

³⁹ O autor e executor do projeto foi o secretário de Estado norte-americano James Blaine. O texto da Lei de 24 de maio de 1888, sancionada pelo Congresso norte-americano, que autorizou o Presidente a promover a celebração da Conferência, encontra-se em AZEVEDO, José Afonso Mendonça. *Vida e obra de Salvador de Mendonça*. Ministério das Relações Exteriores: Divisão de Documentação, 1971, p. 186-188.

⁴⁰ Cf. BETHELL, Leslie. *História da América Latina – de 1870 a 1930*. Vol. IV. São Paulo: EDUSP, 2001, p. 617. Esse motivo não passou despercebido de José Martí, que escreveria: “A angústia dos industriais tinha crescido tanto desde 1881, quando a idéia do congresso foi tachada de ousadia censurável que, desde 1888, quando as duas casas aprovaram a convocatória, esta foi recebida, pela grande necessidade de vender, como mais natural e proveitosa que antes. E, desse modo, chegou a parecer unânime, e como se fosse um acordo mútuo, o projeto nascido da conjunção dos interesses protecionistas com a necessidade política de um candidato astuto”. MARTÍ, José. “Congresso Internacional de Washington”. In *Nossa América*. Antologia. 2ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1991, p. 175.

⁴¹ De acordo com Topik, “em 1888, o Congresso aprovou orçamento de 100 mil dólares e Cleveland expediu os convites e organizou a agenda. A conferência teria início após a posse de Harrison. A lista de convidados era uma mensagem às potências européias: nenhuma colônia européia fora convidada – nem mesmo Cuba, Martinica ou Canadá”. TOPIK, Steven C. *Op. cit.*, p. 83.

pela primeira vez pelo periódico norte-americano *New York Evening Post*⁴², por ocasião do convite feito pelo governo dos Estados Unidos aos países americanos para participarem de uma conferência internacional em Washington, a então chamada oficialmente Conferência Internacional Americana, inaugurando assim, uma nova etapa nas relações interamericanas⁴³. O termo “pan-americanismo” adquiriria depois, ampla difusão: em 30 de setembro o termo já havia cruzado o oceano, acolhido pelo *Times*, de Londres.

A Conferência era, deste modo, uma resposta à crescente percepção pela comunidade de negócios norte-americana da importância do continente, que recentemente havia sido descoberto como um campo aberto de oportunidades, de comércio e investimentos. Nesse sentido, o Pan-americanismo, na época, se propõe como um movimento ideológico e político orientado para criar um sistema fechado de relacionamento interestatal, tendo como centro os Estados Unidos⁴⁴.

No período de 20 de outubro de 1889 a 19 de abril de 1890, representantes de quase todos os países independentes do hemisfério⁴⁵ reuniram-se em Washington para a 1ª Conferência Pan-Americana. Pela diferença da composição dos delegados e da agenda do encontro é possível identificar que os Estados Unidos e as nações latino-americanas tinham expectativas diversas em relação à Conferência: enquanto os Estados Unidos enviaram homens de negócio⁴⁶ – “homens que ansiavam por mudanças no

⁴² De acordo com Whitaker, o termo apareceu pela primeira vez na edição de 27 de junho de 1889 do jornal *New York Evening Post*. Cf. WHITAKER, Arthur P. *Op. cit.*, p. 74, nota 15. Já para Hélio Lobo e Glinkin, o termo apareceu um pouco mais tarde, na edição de 27 de julho de 1889. LOBO, Hélio. *O pan-americanismo e o Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1939, p. 1; GLINKIN, Anatoli. *Op. cit.*, p. 45.

⁴³ GLINKIN, Anatoli. *Op. cit.*, p. 45.

⁴⁴ Idem, *ibidem*, p. 4.

⁴⁵ A lista de convidados evidencia que a Conferência fora uma tentativa de marcar a influência dos Estados Unidos, pois nenhuma colônia européia fora convidada, nem Cuba, Martinica ou Canadá. Os participantes foram Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Estados Unidos, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. O governo haitiano recusou-se a mandar representantes argumentando que os Estados Unidos tentavam anexar parte de seu território. Por sua vez, o governo de São Domingo recusou-se a participar pelo fato de seu tratado comercial de 1884 com os Estados Unidos não ter sido ratificado pelo Congresso Americano, portanto seria uma perda de tempo formular outras políticas latino-americanas que o Congresso provavelmente tornaria a rejeitar. Cf. TOPIK, Steven C. *Op. cit.* notas 28 e 30, pp. 74-103; BUENO, Clodoaldo. *Política externa da Primeira República; os anos de apogeu – de 1902-1918*. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 53.

⁴⁶ “A composição da delegação norte-americana revela muito sobre as esperanças que Blaine acalentava para a conferência. Dos dez homens escolhidos para representar os Estados Unidos, apenas três haviam atuado como políticos e somente um era diplomata. [...] A maioria dos membros era composta de representante do grande negócio, bem relacionados com a comunidade mercantil. [...] O membro mais ativo da delegação, e o homem mais relevante dessa história, foi o nova-iorquino Charles R. Flint. [...] Flint levou para conferência duas décadas de experiência nos mercados latino-americanos”. TOPIK, Steven C. *Op. cit.* 85-89.

relacionamento com os países do sul⁴⁷” – os representantes das nações do hemisfério sul eram homens ligados à política e à cultura:

O objetivo dos Estados Unidos ao convocar e financiar a Conferência Pan-Americana foi claramente aproximar a América Latina de sua esfera de influência. Após uma breve sessão em Washington, que assistiu à eleição de Blaine para presidente da conferência, os delegados (com exceção dos argentinos que se recusaram a participar) foram levados em uma excursão de seis semanas a 9500 quilômetros, de Nova York e Boston a Omaha, Minneapolis e St. Louis. A interpretação usual desse *tour* por fábricas e salões de festas é a de que se propunha a impressionar os latino-americanos com a prosperidade e o poder norte-americano. Esperava-se que os visitantes desenvolvessem um gosto pelos excelentes artigos no que equivalia a uma feira de comércio e ficassem ávidos pelo amplo mercado dos Estados Unidos⁴⁸.

Pelos objetivos da agenda do encontro, percebemos a intenção dos norte-americanos de ampliar o intercâmbio comercial com a América Latina. A lista de Blaine de sete objetivos para a Conferência postulava: 1) a prosperidade das nações americanas, 2) união alfandegária das Américas que reduzisse as tarifas para os países americanos, mas que as elevasse para os concorrentes europeus, 3) aumento da comunicação entre os portos das Américas, 4) sistema aduaneiro unificado, 5) pesos, proteção de marcas e patentes e direitos autorais unificados, 6) moeda comum baseada na prata e 7) arbitragem obrigatória⁴⁹.

Os delegados latino-americanos, entretanto, rejeitaram quase todos os projetos apresentados pelos norte-americanos, de modo que, apesar do propósito claro e coerente da delegação norte-americana, assim como o Congresso do Panamá, a Conferência teve poucos resultados práticos.

A desconfiança dos delegados da América Latina, sobretudo os da Argentina e do Chile, é bem sintetizada pelos comentários feitos por José Martí a respeito dos objetivos norte-americanos na Conferência. Em suas crônicas para o jornal *La Nación*, de Buenos Aires, em 19 e 20 de dezembro de 1889, ele afirma:

Jamais houve na América, da independência para cá, assunto que requeira mais sensatez, que obrigue a maior vigilância, que peça exame mais claro e minucioso que o convite que os Estados Unidos, poderosos, repletos de produtos invendáveis e determinados a estender seus domínios pela América, fazem às nações americanas de menos poder, ligadas pelo comércio livre e útil com os povos europeus, para coordenar uma liga contra a Espanha e fechar negócios com o resto do mundo⁵⁰.

⁴⁷ Idem, *ibidem*, p. 91.

⁴⁸ Idem, *ibidem*, p. 92.

⁴⁹ Cf. TOPIK, Steven C. *Op. cit.*, p. 94; LOBO, Hélio. *Op. cit.*, p. 50-55.

⁵⁰ MARTÍ, José. “Congresso Internacional de Washington”. In *Op. cit.*, p. 170.

Nos itens mais relevantes – um padrão monetário comum para o continente, arbitragem obrigatória de disputas internacionais e união alfandegária interamericana – a posição dos norte-americanos foi minada pelos argentinos e surpreendentemente pelas discórdias internas do lado norte-americano. A proposta de Blaine era criar para todas as Américas, uma moeda comum baseada no dólar de prata, de forma a Nova York substituir Londres como centro financeiro. O delegado argentino e a maioria dos países preferiram o ouro. Em relação ao segundo item, embora todos os delegados concordassem com o princípio da arbitragem, insistiram para que ela fosse voluntária e seguisse os critérios das nações envolvidas. A medida para que se criasse um tribunal permanente em Washington foi derrotada. O México, precavido com as experiências passadas com os Estados Unidos, inseriu uma cláusula que vetava o direito de conquista territorial nas Américas, o que indignou Blaine⁵¹. Apesar de combatê-la com energia, o secretário de Estado cedeu em prol da maioria⁵².

O ponto de maior interesse para os norte-americanos, a união alfandegária⁵³, provocou enorme discussão e foi rejeitada como “utópica”. Os membros latino-americanos não viam com bons olhos o isolamento aos principais parceiros comerciais da Europa com uma barreira alfandegária, a fim de comercializar com seus vizinhos, cujas economias eram mais competidoras que complementares. Os argentinos mais uma vez destacaram-se na oposição aos norte-americanos: um membro da delegação argentina, Roque Sáenz Peña, em seu discurso, opôs à fórmula norte-americana “a

⁵¹ Salvador de Mendonça, representante brasileiro na 1ª Conferência Pan-Americana e amigo de Blaine descreve a reação indignada do secretário de Estado em relação à cláusula que vetava o direito de conquista: “Erguendo-se de súbito, o secretário Blaine, estendendo para frente as mãos abertas sobre o pano da mesa coberto de caixas de papel, tinteiros, pesos, livros, etc., fez ir tudo ao chão no meio da sala e à minha frente. [...] Depois de breve pausa, o secretário Blaine perguntou-me se não achava eu um desacerto essa resolução da maioria, que vinha inutilizar todos os esforços da Conferência de modo a voltarem para as suas casas todas as delegações sem poderem mostrar o fruto desses meses de trabalho aturado. Respondi-lhe que isso era assim, conhecidas as causas do insucesso, pior seria para os Estados Unidos que para nós outros latinos tal resultado. Eu não podia compreender a razão pela qual ele queria o arbitramento obrigatório e não admitia, com tamanha intransigência, que riscássemos do nosso Direito Internacional a conquista”. MENDONÇA, Salvador. *A situação internacional do Brasil*. Rio de Janeiro/Paris: Livraria Garnier, 1913, p. 143-144.

⁵² Isso não significa, contudo, que motivos mais profundos, que vinculavam conjuntura econômica e a política tradicional de alguns setores dos Estados Unidos em relação aos povos do sul do continente não estivessem em pauta: uma política igualmente de expansão, em última instância territorial, através de novas formas de conquista, anexação ou absorção não deixaria de ser aplicada. A novidade é que ao lado da política de expansão, os Estados Unidos também procuraram investir em uma modalidade nova, o pan-americanismo – que parecia ser especialmente necessário para as forças industriais e financeiras do país. É esse pan-americanismo que sustentou o programa, principalmente comercial, que desde o início foi apresentado ao Congresso continental: retomando a idéia de “união americana”, os Estados Unidos buscaram a consolidação de sua hegemonia continental e a reserva desse espaço regional como sua zona de comércio.

⁵³ A união alfandegária era baseada no modelo alemão de *Zollverein* – união aduaneira criada em 1833, e que foi um dos fatores da unidade alemã, completada em 1870.

América para os americanos” àquela de “a América para a humanidade”, que refletia a decisão de alguns países latino-americanos de manter ligações diversas com países europeus e outros, no sentido de opor-se ao avanço da hegemonia norte-americana. O representante da Argentina questionou a delegação norte-americana quanto à capacidade dos Estados Unidos de fornecer mercadorias tão baratas quanto os concorrentes europeus da América Latina ou de comprar o suficiente para compensar os mercados perdidos. Ainda, Sáenz Peña apresentou o argumento de que os governos da América Latina dependiam maciçamente dos tributos alfandegários como fonte de receita. O estabelecimento da liberdade de troca significaria para as repúblicas latino-americanas a abdicação da principal fonte de receita para o tesouro nacional, além de comprometer, a curto e a longo prazos, as possibilidades de industrialização⁵⁴.

As pretensões norte-americanas de uma união alfandegária com alíquotas mínimas para todos estavam condenadas ao fracasso. Entretanto, um meio-termo foi proposto às nações americanas, que seria a participação em tratados comerciais bilaterais:

Se [...] os resultados [da reciprocidade] forem tão satisfatórios quanto se espera, o número de artigos da lista de isenções pode ser aumentado em cada caso, de tempos em tempos, até que [...] o desenvolvimento dos elementos nacionais de riqueza permita a cada nação obter ou elevar sua receita a partir de recursos internos, e a reciprocidade irrestrita ou o livre-comércio entre todas ou algumas das nações americanas sejam por fim alcançados⁵⁵.

Nos saldos da Conferência, a delegação norte-americana obteve sucesso ao tentar angariar apoio para os subsídios à navegação a vapor, para uma ferrovia pan-americana e um banco interamericano. A Conferência ensejou também a criação em 14 de abril de 1890, de uma associação permanente das repúblicas do continente, sob a denominação de União Internacional das Repúblicas Americanas (precursora da Organização dos Estados Americanos) e o Bureau Comercial das Repúblicas Americanas⁵⁶. A primeira atuaria como fórum para as questões internacionais, destinada a “compilar e distribuir dados relativos ao comércio continental”; o Bureau, sediado em Washington, passaria a publicar um “boletim com dados estatísticos, tarifas e

⁵⁴ Cf. TOPIK, Steven C. *Op. cit.*, p. 97; BUENO, Clodoaldo. *Op. cit.*, p. 55.

⁵⁵ Citado em LAUGHLIN, J. Laurence; WILLIS, H. Parker. *Reciprocity*. Nova York: Baker and Taylor, 1903. Apud TOPIK, Steven C. *Op. cit.*, p. 98.

⁵⁶ Nesse aspecto, Clodoaldo Bueno nos recorda que o Dia do Pan-americanismo foi convencionado a se comemorar em 14 de abril e que “embora a OEA tenha sido criada por ocasião da 9ª Conferência Internacional Americana, realizada em Bogotá (1948), como um bloco regional no âmbito da ONU, a sua existência é contada a partir de 1890”. BUENO, Clodoaldo. *Op. cit.*, p. 57.

regulamentos aduaneiros de interesse para o desenvolvimento do comércio entre os países representados”⁵⁷. Criado inicialmente para organizar as Conferências Pan-Americanas, o Bureau, ao longo do tempo, ampliaria suas funções transformando-se num agente do comércio norte-americano.

O conteúdo do Pan-americanismo apresentado na 1ª Conferência – embora assumindo componentes práticos para o comércio – apresentou-se de maneira solidária, resgatando a idéia de união latino-americana, iniciada com Bolívar, uma vez que era necessário que existisse uma representação ideológica que possibilitasse a aproximação entre as nações americanas. Entretanto, essa representação, apelou para a unidade hemisférica a partir da visão de destino comum compartilhado a partir da Doutrina Monroe em contraposição à Europa, e não a partir de uma correspondência cultural e histórica entre as repúblicas americanas, como proposto por Bolívar:

O conteúdo do pan-americanismo foi fornecido pelo monroísmo: a noção de uma unidade essencial do Novo Mundo e, igualmente, da separação irreparável entre a Europa e a América. O desafio do pan-americanismo consistia em produzir uma representação capaz de transfigurar a unidade puramente geológica do continente em comunhão de história e destino. A repercussão imediata da Doutrina Monroe refletiram a existência de um terreno fértil para a difusão dessas noções.⁵⁸

Como demonstra Teresa Dulci em sua pesquisa, em muitos recortes de jornais norte-americanos que tratavam do Pan-americanismo e que contavam com a participação de delegados e funcionários do governo norte-americanos em seus editoriais, pode-se perceber, de forma recorrente, o uso da expressão “os países ao sul de nós”, seja nos jornais controlados por democratas ou republicanos. Ao Sul, segundo a perspectiva de alguns desses jornais, estariam os países que compunham o “resto” da América. Essa situação deve-se a dois fatores: o primeiro seria um desinteresse dos norte-americanos em diferenciar os países abaixo da fronteira, em buscar a especificidade de cada nação; o segundo seria o interesse em formar um bloco, entendendo que “os países ao sul de nós” eram essencialmente agrários, incivilizados, com um passado colonial muito aproximado, países periféricos para escoar a produção industrial norte-americana através dos tratados de reciprocidade comercial. Nos recortes de jornais, descreve-se o outro (o restante da América) em termos de um déficit ou vácuo perene, e atribui-se sentido ao papel civilizatório dos norte-americanos na

⁵⁷ BUENO, Clodoaldo. *Op. cit.*, p. 57.

⁵⁸ MAGNOLI, Demétrio. *Op. cit.*, p. 193.

região⁵⁹. É importante observar que a construção de uma imagem “superior” dos norte-americanos, carregada de “civilização” e única no continente capaz de concorrer com a Europa, não foi uma idéia construída apenas pelos norte-americanos⁶⁰, pois, como veremos nos capítulos seguintes, vários intelectuais brasileiros destacaram a civilização norte-americana como o modelo a ser seguido no Brasil.

A insistência com que os Estados Unidos arrogaram a liderança política e econômica no continente fez com que vários governos latino-americanos receassem que o Pan-americanismo fosse um pretexto para o desenvolvimento de um imperialismo *yankee*. Às pretensões dos Estados Unidos não faltaram críticas dos intelectuais e também dos representantes da política externa dos países latino-americanos. Entre esses, José Martí mais uma vez dá o tom da crítica em uma de suas crônicas, publicada em 1891:

Quem fala de união econômica, fala de união política. [...] é preciso equilibrar o comércio para assegurar a liberdade. O povo que quer morrer, vende para um só povo, e o que quer se salvar, vende para mais de um. A influência excessiva de um país no comércio de outro converte-se em influência política. [...] O povo que quer ser livre, que seja livre nos negócios. [...] Nem uniões da América contra a Europa, nem com a Europa contra um povo da América. [...] A união, com o mundo, e não com uma parte dele; não com uma parte dele contra outra. Se algum dever tem a família de repúblicas da América, não é o de ir atrelada a uma delas contra as repúblicas futuras⁶¹.

De fato, as propostas dos Estados Unidos encontraram resistência por parte dos seus vizinhos do sul, tanto que a II Conferência Americana só se fez convocar depois de dez anos. Suas sessões transcorreram no México em 1901, decidindo-se então a serem convocadas a cada cinco anos. A III Conferência se realizou em 1906 no Rio de Janeiro

⁵⁹ De acordo com Dulci, uma parte importante das fontes são recortes de jornais, pois os delegados eram obrigados a prestar relatórios sobre as Conferências aos seus chanceleres. A maior parte desses recortes apresenta trechos dos principais jornais dos países que participaram das Conferências, pois o Itamaraty entendia ser importante estar a par do que os jornais escreviam antes, durante e depois das Conferências Pan-americanas. Para a relação dos jornais, ver DULCI, Teresa Maria Spyer. *As conferências Pan-Americanas: identidades, união aduaneira e arbitragem (1889-1928)*. Dissertação de Mestrado. Departamento de História, FFLCH, USP: 2008, p. 38.

⁶⁰ Para Ricardo Salvatore, “três argumentos sobre a América do Sul constituem o legado dos primeiros encontros textuais feitos por norte-americanos. Um deles foi a disposição em ver a América do Sul como um lugar que estava como que numa infância perpétua, incapaz de alcançar a maturidade política necessária para sustentar governos democráticos e estáveis. Outro motivo era aquele relacionado com a mistura racial atípica da região, algo que era apresentado como uma grande diferença em comparação com a América do Norte. O terceiro argumento era uma preocupação com o ‘atraso’ econômico e a falta de ‘civilização’ da região, sendo esses predicados dos outros dois argumentos (instabilidade política e miscigenação)”. SALVATORE, Ricardo. “The Enterprise of Knowledge: Representational Machines on Informal Empire”. In LEGRAND, Catharine C; SALVATORE, Ricardo D. (orgs). *Close Encounters of Empire: Writing the Cultural History of U. S. – Latin American Relations*. Durham: Duke University Press, 1998, p. 74.

⁶¹ MARTÍ, José. “A conferência monetária das repúblicas da América”. In *Op. cit.*, p. 205.

e a IV, em 1910, em Buenos Aires. A V Conferência prevista para 1915 não se pode convocar devido ao começo da Primeira Guerra Mundial⁶².

A intensificação do comércio dos Estados Unidos com a América Latina foi claramente o motivo pelo qual Blaine teve a iniciativa de convocar a 1ª Conferência Pan-Americana. Todavia, as motivações políticas e econômicas da iniciativa de Blaine, de vários políticos e homens de negócio norte-americanos evidenciaram-se mais concretamente no maior país latino-americano, com o qual os Estados Unidos mais negociavam, o país no qual Flint – o grande homem de negócios norte-americano – tinha o maior interesse comercial e o primeiro a assinar um tratado de comércio recíproco: o Brasil.

1.4 O Latino-americanismo

Como nos sugere Arturo Ardao, o antigo “americanismo” de origem hispano-americana, conteve, desde sua origem, em estado latente e muitas vezes em conflito, o que veio definitivamente a se desdobrar, depois de 1890, em “pan-americanismo” e “latino-americanismo” – cada qual seguindo desde então a sua própria, ainda que não independente evolução⁶³. Ampliando a discussão, é possível observar que, se é consenso entre os estudiosos do “americanismo” as origens da sua etapa norte-americana, em relação ao latino-americanismo a situação é mais complexa. Ainda que seja difundida a idéia de que América Latina ou Latino-américa e sua variação, latino-americanismo, tenha surgido em finais do século XIX como uma reação intelectual do espiritualismo do Sul frente ao utilitarismo do Norte, cujo livro do uruguaio Rodó, *Ariel*⁶⁴, é quase um texto de fundação, o fato é que sua origem foi muito anterior e corresponde, à época do seu surgimento, a outras motivações. Ao menos, parece existir consenso de que a primeira aparição do termo surgiu na França em meados do século XIX⁶⁵. Sob o governo de Napoleão III floresceu a doutrina do panlatinismo, sustentada pela idéia da unidade de todos os povos de raça latina. Um dos mais influentes articuladores dessa doutrina foi o Ministro Chevalier, historiador que serviu também

⁶² Cf. GLINKIN, Anatoli. *Op. cit.*, p. 49. Sobre as Conferências Pan-Americanas, ver DULCI, Teresa Maria Spyer. *Op. cit.*

⁶³ Cf. ARDAO, Arturo. “Panamericanismo y latinoamericanismo”. In ZEA, Leopoldo. (coord.). *América Latina em sus ideas*. México: Siglo XXI, UNESCO, 1986, p. 163.

⁶⁴ RODÓ, José Enrique. *Ariel*. Campinas: UNICAMP, 1991.

⁶⁵ Cf. ARDAO, Arturo. *Op. cit.*; PHELAN, John L. “El origen de la idea de Latinoamérica”. In ZEA, Leopoldo. *Fuentes de la cultura latinoamericana*. Vol. I. México: Fondo de Cultura Económica, 1993, p. 463-475.

como conselheiro do imperador. Alguns estudiosos vêem no uso que Chevalier fez da expressão *race latine* o embrião de uma concepção de América Latina⁶⁶.

O fato é que, uma vez que o projeto bolivarianista vai se dissolvendo, outra representação das nações americanas surge destinada a concorrer com o Pan-americanismo: a América Latina. O adjetivo “latina”, de origem francesa, pretendia demarcar uma ruptura entre os Estados Unidos e o México, sobre a fronteira do Rio Grande, e ao mesmo tempo representar um conjunto homogêneo que unificasse o México, América Central, Caribe e a América do Sul, supostamente amparados em solidariedades culturais, manifestando-se a favor da defesa das Américas contra o expansionismo imperial dos Estados Unidos. Além desse propósito, o termo “latina” servia para ressaltar as bases identitárias distintas da hispanidade:

Esta etiqueta, amplamente aceita em nossos dias, o que recobre? De onde vem?... Pois o epíteto “latino” tem uma história, ainda que o Haiti francófono em suas elites, possa hoje lhes servir de álibi: ele aparece na França, na época de Napoleão III, ligado ao grande desígnio de “ajudar” as nações “latinas” da América a impedir a expansão dos Estados Unidos. A infeliz proeza mexicana foi a realização concreta dessa idéia grandiosa. A latinidade tinha a vantagem, apagando os laços particulares da Espanha com uma parte do Novo Mundo, de dar à França legítimos deveres para com seus “irmãos” americanos católicos e romanos. [...] Os Estados Unidos, por sua vez, opuseram o pan-americanismo àquela máquina de guerra européia antes de adotar essa denominação vertical conforme a seus desígnios e que eles contribuíram para divulgar.⁶⁷

Para Richard Morse, o termo “latina” fazia parte de um “discurso ‘geoideológico’ para a suposta unidade lingüística, cultural e ‘racial’ dos povos latinos, em contraposição aos germânicos, anglo-saxões e eslavos”⁶⁸. Já de acordo com Ardao, a entrada em cena das expressões *América Latina* ou *Latino-américa* havia significado mais que um conjunto de neologismos, pois se tratava “da introdução histórica de um novo conceito das relações da nossa América, com a Europa por um lado e com os Estados Unidos por outro, diante o qual vinha a caducar o tradicional e indiscriminado dualismo Europa-América”⁶⁹. Dois fatores decisivos contribuíram para que essa nova configuração aparecesse: primeiro, a evidência, para muitos, de que o perigo para o futuro dos países hispano-americanos era o expansionismo norte-americano, mais que o revanchismo europeu; segundo, pela ascensão do fenômeno europeu em torno das

⁶⁶ Cf. PHELAN, John L. *Op. cit.*, p. 473.

⁶⁷ ROUQUIÉ, Alain. *O extremo Ocidente: introdução à América Latina*. São Paulo: Edusp, 1991, p. 22-23.

⁶⁸ MORSE, Richard. *O espelho de Próspero: cultura e idéia nas Américas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 14.

⁶⁹ ARDAO, Arturo. *Op. cit.*, p. 161.

nacionalidades, ou seja, o impulso de grandes entidades étnico-culturais através do doutrinário das raças – o pan-germanismo, o pan-eslavismo, assim como dos movimentos de unificação italiana de Mazzini e Garibaldi, que impulsionaram a sua autoconsciência ao mundo anglo-saxão por um lado, enquanto o latino impulsionava por outro⁷⁰.

Alguns hispano-americanos, em contato com essa realidade européia e atentos aos primeiros conflitos entre os Estados Unidos e os países hispano-americanos, iriam salientar a dualidade das duas Américas: a latina e a anglo-saxã. Dentre esses hispano-americanos estariam José María Torres Caicedo e o chileno Francisco Bilbao, ambos residente à época em Paris. Bilbao empregou o vocábulo *América latina* em uma conferência ditada na capital francesa, em 1856, com o título de “Iniciativa de la América”, utilizando-se também do termo *latino-americano*. Em seus textos, Bilbao defendeu a *raza latino-americana* frente ao expansionismo anglo-saxão do país do norte, onde a civilização havia desaparecido e emergia agora a barbárie. Três meses depois do discurso fundacional de Bilbao em relação à denominação de América Latina, Torres Caicedo – jornalista, poeta, crítico e escritor colombiano que, embora tenha vivido quase toda sua vida em Paris, cultivava fortes laços com o seu país de origem – utiliza também o termo *América latina*. O primeiro registro do uso do termo por Torres Caicedo encontra-se no poema *Las dos Américas*, publicado em Veneza, em 1856⁷¹. Alarmado com o expansionismo territorial dos Estados Unidos, que até aquele ano já havia anexado metade do território mexicano e patrocinado a invasão da Nicarágua, Torres Caicedo pregava a formação de uma confederação de repúblicas latino-americanas para resistir à agressão que vinha do norte. Em 1865, publica em Paris⁷², seu

⁷⁰ Ao longo do século XIX, manifestações de um sentimento integracionista entre os países americanos foram reavivados por crises internacionais e despertaram a consciência americana ante ameaças externas: Juan Bautista Alberti dedicou ao assunto sua tese de licenciatura em 1844; o prócer panamenho Justo Arosemena dedica-lhe um estudo histórico *Estudio sobre la Idea de Una Liga Americana*; o bogotano Torres Caicedo publica, em Paris, seu ensaio sobre a formação de uma liga americana, *Unión Latinoamericana*, ao qual anexou a cópia da documentação oficial sobre a convocação do Congresso do Panamá e sobre os trabalhos do Congresso de Lima de 1847. Cf. “Editorial”. In *Cadernos do CHDD*. Ano I, Número 2, 1º Semestre de 2003, p. 7.

⁷¹ Torres Caicedo assim se expressa na primeira estrofe da parte IX do seu poema: *Mas aislados se encuentran, desunidos,/ Esos pueblos nacidos para aliarse:/ La unión es su deber, su ley amarse:/ Igual origen tienen y misión;/ La raza de la América latina,/ Al frente tiene la sajona raza,/ Enemigo mortal que ya amenaza/ Su libertad destruir y su pendón*. Apud VILLABOY & GALLARDO. *Op. cit.*, p. 43.

⁷² Como destacam Villaboy e Gallardo, a cultura francesa contribuiu de maneira significativa para o surgimento do termo *América latina*, não apenas criando o ambiente intelectual que permitiu a sua invenção por Bilbao e Torres Caicedo, como também foi importante para a difusão internacional do nome dado ao subcontinente. Desde 1857 publicava-se em Paris *La Revue des Races Latines* – que já em 1861 se valeu, pela primeira vez de maneira expressa – de *l’Amérique latine* para designar a hispano-américa. Cf. VILLABOY & GALLARDO. *Op. cit.*, p. 45.

livro *Unión Latinoamericana* destinado a criticar a doutrina do Destino Manifesto, versão atualizada pelo presidente norte-americano, Buchanan, em sua mensagem às Câmaras de 1857, em um brutal tom de “imperialismo da raça”⁷³.

Torres Caicedo tentou transformar suas idéias em um projeto político através da criação da “Sociedad Latinoamericana Científico Literária”, em 1868, e da “Sociedad de la Unión Latinoamericana”, em 1879 – instituições que congregaram intelectuais de vários países da América hispânica, em sua maioria literatos exilados como Torres Caicedo. Em 1882, publicava um ensaio intitulado *La América Anglosajona y la América Latina*, criticando Blaine e o Pan-americanismo:

[...] a idéia de União será um dia um fato histórico; para que esses Congressos tenham lugar no território latino-americano, a fim de buscar os meios de resistir, de nos unir e de fazer frente a todos aqueles – europeus e americanos – que tenham a pretensão de nos subjugar. Depois das teorias do “Destino Manifesto” proclamadas com mais energia em 1881, o Congresso das duas Américas em Washington seria uma falta política da parte dos latino-americanos⁷⁴.

Por coincidência simbólica, Torres Caicedo morreu em seu exílio parisiense em 1889, o mesmo ano em que o artífice do Pan-americanismo, James G. Blaine, reuniu representantes de quase todas as nações americanas para a I Conferência Internacional Americana, em Washington. Um ano mais tarde, segundo o *Oxford English Dictionary*, o termo *Latin America* seria usado em um documento oficial nos Estados Unidos⁷⁵. O latino-americanismo fundado por Torres Caicedo, na busca pelo estabelecimento de uma “União Latinoamericana” – enunciada em 1865 – foi vencido no final da década de 80 do século XIX pelo Pan-americanismo arquitetado por Blaine, passando a chamar-se em 1910, “União Pan-americana”.

No âmbito da América Latina, as idéias latino-americanistas se desenvolveram em uma concepção continentalista, traduzida em projetos, movimentos de união, liga, confederação, ensaios, textos diplomáticos e jurídicos, cuja origem e repercussão devem ser buscadas no Congresso do Panamá-Tacubaya de 1826-1828 e nos chamados Congressos Americanos de Lima, de 1847-1848 e 1864-1865. Porém, muitos antagonismos teóricos e práticos coexistiram nesse contexto, como a inclusão ou não de outros países que não os hispano-americanos nas uniões projetadas ou tentadas, como

⁷³ Cf. ARDAO, Arturo. *Op. cit.*, p. 161-162.

⁷⁴ TORRES CAICEDO, José María. Apud ARDAO, Arturo. *Op. cit.*, p. 162.

⁷⁵ FERES JR., João. *A história do conceito de “Latin America” nos Estados Unidos*. Bauru: EDUSC, 2005, p. 55.

por exemplo, a questão da participação dos Estados Unidos, por um lado, e do Brasil e do Haiti, por outro.

Diante do avanço da política pan-americanista norte-americana no continente, a idéia de latino-americanismo passa a ganhar força depois de 1900, especialmente depois da guerra hispano-americana de 1898. Podemos dizer, em síntese, que a crítica ao Pan-americanismo, produzida nos meios acadêmicos, políticos e culturais, foi inseparável da afirmação e propagação do latino-americanismo. As já mencionadas crônicas de José Martí para o *La Nación* durante I Conferência Internacional Americana também tiveram um papel importante na articulação do latino-americanismo como uma opção às pretensões do Pan-americanismo. Através delas, ele denuncia a busca do predomínio dos Estados Unidos sobre os povos da América, apesar da aparente mansidão da convocatória:

nesses mesmos momentos da reunião de seus povos, mas pelo que são essas relações no momento presente se entenderá como serão, e para que, as relações que virão depois; e depois de deduzir a natureza e o objeto das amizades projetadas será preciso estudar a qual das duas Américas convém, e se são absolutamente necessárias para sua paz e vida comuns, ou se estarão melhor como amigas naturais sobre bases livres, do que como um coro de vozes sujeito a um povo de interesses diferentes, composição híbrida e problemas pavorosos⁷⁶.

Também, desde 1900, temos as páginas de *Ariel*, do uruguaio José Enrique Rodó, cuja mensagem latino-americanista teve ampla repercussão na época, tornando-se fonte inspiradora de diversos pensadores do continente, sendo criado até mesmo o substantivo “arielismo”⁷⁷. *Ariel* valorizava as tradições hispânicas como fonte primordial da cultura latino-americana, e fora inspirado, pelo menos em parte, pela intervenção norte-americana na guerra hispano-americana de 1898. Sua forma oratória, dirigida especialmente à juventude da América, alertava sobre os perigos da expansão do utilitarismo e do pragmatismo, sobre a emergência de novos grupos, principalmente as multidões cosmopolitas que chegavam com as ondas imigratórias, sobre o perigo da degeneração democrática, que afogaria sob a força cega do número toda e qualquer noção de qualidade, conduzindo fatalmente ao convívio da mediocridade espiritual.

Apropriando-se da tríade de personagens de Shakespeare em *A Tempestade*, – Ariel-Próspero-Caliban – Rodó construiu metáforas sobre as Américas: Ariel constituía-

⁷⁶ MARTÍ, José. “Conferência Internacional de Washington”. In *Op. cit.*, p. 177.

⁷⁷ Segundo Arturo Ardao, é bastante difundida a idéia de que América Latina, ou Latino-América, com o correlativo conceito de latino-americanismo, surgiu em fins do século XIX e início do XX, como uma reação intelectual do espiritualismo do Sul frente o utilitarismo do Norte, tomando-se *Ariel* como um texto fundacional dessa idéia. Cf. ARDAO, Arturo. *Op. cit.*, p. 160.

se, para ele, em símbolo da América Latina, gênio do ar, representava a parte nobre do espírito, a espiritualidade da cultura. Diante do espírito etéreo, puro e desinteressado da América Latina, o materialismo da América inglesa é representado por Caliban, o monstro que idolatrava a matéria, representação dos Estados Unidos – uma paráfrase de *A Tempestade* de Shakespeare, recriada com elementos da época para caracterizar a defesa dos valores do espírito da América Latina em contraposição ao materialismo da América Anglo-Saxônica. É, pois, nesse sentido, que Rodó adota Próspero como herói civilizador – mediador entre Ariel e Caliban – cuja presença textual é mais forte e tem voz própria, ao contrário das outras personagens⁷⁸ – e elege Ariel como jovem, idealista inteligente, europeizante, enquanto apresenta Caliban como o utilitarista sem ideais, interessado apenas em realizações e bens materiais, uma nítida alusão ao modelo norte-americano que considerava impróprio para a América Latina: “A civilização de um povo adquire seu caráter não das manifestações de sua prosperidade ou grandeza material, e sim das maneiras superiores de pensar e sentir que são possíveis dentro delas”⁷⁹.

A crítica de Rodó incide sobre o utilitarismo e a vulgaridade coletiva, a preocupação absoluta com o triunfo material. A América do Norte é citada como exemplo máximo da combinação de concepção utilitária e de igualdade na mediocridade, e, apesar de admirar sua grande força e realizações materiais, Rodó critica a tendência da América Latina em imitá-la. Seu receio, quanto ao “perigo ianque”, situa-se contra o que ele próprio chamou de “nortemania”⁸⁰, ou seja, o crescimento, na América Latina – principalmente entre os intelectuais, políticos e governantes – de um forte sentimento de admiração pela força e riqueza dos Estados Unidos. Essa inclinação poderia levar, segundo o autor de *Ariel*, a uma imitação servil de instituições, costumes e idéias estranhas ao espírito dos americanos. Assim, a despeito da alegoria criada por Shakespeare em *A Tempestade*, quando desenvolve as figuras e figurações de Próspero e Caliban, compreendendo Ariel como mediação intelectual, Rodó elabora categorias para se pensar nas diferenças entre América Latina e América Anglo-Saxônica, traduzidas nas relações entre minorias e multidões, materialidade e espiritualidade, número e qualidade e de forma mais ampla, na diferença de suas culturas, pois nas suas próprias palavras, “A América precisa[ria] manter no

⁷⁸ Cf. WEINBERG, Liliana. “Una lectura del *Ariel*”. In *Cuadernos Americanos*. Vol. I, nº. 85, 2001, p. 78.

⁷⁹ RODÓ, José Enrique. *Op. cit.*, p. 55.

⁸⁰ Idem, *ibidem*, p. 70.

presente a dualidade original de sua constituição”⁸¹. Os argumentos de Rodó em *Ariel* parecem indicar os pressupostos a partir dos quais toda uma geração de latino-americanistas iria construir sua argumentação e a crítica a respeito do modo de proceder dos Estados Unidos em relação à América Latina.

É preciso reconhecer também que se a expansão e o progresso dos Estados Unidos causavam temor, também causavam admiração. Neste sentido, seria desnecessário mencionar a relevância teórica que os *federalist papers* dos *foundings fathers* norte-americanos adquiriu no conjunto da sociedade internacional, pelo menos do ponto de vista do Ocidente. Também, a obra de Tocqueville, *A democracia na América* constitui apenas um exemplo do profundo impacto intelectual produzido na Europa e na América Latina, ao longo do século XIX, pela Revolução norte-americana e a posterior organização institucional da República, da Federação e do Presidencialismo.

É importante notar assim, que Aléxis de Tocqueville já nos expusera em 1835 que “cada povo que cresce no Novo Mundo, nasce e cresce, pois, de certo modo, para proveito dos anglo-americanos”⁸². O significado de tal observação, como nos aponta Luiz Werneck Vianna, poderia ter seu sentido esclarecido no confronto entre as duas Américas, a do Norte e a do Sul. Mais que “simples preponderância política, militar e econômica sobre a América do Sul”, o caso bem-sucedido do moderno na América do Norte “apontaria para um processo em que o *atraso* ibérico, sob o impacto das diferentes influências exercidas pelo seu vizinho anglo-saxão, converter-se-ia às ‘luzes’ e modernizar-se-ia, rompendo com os fundamentos da sua própria história”. Assim compreendida, a visão da história para Tocqueville é, no que diz respeito ao futuro, ascendente, uma história que se move em direção às luzes sobre o primado das civilizações industriais:

O *atraso* se constituiria num estado passageiro, o *doux commerce* internalizando no *outro* os valores americanos, em que o pólo mais desenvolvido obrigaria e induziria o menos desenvolvido à dependência e à imitação. No contexto do Novo Mundo, portanto, Tocqueville vai entender que a experiência americana não é irredutível à sua formação nacional, devendo e podendo ser absorvida pelos países de raiz ibérica. Compreensão, aliás, que será compartilhada pelo pensamento liberal ibero-americano, a

⁸¹ Idem, *ibidem*, p. 73.

⁸² TOCQUEVILLE, Aléxis de. *A democracia na América*. 2ª ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1977, p. 311.

partir de fins dos anos 40 do século XIX, como nos argentinos Sarmiento e Alberdi e nos brasileiros Tavares Bastos e André Rebouças⁸³.

Nesse sentido, talvez possamos compreender melhor a relação estabelecida entre o argentino Domingo Faustino Sarmiento⁸⁴ (1811-1888) com os Estados Unidos. Para este autor, apesar das diferenças históricas, o país do norte é visto como o modelo a ser adotado pelas demais nações americanas. No seu livro, *Conflicto y armonía de las razas en América*, publicado em 1883, Sarmiento buscava explicar o mau êxito das instituições republicanas “num território de tão vasta extensão” como o da América hispânica. Segundo o autor, este livro representou a oportunidade de confrontar e rever concepções defendidas no seu primeiro e mais famoso livro, *Facundo: civilização e barbárie* (1845)⁸⁵:

explicar el mal éxito parcial de las instituciones republicanas em tan grande extensión y em tan distintos ensayos por la resistencia de inercia que al fin desenvuelve calor em lo moral como en lo físico, señalar las deficiencias y apuntar los complementos, sin salir del cuadro que trazan a la América sus próprios destinos, tal es el objeto de *Conflicto de las razas en América* que apresento al público y que reclamo sea leído⁸⁶.

No livro *Conflicto y armonía de las razas* o autor compara a colonização espanhola na região do Prata com a inglesa na América do Norte. Sarmiento destaca a questão racial como a matriz principal da diferença entre os dois passados coloniais. Os anglo-saxões teriam se recusado a assimilar as “raças indígenas”, e por isso negaram sua participação “quer como parceiros, quer como servos” na construção da sociedade. Os espanhóis na América, inversamente, teriam se contentado com a própria raça, “que não saíra totalmente da idade média ao transladar-se para a América e que absorvera em seu sangue uma raça pré-histórica e servil”⁸⁷. Ao encaminhar a argumentação sobre a questão racial, a miscigenação e os desenvolvimentos subseqüentes, Sarmiento propõe a imigração como a principal solução para a América hispânica⁸⁸. No seu entender, a

⁸³ WERNECK VIANNA, Luiz. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004, p. 118-119.

⁸⁴ Sarmiento foi jornalista, educador e diplomata. Como homem de vida pública atingiu os mais altos escalões, tornando-se presidente de seu país de 1868 a 1874.

⁸⁵ SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo: civilización y barbarie*. 2ª Ed. Caracas: Ayacucho, 1985.

⁸⁶ SARMIENTO, Domingo Faustino. “Conflicto y armonía de las razas em América”. In ZEA, Leopoldo. (Compilador) *Fuentes de la cultura latinoamericana*. Vol. I. México: Fondo de Cultura Económica, 1993, p. 407.

⁸⁷ Idem, ibidem, p. 407.

⁸⁸ Sarmiento não era o único que grassava dessa opinião. Alberdi também assim se manifestava: “Com 3 milhões de indígenas, cristãos e católicos, não realizaremos a república certamente. Não a realizaremos tão pouco com 4 milhões de espanhóis peninsulares, porque o espanhol puro é incapaz de realizá-la aqui ou lá. Se temos de compor nossa população, tendo em vista nosso sistema de governo, é necessário

tradição espanhola amarrava a América hispânica ao atraso e a barbárie⁸⁹, e, ao questionar-se sobre a “peculiaridade da raça latina” ele a via como responsável pelo “ritmo vagaroso” da região, a lentidão do progresso, e da má organização regular de governos representativos e livres nessa parte da América. Sarmiento perguntava-se se tal característica viria a ser, ou poderia ser, transformada um dia. Perguntava-se também o que a América hispânica poderia fazer para seguir os destinos prósperos e livres da América anglo-saxã. Como entendia que a reprodução das espécies continuava a ser determinada pela “natureza”, isto é, pelas “circunstâncias peculiares do clima, alimentação e aptidão física”, a resposta encontrada por Sarmiento foi a imigração. Cerca de meio milhão de homens, mulheres e crianças chegavam de diferentes partes do mundo, anualmente nos Estados Unidos, de acordo com Sarmiento. Perguntava assim, por que, ao sul do Istmo do Panamá, os imigrantes da Europa e de outras partes do mundo não haviam sido atraídos na mesma quantidade, ou, por que a essas regiões faltavam os recém chegados daqueles lugares comumente identificados aos centros de civilização. Ainda, perguntava por que quando se deu a remoção dos excessos populacionais da Europa, os Estados Unidos foram os escolhidos e não algum outro “território vazio” ou “espaço pouco utilizado” das Américas?⁹⁰

A resposta de Sarmiento a esses motivos era a de que, para abrigar e bem adaptar essas “forças ativas e progressos intelectuais” – tal como acreditava que já tinha ocorrido no caso dos Estados Unidos – deveria ser feita antecipadamente uma dupla intervenção para extirpar para sempre a “barbárie”: de um lado, por meio da promoção da educação e, de outro, pela abertura total do país aos imigrantes, principalmente àqueles pertencentes às raças ditas capazes de promover o progresso. A educação era vista por ele como uma espécie de “vacina” para uma sociedade em que estavam mescladas “a nuestro ser como nación, razas indígenas, primitivas, prehistóricas,

fomentar em nosso solo a população anglo-saxã. Ela está identificada ao vapor, ao comércio, e à liberdade e nos será impossível radicar estas coisas, entre nós sem a cooperação ativa desta raça de progresso e civilização”. Apud ROMERO, José Luís. *Las ideas políticas en Argentina*. México: Fondo de Cultura Económica, 1946, p. 145 e 146.

⁸⁹ “No início de sua grande fase de prosperidade, que se iria estender às primeiras décadas do século XX, a Argentina vivia uma ânsia de modernização que tinha como resposta ideológica o esforço para remover de sua sociedade a *leyenda negra* da tradição espanhola que amarrava, nesse entender, a América hispânica ao atraso e à barbárie. O repúdio à herança espanhola traduzia-se em uma renovada identificação com a idéia da América como símbolo de modernidade e progresso”. SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. *Op. cit.*, p. 63-64; BETHELL, Leslie. “O Brasil e a idéia de ‘América Latina’ em perspectiva histórica”. In *Revista Estudos Históricos*. CPDOC/FGV: Rio de Janeiro: Vol. 22, nº 44, 2009, p. 292-293. Disponível: <http://virtualbib.fgv.br>. Acesso: 27/07/2010.

⁹⁰ SARMIENTO, Domingo Faustino. “Conflicto y armonía de las razas en América”. *Op. cit.*, p. 409.

destituidas de todo rudimento de civilización y gobierno”⁹¹. Sarmiento, ao utilizar dessa forte imagem fisiológica, atribuía à escola uma verdadeira ação redentora – o extermínio dos traços de barbárie considerados há muito presentes entre a população – era o modo de criar melhores condições para os desenvolvimentos político-institucionais desejados no futuro: “sólo la escuela puede llevar al alma el germen que en la edad adulta desenvolverá la vida social; y a introducir esta vacunación, para extirpar la muerte que nos dará la barbárie insumida em nuestras venas”⁹². Ele esperava da imigração a mais valiosa contribuição ao “nosso ser como nação” e via nos recém-chegados a única oportunidade para de vez “enderezar las vias tortuosas en que la civilización europea vino a extraviarse en las soledades de esta América”⁹³. A imigração, chamada em seu trabalho de “nube y lluvia fecundante” era parte importante do projeto de abrir o país para o capital e trabalho estrangeiros. Sarmiento alerta que, com exceção de tentativas isoladas de colônias italianas, dos argentinos e mexicanos, a América espanhola ainda era fechada aos estrangeiros. E, portanto, para aqueles que representavam a “raça latina” na América espanhola não se desviassem da missão de alcançar a “civilização moderna”, era necessária uma ação imediata visando o aumento do fluxo de imigrantes.

Sarmiento, ao invés de opor-se aos Estados Unidos, no seu ininterrupto movimento em direção ao progresso no final do século XIX, achou mais prudente tentar aproximar-se daquele país. A frase com que conclui o seu livro tornar-se-ia anos depois, motivos de sentimentos extremamente ambíguos entre os argentinos⁹⁴ e expressou a solução encontrada ao seu dilema:

La América del Sur se queda atrás y perderá su misión providencial de sucursal de la civilización moderna. No detengamos a Estados Unidos em su marcha: es lo que em definitiva proponen alguns. Alcancemos a Estados Unidos. Seamos la América, como el mar es el Océano. Seamos Estados Unidos!⁹⁵

⁹¹ Idem, *ibidem*, p. 410.

⁹² Idem, *ibidem*, p. 410.

⁹³ Idem, *ibidem*, p. 411.

⁹⁴ Cf. PAMPLONA, Marco A. “Ambigüidades do pensamento latino-americano: intelectuais e a idéia de nação na Argentina e no Brasil”. In *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, Vol. II, nº 32, 2003, p. 21.

⁹⁵ SARMIENTO, Domingo Faustino. “Conflicto y armonía de las razas em América”. *Op. cit.*, p., p. 411. Segundo Maria Lígia Prado, no sentido proposto por Sarmiento, “Ser sucursal significa depender de uma matriz, estar-lhe subordinado, ser-lhe subalterno; indica a incapacidade de criar algo novo, de constituir-se como entidade distinta daquela de onde se origina. Ser sucursal da civilização moderna significa que a América do Sul não assumiria sua verdadeira face, com seus negros, seus índios, seus mestiços, sua miséria, sua ignorância, seu atraso. A América do Sul não tem outra possibilidade que a imitação e a cópia: se não somos a Europa, se não somos nós mesmos, sejamos, então, os Estados Unidos!”. PRADO,

2. O início do Pan-americanismo no Brasil

2.1 Retrospectiva histórica das relações entre o Brasil e os Estados Unidos

As relações entre o Brasil e os Estados Unidos foram marcadas ao longo do tempo por turbulências e inconstâncias. Há que se destacar que num primeiro momento, que data da vinda de Dom João VI, o Brasil foi o primeiro país latino a ter um diplomata norte-americano residente e também o primeiro a reconhecer a Doutrina Monroe de 1823. Os Estados Unidos, por sua vez, foi o primeiro país a reconhecer a independência brasileira em 1824. Avivado pela Doutrina Monroe, o Brasil chegou mesmo a propor aos Estados Unidos que participassem de um tratado de defesa recíproca para protegê-lo da recolonização portuguesa. Ainda que o Congresso norte-americano tenha se recusado a se comprometer com tal projeto (sobretudo por serem os portugueses aliados dos ingleses), os dois países assinaram em 1828 um Tratado de Amizade, Comércio e Navegação. Doze anos depois, quando o Tratado de 1828 expirou, as relações entre os dois países estavam mais distantes, de modo que o governo de D. Pedro II recusou-se a renová-lo, como pretendiam os Estados Unidos e as outras potências com as quais o Império havia firmado acordos semelhantes após a Independência.

Outro ponto importante da relação bilateral de então foi o auxílio fornecido pelos *clippers* norte-americanos ao tráfico de escravos para o Brasil. Pelo menos até a proibição determinante dos ingleses, o Brasil era parte integrante da rota comercial triangular norte-americana, que incluía as Índias Ocidentais e a África⁹⁶.

As décadas de 1840 e 1850, por sua vez, ficaram caracterizadas pelo retraimento das boas relações entre o Brasil e os Estados Unidos, em decorrência do receio quanto ao expansionismo norte-americano. A política norte-americana de grande parte do século XIX buscava a formação e consolidação da nação, a ampliação do espaço

Maria Lígia. “América Latina: tradição e crítica”. In *Revista Brasileira de História*. São Paulo: vol. 1, nº 2, set. 1981, p. 170.

⁹⁶“De 1831 a 1856, cerca de 500.000 escravos entraram no Brasil, a maioria em navios dos Estados Unidos”. BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil* (Dois séculos de história). 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978, p. 76. “Navios que ostentavam a bandeira dos Estados Unidos – o que os dispensava da vistoria inglesa – trazendo escravos para o Brasil passaram a ser vistos não apenas como uma bênção econômica, mas como uma provocação direta aos ingleses. Isso fazia parte do modelo mais amplo da rivalidade entre norte-americanos e ingleses que vigorava na América do Sul no início do século XIX e tornaria a desempenhar papel central na diplomacia da década de 1890”. TOPIK, Steven C. *Op. cit.*, p. 106.

territorial com base na doutrina do Destino Manifesto, que a esta época estava se manifestando nos conflitos com o México e nos ataques de aventureiros ianques à América Central. Os políticos brasileiros à época ficaram atentos às investidas norte-americanas à região amazônica e estimularam a assinatura de um tratado com a Bolívia e o Peru que proibia navios com bandeira dos Estados Unidos de negociar ou trafegar na bacia amazônica⁹⁷. Os receios não eram infundados, pois em 1849, um tenente da marinha americana – Matthew Fontaine Maury – pediu a abertura da Amazônia e sua colonização pelos norte-americanos, sendo a proposta recebida calorosamente nas convenções sulistas de New Orleans e Memphis. Ainda, o Congresso examinou a questão e publicou o relatório do tenente e várias propostas para instalar escravos norte-americanos na Amazônia foram formuladas na década de 1850⁹⁸. Com o início da Guerra Civil e a abolição da escravidão nos Estados Unidos, as tensões entre os dois países abrandaram, comprovado pelo fato de que cerca de 3 mil ex-confederados estabeleceram-se nos estados do Pará, Espírito Santo e São Paulo, não sendo considerados como representativos de qualquer ameaça de dominação.

⁹⁷ Nas Atas do Conselho de Estado Pleno podemos observar que na sessão de 1º de abril de 1854 foi debatido o assunto sobre a navegação do Rio Amazonas, de grande relevância para o Império brasileiro. Foi relator da consulta o futuro Visconde de Uruguai, Paulino José Soares de Sousa, já como relator da Seção dos Negócios dos Estrangeiros: “As tentativas feitas pelos Estados Unidos para se introduzir no Amazonas são muito anteriores aos primeiros passos dados pelo Brasil para se entender com os ribeirinhos. Em 1826 organizou-se em Nova Iorque uma Companhia que se propunha a navegar o Amazonas por barcos de vapor. Essa pretensão apresentada à Câmara dos Deputados do Brasil não foi atendida, o que depois deu causa à reclamação de uma forte indenização feita por Mr. Wise por ordem de seu governo em Nota de 17 de novembro de 1845. Consta segundo comunicações recentes do nosso Ministro em Washington achar-se organizada em Nova Iorque nova Companhia com grandes capitais para navegar o Amazonas e seus tributários, e que o agente dessa Companhia se tem dirigido ao Governo Americano, e procura interessar na empresa os Agentes diplomáticos das Repúblicas ribeirinhas daquele rio. Em junho de 1850 o Secretário de interior Mr. Ewing, e o dos Estrangeiros Mr. Clayton, insistiram com o nosso Ministro em Washington sobre o assunto da exploração, e navegação do Amazonas, alegando que o Brasil não podia aproveitar as suas riquezas, e declarando que os Estados Unidos estavam prontos a fazer quaisquer despesas para aquela navegação e exploração”. Ainda na Ata do Conselho de Estado Pleno, Paulino formula nesses termos, a fim de solucionar a questão da navegação do rio Amazonas, suscitada principalmente, pelos Estados Unidos: “Convém entretanto que nos mais lidos jornais do Brasil se publiquem bem escritas artigos contra toda a tentativa de navegação no Amazonas não permitida pelo Governo brasileiro. [...] Finalmente desperte-se o brio dos brasileiros, já por este modo, já pelo que se pode dizer nas Câmaras Legislativas contra as injustas pretensões dos Ianques. [...] Creio porém que se o Governo dos Estados Unidos vir que o do Brasil se ocupa seriamente dos preparativos tendentes a franquear a navegação do Amazonas, respeitará este procedimento, e dela se servirá para conter a precipitação com que alguns dos súditos daquela República querem encetar essa navegação. Vedá-la sempre aos estrangeiros não é possível, concedê-la inopinadamente, e nas circunstâncias em que se acha aquele território, é pôr o Brasil em risco de perdê-lo”. RODRIGUES, J. H., (ORG.) *Atas do Conselho de Estado Pleno, Terceiro Conselho de Estado (1850-1857)*. Brasília, Senado Federal, 1978, p. 109-110. Disponível em: <http://www.senado.org.br>. Acesso: 24/06/2010.

⁹⁸ Cf. TOPIK, Steven C. *Op. cit.*, p. 107; Cf. BANDEIRA, Moniz. *Op. cit.*, p. 86-97. Cabe lembrar que Tavares Bastos transformou em campanha a abertura da navegação no Amazonas e estava convencido de que as relações com os Estados Unidos, mesmo do ponto de vista político, eram as que mais convinhavam ao Brasil. Cf. TAVARES BASTOS, A. C. *Cartas do Solitário*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938.

Além disso, incidentes de segunda ordem provocados por uma série de diplomatas norte-americanos ineptos, designados para o Brasil entre 1822 e 1860, contribuíram para deixar péssima impressão no governo brasileiro, o que acabava, de certo modo, refletindo-se como a postura oficial de Washington⁹⁹. Do lado brasileiro, eminentes diplomatas também não eram enviados à capital norte-americana, reservando-os para os postos europeus. Embora a relação entre o Brasil e os Estados Unidos tenha sido na maior parte do tempo de reserva, o isolamento de ambos com relação aos seus vizinhos continentais, forçava-os a manterem boas relações bilaterais. A atitude dos dois governos de pouca agressividade e cautela no trato de questões diplomáticas garantiu-lhes a manutenção do comércio que já era significativo e a resistência à preeminência inglesa. Assim, quase 40 anos se passariam para que as relações entre os dois países se tornassem cordiais e estreitas. Os Estados Unidos tornaram-se o maior mercado consumidor para o café brasileiro depois que este foi isentado de tributos sobre a importação, em 1872. As exportações brasileiras para os Estados Unidos quase triplicaram em 1870 e ao longo dessa mesma década, mais uma vez duplicaram¹⁰⁰. A amizade entre os dois países finalmente se consolidou em 1876, quando o imperador D. Pedro II viajou à Filadélfia para a exposição comemorativa do centenário da Independência americana, por cuja abertura oficial foi responsável e da qual retornou aficcionado pelos progressos científicos norte-americanos. Desse momento em diante, as relações entre Brasil e Estados Unidos tornar-se-iam mais estreitas e a influência norte-americana marcaria tanto nossa política externa brasileira, nos investimentos internos, quanto nossa esfera cultural nas últimas décadas do Império¹⁰¹.

No último ano do regime imperial, D. Pedro enviou uma delegação a Washington para o Congresso Pan-Americano com duas incumbências: representar o Brasil na Conferência e negociar um tratado comercial com os Estados Unidos¹⁰². A despeito das diferenças políticas, dois dos três representantes do Brasil que D. Pedro

⁹⁹ Os exemplos são Condé Raguet (1825-1828), Henry A. Wise (1844-1847) e o General James Watson Webb (1861-1869), citados com base em BANDEIRA, Moniz. *Op. cit.*, respectivamente p. 55, 82, 106; BURNS, E. Bradford. *A aliança não escrita: o Barão do Rio Branco e as relações do Brasil com os Estados Unidos*. Rio de Janeiro: EMC Ed., 2003, p. 79-81.

¹⁰⁰ TOPIK, Steven C. *Op. cit.*, p. 108.

¹⁰¹ Sobre a influência norte-americana na cultura brasileira no final do Império e nos primeiros anos da República, ver FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso*. In SANTIAGO, Silviano. *Intérpretes do Brasil*. Vol. III. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000.

¹⁰² MENDONÇA, Salvador de. *Ajuste de contas*. Rio de Janeiro: Typografia do Jornal do Comércio, 1899-1904, p. 40.

enviou para o Congresso, Lafayette Pereira e Salvador de Mendonça, haviam sido membros do primeiro diretório do Partido Republicano e colaborado em seu jornal.

2.2 A “americanização republicana”

Embora a política externa brasileira de final da década de 1880 tivesse estreitado relações com os Estados Unidos, esta não deve ser caracterizada, pelo menos ainda nesse momento, como sendo de orientação “norte-americana”, mas sim como “americana”. Como sugere a observação de Faoro, “na ruptura do liberalismo com a monarquia não intervêm apenas a lógica e a teoria das forças políticas entregues a si próprias”, mas “um pólo de atração, já em ascendência por via da prosperidade norte-americana, se ergue, não só imantado em Washington”. Nesse sentido, ainda segundo Faoro,

A América modelada pelos reivindicadores não é unicamente a de Jefferson, como nos dias da Regência. A outra América, até então repelida e desdenhada pela sua anarquia, confundida com o republicanismo, entra nas fronteiras monárquicas, zelosamente fechadas pelo malogro das revoltas regenciais, elas também vistas, pelos olhos fiéis dos políticos imperiais, como um ensaio federativo e republicano¹⁰³.

As formas de representação dos Estados Unidos e da pertinência política e cultural do Brasil a certas representações da América como unidade surgem particularmente associadas ao ideário republicano, relativamente marginalizado nos campos político e cultural ao longo do Império, até o despertar da crise, nos anos de 1870. A política externa brasileira iniciada com a República procurou aprofundar as relações com todo o continente com o intuito de afastar-se de tudo o que o Império havia representado. Ademais, as linhas gerais dessa nova representação encontram-se presentes no Manifesto Republicano de 1870:

Somos da América e queremos ser americanos. A nossa forma de governo é, em sua essência e em sua prática, antinômica e hostil ao direito e aos interesses dos Estados americanos. A permanência dessa forma tem de ser forçosamente, além da origem de opressão no interior, a fonte perpétua da hostilidade e das guerras com os povos que nos rodeiam [...] O nosso esforço dirige-se a supprimir este estado de cousas, pondo-nos em contato fraternal com todos os povos, e em solidariedade democrática com o continente de que fazemos parte¹⁰⁴.

¹⁰³ FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 4ª ed. São Paulo: Globo, 2008, p. 512.

¹⁰⁴ “Manifesto Republicano de 1870”. Apud PESSOA, Reynaldo Carneiro. *A idéia republicana no Brasil, através de documentos*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1973, p. 60.

Para os autores do Manifesto, o Império não nos permitira sermos vistos com bons olhos nem pela Europa e nem pela América¹⁰⁵, pois, a primeira, via-nos como uma “democracia monárquica que não inspira simpatia nem provoca adesões”; e pela segunda, a nossa forma de governo era vista como “antinômica e hostil ao direito e aos interesses dos Estados Americanos”. A solução para o impasse seria, portanto, “suprimir esse estado de coisas, pondo-nos em contato fraternal com todos os povos e em solidariedade democrática com o continente de que fazemos parte”. Dito em outras palavras, o regime republicano no Brasil, caudatário do Manifesto de 1870, deveria desvincular-se da Europa e procurar inserir-se internacionalmente a partir do próprio continente, que daquele momento em diante passaria a se compor de países institucionalmente similares¹⁰⁶. Quintino Bocaiúva no Manifesto ao Partido Republicano, em 1889, expressava também que

Florença, Genova, Hollanda, antigas repúblicas, são testemunho histórico da riqueza e do engrandecimento conquistados pela iniciativa creadora da liberdade; modernamente, basta o exemplo da grande e gloriosa República dos Estados-Unidos da América. [...] Só este contraste com o resto do mundo é já uma conquista, uma superioridade que fascina os espíritos e robustece a convicção geral quanto à excelência das instituições republicanas¹⁰⁷.

Segundo Faoro, dois aspectos essenciais devem ser percebidos nesse processo de “americanização republicana”, assim como seu conteúdo ideológico e as ações políticas àquelas associadas. O primeiro aspecto reside na associação entre o republicanismo e a tentativa de reorientação internacional brasileira no sentido do afastamento da Europa e conseqüentemente, da aproximação ao continente americano. A inserção do Brasil no sistema americano é apresentada pelos propagandistas republicanos como uma unidade natural das repúblicas nascidas do processo de emancipação política, lideradas pelos Estados Unidos. O segundo aspecto completa-se com a associação da monarquia com a

¹⁰⁵ Os republicanos desafiavam, pelo menos em seus discursos, a Monarquia em nome do exemplo do Novo Mundo. Para fundamentar a campanha republicana, os políticos adeptos da República apontavam os Estados Unidos como exemplo dos valores republicanos do qual o Brasil havia sido privado ao manter a monarquia em 1822. Alberto Salles, um dos mais destacados propagandistas republicanos, é um bom exemplo. Em 1886 ao proferir uma palestra no Clube Republicano, na qual se referia ao “progresso estupendo” realizado nos Estados Unidos, argumentou que “nós, os brasileiros, que trabalhamos pela grandeza de nossa pátria, devemos nos mirar constantemente naquele espelho e procurar transplantar para a nossa organização política as normas e princípios daquela constituição”. Apud VITA, Luís Washington. *Alberto Sales: ideólogo da República*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965, p. 35.

¹⁰⁶ Sobre o aumento da consciência americana no início do período republicano ver SUSSEKIND, Flora. “Introdução a *América Latina*: males de origem”. IN SANTIAGO, Silviano (Org.). *Interpretes do Brasil*. Vol. I. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2000, p. 613.

¹⁰⁷ “Manifesto ao Partido Republicano de 1889”. Apud PESSOA, Reynaldo Carneiro. *Op. cit.*, p. 153.

velha Europa e, portanto, com a caracterização do Império como um corpo estranho na América republicana que deveria ser extirpado com a República.

Joaquim Nabuco observaria que a singularidade de nossa situação na América fora a razão suprema de justificação da idéia republicana. Apesar de longa a passagem, vale a pena acompanharmos o que declarava Nabuco no “Post-scripto” de *Balmaceda*:

O interesse que antes já me inspiravam as coisas Sul-americanas aumentou naturalmente depois da Revolução de 15 de Novembro. Desde então começamos a fazer parte de um sistema político mais vasto. Com efeito, ninguém procura justificar a nossa transformação republicana por motivos tirados das condições e conveniências do nosso país, mas somente pela circunstância de estar o Brasil na América. Desse modo o observador Brasileiro, para ter idéia exata da direção que levamos, é obrigado a estudar a marcha do continente, a auscultar o murmúrio, a pulsação Continental. Como a própria data do Centenário o indica, muito concorreu para o fato de 1889 a influência literária da Revolução Francesa sobre a imaginação da nossa mocidade, mas não foi menor o arrastamento americano. Quaisquer que venham a ser os acidentes da República, seja o militarismo, a corrupção, o desmembramento, a anarquia, e, pior de tudo, o opróbrio da raça, é crença fatalista de muita gente que seria um esforço inteiramente estéril para o resto de razão e de bom senso do país querer lutar contra o ímã do Continente, suspenso, ao que parece, no Capitólio de Washington. Muitos acreditam mesmo que se trata de uma força cósmica, como se o oxigênio e o azote formassem na América uma combinação especial dotada de vibrações republicanas¹⁰⁸.

Como bem expôs Nabuco, com a República, a aproximação com os Estados Unidos marcaria uma ruptura significativa em relação à política do Império, caracterizado profundamente pelo seu quase exclusivo europeísmo. Ora, era de se esperar, entretanto, com o novo regime, que uma nova etapa das relações entre o Brasil e a América hispânica deveria ser inaugurada, pois a diferença entre os regimes políticos não mais existia como fator de distanciamento entre esses países, tão apregoadas como uma das causas do distanciamento do Brasil com o restante da América¹⁰⁹. Entretanto, as distinções entre o Brasil e a América de colonização

¹⁰⁸ NABUCO, Joaquim. *Balmaceda*. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1895, p. 211. Para Nabuco, não deveria ser confortável a identificação do fim da Monarquia como produto direto da Abolição. Nesse sentido, Oliveira Vianna, apesar de concordar com Nabuco de que o prestígio do exemplo estrangeiro estivesse presente na evolução do ideal republicano no Brasil, foram os abolicionistas que comprometeram de uma maneira irremediável, aos olhos da grande classe agrícola, os destinos da Monarquia: “Ferida nos seus interesses mais essenciais e inteiramente abalada nos seus fundamentos econômicos, a classe fazendeira desamparou a Monarquia. Uma parte bandeou-se mesmo para o novo credo, julgando encontrar nele a reparação da sua desdita. [...] Diante do êxodo geral para as cidades, da escravaria solta, dos cafezais abandonados, dos canaviais perdidos, dos engenhos com as suas chaminés sem fumo e a sua maquinaria imobilizada, nenhum desses grandes *landlords* arruinados via outra coisa senão a culpa da dinastia, a sua ação direta, a sua cumplicidade ostensiva com os petroleiros do Abolicionismo”. VIANNA, Oliveira. *O Ocaso do Império*. 3ª ed. Rio de Janeiro: ABL, 2006, p. 71-72. Para uma síntese das interpretações sobre as origens da República, ver COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 266-361.

¹⁰⁹ Os argumentos dos historiadores e políticos do Império sustentavam que o regime monárquico legara à nação a manutenção da unidade e a grandeza do território, impedindo o fracionamento e a turbulência que

espanhola continuaram a ser realçadas e uma forte aproximação com os Estados Unidos passou a ser afirmada concomitantemente com o novo regime implantado, significando mais um aprofundamento nos sulcos que afastava o Brasil dos demais países hispano-americanos¹¹⁰.

Ainda, como nos explica Paulo Pereira, não se pode considerar apenas a monarquia, como sendo o último obstáculo derrubado no caminho da união americana, pois, a tendência a uma aproximação com as repúblicas hispano-americanas acabou sendo atenuada com a imposição de uma realidade internacional diversa da idealizada pelos propagandistas republicanos. A aproximação do Brasil com os países americanos foi dificultada também pelos interesses nacionais concorrentes e pelas disputas de territórios entre as unidades políticas, especialmente entre aquelas com as quais o Brasil fazia fronteira¹¹¹.

Os enganos quanto às relações com os países do continente foram confirmados também quanto aos Estados Unidos. Não obstante o rápido reconhecimento da República brasileira pelos Estados Unidos, os desentendimentos entre o Legislativo e o Executivo norte-americano frustraram a certeza brasileira de um endossamento incontestado do novo regime. O Presidente Harrison, a princípio, negou o reconhecimento alegando preocupações quanto à ausência de democracia no novo regime e desaprovou as primeiras ações do marechal Deodoro da Fonseca como Chefe do Governo Provisório dos Estados Unidos do Brasil. Tampouco a imprensa norte-americana fora unânime em sua avaliação do novo regime político brasileiro¹¹².

marcaram o destino da América hispânica. Ver a este respeito, CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema – A formação do Estado Imperial*. 2ª Ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1992.

¹¹⁰ Embora seja um pouco longa a passagem, vale a pena acompanharmos a observação de Gilberto Freyre a respeito desse período da política brasileira: “só os desconhecidos da psicologia daquele povo nórdico e da história das suas relações com os chamados latinos do continente, poderiam ignorar seu relativo apreço pelo Brasil – a despeito da considerável população mestiça que aqui se vinha desenvolvendo – em contraste com seu desdém por quase todos os demais latino-americanos. Esse relativo apreço baseado no fato de conservar-se entre nós um sistema monárquico de governo, favorável à unidade e à estabilidade da gente brasileira; e que conferia ao Império luso-americano uma dignidade, uma respeitabilidade, um prestígio de tradição européia no continente, uma superioridade de comportamento político graças à aristocracia política empenhada no serviço público, que sempre foram valores estimados por anglo-americanos: eles próprios criadores de um tipo federal e imperial de República, sob alguns aspectos semelhante a uma Monarquia eletiva; e sensíveis à mística de um título de barão ou de uma coroa de visconde, mesmo quando ostentados por indivíduos não de todo arianos em sua etnia”. FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso*, p. 191.

¹¹¹ Cf. PEREIRA, Paulo José dos Reis. *A política externa da Primeira República e os Estados Unidos: a atuação de Joaquim Nabuco em Washington (1905-1910)*. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2006, p. 34.

¹¹² A imprensa republicana expressava, sobretudo, a opinião do não reconhecimento imediato do novo regime. Por exemplo, o *New Orleans States* amargou em suas páginas: “dom Pedro foi destronado, não

As consequências da queda do Império já se faziam sentir na nova República brasileira: nenhum Estado europeu dispôs-se a reconhecer o governo provisório com o receio das implicações que a derrubada de uma monarquia encabeçada por um membro de uma família real européia traria para a Europa; os Rothschild cortaram o crédito estrangeiro ao Tesouro brasileiro, e o Banque de Paris et Pays Bas recusou-se a realizar operações de câmbio; o valor dos títulos e da moeda brasileira sofreram rápida queda; outros investidores estrangeiros também começaram a afastar-se do Brasil, pois, tanto para os monarquistas quanto para os republicanos capitalistas europeus, o Império brasileiro incorporava a centralização do poder, a paz social, a moeda forte e o viam como responsável por seus investimentos. Para os europeus, a ditadura militar que subira ao poder com a queda do Império era imediatamente associada ao caudilhismo hispano-americano. O *Times* de Londres publicou três dias após o golpe: “Uma revolução nos moldes hispano-americanos habituais – em outras palavras, um híbrido de política radical e insubordinação militar – eclodiu, ao menos momentaneamente com absoluto sucesso, no Rio de Janeiro”¹¹³.

Diante dessas dificuldades, era de extrema importância que os Estados Unidos reconhecessem rapidamente a jovem República brasileira. Temia-se afinal, a restauração européia, especialmente nesse período em que o Império gozava de sua melhor reputação internacional, fruto da próspera economia e da popularidade interna gerada pela abolição da escravatura, além do pouco apoio doméstico recebido pelo novo regime e a quase ausência de participação popular na proclamação do novo regime¹¹⁴. Afora essas questões, o Brasil enfrentava disputas territoriais com a França, Inglaterra,

pelo povo, pois na realidade não há povo no Brasil, no sentido em que este termo é entendido em países esclarecidos e livres, mas por um exército mercenário. Que o atual governo do Brasil é uma mera ditadura militar mulata, há poucas dúvidas”; o *Kansas City Journal* expressou-se contrariamente ao novo regime, “pois no momento, o Brasil está substancialmente nas mãos de um ditador”. A imprensa democrata exigia o reconhecimento imediato recorrendo ao sentimento antimonarquista e antibritânico com vistas a aumentar a influência dos Estados Unidos e impedir a restauração monarca: nas palavras do *Milwaukee Evening Wisconsin* “As ações do governo em Washington, no que diz respeito a esse assunto, são o bastante para fazer com que cada americano patriota abaixe a cabeça de vergonha. Se a República no Brasil sucumbir, será porque os Estados Unidos estão negando seu reconhecimento”. Apud TOPIK, Steven C. *Op. cit.*, p. 122-123.

¹¹³ Apud TOPIK, Steven C. *Op. cit.*, p. 120.

¹¹⁴ Já é bastante conhecido o trecho da carta de Aristides Lobo, propagandista da República, ao *Diário Popular* de São Paulo, em 18/11/1889 no qual recorda que “Não houve quase nenhuma colaboração do elemento civil, [as pessoas] ficaram estupidamente paradas, sem nada fazer, bestializadas, surpresas, alheias ao que estava acontecendo. Muitas delas acreditavam sinceramente que presenciavam um desfile”. Apud SILVA, Hélio. *1889: A República não esperou o amanhecer*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972, p. 88. Para uma análise a respeito da participação do povo aos fatos políticos da Primeira República, ver também o já conhecido trabalho de CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Colômbia, Peru e Bolívia. Com a Argentina, o Brasil disputava o território na região conhecida como Missões e, em setembro de 1889, os dois países haviam assinado um pacto comprometendo-se a chegar a um acordo dentro de 90 dias ou submeter a questão ao presidente dos Estados Unidos para arbitragem. Como a República brasileira foi proclamada antes que expirassem os 90 dias, o cônsul brasileiro, Salvador de Mendonça, ao iniciar a campanha para o reconhecimento da República pelos Estados Unidos, acreditava que a amizade com este país pudesse influenciar os rumos do acordo territorial entre o Brasil e a Argentina.

Por ocasião da I Conferência Pan-Americana, Quintino Bocaiúva, Ministro das Relações Exteriores do governo provisório da República, encorajou os representantes do Brasil nos Estados Unidos a obterem rápido reconhecimento norte-americano e envolverem-se em um tratado de “aliança íntima”.¹¹⁵ Salvador de Mendonça, recente ministro creditado em Washington, demandou um grande esforço diplomático para obter o reconhecimento dos Estados Unidos. Sob as circunstâncias que se encontrava a recém proclamada República brasileira não é de se estranhar a guinada de orientação – do Império para a República – quanto aos modos de proceder dos representantes do Brasil na Conferência. As orientações mandadas pelo governo imperial à legação brasileira expressavam reservas quanto à Conferência por temer, por um lado, que os Estados Unidos tivessem projetos de avançar a sua esfera de poder continental, o que poderia acarretar alguma perda de autonomia regional para o Brasil, por outro, as experiências dos tratados comerciais, especialmente com os ingleses, pediam cautela no comprometimento com quaisquer outros. Com a proclamação da República concomitantemente à realização da Conferência em Washington, novos rumos seriam tomados face à aproximação com os Estados Unidos. Para a República brasileira nascente, que enfrentava profunda vulnerabilidade interna e externa, a amizade com os Estados Unidos – “muito mais do que a semelhança das instituições políticas ou o súbito iluminismo”¹¹⁶ – tornou-se mais importante do que nunca e o Brasil passou a negociar com os Estados Unidos a partir de uma posição mais frágil do que fizera a monarquia.

A natureza autocrática e a instabilidade do novo regime republicano no Brasil não condiziam com a tradição democrática norte-americana, mas, apesar disso, Harrison

¹¹⁵ *Relatório do Ministério das Relações Exteriores*, 1891, p. 34-43. Apud TOPIK, Steven C. *Op. cit.*, p. 129.

¹¹⁶ TOPIK, Steven C. *Op. cit.*, p. 119.

e Blaine desejavam reconhecer o novo regime político brasileiro e o governo do Marechal Deodoro. Embora o governo de Deodoro nada tenha feito nos dois meses seguintes à tomada de poder com vistas a promover um regime democrático, este demonstrava – diante de todas as circunstâncias – toda a facilidade e interesse em aderir a uma aliança estrategicamente importante e a possibilidade de aceitar um acordo comercial com os Estados Unidos. Como vimos mais acima, à época da proclamação da República no Brasil coincidiu com a realização da I Conferência Pan-Americana em Washington e Blaine estava encontrando dificuldades para convencer os delegados a concordar com a união alfandegária ou até mesmo com tratados bilaterais, principalmente entre os representantes da Argentina e do Chile. Como um dos principais objetivos da Conferência era a aprovação dos acordos comerciais por parte dos latino-americanos que seria usado por Blaine para convencer o Congresso da idéia de reciprocidade, a resistência da Argentina e do Chile ameaçava arruinar a iniciativa comercial do secretário de Estado que percebeu que o auxílio do Brasil seria fundamental na Conferência.

O Brasil era o país mais receptivo aos interesses de Blaine e nessa articulação, foi de importância vital o delegado brasileiro, Salvador de Mendonça¹¹⁷. A importância de Mendonça para Blaine – aliás, eles eram muito amigos – acentuou-se ainda mais quando foi nomeado chefe da missão brasileira na Conferência, uma semana após a instauração da República. Durante a década de 1890, o diplomata brasileiro exerceria enorme influência nas relações Estados Unidos/ Brasil, principalmente por suas ligações pessoais com americanos influentes. Salvador de Mendonça passara mais de 20 anos (1875-1898) nos Estados Unidos, primeiro como cônsul, depois como chefe de Missão Especial e finalmente como ministro plenipotenciário, exercendo uma política de íntima aproximação com os Estados Unidos¹¹⁸. Mendonça empregou todos os esforços a fim de alcançar o reconhecimento dos Estados Unidos, pois nenhuma potência européia reconheceria a República brasileira antes que os fizessem:

Efetivamente, depois de uma conferência com três dos delegados norte-americanos à I Conferência Pan-Americana – Charles Flint, Thomas Jefferson Coolidge e Andrew

¹¹⁷ Harrison agradeceu explicitamente a Mendonça por “identificar a nação brasileira com as medidas necessárias para promover a prosperidade dos Estados que constituem nosso imenso continente [o que] ficou evidente desde que você e seus honrados colegas ingressaram na recente Conferência Internacional Americana”. Mendonça a Araripe, 30 jan., 1891. “Ofícios 1890-92”. Apud TOPIK, Steven C. *Op. cit.*, nota 80, p. 411.

¹¹⁸ Cf. MENDONÇA, Carlos Sussekund. *Salvador de Mendonça: Democrata do Império e da República*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1960.

Carnegie – aos quais mostrei a conveniência de serem os Estados Unidos os padrinhos do nosso batismo político, evitando que alguma noção européia lhes tomasse a dianteira, no dia 29 de janeiro procurou-me pela manhã o Sr. Coolidge, e disse-me que o Secretário Blaine desejava falar-me sem demora. Procurei-o logo e, depois de poucas palavras, nas quais se me declarou convencido do acerto das minhas observações aos Srs. Flint, Coolidge e Carnegie, acrescentou estar resolvido a reconhecer imediatamente o novo regime do Brasil¹¹⁹.

Os esforços de Mendonça finalmente foram coroados quando Harrison aceitou as credenciais do embaixador brasileiro nos Estados Unidos, J. G. Amaral Valente, em 30 de janeiro de 1890. Mendonça, que era casado com uma norte-americana, valeu-se de sua experiência que o familiarizara com os procedimentos e perspectivas norte-americanas, publicando, por exemplo, nos jornais americanos, artigos favoráveis à reciprocidade. A experiência com negociações nos Estados Unidos e na América Latina e sua amizade com Flint permitiu-lhe atuar como intérprete ou assessor de imprensa de Blaine na Conferência: Mendonça e Blaine conversavam freqüentemente em caminhadas matinais, após as quais o primeiro apresentava a posição do segundo para seus colegas na Conferência.¹²⁰

Portanto, além de Mendonça garantir a fidelidade do Brasil aliando-se aos Estados Unidos na Conferência, Harrison considerou o reconhecimento da República oportuno, pois se preocupava com os boatos difundidos de uma intervenção européia para restaurar a monarquia no Brasil. Uma terceira fonte de pressão, como indica Topik, teria sido exercida por Flint que tinha razões pessoais para interessar-se em manter relações de amizade com o novo regime e buscava obter subvenção do governo brasileiro para seus investimentos.¹²¹

Ora, o acordo entre o Brasil e os Estados Unidos extrapolava o reconhecimento da legitimidade da República brasileira e repercutiu muito mais do que a simples troca de representantes diplomáticos. Ao mesmo tempo em que o acordo exigia o rápido reconhecimento norte-americano, exigia do lado brasileiro, relações de amizade definidas previamente com os Estados Unidos. Uma via de mão dupla estabeleceu-se entre os dois países: Blaine ofereceria apoio ao lado brasileiro na disputa pelas Missões e a garantia que os Estados Unidos não participariam de tratados que dissessem respeito

¹¹⁹ Idem, *ibidem*, p. 139.

¹²⁰ Cf. MENDONÇA, Salvador. *A situação internacional do Brasil*, p. 141.

¹²¹ Flint ficou preocupado quando o “governo do Estado do Pará concedeu o monopólio de exportação da borracha a uma empresa brasileira, a Companhia Mercantil. Como maior importador de borracha do mundo e encontrando-se na posição potencialmente embaraçosa de possuir um estoque de apenas duas semanas de borracha bruta, Flint preparou-se para ter graves prejuízos em decorrência dessa reviravolta dos acontecimentos, pressionou o subsecretário de Estado Wharton para que intercedesse junto ao governo federal brasileiro com vistas a anular a concessão”. TOPIK, Steven C. *Op. cit.*, p. 132-133.

às colônias ou fronteiras das potências européias; por outro lado, Blaine desejava o apoio do Brasil na Conferência Pan-Americana e também um acordo comercial com este país. Ainda, Blaine prometeu a Mendonça o apoio militar para o caso de uma intervenção européia, além da ajuda de 2 milhões de dólares que enviara ao marechal Deodoro.¹²²

Chama a atenção no período, o fato de que em geral, na América Latina, eram o presidente e o Ministro da Fazenda os responsáveis pela política exterior e pela negociação de tratados, sendo que o Ministro das Relações Exteriores era mantido à margem. Porém, sob a liderança de Mendonça, o Ministério das Relações Exteriores e seus representantes brasileiros em Washington exerceram um grau elevado de autoridade. Há que se fazer jus também ao nome de Quintino Bocaiúva, Ministro do Exterior entre 1889 e 1891, que esteve sempre disposto ao estreitamento de relações com os Estados Unidos no início da República. A política exterior iniciada por ambos, de característica fortemente norte-americanista, era bem distinta daquela que fora seguida pelo Império. Vale a pena acompanharmos o ofício reservado de Bocaiúva para Salvador de Mendonça, de 2 de dezembro de 1890:

Tratado de Aliança.

O Sr. Blaine disse-vos, quando lhes falastes em tratado de Aliança íntima, que ele dependia de relações comerciais ainda mais íntimas. O tratado de comércio não está feito e talvez por isso não queira o dito ministro entrar desde já na negociação do outro. Redijo todavia em seguida e em quatro artigos as estipulações que ao Governo Provisório parecem convenientes.

1.º) Os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América constituem-se em Aliança ofensiva e defensiva para defesa de sua independência, soberania e integridade territorial.

2.º) Para que a Aliança se torne efetiva será necessária em cada caso uma requisição. Em ajuste especial e imediato definirá o auxílio, o qual será prestado pela parte requerida na medida de seus recursos e sem prejuízo da própria defesa.

3.º) O Governo do Brasil ressalva desde já o compromisso que contraiu aderindo aos princípios de direito marítimo adotados no Congresso de Paris, de 1856.

4.º) Este tratado durará por 20 anos contados da troca das ratificações.

Pelo próximo paquete vos farei observações que forem necessárias e oportunamente vos mandarei poderes. No entretanto, procurareis conhecer em que disposição se acha o Sr. Blaine e me fareis as considerações que vos ocorrerem.¹²³

Desde as primeiras ações do novo regime no Brasil começou-se a ensaiar uma aliança com os norte-americanos que se materializou com a atuação dos primeiros

¹²² Não tardou para que os mais modernos navios norte-americanos, conhecidos como “squadron of evolution” visitassem o Rio de Janeiro. Com base no embaixador mexicano em Washington, Blaine teria enviado dinheiro ao marechal para obter o apoio de “vários chefes militares, presidentes de província e membros da imprensa”. Apud TOPIK, Steven C. *Op. cit.*, p. 133.

¹²³ Apud AZEVEDO, José Afonso Mendonça. *Op. cit.*, p. 291.

diplomatas envolvidos nesse âmbito. Não é de se estranhar que o Brasil tenha sido, um ano mais tarde, o primeiro país a assinar um tratado comercial sujeito às cláusulas de reciprocidade da tarifa McKinley, negociado por Mendonça e Blaine com participação de Flint, que abordaremos a seguir. É este o tratado de comércio aludido no ofício – o Convênio Aduaneiro – realizado entre o Governo Provisório brasileiro e os Estados Unidos em 1891.

Salvador de Mendonça continuaria a ser um dos mais leais aliados dos Estados Unidos nos assuntos pan-americanos. Sua ação era guiada pela visão alarmista de inevitabilidade histórica. Em carta endereçada a Campos Salles, Salvador de Mendonça relata o que acreditava ser uma nova edição latina do Destino Manifesto norte-americano, a expansão dos Estados Unidos, o “produto da energia da raça, apurada no cadinho das instituições praticamente mais livres da terra, há de fatalmente chegar às fronteiras dos países que nós outros Latinos habitamos”, e assim, estávamos fatalmente obrigados a escolher a forma como esse encontro se daria, se por infiltração, ou por inundação:

Se por erro de política, nós outros, Latinos assumirmos atitude hostil, e, com os nosso próprios receios, começarmos a dar asas e a sugerir ambições porventura ainda não despertadas e cuja realização ainda não é necessária e oportuna, quando chegar seu tempo, achar-nos-emos todos diante de uma força avassaladora, a que nunca podemos oferecer barreiras eficazes: a inundação virá poderosa e inelutável¹²⁴.

Porém, ainda segundo Mendonça, se o Brasil prosseguisse no caminho de paz e harmonia de relações com os Estados Unidos, guiado pela diplomacia e criação de instituições que pudessem dirimir os conflitos continentais, a obra de *canalização* desse turbilhão estaria feita, trazendo os ganhos materiais, “capitais, braços e máquinas” e “a boa lição republicana, o respeito à lei e a prática da verdade democrática”. Nesse caminho, “o contato se dará sem abalo, gradualmente, reguladamente, e essa infiltração só nos pode ser benéfica”¹²⁵.

¹²⁴ Carta de Salvador de Mendonça a Campos Sales, 21/04/1902. Apud MENDONÇA, Carlos Sussekind. *Salvador de Mendonça: Democrata do Império e da República*, p. 229-230.

¹²⁵ Idem, *ibidem*, p. 230.

2.3 O Acordo Blaine/Mendonça

Como vimos acima, o momento político interno norte-americano da década de 80 do século XIX, em desenvolvimento após o fim da Guerra Civil, refletiu-se na atuação externa do Estado na busca por novas áreas de expansão comercial e política. Vimos também que tal política de expansão acabou dirigindo-se para a América Latina.

No caso específico da relação com o Brasil, era fato que este há algum tempo vendia para os Estados Unidos e comprava basicamente da Inglaterra, de onde recebia também investimentos de capital¹²⁶. O desequilíbrio da balança comercial a favor do Brasil levaria os Estados Unidos a exercerem pressão sobre o Brasil a fim de diminuir essa desproporção. Exemplos significativos dessa política norte-americana foram o caráter essencialmente comercial do programa da Conferência de Washington, as condições impostas por Blaine para o incremento das relações entre o Brasil e os Estados Unidos – tão explícito no ofício de Bocaiúva, acima – e, em contrapartida, do lado brasileiro, a disposição de Salvador de Mendonça que via nas boas relações comerciais motivos para a amizade entre as duas nações:

Sejam quais forem os argumentos da oposição que se levanta contra esse acordo – oposição que só pode nascer da ignorância dos fatos e desconhecimento do estado das relações políticas e comerciais das duas repúblicas (o Brasil e os Estados Unidos) ou de interesses pessoais feridos pela modificação de nossa tarifa, [...] esse acordo é o começo de uma nova era, quer nas suas relações internacionais, quer na economia interna dos nossos Estados, pois não só nos coloca à mão direita na poderosa União Norte-Americana, como sócia na sua política para manutenção das instituições republicanas, da paz e da prosperidade deste continente, como também nos garante o monopólio virtual deste grande mercado para os nossos principais produtos, abrindo especialmente as suas portas ao nosso açúcar e assim restaurando a riqueza dos nossos Estados do Norte¹²⁷.

O acordo Blaine/Mendonça foi, portanto, um convênio bilateral que, a partir de 1º de abril de 1891, permitiu a entrada de uma série de produtos norte-americanos isentos de impostos e mais uma série deles com redução de 25% nas tarifas alfandegárias. Do lado norte-americano foi concedida a entrada livre de impostos do açúcar brasileiro e do couro, bem como a continuação da isenção do café. O texto do acordo trazia benefícios ao açúcar brasileiro e não para o café, pois o incentivo fiscal poderia fazer decolar a indústria nordestina do açúcar. Mendonça entendia que,

¹²⁶ De acordo com Burns, em 1902 os Estados Unidos exportaram para o Brasil 14 milhões de dólares e importaram do Brasil 65 milhões. Oito anos depois, esses valores teriam aumentado para 320 e 112 milhões, respectivamente. BURNS, E. Bradford. *Op. cit.*, p. 84.

¹²⁷ Apud MENDONÇA, Carlos Sussekind. *Op.cit.*, p. 154.

respondendo ao estímulo externo, esta agroindústria poderia, enquanto o tratado durasse, obter produção a baixo custo que suprisse o mercado norte-americano, de tal modo que, mesmo com o término dos privilégios alfandegários, a região fornecesse o produto a preço competitivo.

Salvador de Mendonça afirmou em correspondência reservada a Ruy Barbosa que, se os Estados Unidos não fizessem tratados com o Brasil, que supria 75% do mercado norte-americano de açúcar, eles seriam obrigados a fazê-los com as colônias espanholas do Caribe. O governo brasileiro não poderia perder tamanha oportunidade, aproveitando-se das relações muito próximas entre os dois países:

[...] será conveniente outras guerras de tarifas com os EUA, agora [depois de 15 e novembro de 1889] em tão estreitas relações de amizade com o Brasil? Isto em relação aos interesses políticos? Quanto aos interesses econômicos sim, pois o Brasil, de 15 milhões de habitantes tem nos EUA um forte mercado (o Brasil deve ter livre acesso de seus produtos a este mercado) com 65 milhões de habitantes. [...] continuo a pensar que o melhor a fazer é a realização do tratado, no qual trabalho há anos, e que houvesse miolos nos últimos anos do Império, estaria pronto desde o ano passado, 1889. A meu ver, votado o projeto de [reciprocidade] não devemos perder tempo, e sermos os primeiros a tomar conta do terreno, em que teremos um quase monopólio, pois desde que os Estados Unidos não celebrem tratados semelhantes, que não celebrarão, com a Espanha e a Inglaterra, nenhum outro país poderá aqui concorrer conosco em suprimento de açúcar. Cuba, Porto Rico, Jamaica e Trinidad são atualmente as únicas procedências que poderiam fazer-nos sombra¹²⁸.

Para Mendonça, o Brasil não deveria temer uma tarifa dos Estados Unidos sobre o café, uma vez que o país supria dois terços do mercado norte-americano e mais da metade do café mundial. Como não havia produtores de café forte o bastante para atender a demanda mundial, o aumento de três centavos por libra nos impostos sobre o café, que a tarifa McKinley vaticinava, caso o Brasil não concedesse às mercadorias americanas reduções de impostos recíprocas, não afetaria de forma significativa as exportações. O açúcar, entretanto, o último item cujos impostos a tarifa McKinley elevaria – enfrentando a concorrência da produção de açúcar de Cuba e Porto Rico – não suportaria o ônus de um aumento *ad valorem* de 52% a 72%¹²⁹. O acordo parecia realmente decisivo para o açúcar do Nordeste, principalmente nos termos em que Mendonça prometia ao Brasil o monopólio do potente mercado de açúcar dos Estados Unidos. Ainda, Mendonça alegaria que Blaine lhe prometera que nenhum outro tratado de reciprocidade seria assinado com os grandes produtores de açúcar, excluindo

¹²⁸ Carta de Salvador de Mendonça a Ruy Barbosa, 17/09/1890. Apud DULCI, Tereza Maria Spyer. *Op. cit.*, p. 66.

¹²⁹ TOPIK, Steven C. *Op. cit.*, p. 149.

especificamente, a Espanha, no caso de sua colônia cubana e a Inglaterra, no caso das Antilhas.

Em termos de política interna, o Acordo viria “adoçar” o apoio nordestino ao Governo de Deodoro. Este recorreria ao Nordeste, tanto por inclinação pessoal quanto por necessidade política. Oriundo do Nordeste, assim como a maioria dos oficiais do exército, sobretudo os mais politizados, Deodoro manifestou sua simpatia pelos nordestinos quando mudou seu primeiro gabinete, em janeiro de 1891:

Mal se entendiam o marechal Deodoro e os seus primeiro ministros; eleitos para o Congresso Constituinte, preferiam eles acompanhar as sessões parlamentares a reunir-se em conselho sob a presidência do chefe de Estado. Esperavam a promulgação da Constituição para abandonar o governo. Entretanto, a crise precipitadamente explodia no conselho reunido em 17 de janeiro de 1891.[...] A 21 de janeiro, Deodoro recebe o pedido de demissão assinado por Campos Sales, Rui Barbosa, Quintino Bocaiúva, Francisco Glicério, Cesário Alvim e Wandenkolk. No mesmo dia em que lhes aceitava a renúncia, organizava novo ministério, ou, mais acertadamente, entregava ao seu amigo pessoal, barão de Lucena, o encargo de formá-lo, à semelhança dos gabinetes monárquicos, na fase do exclusivo poder pessoal do imperador. Dos ministros do gabinete Lucena,[...] somente Justo Chermont (Exterior) viera da propaganda republicana no seu Estado do Norte, Pará.¹³⁰

Deodoro substituiria os republicanos históricos por nordestinos que, exatamente como ele, haviam ascendido na política nacional durante o período imperial: dos quarenta militares que viram a ocupar cadeiras no Congresso, 68% haviam nascido do Norte ou Nordeste e 45% representavam essas regiões; oito dos nove ministros do novo gabinete provinham do Nordeste ou do Norte.

A aliança política de Deodoro com os nordestinos serviria, portanto, como contrapeso as suas tendências autoritárias e centralizadoras: aliados quase naturais contra os republicanos do Sudeste, os nordestinos mostraram-se mais receptivos à centralização imperial e pouco entusiasmados com a Proclamação da República. Entretanto, o apoio do Nordeste a Deodoro em sua luta contra os republicanos não se daria sem mediação: o Acordo seria o incentivo a oferecer à elite nordestina no mercado açucareiro dos Estados Unidos. Como destaca Topik, a mudança da natureza do gabinete de Deodoro, afastando-se do republicanismo e caminhando para uma “ditadura provisória”, tampouco fora comentada nos Estados Unidos¹³¹ – o que comprova a natureza pragmática da sua política externa e não a sua preocupação com os rumos não democráticos da jovem República brasileira.

¹³⁰ BELLO, José Maria. *História da República*. Primeiro Período: 1889-1902. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940, p. 115.

¹³¹ Cf. TOPIK, Steven C. *Op. cit.*, p.139.

O Tratado de Comércio de 1891 representaria em termos diplomáticos, a parte fundamental da “aliança íntima” entre o Brasil e os Estados Unidos. Foi a moeda de troca do Brasil pela promessa de reconhecimento da República, apoio naval¹³² e arbitragem favorável na disputa do território das Missões pelos norte-americanos. Segundo Salvador de Mendonça, se o tratado não fosse sancionado pelo Governo Provisório, os Estados Unidos poderiam não reconhecer a República e cortar os laços de amizade com o Brasil¹³³. O Acordo Blaine/Mendonça seguiria assim, sem obstáculos apesar da marginalização imposta por Deodoro aos republicanos. E, diante das circunstâncias, Deodoro não poderia revelar ao Congresso brasileiro a natureza da “aliança íntima” com os Estados Unidos como justificativa para o acordo comercial. A aliança deveria ser mantida em segredo porque o Congresso provavelmente a veria como uma arma que o Executivo poderia voltar contra o Legislativo e os estados, a exemplo do que acontecera no Chile. Ainda, deveria ser mantida em segredo para evitar também que os argentinos se dessem conta de sua magnitude e desistissem da arbitragem no caso das Missões. Em frente a essa situação, Mendonça precisou fundamentar sua justificativa oficial para o acordo tarifário com razões econômicas: prometia ao Brasil o monopólio potencial do mercado dos Estados Unidos e alegara que Blaine lhe prometera que não seria assinado nenhum outro tratado recíproco com grandes produtores de açúcar. Meses depois, membros do Governo Provisório – Ruy Barbosa, Justo Chermont e Cesário Alvim – declararam terem baseado sua aprovação do acordo unicamente na pressuposição de que ele prometia um virtual monopólio brasileiro no mercado açucareiro dos Estados Unidos.

O Brasil, na realidade, não obtivera garantias quanto ao mercado dos Estados Unidos, tampouco o Acordo proibiria tratados recíprocos com outros grandes

¹³²A promessa de apoio naval dos Estados Unidos ao governo de Deodoro ganharia ainda mais importância depois da revolta chilena em janeiro de 1891. Os acontecimentos no Chile repercutiram de forma sensível no Brasil, especialmente pelas tendências autoritárias de Deodoro que o afastavam dos republicanos e do Congresso. O fato foi que as forças parlamentares chilenas revoltaram-se contra o presidente nacionalista Balmaceda. Suas políticas centralizadoras e desenvolvimentistas, além de sua postura antibritânica, atraíram o ódio da oligarquia proprietária de terras e dos investidores estrangeiros, colocando o Congresso contra o Presidente. Os congressistas chilenos, após receberem os cumprimentos da Câmara dos Deputados brasileiros, decidiram, por unanimidade, estender ao Congresso brasileiro “sua solidariedade pela defesa que este fazia de suas instituições” contra o poder de Deodoro, que há esta hora já se colocara no lugar de Balmaceda. Embora a marinha dos Estados Unidos tenha tomado o partido de Balmaceda, capturando os navios rebeldes e empresários americanos (principalmente Charles Flint) tenham fornecido ao presidente tropas e munições, as tropas parlamentares conseguiram por fim depor Balmaceda, provavelmente ajudados pelos ingleses. Cf. NABUCO, Joaquim. *Balmaceda. Op.cit.*; TOPIK, Steven C. *Op. cit.*, p.146.

¹³³Carta de Salvador de Mendonça a Justo Chermont, 19/06/1891. Apud TOPIK, Steven C. *Op. cit.*, p. 413.

produtores de açúcar. Prova disso, três meses depois da assinatura do Acordo Blaine/Mendonça, os Estados Unidos firmaram um acordo com a Espanha; mais tarde, a Grã-Bretanha foi incluída, e até mesmo produtores de açúcar europeus. Mendonça levou o governo brasileiro a presumir que a proibição fora escondida em uma “cláusula sigilosa”, um acordo secreto que não podia ser revelado por medo de indispor as potências européias. Entretanto, não havia cláusula sigilosa, o que aconteceu na verdade foi que os Estados Unidos usaram o Acordo com o Brasil para pressionar o mercado cubano, que era muito maior para os produtos agrícolas americanos.

Como sugere Topik, não há indícios que Mendonça tenha sido enganado, embora a sua deturpação do tratado tenha sido fundamental para garantir a aprovação no Congresso¹³⁴. Desse modo, Ruy Barbosa, Ministro da Fazenda, queixou-se de haver sido enganado:

Nem a ditadura de 15 de novembro, nem o seu ministro das finanças podem aceitar a paternidade do tratado americano. Isso pela razão concludente e irrefragável de que o contracto, firmado, em nome do Brazil, com os Estados Unidos, não é o que nos fôra submettido, não é o que nós approvámos, não é o que autorizáramos a concluir.¹³⁵

Enquanto Ruy Barbosa pôs a culpa em Mendonça, outros críticos acreditavam que a culpa cabia a James Blaine por ter enganado Mendonça. No entanto, este eximiu Blaine e a si mesmo da culpa pelo acordo dos Estados Unidos com a Espanha e depositou-a nos diplomatas europeus e no Congresso brasileiro. Os primeiros, segundo Mendonça, teriam exercido pressão nos Estados Unidos ao criticarem os privilégios no acordo com o Brasil; o Congresso teria levantado a suspeita de que o Brasil não seria capaz de fornecer açúcar isento de impostos.

Destarte os motivos de Mendonça, o convênio foi cercado de controvérsias no Legislativo, no Ministério da Fazenda e repercutiu por anos na opinião pública. A

¹³⁴ De acordo com a pesquisa feita por Topik, as evidências mostraram que, sabendo que o Brasil não teria garantias do monopólio do mercado açucareiro americano, Mendonça e Blaine, com a ajuda de Charles Flint teriam se empenhado não em evitar um tratado com a Espanha, mas em retardar a descoberta do fato por parte do Congresso brasileiro. Vale a pena a transcrição da carta escrita por Flint a Blaine, dois meses após a promulgação do tratado, o que demonstra que os Estados Unidos não se envolvera numa aliança estreita com o Brasil a ponto de não celebrar acordos com outra colônia hispano-americana: “O Congresso estará reunido no Rio de Janeiro de 1º de maio a 1º de setembro. Estou satisfeito, pois nosso tratado brasileiro será aceito no Brasil e a essa altura a oposição estará tão exausta que a concretização de um tratado dos Estados Unidos com os espanhóis não afetará seriamente o acordo recíproco com o Brasil. Mendonça tratou do assunto com muita habilidade, mas a possibilidade de um direito exclusivo para penetrar em nosso mercado açucareiro livre de impostos deveria, em minha opinião, ser mantida até depois do recesso do Congresso brasileiro”. Apud TOPIK, Steven C. *Op. cit.*, p. 157.

¹³⁵ BARBOSA, Ruy. *Finanças e política da República*. Rio de Janeiro: Companhia Impressora, 1892, p. 404.

acolhida negativa do convênio no Brasil não se vinculava apenas à ausência de monopólio do mercado açucareiro dos Estados Unidos, pois as objeções antecederam até mesmo as negociações dos Estados Unidos com Cuba. O Congresso Nacional Constituinte havia pedido que o Governo Provisório não assinasse “[...] tratado algum internacional sem a cláusula de referenda do poder legislativo”. Eduardo Prado, monarquista ferrenho, continuaria, após alguns anos, a insuflar a opinião pública contra o Tratado e a aproximação com os Estados Unidos ao escrever no seu libelo, *A Ilusão Americana*, de 1893, que o Brasil havia sido “ludibriado pela esperteza americana”, embora ninguém tenha esquecido “os importantíssimos depoimentos em que a grande maioria dos negociantes, dos industriais e dos financeiros do Brasil, em cartas escritas ao *Jornal do Comércio*, se manifestaram, em quase unanimidade, contra o desastroso tratado”¹³⁶. Não deixava de ser verdade que o Governo abrisse mão de parte importante de sua receita relativa aos impostos alfandegários, especialmente pela isenção da farinha de trigo, além de ter agido de forma arbitrária na aprovação do Convênio.

Deodoro assinou o pacto sem a aprovação do Congresso. Na realidade, à época da outorga do tratado, o Poder Executivo acumulava atribuições também legislativas. Estando o Congresso ocupado esboçando a Constituição, a Deodoro fora delegado os atributos relativos à administração pública do país até que fosse aprovada a Carta Maior e a eleição do primeiro presidente. Contudo, vários membros do Congresso alegaram que Deodoro não tinha autoridade para negociar com países estrangeiros sem o consentimento do Congresso. O próprio Quintino Bocaiúva, que como Ministro das Relações Exteriores iniciara as negociações do tratado, declarou que o mesmo só teria validade se aprovado pelo Congresso, logo, o tratado não teria nem valor nem efeito. Prudente de Moraes – presidente do Congresso e importante republicano histórico – decidiu que, como único objetivo dos congressistas era aprovar a Constituição e não legislar, o tratado era lei que prescindia de aprovação do Congresso.

Antes mesmo que o governo constitucional se reunisse, o tratado americano com a Espanha viera a público e a oposição a respeito da validade do tratado ressurgiu no governo constitucional. Preocupados ao saberem que os norte-americanos haviam entrado em negociação com o governo espanhol em Madri, Deodoro e Justo Chermont, Ministro das Relações Exteriores, buscaram meios de apaziguar o Congresso. Chermont telegrafara a Salvador de Mendonça pedindo a este o emprego de todos os meios para

¹³⁶ PRADO, Eduardo. *A ilusão americana*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1957, p. 152.

que fosse satisfeita a condição de que o Governo americano não firmasse acordo com as possessões européias no continente. Mendonça comunicara a Harrison: “O Ministro das Relações Exteriores do Brasil me ordena que comunique ao Governo americano que a assinatura do tratado com a Espanha faz desaparecer a feição mais favorável do acordo entre o Brasil e os Estados Unidos, o qual encontrou no Brasil muita oposição”. A resposta de Harrison não tardaria, começava a dizer-se “muito surpreso com a atitude do governo brasileiro” e uma vez que o Brasil se mostrava disposto a assumir a atitude que Mendonça anunciara, ele, Harrison “saberia como agir”¹³⁷. Diante dos termos de Harrison, Mendonça foi chamado ao Rio de Janeiro, onde prestou esclarecimentos do caso ao Executivo e ao Legislativo. Diante de um Congresso hostil, Mendonça reuniu os seus dotes oratórios e diplomáticos em defesa do pacto. O acordo, segundo Mendonça, não deveria ser abandonado mesmo sem o monopólio do mercado açucareiro dos Estados Unidos, pois, tal passo causaria o rompimento de relações com os Estados Unidos, uma guerra de tarifas e a perda da amizade deste país.

Porém, tal apelo não fora acolhido e o Congresso continuou a clamar pela renúncia de Deodoro e a argumentar que todas as leis do governo provisório fossem rejeitadas, a começar pelo tratado comercial. A defesa do acordo comercial, fora uma das fortes razões que fizera com que, a 3 de novembro de 1891, Deodoro, através de um golpe presidencial, fechasse o Congresso. Vinte dias depois, uma rebelião do exército e da marinha o destituiu do cargo, sendo substituído pelo Marechal Floriano Peixoto, que se opusera ao acordo Blaine/ Mendonça desde o início.

A solução para o problema só veio a se resolver por iniciativa do próprio Governo dos Estados Unidos em 1894, quando o presidente Cleveland decidiu revogar o convênio alegando não ser vantajoso para os Estados Unidos. O Congresso norte-americano, protecionista, não seguia as diretrizes do secretário de Estado e não arcava com os custos da diminuição da proteção dos produtos internos em troca do estreitamento de relações com os países latino-americanos.

Para Mendonça, durante o período em que vigorou, o Convênio funcionou como desejado, mesmo que se pudessem objetar os problemas na disposição de algumas cláusulas que trouxeram prejuízos financeiros ao Brasil. Uma das objeções em relação ao Convênio era o potencial prejuízo para os interesses industriais brasileiros. Ainda que em 1889 não se pudesse chamar o Brasil de país industrializado, a República abriu

¹³⁷ Apud MENDONÇA, Carlos Sussekind. *Op.cit.*, p. 159-160.

uma breve era de euforia industrial na década de 1880¹³⁸. O crescimento da capacidade produtiva ocorreu principalmente no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, embora o *boom* tenha se estendido de norte a sul do país¹³⁹. Diante do crescente verve industrial e dos grupos de pressão no Brasil, Mendonça prometera que a indústria brasileira não seria prejudicada, pois, embora parecesse que o Brasil havia concedido grande vantagem aos Estados Unidos em decorrência da extensa lista de produtos que haviam sofrido redução de 25% ou 100%, isso era ilusório. Ou seja, de acordo com Mendonça, muitos dos produtos americanos isentos já estavam livres de impostos para todas as nações antes do tratado; outros, que haviam recebido 25% de redução, não eram muito consumidos no Brasil¹⁴⁰. Nesse sentido, as prerrogativas concedidas aos produtos americanos pelo tratado não lhes permitia superar a competição européia ou brasileira. No entanto, há que se ponderar a veracidade dos argumentos de Mendonça quanto às conseqüências do tratado. Ora, como defensor do livre-comércio, acreditava que os interesses do Brasil achavam-se nas exportações e não em substituir importações, e pela sua exposição, não se mostrava preocupado com a sorte da indústria:

Não creio na doutrina protecionista como princípio, mas reconheço que, dadas certas circunstâncias, indústrias novas e viáveis podem ser amparadas. Nós estamos ainda no período industrial agrícola, e, como em todo o processo evolutivo, não podemos dar saltos: por muitos anos há de ser ainda a agricultura que nos há de fornecer os melhores elementos de riqueza¹⁴¹.

Decerto, os representantes da indústria no Congresso brasileiro não se deixaram influenciar pelos argumentos de Mendonça. A principal crítica ao tratado Blaine/Mendonça era sua disparidade, ou seja, enquanto os Estados Unidos concediam privilégios apenas sobre matérias-primas que não competiam com os seus interesses

¹³⁸ O Ministro da Fazenda do governo provisório, Ruy Barbosa, tende a ser visto por estudiosos da economia do período, como o primeiro líder do Brasil a fomentar ativamente o desenvolvimento do país, empenhado em criar uma nação industrial. Ver a este respeito, FRANCO, Gustavo. *Reforma Monetária e Instabilidade durante a Transição Republicana*. Rio de Janeiro: BNDES, 1983. O historiador Hélio Silva sustenta que, durante o Governo de Deodoro, a burguesia industrial efetivamente dominou a situação até a volta, em 1894, da oligarquia dos fazendeiros. Cf. SILVA, Hélio. *Op. cit.*, p. 76.

¹³⁹ Para a análise da industrialização na Primeira República, ver TOPIK, Steven. *A presença do Estado na Economia Política do Brasil de 1889 a 1930*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1987.

¹⁴⁰ Apud MENDONÇA, Carlos Sussekund. *Op. cit.*, p. 155.

¹⁴¹ Idem, ibidem, p. 155-156. Anos depois, Mendonça seria ainda mais enfático quanto a sua posição: “A época era de muitas esperanças na criação de novas indústrias manufatureiras no Brasil, avassallando o bom senso nacional a errônea doutrina do proteccionismo, alimentada por duas illusões: primeira, que uma farta emissão de papel moeda chegaria afinal a produzir, com a criação de novas indústrias, a capitalização nos faltava, e, segunda, que tarifas aduaneiras podem amparar indústrias nacionaes contra similares estrangeiros, embora lhes falem as condições essenciaes de vitalidade, taes como matéria prima nacional, operarios idoneos, facilidade de transporte, etc”. MENDONÇA, Salvador. *A situação internacional do Brazil*. p. 187-188.

domésticos, exportavam produtos finais tais como trigo, banha de porco e têxteis, que competiam com importantes indústrias brasileiras. Um dos mais enfáticos críticos do tratado era o líder do incipiente movimento trabalhista brasileiro, Augusto Vinhaes. Sua insistência era para que o Congresso apoiasse a indústria nacional e deixasse de lado as sugestões de capitalistas europeus, cujo interesse era preservar a subserviência do Brasil às indústrias do Inglaterra e de outros países. No Congresso nacional, durante a sessão de 9 de fevereiro de 1891, o deputado Vinhaes manifestava duras críticas ao Tratado de Comércio com os Estados Unidos:

Há muito tempo que os Estados Unidos da América do Norte desejam fazer um tratado de comércio com o Brasil, tomando, já se vê, a parte do leão para si. Um dos principais paraninfos do Tratado nos Estados Unidos foi Blaine, secretário geral do governo de Washington. Aquele estadista é conhecido no mundo como um dos mais aferrados protecionistas quando se trata de assuntos internos, tornando-se o mais exaltado livre-cambista logo que venha à baila assunto de caráter externo¹⁴².

É preciso destacar, entretanto, que apesar da repercussão negativa que o Tratado tivera no Brasil, um acontecimento político importante viria consagrar os louros da atuação de Mendonça na negociação e defesa do referido Tratado, cuja importância fora particularmente destacada pelo diplomata, tanto política quanto comercial. Referimo-nos aqui à Revolta da Armada, que ocorrera entre 1893-1894 no Rio de Janeiro¹⁴³. A sublevação foi o resultado de dois grupos de conflitos: o primeiro, entre as Forças Armadas da Marinha e do Exército, e o segundo, entre a face política das Forças Armadas, que era a ditadura militar, e a sociedade civil. O primeiro grupo de conflitos originava-se de uma contenda no interior das Forças Armadas, de raízes históricas, como a diferenciação social das armas, formação da oficialidade, prestígio e gratificações. O segundo tinha sua origem no descontentamento com a falta de organização partidária em âmbito nacional, na indefinição das regras para rotatividade

¹⁴² Apud STUART, Ana. “Internacional: A história da Alca”. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br>. Acesso em 27/07/2010.

¹⁴³ Uma conjuntura de radicalização política e guerra civil caracterizaram o governo de Floriano Peixoto. Em fevereiro de 1893, Silveira Martins, um dos líderes do movimento restaurador monárquico, incendiou o país com a Revolta Federalista do Rio Grande do Sul, contra o governo de Júlio de Castilhos. Em seguida, veio a Revolta da Armada, na Capital Federal, principiada por um republicano, Custódio de Melo, mas prontamente endossada por monarquistas da Marinha. Sobre o movimento dos monarquistas nos primórdios da República, ver JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986. Floriano Peixoto suscitou por outro lado, grande entusiasmo cívico, o jacobinismo. O governo legalizou o estado de exceção, as ruas foram tomadas por “batalhões patrióticos”, preocupados em salvar a pátria com canhões, porretes e baionetas. Sobre o movimento jacobino, ver QUEIROZ, Sueli Robles Reis de. *Os radicais da República: Jacobinismo, ideologia e ação 1893-1897*. São Paulo: Brasiliense, 1986. O estudo mais completo sobre a Revolta da Armada e que nos serve de fonte principal sobre esse tema é o de TOPIK, Steven C. *Comércio e canhoneiras*.

do poder, no desconforto com o governo militar, com a reorganização forçada do Congresso Constituinte e os direitos civis.

Nesse contexto, a Revolta da Armada explicitaria como a fragilidade das instituições no início do novo regime abreviou a instauração da preponderância norte-americana sobre a Primeira República brasileira, de forma que garantiu aos Estados Unidos uma aérea de influência, não só econômica, mas também política¹⁴⁴. Sem possuir meios de proteção política e bélica, a opção escolhida pelo Marechal de Ferro foi a abdicação da soberania pela solicitação da intervenção das *beles* estrangeiras que se encontravam na baía de Guanabara.

Enquanto o conflito estancava em um impasse, o Marechal fortalecia suas posições bélicas em terra e fazia movimentos diplomáticos, tanto para obter uma armada que pudesse combater os revoltosos, quanto, caso fosse necessário, garantir a intervenção norte-americana no evento. Novamente, o protagonismo de Salvador de Mendonça se fez presente: foi o grande arquiteto tanto da organização da armada legal como o aglutinador do governo norte-americano em torno da causa legal para garantir sua influência no evento caso surgisse necessidade. O ministro brasileiro em Washington e o comerciante norte-americano, Charles Flint, como vimos acima, exportador de locomotivas e outros bens e importador de borracha, “quer por iniciativa própria que a gravidade dos acontecimentos exigia,¹⁴⁵” entenderam que seria proveitosa a “colaboração” dos Estados Unidos nessa questão interna delicada. Ora, é bom lembrarmos que a iniciativa de Mendonça de buscar ajuda militar nos Estados Unidos foi um desdobramento do Acordo Comercial assinado em 1891, como destaca Topik:

Embora diferenças a respeito do acordo comercial não tenham provocado a revolta, os Estados Unidos viriam a desempenhar um papel crucial na determinação de seu curso. Na realidade, mais do que o pacto comercial, as ações norte-americanas durante a rebelião seriam da maior importância para selar uma aliança extra-oficial entre Estados Unidos e Brasil. Inicialmente, entretanto, a política externa dos Estados Unidos seguiu o exemplo inglês; Cleveland relutava em forjar uma posição agressiva, independente. À medida que a revolta prosseguia, ele se via envolvido em um processo complexo e tortuoso.¹⁴⁶

A colaboração norte-americana foi o envio de uma esquadra de 12 navios, cujo objetivo era defender o governo do Marechal Floriano Peixoto, desafiado pela revolta liderada pelos almirantes Custódio de Melo e Saldanha da Gama. Flint se encarregou de

¹⁴⁴ Cf. BANDEIRA, Moniz. *Op. cit.*, p. 140-145.

¹⁴⁵ Apud MENDONÇA, Carlos Sussekund. *Op. cit.*, p. 167.

¹⁴⁶ Idem, *ibidem*, p. 239.

financiar e organizar a esquadra de mercenários, com o aval dos dois países. Embora Floriano caracterizasse rapidamente a revolta como uma tentativa de restaurar a monarquia, a revolta na realidade, foi acolhida “por pessoas com objetivos e queixas muito diferentes, unidos apenas em sua oposição ao presidente Floriano Peixoto”¹⁴⁷. Os Estados Unidos, que já haviam reconhecido a República brasileira, apareciam como aliados “naturais” do governo brasileiro contra uma imposição monárquica. A chegada da frota de Flint à baía de Guanabara em março de 1894, como uma tripulação que não sabia por que lutava, surtiu um efeito imediato e inesperado. Apenas a demonstração de suas modernas máquinas de guerra e sua tecnologia avançada, produziu a rendição dos rebeldes sem que fosse necessário o disparo de um tiro.

A imagem que o espectador estrangeiro tinha naquele momento do Brasil era típica dos problemáticos países hispano-americanos: os ataques dos monarquistas ao novo regime, a ditadura militar, o caos financeiro que se seguia à reforma de Ruy Barbosa e o avanço dos federalistas do sul. Era evidentemente contrário aos interesses norte-americanos que a maior república do continente sul estivesse mergulhada nesse estado de coisas. Interesses esses que tinham forte caráter econômico, pois, conforme afirma Bandeira, foi somente no momento em que Saldanha da Gama proibiu o desembarque de mercadorias no porto do Rio de Janeiro que se deu a decisão norte-americana de colocar a esquadra americana em posição de combate e ameaçou bombardear os navios do almirante brasileiro¹⁴⁸. A frase do Contra-Almirante Benham a bordo do *San Francisco*, em 12 de janeiro de 1894, é ilustrativa a esse respeito: “Meu dever é proteger os americanos e o comércio americano e isto eu tenciono fazer da maneira mais ampla”¹⁴⁹.

Nesse sentido, a esquadra de Flint e a agressividade de Benham marcavam a ascensão do prestígio norte-americano nos círculos oficiais brasileiros¹⁵⁰, além de

¹⁴⁷ TOPIK, Steven C. *Comércio e canhoneiras*, p. 234.

¹⁴⁸ Cf. BANDEIRA, Moniz. *Op. cit.*, p. 143.

¹⁴⁹ Apud BANDEIRA, Moniz. *Op. cit.*, p. 143.

¹⁵⁰ A mais forte reação à intervenção dos Estados Unidos no Brasil partiu dos monarquistas. *A Ilusão Americana*, de Eduardo Prado, apareceu em dezembro de 1893, quando se desencadeava a Revolta da Armada. Não fora considerado pelo governo de Floriano de bom tom atacar os Estados Unidos quando aquele buscava o seu apoio, daí, a apreensão de toda a edição e a determinação da prisão do seu autor. À denúncia de Eduardo Prado seguiu-se a de Joaquim Nabuco: *A intervenção estrangeira durante a Revolta da Armada*. Era um libelo contra o governo de Floriano, que dizia Nabuco, teria aumentado, entre tantos outros, “o perigo estrangeiro [com a] abdicação temporária do princípio de soberania” nos repetidos apelos à proteção dos Estados Unidos. Para Nabuco, um precedente funesto teria sido aberto para a nação brasileira: “Eu não contesto que o Marechal Floriano tivesse o direito de defendera sua autoridade; não tinha, porém, o direito de apelar para o estrangeiro; nem ao terror e à tirania”. NABUCO, Joaquim. A

demonstrarem o comprometimento dos Estados Unidos com a Doutrina Monroe e revelarem uma miríade de maneiras pelas quais ela poderia ser imposta:

[...] os Estados Unidos não só se opunham à recolonização européia como também ao envolvimento europeu em assuntos da América Latina. Na verdade, até uma tentativa de inspiração doméstica de retornar ao que os norte-americanos concebiam como forma européia de governo – monarquia – era condenada sob a égide da Doutrina¹⁵¹.

Nesse sentido, a política de uma maior aproximação dos povos do continente americano “para melhor proveito e utilidade na extensão de suas relações recíprocas”, proposto por Blaine, na Conferência de Washington de 1889, foi sem dúvida, o primeiro passo para a política do Pan-americanismo e do incentivo à integração dos países americanos sob a hegemonia dos Estados Unidos.

Diante dos eventos descritos acima, que ajudam a compor o quadro político da Primeira República, Salvador de Mendonça reivindicou para si a ação pioneira no estreitamento das relações do Brasil com os Estados Unidos e criticou a orientação imprimida por Rio Branco, a partir de 1902, no cargo de Ministro das Relações Exteriores, e de Joaquim Nabuco, a partir de 1905, como Embaixador em Washington, considerando-as de sujeição nacional:

Quando, pois, o barão do Rio Branco mandou o sr. Joaquim Nabuco descobrir a America do Norte, ella já estava descoberta, medida e demarcada. [...] Dos esforços combinados de Joaquim Nabuco e Rio Branco em favor das boas relações entre os Brazil e os Estados Unidos, conheço apenas a celebre moção que á quarta conferencia Internacional Americana de Buenos Aires teve ordem de apresentar em julho de 1910 a Delegação do Brazil, e em que Joaquim Nabuco queria que nós outros Latinos manifestassemos aos Estados Unidos o nosso “reconhecimento” pela doutrina de Monroe e o barão do Rio Branco o nosso “applauso” á dita doutrina. As objecções da Argentina e do Chile devemos nós outros Latinos do continente Americano não ter sido endossada tal doutrina nem agradecido e applaudido esse protectorado, offensivo da nossa dignidade de nações soberanas¹⁵².

Assis Brasil foi o substituo de Salvador de Mendonça na chefia da legação do Brasil em Washington e procurou impingir um tom diferente nas relações entre os dois países. Como sugere Paulo Pereira, talvez para contrabalançar o forte norte - americanismo de Mendonça, Assis Brasil buscou obter uma relação mais pragmática, com uma ação voltada para a importação tecnológica, no incentivo à troca de

intervenção estrangeira durante a Revolta da Armada. In DANTAS, Leonardo (org.). *Joaquim Nabuco e a República*. Vol. 6. Recife: Massangana-Fundação Joaquim Nabuco, 1990, p. 170.

¹⁵¹ TOPIK, Steven C. *Comércio e canhoneiras*, p. 319.

¹⁵² MENDONÇA, Salvador de. *A situação internacional do Brasil*. *Op. cit.*, p. 247-255.

experiências, especialmente no que concernia à agricultura, aos desenvolvimentos militares e industriais¹⁵³.

É seguindo essa trilha de relacionamentos – variando ora entre aproximações mais ideológicas, ora mais cautelosas – que, a partir de 1902, Rio Branco e Nabuco, a partir de 1905, atualizariam esses direcionamentos republicanos e que se tornariam, portanto, base para as gerações posteriores.

A par dessas circunstâncias, a idéia de uma “União Americana”, representada na política do Pan-americanismo, não significou apenas uma fórmula possível de cooperação concreta entre os povos da América, mas um flexível instrumento de interpretação coletiva e das suas reações em face dos problemas genuinamente americanos. Nesse momento, no Brasil, passa a se registrar essas reações e com o tempo, formulam-se interpretações do país em relação aos problemas da vida continental. Do final do século XIX até a década de 20 do século seguinte, várias obras de intelectuais brasileiros foram dedicadas à reflexão sobre a política do Pan-americanismo e introduziram em suas análises, concepções sobre todo o continente americano, tanto em relação aos Estados Unidos, quanto em relação à América Latina.

¹⁵³ Cf. PEREIRA, Paulo José dos Reis. *Op. cit.*, p. 45-46.

Capítulo II

Estados Unidos e América Hispânica: espelhos para uma jovem República

“- Que pensais do resultado da doutrina de Monroe?

- [...] Deixai-me contar o que ouvi, uma vez, de um pobre homem no interior do Brasil. Perguntei-lhe qual a oração que costumava rezar e ele disse-mo:

- Uma muito simples – e depois, acrescentou:

- Antes usava outra, que era esta: ‘Com Deus me deito e com Deus me levanto, sob a guarda do Pai, do Filho e do Espírito Santo’.

- E por que não continuastes a rezá-la? – perguntei. – É bonita.

- Ah, senhor! – replicou ele. – Disseram-me que eu obrigava toda a Santíssima Trindade a ficar acordada toda noite, enquanto eu próprio dormia profundamente.

Pois bem, transplantando-a do sacro para o profano, a invocação da doutrina de Monroe pela América latina recorda-me, por vezes, o escrúpulo tocante deste meu patrício. Todos dormimos profundamente com as portas abertas, enquanto ficas [*sic*] de vigia toda a noite”.

Entrevista do Embaixador Joaquim Nabuco publicada em *Chicago Tribune*, 10 de julho de 1905.

Como vimos no Capítulo I, com o advento da República, a política externa brasileira voltou-se para uma deliberada aproximação com os Estados Unidos, país que reconheceu, quase de imediato, o novo regime político do Brasil. Contudo, isso não significou que tivessem sido abandonadas as ligações com a Europa, especialmente com a Grã-Bretanha, marca registrada das nossas relações exteriores durante o Império¹⁵⁴. Porém, nem o processo de “americanização republicana”, nem a aproximação com os Estados Unidos eram unanimidades no Brasil no final do século XIX. Parte dos

¹⁵⁴ Com a Proclamação da República em 1889, a diferença de regime não mais existia como elemento de diferenciação e distanciamento entre o Brasil e as Repúblicas hispano-americanas. Entretanto, o Brasil republicano reforçaria assim, uma tendência de aproximação com os Estados Unidos. Como observa Oliveira Lima: “De começo o Império tinha contado muito com a simpatia britânica porque a cisão do

intelectuais da época tinha severas críticas a essa política e aos seus propositores. Em livros, na imprensa e no próprio Congresso, homens públicos discordaram exaltadamente contra o que consideravam uma abdicação da soberania ou uma armadilha imperialista, no caso das relações com os Estados Unidos. Havia também aqueles que discordavam do que consideravam uma “desastrosa” solidariedade latina entre os países ao sul do continente.

Nesse sentido, dizia Rio Branco no seu ofício de 12 de junho de 1902, que “ela [a Doutrina de Monroe] tem sido até hoje um espantinho para impedir intervenções européias, e nos tem servido de muito em algumas ocasiões¹⁵⁵”. Euclides da Cunha, por sua vez, refere-se ao nosso recuo espavorido diante do “espantinho do perigo sul-americano¹⁵⁶”. A linguagem fantasmagórica de dois dos maiores personagens da República brasileira reflete a preocupação em torno da Doutrina Monroe e do tema do Pan-americanismo que conviveu paralelamente, no Brasil, nas primeiras décadas republicanas, com o debate acerca da superação da Monarquia e da construção da República recém proclamada e da transição do trabalho escravo para o trabalho livre e assalariado.

Já vimos anteriormente que a partir de meados do século XIX teve início entre os pensadores do continente americano um forte debate em torno da polêmica Doutrina Monroe¹⁵⁷. Também no Brasil, cada um, ao seu modo, procurava justificar sua posição política; ora condenando-a como expressão do imperialismo ianque; ora defendendo-a como forma de proteção dos países americanos aos perigos externos; ou ainda, como uma forma de integração dos países do continente¹⁵⁸. Na primeira década republicana, diante do quadro internacional que se apresentava – com os rumos das Repúblicas hispano-americanas e a preponderância no continente dos Estados Unidos – muitos pensadores brasileiros foram buscar na América hispânica e ou nos Estados Unidos referências para reforçar suas concepções políticas, fossem elas Monárquicas ou Republicanas.

Reino Unido favorecia os interesses comerciais ingleses, e da Inglaterra se importou o constitucionalismo como sistema de governo; mas a tendência de aproximação política foi mais pronunciada para o lado da América do Norte. Das repúblicas neo-espanholas distanciavam o Brasil antipatias peninsulares herdadas e transplantadas e prevenções filiadas na sua natureza imperial que parecia pronunciar absorções e emulações”. OLIVEIRA LIMA, Manoel de. *O Movimento da Independência; O Império Brasileiro (1821-1889)*. 2ª ed., São Paulo: Melhoramentos, s. d., p. 469-470.

¹⁵⁵ Apud LINS, Álvaro. *Rio Branco*. 2ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965, p. 249.

¹⁵⁶ CUNHA, Euclides. “O ideal americano”. In *Contrastes e confrontos*. In CUNHA, Euclides. *Obra completa*. Vol. I. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1995, p. 194.

¹⁵⁷ Ver a este respeito o Capítulo I deste trabalho.

¹⁵⁸ Cf. PEREIRA, Paulo dos Reis. *Op. cit.*, p. 59.

Cabe lembrar que nesse momento a problemática brasileira passa a existir como parte de um sistema mais abrangente, o das Américas, pois a planta “exótica” do continente havia sido arrancada com a República. O movimento da neocolonização, agora sob o controle norte-americano, a aproximação ideológica com os Estados Unidos, em detrimento de suas antigas relações com a Europa e a experiência de uma instabilidade político-financeira tanto do Brasil, quanto das suas vizinhas repúblicas sul-americanas, impulsionaram as interpretações continentais, a auto-análise, a investigação de seus elementos constitutivos e das diferenças culturais entre os países americanos. Houve, neste período, um evidente fortalecimento de uma consciência americana no Brasil, ainda que o exemplo norte-americano tenha sido aquele que ganhou a adesão efetiva da maioria dos intelectuais¹⁵⁹.

O contexto internacional, que esboçamos no Capítulo I, marcado pela corrida imperialista entre os países centrais, também trouxe para a ordem do dia, reflexões em torno das representações daqueles países em sua relação com o Brasil. As operações políticas com os Estados Unidos e com o continente americano, ganhando forma através do monroísmo e sob a égide da política pan-americanista, começavam a ganhar importância para os intelectuais do período que principiaram a conferir-lhes sentido e os rumos que seriam, mais tarde, em linhas gerais, retomados e aprofundados por Rio Branco

Desse modo, no contexto mais amplo do debate político-intelectual da Primeira República, surgem interpretações concorrentes a respeito das possibilidades de os Estados Unidos, como *civilização* e *ordem institucional*, constituírem um modelo nesse campo para o Brasil. Ao mesmo tempo, colocava-se também a questão de saber o quanto de fato o país pertencia, ou poderia pertencer, a uma desejável ou não, unidade continental, incluída aí a América hispânica.

O meio intelectual brasileiro do final do Império e começo da República colocou-se no centro desse debate e dos variados embates políticos que o tema da americanização republicana suscitou. A discussão e o aparecimento de obras em torno do tema do Pan-americanismo se deram entre os partidários de vários matizes do novo regime e seus adversários de toda ordem, não apenas monarquistas, mas republicanos,

¹⁵⁹ Sobre o período em questão, Antonio Candido, expressa que “foi nele que se desenvolveu a reflexão mais sistemática sobre a América Latina, em escritos devidos a homens de elevado porte mental, como Joaquim Nabuco, Sílvio Romero, Eduardo Prado, Oliveira Lima e um menos ilustre mas sem dúvida mais lúcido neste terreno, Manoel Bomfim”. CANDIDO, Antonio. “Os brasileiros e a nossa América”. In *Recortes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 132.

críticos aos rumos referentes à inserção internacional do Brasil, ou já desiludidos ou inconformados com a tibieza e lentidão das mudanças internas do país.

Nesse sentido, Angela Alonso, ao analisar o debate político-intelectual da primeira década republicana, salienta que o golpe republicano de 1889 suscitou manifestos, ensaios, romances, historiografia, memórias e auto-biografias que permitiram mapear duas principais movimentações intelectuais nesse período. Enquanto os republicanos escreveram, como era de se esperar, legitimando o novo arcabouço político e a sociedade nova que também se estabelecia, os monarquistas por sua vez, escreveriam louvores ao antigo regime e à sociedade aristocrática que estava desmoronando juntamente com eles¹⁶⁰.

O combate à tradição imperial ficou acirrado e violento no segundo governo da República. Floriano Peixoto, ao assumir em fins de 1891, centralizou o poder, nomeou jovens militares para os governos do estado, interveio na economia para conter a crise econômica do Encilhamento, fechou jornais e decretou prisão de opositores. A ação de Floriano na repressão à Revolta da Armada, com o auxílio norte-americano como vimos no capítulo anterior, ajudou a formar a imagem de “consolidador da República” que adquiriu entre seus contemporâneos e na historiografia. A ação de Floriano marca também o aparecimento de uma corrente político-ideológica denominada *jacobinismo*¹⁶¹, que tem como marcas centrais o nacionalismo, o anti-monarquismo e o florianismo¹⁶². O jacobinismo tinha como base a Primeira República Francesa e consolidava a visão da nação em armas contra a ameaça monarquista – toda e qualquer oposição ao grande líder passa a ser vista como uma ameaça às próprias instituições frágeis da nascente república, que deveria ser protegida acima de tudo.

¹⁶⁰ Para Alonso, com a instauração da República, em 1889, o debate político-intelectual brasileiro ganhou nova estruturação, sobrepondo duas clivagens: “A primeira refere-se ao contexto político e aos conflitos, palpáveis e nevrálgicos, acerca do formato e dos mandatários do novo regime. [...] A outra clivagem, menos lembrada, e de visibilidade mais difícil, diz respeito ao contexto social de luta entre os estratos sociais dominantes na monarquia e os estratos ascendentes com o novo regime”. ALONSO, Angela. *Arrivistas e decadentes. O debate político-intelectual brasileiro na primeira década republicana*. São Paulo: *Novos Estudos CEBRAP*, nº 85, novembro, 2009, p. 133.

¹⁶¹ O florianismo ficou próximo a que Vovelle chamou de “jacobinismo transhistórico”: “o termo ‘jacobino’, assim como o conceito de jacobinismo, pertence a este registro excepcional em que uma palavra, escapando de seu limite geográfico e do contexto histórico de seu nascimento, reveste-se de um significado mais geral, que designa, para o bem e para o mal, uma atitude, um comportamento e até uma visão de mundo. [...] o jacobinismo não remete diretamente a um sistema social ideal determinado. Ele é geralmente associado ao sistema de valores nascidos da Revolução Francesa, mas seu conteúdo democrático não é universalmente reconhecido. Ele chega a ser contestado, na medida em que seu conteúdo é ambíguo e discutido (burguês ou popular?). Ao invés de se fechar em um programa preciso, o jacobinismo se caracteriza – como foi dito de diversas formas – por uma ‘maneira’”. VOVELLE, Michel. *Jacobinos e jacobinismos*. Bauru: EDUSC, 2000, p. 25-26.

¹⁶² Ver QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Op. cit.*

Os monarquistas, que não aderiram em princípio à República, bifurcaram-se em “monarquistas de espada”, como Saldanha da Gama, um dos líderes da Revolta da Armada, que acabou por pegar em armas para defender o antigo regime; ou, em “monarquistas de pena”, órfãos da sociedade de corte, incluídos aí tanto membros do extinto Partido Conservador, como Afonso Taunay, Rio Branco e Eduardo Prado, quanto do movimento reformista, como Rodolfo Dantas, André Rebouças, Joaquim Nabuco e Afonso Celso Junior. Criaturas de uma cultura aristocrática e filhos da elite política imperial foram ceifados pelo golpe de 1889, quando em preparação para assumir o controle do país¹⁶³:

O desaparecimento do Império pôs abaixo sua carreira política, a perspectiva de futuro e o lastro social. Essa conjunção de estragos gerou amarguras intensas. Com sua repugnância pelo belicismo, nisso devedores de sua formação de corte, viram que seu terreno de briga era a palavra. Em ensaios, manifestos, romances, defenderam a tradição monárquica, que esboroava, e criticaram a republicana, que se construía, concentrados em duas tópicas: a forma da mudança (o golpe militar) e a arquitetura política do novo regime, de um lado, e os valores e o estilo de vida da sociedade republicana, de outro¹⁶⁴.

Dentre os brasileiros que reforçariam suas concepções monárquicas, buscando no continente americano exemplos para reforçar suas posições, estariam, entre outros, Eduardo Prado, Joaquim Nabuco e Manoel de Oliveira Lima. Embora em alguns aspectos divergentes, esses intelectuais debatiam a política oficial “americanista” que se implementava desde a época da proclamação da República. Eram monarquistas com uma bagagem pessoal predominantemente européia e exprimiram de maneira enérgica suas posições, opondo-se ou aos Estados Unidos, como Eduardo Prado, ou à América hispânica, como Nabuco e Oliveira Lima. Mas, ainda que a proposição monárquica tenha sido embalada num período reconhecidamente marcado por diferentes e acirradas polêmicas, pelas mais diferentes vozes, entre os intelectuais das mais diferentes orientações ideológicas – no tom ameno do consenso –, convém, contudo, não deixar que esse coro dos monarquistas obscureça a compreensão das diferentes razões e sensibilidades latentes às aparentemente unissonantes vozes dos seus defensores. A advertência de Karl Mannheim parece válida no contexto: “Palavras jamais significam a mesma coisa quando usadas por diferentes grupos, ainda que no mesmo país, e leves

¹⁶³ Como seus sucedâneos franceses, “eles conservaram um prestígio tradicional, fortemente psicológico, [...] mas tinham perdido as bases reais do poder. Foram incapazes de manter seu estamento”. AUERBACH, E. *Ensaio de literatura ocidental*. São Paulo: Editora 34, 2007, p. 247.

¹⁶⁴ ALONSO, Angela. *Arrivistas e decadentes*, p. 139.

variações de sentido nos fornecem as melhores pistas para as diferentes tendências de pensamento numa comunidade”¹⁶⁵.

Neste Capítulo, optamos por trabalhar com os textos de autores que foram escritos durante a primeira década republicana. A opção por agrupá-los decorre não tanto do fator cronológico, mas ao fato de que foram escritos num contexto de grande instabilidade institucional em relação ao novo regime. Como vimos, o governo de Floriano fora muito conturbado: o militarismo, a crise econômica, a intervenção estrangeira dos Estados Unidos para conter a Revolta da Armada, a Revolta Federalista no Rio Grande do Sul, além do enfrentamento entre jacobinos e monarquistas em tumultos urbanos. A época era, para além de mudanças, de muitas críticas. Nesse sentido, Eduardo Prado aproveitaria para direcioná-las tanto sobre a nova ordem institucional quanto ao repertório de idéias que legitimavam o novo regime, qual seja, a crítica ao americanismo republicano – crítica essa que já vinha estampada no título do seu livro: *A ilusão americana*. Ruy Barbosa, no calor da hora, aproveitaria a repercussão do livro de Eduardo Prado para criticar os rumos militaristas e pró-Estados Unidos que a república que ajudara a construir, estava seguindo.

Já Joaquim Nabuco e Oliveira Lima, ambos monarquistas, que não aderiram de imediato ao novo regime, buscaram além da crítica institucional, pensar o lugar no Brasil no processo civilizatório e a principiar a discussão sobre o Pan-americanismo. Com a República, começávamos a nos afastar da Europa, mas começávamos também a olhar para a civilização que se desenvolvia no Novo Mundo. Nesta direção, na segunda parte deste capítulo, pretendemos compreender de que forma esses dois intelectuais construíram, ainda no ambiente conturbado dos primeiros anos da república, imagens diferenciadas sobre os Estados Unidos e a América Latina. Essas imagens pautavam-se por um lado, na visão dos problemas e questões concomitantemente postas ao Brasil e para os demais países do subcontinente, formados em sua maioria por uma população mestiça, como o Brasil, e do outro, pelo modelo de república civilizada, moderna e composta predominantemente por uma população branca, representado pelos Estados Unidos. Diante das imagens construídas por Nabuco e por Oliveira Lima – este, de modo muito mais explícito do que o primeiro – e das interpretações delas decorrentes, pensamos não ser infundado buscar demonstrar que a escolha pela aproximação com os Estados Unidos, em detrimento de uma aproximação com os demais países do

¹⁶⁵ MANNHEIM, Karl. “O pensamento conservador”. In MARTINS, José de Souza. *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1986, p. 81.

continente, para esses autores, tinha estreita relação pautada pela questão racial e civilizacional do período. Procuraremos, dessa forma, jogar luz sobre esse aspecto do relacionamento que se estabeleceu, nos primeiros anos do século XX, entre o Brasil e os Estados Unidos, no interior do Pan-americanismo, ao tentar demonstrar que esses autores, ao terem em vista contribuir para os processos de construção do Estado-nação e de modernização do Brasil, construíram uma interpretação que via na solidariedade e na aproximação com o país do norte do continente a possibilidade de se equiparar com aquela civilização, diferentemente dos resultados possíveis com uma aproximação com os países latino-americanos.

1. As primeiras críticas à “ilusão americana”

Eduardo da Silva Prado (1860-1901) foi um dos mais ferrenhos críticos da República brasileira recém proclamada e da política pan-americanista. Eduardo Prado era membro de uma das famílias mais ricas de São Paulo, cuja fortuna tinha origem na agricultura (açúcar e, principalmente café) e no comércio. Cresceu cercado pelo luxo do salão de sua mãe, Veridiana Prado, no bairro de Higienópolis, um dos pontos mais importantes de encontro da vida intelectual e artística da cidade. Depois de formar-se em Direito pela Faculdade do Largo de São Francisco em 1881, iniciou uma viagem ao redor do mundo, durante quatro anos visitou a Europa, o Oriente Médio e os Estados Unidos¹⁶⁶. Em 1886 fixou residência em Paris, tornando-se o local um ponto de encontro favorito entre os intelectuais de língua portuguesa: freqüentavam o salão parisiense de

¹⁶⁶ Essas experiências lhes renderam a base de uma série de artigos de viagem sobre centros urbanos: “Chicago é a cidade mais brutal do mundo. Estou na realidade extenuado com a viagem e ansioso para ver-me livre deste país que é uma fornalha e onde para abrir-se a boca paga-se um dólar e outro para fechar-se. Decididamente o mundo é Paris”. PRADO, Eduardo. *Viagens*. São Paulo, 1902-1903, 2 vols., apud SKIDMORE, Thomas E. “Eduardo Prado: um crítico nacionalista conservador da Primeira República Brasileira, 1889-1901”. In *O Brasil visto de fora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, p. 54. Pode ter havido outro fator para que Prado atribuísse tanta antipatia aos Estados Unidos, como sugere Gilberto Freyre: “Há quem atribua – recolhemos a informação de pessoa idônea, antigo Ministro de Estado que teve acesso a documentação numerosa e a *gossip* quase oficioso sobre as atividades brasileiras no estrangeiro – o ódio sistemático em que se aguçou em Eduardo Prado a antipatia [...] aos Estados Unidos, a certa experiência infeliz que o ilustre paulista teria tido em barbearia elegante daquela República: erradamente tomado por negróide – era de fato muito moreno, podendo ser confundido com um indiano em traje tropical – teriam lhe recusado serviço na tal barbearia, alegando o ‘*color bar*’. Que o estrangeiro desculpasse, mas aquela ‘*shop*’ era só para *gentlemen* brancos. O ressentimento pessoal, estendendo a atitude de publicista, explicaria o antianiquismo sistemático que fez Eduardo Prado – na Europa tratado como um príncipe [...] escrever um dos livros mais veementes aparecidos no Brasil na época: *A ilusão americana*”. FREYRE, Gilberto. *Op. cit.*, p. 152.

Prado desde exilados literários como Eça de Queirós e Ramalho Ortigão, a brasileiros como Rio Branco, Domício da Gama e Joaquim Nabuco¹⁶⁷.

Após a derrubada da monarquia, Eduardo Prado mergulhou num ataque frontal à república¹⁶⁸. Inicia seu ataque às instituições republicanas já em 1889, na *Revista de Portugal* (de dezembro de 1889 a junho de 1890) publicando uma série de artigos ácidos contra o novo regime, reunidos depois em livro intitulado *Fastos da ditadura militar no Brasil*. Nesses artigos, Prado “conseguiu realizar a primeira sistematização das críticas à República brasileira, contendo já os seus escritos a maioria dos elementos que caracterizaria todo o movimento monarquista”¹⁶⁹. Prado permaneceu dois anos na Europa depois de proclamada a república, lançando de lá suas críticas. Volta ao Brasil em 1892, tornando-se um ativo participante do movimento monarquista. No ano seguinte, publica o seu principal livro, *A ilusão americana*, de 1893 – cuja primeira edição foi confiscada pelo governo republicano¹⁷⁰.

¹⁶⁷ Cf. SKIDMORE, Thomas E. *Op. cit.*, p. 53-70.

¹⁶⁸ A defesa apaixonada de Eduardo Prado pela Monarquia não encontrava ressonância em sua família. Eduardo era o quarto filho homem de Veridiana Prado. O mais velho, Antonio da Silva Prado, grande cafeicultor, teve intensa vida política: foi Ministro da Agricultura (1885), Ministro dos Negócios Estrangeiros (1888) e Conselheiro do Império. Abolicionista de última hora, aceitou a República, elegendo-se em 1890 deputado à Constituinte. Foi prefeito de São Paulo de 1899 a 1910 e, em 1926, com 86 anos, foi um dos fundadores do Partido Democrático de São Paulo. O segundo filho, Martinico Prado, também fazendeiro, era republicano de longa data. Caio, o terceiro, faleceu em 1889.

¹⁶⁹ Os títulos são: “Destinos políticos do Brasil”; “Os acontecimentos do Brasil”; “Práticas e teorias da ditadura no Brasil”. Cf. JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico. *Op. cit.*, p. 30.

¹⁷⁰ O livro de Eduardo Prado (1860-1901) contra um relacionamento mais estreito com os Estados Unidos não foi bem visto no momento em que Floriano Peixoto buscava o apoio norte-americano para conter a ameaça dos seus oficiais rebelados, em um meio bastante conturbado, decorrente da Revolta da Armada. Quando esta fracassou, foi forçado, junto com outros monarquistas, a fugir do Brasil. Sob o decreto de sua prisão, Eduardo Prado deixa o Brasil em 1894 e, no ano seguinte, ao regressar, torna-se proprietário do jornal *O Comércio de São Paulo*, principal órgão, durante os seis anos seguintes, de disseminação da propaganda de restauração da monarquia e de ataques ao regime republicano. O jornal extinguiu-se em 1897, em meio ao clima antimonárquico exacerbado pelo conflito de Canudos, e Prado novamente deixa o país. Retorna em 1898, em um ambiente mais tranquilo, com a presidência de Campos Salles, dividindo seus últimos anos de vida entre Paris e a capital brasileira, mantendo as suas concepções monarquistas. Cf. SKIDMORE, Thomas E. “Eduardo Prado: um crítico nacionalista conservador da Primeira República Brasileira, 1889-1901”. In *Op. cit.*, p. 53-70. A proibição, pela ditadura de Floriano de *A ilusão americana*, de nada valeu. A obra ganharia ainda maior atualidade com o passar do tempo. O livro repercutiu, profundamente, na opinião pública brasileira, como reconheceu Dunshee de Abranches, jornalista, presidente da comissão de diplomacia da Câmara dos Deputados e ardoroso defensor da política realizada pelo Barão do Rio Branco, em obra dedicada a analisar a política exterior do Brasil: “*A ilusão americana*, famoso livro publicado no Brasil logo após a proclamação da República, produziu incontestavelmente uma larga repercussão em todo o país. [...] Fôra mesmo mais longe: propusera-se a demonstrar que, na grande República do setentrião, os males e os perigos para as outras nações do continente estavam tanto nas instituições quanto nos homens; tentara assim incitar os sentimentos patrióticos dos brasileiros, proclamando que muito mais pernicioso e voraz era o imperialismo “yankee” do que o imperialismo europeu; [...] concluía por augurar dias calamitosos e desesperados para os povos latinos que, nesta parte do mundo, acreditavam ter encontrado na doutrina de Monroe e nas gloriosas tradições liberais da mais poderosa das potências americanas, elementos vitoriosos e indestrutíveis para a segurança da sua autonomia política e consolidação sempre crescente das suas liberdades públicas”. ABRANCHES, Dunshee de. *Rio Branco e a política exterior do Brasil (1902-1912)*. In *Obras*

Eduardo Prado não teceu críticas apenas à República brasileira, mas estendeu-as a todas as repúblicas americanas, dos Estados Unidos aos países hispanos. A comparação extremamente negativa das repúblicas hispânicas serviria como mote para criticar o regime político brasileiro, como em artigo denominado “Agouros e Presságios” – escrito durante a Presidência de Prudente de Moraes – ao comentar mais uma reeleição de Porfírio Díaz no México:

A forma republicana na América Ibérica, como nos demonstra a experiência de quase um século, é inevitavelmente militarista e pessoal. É uma fatalidade histórica a que não é lícito fugir. Debalde se têm feito tentativas de governos civis. [...] Essa sombra apagada e triste, que se chama um presidente civil, foi quase sempre imposta aos leitores por algum caudilho, cansado de governar e que acha bom, por decência, interromper um pouco o seu governo [...]. Ora, o governo continua militarista sempre, embora o presidente não seja militar. [...] Uma república sul-americana, sem o seu competente homem militar, é uma coisa vaga, inquietante, é um estado de transição, um interregno triste e pouco duradouro¹⁷¹.

O Paraguai também foi alvo de suas críticas. Estreitamente ligado à visão oficial do Império que propagandeava o autoritarismo e a política agressiva de Solano López como responsáveis pela deflagração da Guerra do Paraguai, Prado conclui:

Infeliz Paraguai! Bem vingado estás tu neste momento vendo que o Brasil, teu orgulhoso vencedor de outrora, é hoje o imitador do que tu foste há trinta anos! Os brasileiros, que tanto desprezaram os costumes semibárbaros da política paraguaia, têm hoje em casa o que tanta compaixão lhes inspirava na casa de seus inimigos. Nem mesmo faltam os adutores da ditadura, como os tinha López¹⁷².

Prado inverte, portanto, o argumento republicano de que a retenção da Monarquia era indício de atraso e que a criação da República lançaria o Brasil numa nova era marcada pela influência civilizadora do liberalismo republicano presente na América. Argumentava que fora o Império de Pedro II, aquela “flor exótica” no Novo Mundo que fazia do Brasil uma civilização singular, pois havia garantido a unidade da América portuguesa, num território mais vasto que o dos Estados Unidos continental.

Além de apresentar a sua condenação à República brasileira, Prado teceu considerações sobre os Estados Unidos e os demais países hispano-americanos. O seu livro, *A ilusão americana* tornou-se o mais eloquente tratado antiamericano surgido no

Compleatas. Vol. II. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 1945, p. 35-38. Dunshee de Abranches pronunciaria em 21 de Outubro de 1911 na Câmara dos Deputados, um enorme e exaltado discurso debatendo as críticas feitas à atuação política do Barão do Rio Branco. Ver, ABRANCHES, Dunshee de. *Op. cit.*, p. 137-202.

¹⁷¹ PRADO, Eduardo. “Agouros e Presságios”. In *Trechos Escolhidos*. Mário Casasanta (org.). Rio de Janeiro: Agir, 1959, p. 65-68.

¹⁷² PRADO, Eduardo. “Designação de Sucessor”. In *Trechos Escolhidos*. *Op. cit.*, p. 105-106.

país, onde alegava que o Brasil estava perdendo sua soberania política em virtude da “fraternidade” com os Estados Unidos, induzida pela República. Argumentava ainda, que os republicanos haviam levado o país ao caos, tornando-o presa fácil para os desígnios expansionistas dos Estados Unidos, cuja constituição procuraram imitar. Prado tenta demonstrar durante todo o livro que a história havia demonstrado a incompatibilidade fundamental entre os interesses brasileiros e os norte-americanos.

Já a América espanhola, segundo Eduardo Prado, ao adotar o modelo norte-americano por ocasião dos movimentos de independência durante o século XIX, teria renegado suas tradições. Interessante é observar que Prado acusa os Estados Unidos por terem uma política externa invasora, tirânica, arrogante e oportunista, enquanto as Repúblicas da América espanhola são, por outro lado, identificadas com o militarismo e o caudilhismo. Entendia como perda da identidade brasileira a imitação, pelos republicanos, de modelos políticos estrangeiros, da qual a Constituição de 1891 era o exemplo óbvio. Como seus vizinhos da América espanhola, o Brasil havia adotado em 1889

o mesmo grande erro em que os hispano-americanos tinham caído no primeiro quarto do século, isto é, quando artificialmente se quis impor ao Brasil a fórmula norte-americana. [...] E nós, tardiamente, fomos tomar parte da fastidiosa e desalentadora tarefa em que vivem, há noventa anos, os hispano-americanos, isto na longa, vã, tormentosa e já degradante e inútil tentativa, quase secular, de querer implantar na América Latina as instituições de uma raça estrangeira¹⁷³.

Seu ataque à imitação das instituições norte-americanas era um meio também de atacar o principal aliado dos republicanos brasileiros, enquanto elogiava a Inglaterra, que apoiava os restauradores monarquistas. Prado via sem números de males na influência norte-americana no Brasil, inclusive a manutenção da escravidão durante o Império:

Não teríamos conservado por tanto tempo aquela instituição iníqua, se a maior nação da América não tivesse tentado legitimá-la, e se, da parte escravocrata dos Estados Unidos, não nos viesse o incentivo, se não chegasse até nós a notícia do que se dizia e do que se fazia nos Estados Unidos para defender a escravidão¹⁷⁴.

Em *A ilusão americana*, Eduardo Prado deixa explícito o seu repúdio ao Pan-americanismo: não eram apenas as diferenças histórico-culturais do Brasil em relação aos Estados Unidos que eram apontadas no livro, mas a diferença do Brasil em relação à América Hispânica, negando qualquer possibilidade de integração entre os países do

¹⁷³ PRADO, Eduardo. *A ilusão americana*, p. 46.

¹⁷⁴ Idem, *ibidem*, p. 169-170.

continente americano: “A fraternidade americana é uma mentira. Tomemos as nações ibéricas da América. Há mais ódios, mais inimizades entre elas do que entre as nações da Europa¹⁷⁵”. Sustentava essa premissa arrolando diversos conflitos – do México à Patagônia – envolvendo fundamentalmente disputas territoriais, além de elaborar um catálogo de agressões dos Estados Unidos na América Latina. Quanto ao Brasil, considerou que seus centros mais populosos, no litoral, estavam mais próximos da Europa, pela facilidade da viagem, do que da maior parte dos demais países americanos: “separado deles pela diversidade da origem e da língua; nem o Brasil físico, nem o Brasil moral formam um sistema com aquelas nações”¹⁷⁶.

Para reforçar a idéia de que o Brasil constituía uma unidade independente do restante da América, Prado apelou também para a suposta veracidade do mito da Ilha Brasil. Segundo o mito, o Brasil seria um território insulado, envolvido pelas águas de dois grandes rios – o Amazonas e o Prata –, cujas nascentes seriam num mesmo lago interior. O Brasil, imensa ilha, formaria sozinho um continente, e só posteriormente teria se fixado às vertentes orientais dos Andes: “Esta junção é, porém, superficial; são propriamente suas e independentes as raízes profundas e as bases eternas do maciço brasileiro”¹⁷⁷. Ora, o movimento argumentativo de Prado é o de distinguir o Brasil português da América espanhola – que, para ele, eram sinônimos de guerras civis, revoluções, anarquia política, militarismo, autoritarismo, ditaduras, corrupção, ruína financeira – não bastavam as distinções lingüísticas, culturais, históricas, era necessária uma segregação natural, fruto dos desígnios divinos.

A grande distância entre Brasil e Estados Unidos era marcada, segundo Prado, pela diferença da raça, da religião, da índole, da língua, enfim, pela história e tradição dos dois povos¹⁷⁸. A questão mais relevante era a discordância profunda com a opção latino-americana pelo regime republicano, o que, segundo ele, seria mera imitação das instituições norte-americanas. Salientava que os Estados Unidos não auxiliaram as independências das colônias ibero-americanas e que a tão invocada doutrina Monroe não passava de uma estratégia política para intensificar o poder e a interferência dos Estados Unidos nas questões internas dos países americanos. Prado fez referências a inúmeras atitudes intervencionistas dos norte-americanos nos países latinos do continente: o apoio à separação do Texas e posterior anexação deste território aos Estados Unidos; a

¹⁷⁵ Idem, *ibidem*, p. 8.

¹⁷⁶ Idem, *ibidem*, p. 10.

¹⁷⁷ Idem, *ibidem*, p. 10. Sobre o mito da Ilha-Brasil, ver MAGNOLI, Demétrio. *Op. cit.*, p. 45-61.

¹⁷⁸ Cf. idem, *ibidem*, p. 7.

subseqüente guerra contra o México; o atentado norte-americano às Ilhas Malvinas em 1831, facilitando a ocupação posterior da ilha pelos ingleses; a usurpação do governo nicaragüense pelo flibusteiro William Walker, com o apoio norte-americano, e a posterior invasão de Honduras; o interesse dos Estados Unidos em construir o canal inter-oceânico; a pressão sobre os governos de diversos países do continente, pelo pagamento de indenizações por prejuízos a empresas e cidadãos norte-americanos, com ameaças de intervenção militar; e outras situações francamente desfavoráveis aos países latino-americanos¹⁷⁹. Diante desse quadro, afirma que “não há país latino-americano que não tenha sofrido as insolências e às vezes a rapinagem dos Estados Unidos”¹⁸⁰.

Prado procura, em sua obra, desconstruir a versão oficial sobre o Pan-americanismo – integração fraterna dos países dos países americanos, em benefício de todos – de forma contundente: desde a Doutrina Monroe, o objetivo dos Estados Unidos sempre foi o de conquistar terras e mercados no continente, em detrimento dos interesses e direitos dos outros países americanos, utilizando-se para isso de arrogância diplomática, e sempre que julgasse necessário, a força militar. A política pan-americanista, segundo Prado, tinha como objetivo o escoamento da produção norte-americana que ultrapassasse a demanda interna e, no intuito de concretizar esse projeto, impor tratados de reciprocidade comercial a fim de abrir os mercados latino-americanos para os produtos norte-americanos, em situação de enorme vantagem sobre os produtos europeus¹⁸¹. Com forte contundência, diz sobre James Blaine que “a empresa de extorquir tratados dos países latino-americanos a troco de vantagens ilusórias, esteve confiada [a Blaine] quando foi secretário de Estado pela segunda vez”¹⁸².

Embora reconhecesse os Estados Unidos como uma potência econômica, possuía uma visão predominantemente negativa dos valores e do governo desse país. Enquanto julgava, por um lado, que o governo era formado por uma plutocracia que não manifestava preocupação em minimizar a pobreza de uma parcela significativa da população, por outro, condenava os aspectos sócio-culturais do povo americano (uma vez que a pena de morte e o linchamento eram comuns), conforme nos expõe nessa passagem:

¹⁷⁹ Idem, *ibidem*, p. 12-97.

¹⁸⁰ Idem, *ibidem* p. 93-94.

¹⁸¹ Prado foi também um dos grandes críticos do Convênio Aduaneiro de 1891, ao qual já nos referimos no primeiro capítulo. Sua posição é explícita nessa passagem: “em troca de um favor fictício e ilusório, em seguida a uma negociação em que a má-fé norte-americana se tornou evidente, o Brasil concedeu isenção de direitos às farinhas de trigo dos Estados Unidos, deu isenção a vários outros artigos americanos”. PRADO, Eduardo. *A ilusão americana. Op. cit.*, p. 150-151.

¹⁸² Idem, *ibidem*, p. 142.

O espírito americano é um espírito de violência; o espírito latino, transmitido aos brasileiros, mais ou menos deturpado através dos séculos e dos amálgamas diversos do iberismo, é um espírito jurídico que vai, é verdade, à pulhice do bacharelismo, mas conserva sempre um certo respeito pela vida humana e pela liberdade. O rábula de aldeia é, sem dúvida, um ente inferior, mas em todo caso, é superior, como unidade social, ao capanga e ao mandão¹⁸³.

Eduardo Prado, embora não use o termo imperialismo, ataca criticamente o capitalismo norte-americano e percebe a tendência que se manifestava cada vez mais forte no continente:

Hoje, o industrialismo ainda tem algumas esperanças de se salvar e o povo não tem ainda a consciência nítida da sua força. As dificuldades do presente já são, portanto, bastante graves para o capitalismo, e a plutocracia americana procura, a todo o transe, sair das suas dificuldades e para isso volta-se para o estrangeiro. É para o estrangeiro que os políticos norte-americanos querem abrir uma válvula para o excesso de produção¹⁸⁴.

O objetivo principal, entretanto, de Eduardo Prado não foi combater o imperialismo norte-americano e, muito menos, o sistema capitalista, tanto é que defendeu as monarquias européias, também imperialistas e capitalistas, em vários momentos da sua obra. O fim primordial de *A ilusão americana* era defender a monarquia e atacar o regime republicano e presidencialista no Brasil, uma vez que Prado considerava o regime monárquico a opção “natural” dos países latino-americanos, dadas as suas características histórico-culturais¹⁸⁵. Dessa perspectiva, via que, tanto para o Brasil quanto para os países hispano-americanos, a monarquia era a forma de governo mais adequada para assegurar a estabilidade política, a ordem, a paz, a unidade territorial e a prosperidade econômica. Assim, o Brasil teria abandonado em 1889 o regime monárquico, mais adequado à sua prosperidade, imitando as instituições norte-americanas, em detrimento de suas próprias tradições. Ainda, o histórico das trajetórias das repúblicas hispano-americanas, a partir das independências, marcadas por guerras civis, governos autoritários, militarismo e caudilhismo, auxiliavam Prado na defesa de suas posições, de onde conclui: “o furor imitativo dos Estados Unidos tem sido a ruína da América¹⁸⁶”.

Ora, a América hispânica representava, portanto, tudo o que o Brasil não deveria ser: republicano, militarista, violento. E era o que o Brasil, na visão de Prado, a partir de

¹⁸³ Idem, ibidem, p. 175.

¹⁸⁴ Idem, ibidem, p. 141-142.

¹⁸⁵ Cf. BAGGIO, Kátia Gerab. *A “outra” América: a América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas*. São Paulo: Departamento de História da USP: 1999. [Tese de Doutorado, mimeo], p. 67.

¹⁸⁶ PRADO, Eduardo. *A ilusão americana*. Op. cit. p. 44.

1889 havia se transformado. A imagem da América hispânica como permanentemente violenta, politicamente instável, comandada por caudilhos e imersa na convulsão social povoou a visão brasileira sobre seus vizinhos e Eduardo Prado foi um dos intelectuais que colaboraram intensamente para esta interpretação. Além de se tornar uma obra símbolo da luta monarquista e anti-republicana, *A ilusão americana* trouxe o elemento polêmico da propaganda anti-estadunidense, num momento muito delicado em que o Brasil tentava consolidar, tanto a sua política interna, com o novo regime republicano¹⁸⁷, quanto a sua política externa, na busca de uma maior aproximação com os Estados Unidos¹⁸⁸.

A crítica de Eduardo Prado arregimentaria novos prosélitos. Ruy Barbosa, que participou ativamente das construções institucionais republicanas e que fora fortemente influenciado pelo pensamento político constitucional anglo-americano, não vacilou, contudo, em apoiar as advertências de Eduardo Prado, cujo livro, – *A ilusão americana* – considerava “feito de ciência, verdade e patriotismo¹⁸⁹”. Em uma série de artigos publicados no jornal *A imprensa*, ao longo de 1899, Ruy Barbosa criticava ferozmente o monroísmo e a política intervencionista norte-americana que estava sendo realizada no continente. Segundo o autor, um pouco de reflexão e de história bastaria para

advertir na facilidade com que, para os estados fracos, se converte em tutela a intrusão doméstica dos poderosos, [...] para saber que a Doutrina de Monroe no uso diplomático dos Estados Unidos, tivera, em todos os tempos, um caráter exclusivamente norte-americano, que a face por ela apresentada ao resto da América era puramente uma limitação da soberania das outras repúblicas.¹⁹⁰

¹⁸⁷ Gilberto Freyre assim se expressou sobre o debate em torno do pan-americanismo nos primeiros tempos da República: “[Eduardo Prado] Exagerou-se, é certo, em sua ianquifobia no livro, ainda hoje famoso, *A ilusão americana* – ao mesmo tempo antiianque e anti-republicano; mas não faltava de todo fundamento histórico ou critério sociológico às críticas aos pan-americanistas brasileiros ingenuamente certos de vir a República integrar-nos como por mágica num sistema continental de nações de todas fraternas, em consequência de o constituírem repúblicas na sua maioria inspiradas no exemplo da anglo-saxônia. Só ingênuos, na verdade, deixariam de enxergar, nas relações dos Estados Unidos com a maioria das repúblicas que caricaturescamente lhes seguiam o exemplo, o desdém do forte pelos fracos; o desprezo de uma gente ordeira pelas turbulentas, suas vizinhas, aliás, por simples e superficial acidente”. FREYRE, Gilberto. *Op. cit.*, p. 191.

¹⁸⁸ Pouco lembrado pelos estudiosos desse período, o livro do romancista e ex-oficial da Marinha – Adolfo Caminha – procurou usar o exemplo dos Estados Unidos para um fim diferente do de Eduardo Prado. Em missão de treinamento aos Estados Unidos, Caminha ficou fascinado com esse país. Viu nos Estados Unidos o contrário do Império formal e hierárquico brasileiro, era o exemplo acabado para ser citado ao conclamar os brasileiros para transformarem o Brasil numa nação mais livre e mais moderna. Em seu relato de viagem, Caminha escrevia entusiasmado: “O autor destas simples notas de viagem que admira os EUA como uma segunda pátria, porque ali moram juntas todas as liberdades e florescem prodigiosamente todas as nobres idéias civilizadas”. CAMINHA, Adolfo. *No paiz dos yankees*. Rio de Janeiro: Domingos de Magalhães, 1894, p. 56.

¹⁸⁹ BARBOSA, Rui. “O continente enfermo”. In *Obras seletas de Rui Barbosa*. Vol. VIII. *Campanhas jornalísticas*. República 1899-1918. 3º volume. Rio de Janeiro: Record, 1998, p. 93.

¹⁹⁰ Idem, *ibidem*, p. 94.

Rui Barbosa exprobrou o apelo do governo de Floriano Peixoto para a intervenção dos Estados Unidos na Revolta da Armada e a tentativa de erguer uma estátua de Monroe como sinal de reconhecimento:

A ditadura de 1893, na sua luta contra a violência das dificuldades interiores, estendeu mãos implorativas para o governo dos Estados Unidos. [...] Veio pronto o auxílio solicitado. A interposição da bandeira estrelada cortou o litígio pendente entre as forças legais e as forças revolucionárias na baía do Rio de Janeiro. [...] Pouco depois do fácil resultado o almirante americano, cuja interferência no conflito esmagara a insurreição naval, deliciava os seus compatriotas, em Nova York, entre as manifestações espumosas de uma festa repercutida pelos jornais, com a reivindicação hilariante do triunfo sobre a esquadra brasileira rebelada. Mas nós não fomos ingratos. O júbilo da legalidade satisfeita deu-se pressa em coroar, entre os beneméritos da república brasileira, entre os seus salvadores, as imagens de Benham, Cleveland e Monroe.¹⁹¹

Os Estados Unidos, vedando o continente à cobiça da Europa, não fizeram mais que reservá-lo para os futuros empreendimentos de sua ambição¹⁹². A *ilusão americana*, segundo Ruy Barbosa, passara, no Brasil, por várias transformações sob a influência dos interesses políticos e da ignorância nacional. O autor se sentia no dever de desmascará-las, “porque a nossa consciência não se pode submeter à corresponsabilidade numa falácia, a que a história e a experiência se opõem”¹⁹³. Ruy Barbosa, forte opositor da Doutrina Monroe, previa que, com a vitória dos Estados Unidos sobre a Espanha, na guerra hispano-americana de 1898, a diplomacia européia procuraria um *modus vivendi* “adaptável à política imperialista da Casa Branca”¹⁹⁴. No seu artigo de 9 de junho de 1899, intitulado “A história repete-se”, o jurista chama a atenção para a paridade entre duas épocas: a do Império brasileiro, quando há mais de cinquenta anos, o Brasil, o Peru, a Bolívia discutiram a navegação do rio Amazonas e temeram anexações pelos Estados Unidos, com a situação atual, que é “*mutatis mutandis* a mesma: a *intervenção* dos Estados Unidos em Cuba e a anexação *voluntária* do arquipélago de Havaí determinam a ressurreição da velha idéia, que condensa a suspeita do momento”¹⁹⁵.

Mas, Ruy Barbosa não deixaria de demonstrar também certa indignação pelas repúblicas latino-americanas, ao referir-se ao “desleixo latino-americano”. Para ele, os latino-americanos teriam menosprezado a política de neo-colonização que estava sendo empreendida pelos europeus e norte-americanos, pois, animados pelas reminiscências da

¹⁹¹ BARBOSA, Rui. “Vã confiança (a ilusão americana)”. In *Obras seletas de Rui Barbosa*, p. 100-101.

¹⁹² BARBOSA, Rui. “Vã confiança (a Doutrina de Monroe: sua origem)”. In *Obras seletas de Rui Barbosa*, p. 102-103.

¹⁹³ BARBOSA, Rui. “Vã confiança (a ilusão americana)”. *Op. cit.*, p. 101.

¹⁹⁴ BARBOSA, Rui. “O continente enfermo”. *Op. cit.*, p. 95.

¹⁹⁵ BARBOSA, Rui. “A história repete-se”. In *Obras seletas de Rui Barbosa*, p. 113-114.

sua emancipação “com a fatuidade, a imprevidência e a imaginação próprias das raças, cuidaram ter assegurado a sua independência para a eternidade”¹⁹⁶. Chega a afirmar que a confiança dos latino-americanos decorria das reminiscências de noções das origens indígena que teriam resistido à época da colonização hispânica, contra a incursão estrangeira. O tom final do artigo conclama o continente a ser providente e ressalta que uma aliança com os Estados Unidos trariam prejuízos ao resto da América. No entanto, embora Ruy Barbosa fosse muito crítico à presença da política norte-americana no continente e principalmente, no Brasil, não deixa também de explicitar a forma hierárquica com que via as demais repúblicas latino-americanas. De forma bastante pessimista, quanto ao significado das relações com os Estados Unidos que se configura na Primeira República, Ruy Barbosa previa para o Brasil um destino semelhante ao das demais repúblicas latino-americanas: “No caldeirão aparelhado ao pantagruelismo da política invasora, vai na mais confusa promiscuidade com índios e mestiços toda a descendência portuguesa e espanhola debaixo deste céu, e com as mais desafamadas, as mais fracas repúblicas deste continente, as melhores, ou as mais fortes, como o México, a Argentina e o Chile”¹⁹⁷.

2. Joaquim Nabuco e Oliveira Lima: os Estados Unidos como modelo de ordem civilizacional e institucional na América

Nos textos de Joaquim Nabuco que servem de fonte para o nosso trabalho é possível identificar a construção de uma imagem unificada da América do Sul com base em atributos negativos no que tange a vida pública desses países do subcontinente. Assim como a todas as repúblicas sul-americanas e à brasileira, o autor atribuía a sustentação do regime apenas à violência militar e ao militarismo dos seus presidentes. Recorrendo aos mecanismos políticos do Império brasileiro, Nabuco argumentaria que as repúblicas do subcontinente seriam endemicamente instáveis devido à ausência de instrumentos de mediação das facções em luta. Uma vez que o Poder Moderador fora abolido, seria o “elemento militar” aquele que ascenderia naturalmente e conduziria a política partidária: “substituíram o Imperador pelo Imperator [...]. Deodoro pelo simples

¹⁹⁶ BARBOSA, Rui. “O desleixo latino-americano”. In *Obras seletas de Rui Barbosa*, p. 96.

¹⁹⁷ BARBOSA, Rui. “Chinas americanas”. In *Obras seletas de Rui Barbosa*, p. 78.

fato de suceder ao Imperador ele se achou com os mesmos poderes, sem as normas, está visto”. Diante do quadro endêmico das repúblicas sul-americanas, Nabuco não titubeia em traçar um prognóstico: “A República, nos países latino-americanos, é um governo no qual é essencial desistir da liberdade para obter a ordem”¹⁹⁸.

É interessante, porém, verificar que Nabuco expressa sua aversão ao “americanismo” republicano, mas deixa claro através do qualificativo “Sul-Americana” que não se referia à república anglo-saxônica na América. Lançando mão de um manifesto nacionalista contra o americanismo republicano, Nabuco diria:

Eu lastimo a atitude suicida da atual geração, arrastada por uma alucinação verbal, a de uma palavra – *república*, desacreditada perante o mundo inteiro quando acompanha o qualificativo – *Sul Americana*.[...] a esse plágio Americano, devemos opor outro sentimentalismo natural, vivo, verdadeiro: o Brasileirismo.¹⁹⁹

Não era de se estranhar que Joaquim Nabuco, um monarquista de pena, recorresse à escrita para combater a República e exaltar a Monarquia. Reagiria à República “no momento em que o passado nacional corr[ia] risco de ser mutilado”, recorrendo a estratégias: uma, seria o enaltecimento de feitos e de estadistas do passado, compondo sua versão da história do Segundo Reinado, sob a forma aparentemente inofensiva de uma biografia do pai²⁰⁰. Valeu-se também de outra estratégia, com dois livros publicados no calor da hora: *Balmaceda* (1895) e *A intervenção estrangeira durante a revolta de 1893* (1896)²⁰¹.

¹⁹⁸ NABUCO, Joaquim. *Porque continuo a ser monarquista*. Londres: Abraham Kingdon & Newnham, 1890, p. 10 e 14, respectivamente (Carta ao *Diário do Commercio*). Apud ALONSO, Angela. *Op. cit.*, p. 139-140.

¹⁹⁹ Grifos do autor. NABUCO, Joaquim. *Agradecimentos aos pernambucanos*. Londres: Abraham Kingdon e Newnham, 1891, p. 4,15. Apud ALONSO, Angela. *Op. cit.*, p. 140.

²⁰⁰ *Um estadista do Império*, obra na qual narra a história política do Segundo Reinado tendo como elemento organizador dos fatos a carreira política de seu pai, Nabuco de Araújo, cujo primeiro tomo ficou pronto em 1884, mas só veio a público em 1898. NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. 2 vols.

²⁰¹ O livro saiu como artigos no *Jornal do Comércio*, em agosto de 1895 e, em livro, no começo de 1896. O assunto principal é a Revolta da Armada e o governo de Floriano. Valendo-se de documentação primária, sobretudo artigos de jornal, o objetivo era político: avaliar a sociedade e as instituições republicanas pela ótica imperial. Publicado já no governo de Prudente de Moraes, a conjuntura permitiria aos monarquistas voltarem à cena na crítica aos republicanos. Nabuco carregou nas tintas, numa verve monarquista que opunha a barbárie republicana à civilização imperial. A paixão pela revolta está na dedicatória do livro a Augusto de Castilho, capitão do navio que asilou os revoltosos monarquistas. NABUCO, Joaquim. *A intervenção estrangeira durante a revolta da armada*. In: Leonardo Dantas (org.). *Joaquim Nabuco e a República*. Série República, vol. 6, Recife: Massangana-Fundação Joaquim Nabuco, 1990.

O livro que nos interessa mais imediatamente da fase monarquista de Nabuco durante os primórdios da República é *Balmaceda*²⁰². O livro expõe as suas críticas monarquistas sobre a República: valendo-se da crise chilena – com analogias óbvias com a brasileira – para armar análise comparada de conjunturas políticas, Nabuco procurou refletir sobre Balmaceda com o objetivo de obter subsídios para tecer críticas ao regime republicano brasileiro e, mais especificamente, ao período militar de Deodoro da Fonseca e de Floriano Peixoto²⁰³. Nessa obra expõe também o seu interesse pela América Latina, pois, desde o 15 de novembro, segundo Nabuco, o Brasil começava “a fazer parte de um sistema político mais vasto²⁰⁴”, o da América do Sul. No início do seu trabalho justificou o interesse pelo Chile ao afirmar que a cada dia tornava-se mais importante para os brasileiros “conhecer o estado político da América do Sul²⁰⁵”.

O período de 1886 a 1891 da história chilena foi o alvo do interesse de Nabuco. Confessou ser um admirador do Chile e o comparou ao Brasil, países que se destacariam como exceções no cenário latino-americano, afirmando que “há mais energia nacional [...] nessa estreita faixa comprida entre a Cordilheira e o Pacífico do que em todo o resto da América do Sul”. Nesse sentido, Nabuco afirma que

apesar de sermos nós [o Brasil] a sociedade sem exceção alguma a mais igualitária do mundo, e de ser o Chile, pelo contrário, uma aristocracia política, tínhamos a mesma continuidade de ordem, de governo parlamentar, de liberdade civil, de pureza administrativa, de seriedade, decoro e dignidade oficial. Um e outro governo eram exceções genuínas na América do Sul, saliências de terra firme entre ondas revoltas e ensanguentadas²⁰⁶.

Os dois países seriam “saliências de terra firme entre ondas revoltas e ensanguentadas”, ou seja, a monarquia brasileira e a república chilena seriam exemplos de ordem e estabilidade, contrastando com os demais países da América Latina, marcados pelas turbulências políticas e pelas guerras civis. Brasil e Chile tiveram que superar crises que colocaram em risco, segundo Nabuco, suas tradições políticas: o

²⁰² Trata-se da reunião, pelo autor, de uma série de artigos publicados no *Jornal do Comércio*, de janeiro a março daquele ano, nos quais Nabuco analisava a questão da deposição do presidente chileno, em 1891, a partir da obra de Julio Bañados Espinosa, *Balmaceda, Su Gobierno y La Revolución de 1891*.

²⁰³ Nos limites do nosso trabalho não abordaremos os argumentos monarquistas de Nabuco em *Balmaceda* construídos através do paralelismo entre os acontecimentos no Chile e as analogias com a República no Brasil. A ênfase recairá sobre a argumentação construída por Nabuco em relação a sua visão da América Hispânica já nos primórdios da República. A reconstrução da imagem das Repúblicas sul-americanas por Nabuco em *Balmaceda* será fundamental para compreendermos as concepções posteriores de Nabuco à frente da Embaixada brasileira em Washington, já adepto da República.

²⁰⁴ NABUCO, Joaquim. *Balmaceda. Op. cit.*, p. 212.

²⁰⁵ Idem, ibidem, p. 7.

²⁰⁶ Idem, ibidem, p. 3.

Brasil, durante o período de consolidação do regime republicano, com o domínio dos militares no comando da vida pública entre 1889 e 1894 e o Chile, durante o governo de Balmaceda. Demonstrava-se assim, afirmava Nabuco, a tese que os monarquistas sempre sustentaram contra os republicanos: a perda da liberdade e a corrupção da república, tanto no Brasil quanto no Chile:

Figurava-se tão paradoxal animarem-se os Republicanos com os resultados do Chile como se animarem com os da América do Norte, porque o Chile, ainda que de raça espanhola, era tanto uma exceção como os Estados Unidos – exceção que se podia considerar um capricho de ordem moral na formação da América do Sul, como há aparentemente tanto capricho na sua estrutura geológica²⁰⁷.

Na forma de um “capricho” ficava naturalizada no autor a excepcionalidade do Chile, o qual, ainda que formado pela mesma raça cujas supostas características conformavam a imagem negativa da América hispânica, aproximava-se de algum modo do corpo social saxônico da América do norte – única nação, conforme Nabuco, a qual caiu bem as vestimentas da república.

Nesse sentido, importa-nos aqui, menos o tema da inadaptação institucional, o qual pode ser posto nas contas das posições monarquistas-parlamentares do autor, rebatendo a República, do que o contraste construído entre, de um lado, nacionalidades débeis, “em menoridade permanente”, com “tradições sem resistência” e, de outro, uma nacionalidade forte, cuja opinião e organicidade política colocam-se acima de qualquer governo pessoal. Nabuco desenvolve tal comparação no que toca a ordem institucional relacionada às qualidades inatas do corpo nacional das Repúblicas sul-americanas e dos Estados Unidos:

Em nossos países onde a nação se mantém em menoridade permanente, as liberdades, os direitos de cada um, o patrimônio de todos, vivem resguardados apenas por alguns princípios, por algumas tradições ou costumes, que não passam de barreiras morais, sem resistência e que o menor abalo deita por terra. A esses países, onde a lei é frágil, não se adaptam instituições que só pode tolerar uma nação como a Norte-Americana²⁰⁸.

Em Joaquim Nabuco é possível perceber que a imagem da América Latina aparece como uma incógnita em relação ao avanço, posto que inexorável, da civilização universal. A imagem do subcontinente se constitui com base em atributos negativos no tocante à vida pública dos países latino-americanos. Ao percebermos os termos com os

²⁰⁷ Idem, *ibidem*, p. 208.

²⁰⁸ Idem, *ibidem*, p. 49.

quais Nabuco trabalha, podemos ter claro como o autor constrói a imagem do subcontinente como uma porção inferior da América, refratária à civilização:

De fato, dado o progresso da Moral universal, não é possível que a civilização assista indefinidamente impassível ao desperdício de força e atividade humana que se dá em tão grande escala em uma das mais consideráveis seções do globo, como é a América Latina. A manutenção de um vasto Continente em estado permanente de desgoverno, de anarquia, é um fato que dentro de certo tempo há de atrair forçosamente a atenção do mundo, como afinal a atraiu o desaproveitamento da África²⁰⁹.

Os atributos negativos – “desperdício”, “desaproveitamento”, “desgoverno” – enunciam um subcontinente à margem dos mais elevados valores da civilização, e até mesmo sob certo sentido, “selvagem” na comparação recorrente com a África. Nesse sentido, Nabuco não deixa de indagar quanto à perspectiva futura da América Latina: “como se fará a redenção dos países centro e sul americanos? Onde acharão eles amparo contra seus governos extortores? Como se fará nascer e crescer em cada um deles a consciência do Direito, da Liberdade, da Lei, que neles não existem, porque não podem ter sanção alguma?”²¹⁰.

Nabuco interpretaria o episódio do governo de Balmaceda e sua deposição no Chile como fenômeno típico da história e do cenário político contemporâneo da América do Sul, formulando assim, uma imagem constituída predominantemente sob atributos negativos. Nessa direção, condenando o reformismo balmacedista: “o pescador infeliz, cuja rede apanhara no fundo do mar a garrafa em que estava encerrado o terrível gênio sul-americano, e que o soltara em terra chilena foi o próprio Balmaceda”²¹¹. Dentro desse raciocínio, Nabuco, baseado no exemplo de Balmaceda iria reforçar de forma ainda mais evidente a construção de uma imagem unificadora do subcontinente sob a égide de uma padronização negativa. Notemos os termos que Nabuco utiliza para destacar a potencialidade de desordem pública, quase *eterna*:

em toda a América do Sul, *há neste momento, como tem havido sempre*, uma porção de revoluções à espera somente de um pretexto para rebentar. Os golpes de Estado são ocasiões preciosas, de primeira classe, que despertam o maior entusiasmo revolucionário, e por isso o presidente que fornece aos ânimos já mal refreados dos seus contrários um motivo dessa ordem, lança a um paiol de pólvora o morrão aceso²¹².

²⁰⁹ Idem, ibidem, p. 212.

²¹⁰ Idem, ibidem, p. 212.

²¹¹ Idem, ibidem, p. 77.

²¹² Idem, ibidem, p. 187. (Grifo nosso)

A imagem de um subcontinente afetado por uma doença crônica, portanto, enfermo, conduz a análise de Nabuco para a apresentação de um diagnóstico, quando afirma que “de muitas doenças graves costuma-se dizer que foi no princípio um resfriamento mal curado; a história da América do Sul parece não ter sido outra coisa senão uma revolução mal curada”, cujo prognóstico não poderia ser de caráter mais monarquista: “O que a América do Sul precisa é de um extenso Poder Moderador, um Poder que exerça a função arbitral entre partidos intransigentes” ²¹³.

Ora, ainda mais expressivo é o painel comparativo traçado por Nabuco no que tange a ordem institucional, revelando claramente como o autor via hierarquicamente as duas Américas, afirmando que as instituições norte-americanas são impróprias para as raças latinas: “desde que se sente em conflito com o Congresso, Balmaceda não procede como um presidente dos Estados Unidos, consultando as opiniões mais autorizadas e mais seguras em matéria constitucional; procede à verdadeira moda sul-americana, ouvindo os comandantes de Corpos” ²¹⁴.

Em outro texto, “O dever dos monarquistas”, escrito no calor da hora, – publicado originalmente também em 1895, no Rio de Janeiro – Nabuco responde extensamente à carta do Almirante Jaceguay, publicada no *Jornal do Comércio*, em setembro daquele mesmo ano, sob o título *Dever do momento*, na qual o almirante incitava Nabuco à colaboração com o novo regime. Nabuco não deixaria de tecer um paralelo entre república e instabilidade institucional na América do Sul:

muito mais extensa e profunda do que a degeneração republicana da monarquia no Brasil não é a degeneração monárquica da república em toda a América do Sul? A verdade é que em um meio onde não existe a pressão social é impossível que a forma de governo conserve perfeitos todos os seus característicos, seja ela a monarquia, sejam muito menos, a república ²¹⁵.

Afora o tema de momento do texto, que refletia a discussão sobre a adaptabilidade institucional, Nabuco parece insinuar a tese de que, frente a um organismo social débil, não é mesmo possível a adaptação perfeita de nenhuma ordem institucional, ou no limite, poderíamos dizer, civilizada, como seria o caso da adaptação

²¹³ Idem, ibidem, p. 205.

²¹⁴ Idem, ibidem, p. 195.

²¹⁵ NABUCO, Joaquim. “O dever dos monarquistas”. In DANTAS, Leonardo (org.). *Joaquim Nabuco e a República*. Recife: Massangana- Fundação Joaquim Nabuco, 1990, p. 40.

institucional na América Latina²¹⁶. O mal latino-americano não seria de natureza essencialmente institucional e a resolução não seria encontrada na ordem do político, pois, “não são as instituições que não têm raízes; é o solo que não tem consistência e cujas areias o menor vento revolve²¹⁷”. Se o mal não é da ordem do político e das instituições, a que Nabuco se refere como “solo [in]consistente” na América do Sul? Tudo indica que se trataria de um mal, uma inferioridade na comparação com a América saxônica – ao mesmo tempo natural e persistente.

Veja-se que, respaldado na observação de Tocqueville, Nabuco indaga de seu interlocutor, o almirante Jaceguay: “que impressão não lhe causarão estas dolorosas palavras caídas de uma pena tão prevenida a favor da democracia como era a de Tocqueville: ‘quando penso na alternativa de miséria e de crime em que vivem aqueles países sou forçado a pensar que para eles o despotismo seria um benefício’”?²¹⁸

Respaldado na observação de Tocqueville, Nabuco reforçará a imagem de que à América Latina caberia a única solução possível – a ditadura – que, privando essa parte do continente da Liberdade, privá-la-ia também de um dos pilares da construção da idéia de América, não sendo de se estranhar assim, que tal idéia coubesse, nesse sentido, apenas aos Estados Unidos. Notemos como Nabuco diferencia o Brasil da América Latina para poder se espelhar na outra superior América: “a ordem porém que o torrão brasileiro deve querer produzir não deve ser a planta que cresce estéril na América Latina e sim a que na América Saxônia dá a liberdade como fruto²¹⁹”.

Assim, o despotismo aparece para Nabuco como a solução para as “sociedades debilitadas” da América Latina. Porém, o autor constrói uma imagem diferenciada de um Brasil frente a essa América. Embora esse país, por princípios naturais e históricos, compusesse uma unidade latino-americana, dela ao mesmo tempo deveria apartar-se – na imagem dicotômica tradicional América portuguesa/ América hispânica – para poder espelhar-se na outra exemplar América, a do norte.

Ora, na perspectiva dos monarquistas, o americanismo republicano enfileiraria o Brasil com a outra América, a Espanhola, rumo ao caudilhismo, ao despotismo, ao militarismo e quem sabe, até mesmo à fragmentação do país. Eduardo Prado e Joaquim Nabuco representavam os velhos temores da elite imperial que aspirava elevar o

²¹⁶ Cf. SILVEIRA, Helder Gordim da. *Joaquim Nabuco e Oliveira Lima: faces de um paradigma ideológico da americanização nas relações internacionais do Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003, p. 224-225.

²¹⁷ NABUCO, Joaquim. “O dever dos monarquistas”, p. 43.

²¹⁸ Idem, ibidem, p. 51.

²¹⁹ Idem, ibidem, p. 48

Império à altura das monarquias européias e afastá-las das repúblicas abaixo do Equador. Nabuco em suas conclusões revela um dramático tom pessimista, deixando evidente que a América Latina estaria longe, ainda que não apenas naquele momento histórico, de alcançar a civilização:

Um problema de tal complexidade não poderá ser resolvido pela própria geração que o formular. À distância em que estamos do tempo em que ele há de amadurecer, a forte refração dos preconceitos atuais não deixa imaginar o modo que a civilização há de encontrar para se introduzir no nosso Continente. [...] Não será a absorção pela Europa, a menos que se entenda no sentido de uma recolonização Européia da América com elementos que asseguram o predomínio das novas aluviões, porque é mais do que provável que a imigração se realize no próximo século em escala tal que os nossos organismos anêmicos, alguns mesmos raquíticos, não tenham capacidade para assimilá-la²²⁰.

Joaquim Nabuco examinava a América Latina, refratária segundo o autor, ao avanço do processo civilizatório, diante das duas fontes universais de expansão desse processo: a Europa e, a partir da República, os Estados Unidos. É importante notar que Nabuco escrevera *Balmaceda* antes da guerra-hispano-americana que marcaria a expansão imperialista dos Estados Unidos. Nesse sentido, é preciso perceber o modo como Nabuco interpreta a Doutrina Monroe e o Pan-americanismo, descartando inicialmente e de modo definitivo a possibilidade de que o Velho Continente, pelos instrumentos da recolonização ou do protetorado, viesse a constituir-se no agente “introdutor de um processo mais estável da civilização” no subcontinente. Ao findar o século XIX, Nabuco afirmava que

É difícil imaginar uma alteração no equilíbrio europeu que forçasse a Europa a reconquistar a América ou a sujeitá-la, como fez com a África e a Ásia, à sua direção e ao seu governo. Pode-se ter como certo [...] que a Europa deixará o Novo Mundo fazer bancarrota com os capitais e interesses que ela lhe houver confiado, sem pensar um só instante em compensações territoriais ou em estender através do Atlântico a sua área de influência.²²¹

Porém, se o risco, ou o que o autor entende com “solução civilizatória possível” – da colonização ou do protetorado europeu – estavam afastados, Nabuco levanta inevitavelmente novas indagações: “Se a solução não pode ser o protetorado europeu, será por acaso o Monroísmo? Os Estados Unidos, que já assumiram a proteção do Continente, desde que se comprometeram a defendê-lo contra as invasões da Europa,

²²⁰ NABUCO, Joaquim. *Balmaceda*, p. 212-213.

²²¹ Idem, *ibidem*, p. 213.

sentirão um dia que essa garantia lhes dá direitos ou que lhes impõe deveres?”²²². Nesses termos, Nabuco parece rejeitar que os Estados Unidos viessem a praticar intervenções diretas, no sentido da colonização ou do protetorado, em larga escala no continente. Buscando respaldar sua posição, Nabuco usa significativamente o exemplo brasileiro, com a questão do momento, qual seja, a de uma reação monárquica interna. Assevera, nesse sentido, que “seria preciso desconhecer o caráter nacional do povo americano para se supor, por exemplo, que se o Brasil restaurasse a sua monarquia, os Estados Unidos impugnariam essa volta às nossas antigas instituições”. Novamente aqui, Nabuco ressalta a incompatibilidade institucional da República no continente americano, cuja exceção seriam os Estados Unidos: “Se eles impedissem o Brasil de ter o governo que lhe parecesse melhor, estavam moralmente obrigados a governá-lo sob sua responsabilidade; não tinham o direito de condenar um povo ao despotismo e à anarquia por causa de um tipo de instituições, para as quais *só eles* possuem a resistência e o corretivo preciso. Governá-lo, porém, – como?”²²³.

Devemos perceber, deste modo, que Nabuco, na sua representação original do monroísmo, na década final do século XIX, por um lado, reforça a noção fundamental da superioridade naturalizada da civilização anglo-americana, posta nos atributos do povo e no sistema de governo, cuja adaptação perfeita se deve à índole natural daquele povo; por outro, faz repousar sobre este “caráter superior”, a justificativa isolacionista daquela raça e a impossibilidade histórica de que o monroísmo se desdobrasse nas soluções representadas pelo colonialismo, pelo protetorado e pelas anexações pelos quais se havia constituído a Federação. Assim, afastada a solução colonial em larga escala, os “Estados Unidos [...] rejeitariam para Estados da União cada um dos candidatos da América Latina”, pois, segundo Nabuco, “a nação americana está convencida de que todo acréscimo de população, de hábitos, crenças e índole inteiramente outras, causaria um profundo desequilíbrio em seu sistema de governo e uma incalculável deterioração de sua raça”²²⁴.

Dessa forma, Nabuco apontará como uma solução possível para a questão latino-americana, uma espécie de pan-americanismo de origem latina. A solução para o problema, teria que “ser procurada dentro mesmo de cada um dos nossos países, mas depende da formação em torno deles de uma opinião interessada em seu resgate, que

²²² Idem, ibidem, p. 213-214.

²²³ Idem, ibidem, p. 214. (Grifo nosso).

²²⁴ Idem, ibidem, p. 214-215.

auxilie os esforços, ou quando mais não seja registre os sacrifícios, dos que em qualquer parte lutarem pela causa comum”. A imagem de um pan-americanismo latino passa por uma visão aristocrática, nos moldes do liberalismo do autor, onde destaca que o possível avanço civilizatório do subcontinente estaria atrelado a existência “em todos esses países [de] homens cuja cultura rivaliza com a mais brilhante cultura européia e que podem formar a Liga Liberal do Continente”²²⁵.

Posteriormente, como veremos, Nabuco abandonará a idéia de que tal União dos países latino-americanos – fundada em uma opinião comum da elite intelectual e política em prol do progresso, da paz e da estabilidade – poderiam constituir-se como definidoras de um padrão civilizatório. Assim, o padrão civilizatório latino-americano não poderia constituir-se efetivamente, de forma isolada, mas apenas no interior de um Pan-americanismo de dimensão hemisférica e de iniciativa norte-americana, fundado, portanto, no monroísmo, sob o risco, menos calculado do que inevitável, da perda de uma unidade latino-americana²²⁶.

Assim, a política do Pan-americanismo, iniciada, como vimos, no final do século XIX, para incentivar a integração dos países americanos sob a influência dos Estados Unidos, foi discutida em várias obras publicadas desde esse período até a década de 20. Não por acaso, em finais do século XIX e no processo mais amplo de americanização da República, as representações dos Estados Unidos como modelo de ordem civilizacional e institucional, começariam a ganhar forma em diversos intelectuais, passando a se constituir em um grande interesse nacional, como testemunha Oliveira Lima:

No Brasil fala-se ou muito bem ou muito mal dos Estados Unidos. Apontam-nos os seus admiradores como o único modelo a seguir sem discrepâncias, o melhor figurino a copiar nos mais ligeiros pormenores [...]. Os seus detratores culpam-nos de todos os crimes, desde a ambição devoradora de terras e nacionalidades, até à corrupção política e social mais desbragada. À parte os exageros do fanatismo, a verdade está incomparavelmente mais com os primeiros. É pelo menos o que me ensinou uma estada

²²⁵ Idem, *ibidem*, p. 215.

²²⁶ Nesse sentido, não há para Nabuco uma longa história com a idéia de monroísmo, será somente na defesa do direito do Brasil na questão com a Guiana Inglesa que a concepção de uma política monroísta para o Brasil começa a fazer sentido, porque ela se torna palpável e passível de efetividade ganhando uma real dimensão política. Quanto ao conceito de “pan-americanista”, atribuído às concepções de Nabuco à frente da embaixada brasileira em Washington, “como um ardente defensor dessa causa nos termos em que usualmente se julga, ou seja, de um missionário da união e solidariedade incondicional de todos os países americanos, encontra barreiras em sua visão hierarquizada dos países, na sua idéia de relacionamentos preferenciais independentes e na perseguição de interesses nacionais brasileiros alheios a de outros”. PEREIRA, Paulo José dos Reis. *Op. cit.*, p. 124.

de três anos no grande país americano, que eu tanto desejaria ver imitado pelo meu no ingente progresso material²²⁷.

Entre os monarquistas, Joaquim Nabuco e Oliveira Lima²²⁸, foram exemplos significativos daqueles que construíram uma imagem nova sobre a condição modelar e de superioridade da civilização norte-americana no continente, de inteiro acordo, portanto, com a tendência da política exterior brasileira na Primeira República.

Ao escrever sobre os Estados Unidos, Oliveira Lima não escondia seu deslumbramento e o impacto causado após um período de permanência naquele país. Cotejou Brasil e Estados Unidos para concluir pela desvantagem do primeiro em todos os aspectos que analisou: sociais, econômicos, políticos e culturais. O impacto da comparação parecia maior quando se considerava dois países frutos do moderno capitalismo europeu:

Na América do Norte apoderou-se de mim e a breve trecho converteu-se quase numa obsessão, uma forte impressão do nosso atraso, que na Europa eu nunca havia experimentado, acostumados como justamente andamos a considerá-la um antiquíssimo campo de experiências e de progressos. Do outro lado do Atlântico porém, num país de civilização tão moderna quanto o Brasil, a comparação impõe-se irresistivelmente, em nosso grave desabono, com o seu cortejo de considerações psicológicas e sociológicas.²²⁹

O conjunto de artigos que compõe o livro de impressões de Oliveira Lima é “paradigmático da [sua] concepção evolucionista da história²³⁰”. Os Estados Unidos representavam o ápice do progresso possível a uma nação naquele momento em termos materiais, políticos e culturais. Sua interpretação tinha como pressuposto a convicção da superioridade do mundo anglo-saxão em relação ao mundo ibérico, identificado como “trópicos”, onde o autor não encontrava condições geográficas nem raciais para que as nações alcançassem elevado grau de evolução. Oliveira Lima encontraria nos Estados

²²⁷ OLIVEIRA LIMA, Manoel. *Nos Estados Unidos: impressões políticas e sociais*. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1899, p. 1. O livro trata-se de uma reunião de artigos publicados na *Revista Brasileira* durante os anos de 1896, 1897, 1898 e 1899 e de trechos de correspondência publicadas pelo *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, nos anos de 1896, 1897 e 1898. O livro alcançou público amplo tanto nos Estados Unidos, no Brasil e mesmo em outros países. Cf. MALATIAN, Teresa. *Oliveira Lima e a construção da nacionalidade*. Bauru: EDUSC; São Paulo: FAPESP, 2001, p. 122-123.

²²⁸ É necessário ressaltar que o ingresso de Oliveira Lima no serviço diplomático ocorreu num contexto de reorganização da diplomacia brasileira em seus quadros e direcionamentos. Isso teria levado o jovem Oliveira Lima a empreender uma estratégia para garantir que não pairassem dúvidas sobre sua identificação com a República e conseqüentemente, não afetasse o seu trânsito no Ministério das Relações Exteriores do Governo Provisório da República, preocupação que abandonou completamente em 1903, direcionando e declarando-se abertamente favorável à monarquia. Cf. MALATIAN, Teresa. *Op. cit.*, p. 80.

²²⁹ OLIVEIRA LIMA. *Nos Estados Unidos*, p. 17.

²³⁰ MALATIAN, Teresa. *Op. cit.*, p. 124.

Unido respostas para questões que permaneciam insolúveis no Brasil: a comparação do “figurino político” das repúblicas do continente, a imigração européia controlada e branqueadora, a política externa audaciosa e afirmativa, a concessão de direitos civis, porém não políticos aos negros.

De fato, Oliveira Lima trouxe à superfície nessa obra uma questão que começaria a ocupar papel central nas duas primeiras décadas republicanas e, de vários modos determinante, nas construções dos autores que serão examinados ao longo do nosso trabalho. Trata-se da aplicação da noção de raça nas formas de representação do padrão civilizatório norte-americano, particularmente na definição civilizacional daquele país, em contraste com a brasileira e a da América hispânica.

Como nos lembra Silveira, em relação a Joaquim Nabuco, precisamos considerar os compromissos políticos do autor em passado recente²³¹, o que evidentemente não o deixaria em uma posição confortável ao tratar a questão – de extrema atualidade e relevância no contexto – da superioridade da raça branca e os possíveis efeitos de uma miscigenação com “raças inferiores”, ou mesmo das conseqüências sociais da presença destas como componentes da população de um país²³². Entretanto, Nabuco não deixaria de mencionar o choque racial na América, asseverando, nesse sentido, que para o norte-americano,

a igualdade humana fica dentro dos limites da raça; já não falando do chim ou do negro – que seria classificado, se vencesse o instinto americano, em uma ordem diferente da do homem – nunca ninguém convenceria o livre cidadão dos Estados Unidos, de que o seu vizinho do México ou de Cuba, ou os emigrantes analfabetos e os indigentes que ele repele dos seus portos, são seus iguais²³³.

À primeira vista, temos a impressão de que a constatação de Nabuco aponta para a atribuição de uma característica negativa do princípio de igualdade do povo norte-

²³¹ Embora os textos referentes ao período abolicionista de Nabuco não sejam aqui objeto de análise, podemos localizar a ambigüidade que a todo momento perpassa a obra do autor, como por exemplo, em certas passagens em que transparece a hierarquização das raças: “Muitas das influências da escravidão podem ser atribuídas à raça negra, ao seu desenvolvimento mental atrasado, aos seus instintos bárbaros ainda, às suas superstições grosseiras”; já em outra passagem, parece tentar mitigar constantemente a importância da influência racial na formação nacional: “o mau elemento da população não foi a raça negra, mas essa raça reduzida ao cativo”. NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Publifolha, 2000, p. 101 e 100, respectivamente.

²³² Cf. SILVEIRA, Helder Gordim da. *Op. cit.*, p. 168.

²³³ NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1963, p. 142. Trata-se de coletânea de artigos publicados primeiramente no *Comércio de São Paulo*, em 1895, posteriormente pela *Revista Brasileira*, sendo reunidos em livro pelo autor em 1900. Segundo Nabuco, “a data do livro para leitura deve assim ser 1893-99, havendo neles idéias, modos de ver, estados de espíritos, de cada um desses anos. Tudo o que se diz sobre os Estados Unidos e a Inglaterra foi escrito antes das guerras de Cuba e do Transvaal, que marcam uma nova era para os dois países. Idem, ibidem, p. 3.

americano. Porém, cabe-nos a dúvida de que, ao percebermos que para a elite intelectual brasileira – provável público interpretativo de Nabuco – o atraso era posto como sendo decorrente da presença de “raças inferiores”, sendo predominante a noção moderna da superioridade da raça branca – a constatação de Nabuco, não seria, em reverso, interpretada no Brasil justamente como o motivo da força e do poder do povo branco norte-americano, sendo portanto, algo a ser seguido?

Em outra passagem, embora sem concordar inteiramente com seus termos, Nabuco oferece destaque a um trecho de uma entrevista concedida por Herbert Spencer a um periódico americano. No trecho reproduzido por Joaquim Nabuco em *Minha formação*, referia Spencer sobre o futuro dos Estados Unidos, que “de verdades biológicas deve-se inferir que a mistura eventual das variedades aliadas da raça ariana que formam a população [americana] hão de produzir um mais poderoso tipo de homem que tem existido até hoje²³⁴”. Mesmo sem concordar inteiramente com os termos de Spencer, Nabuco não deixa, no entanto, de destacar a idéia corrente de raça biológica e, ao comentá-la, afirma que “é possível que seja aquela a lei biológica da mistura ariana”, embora o tenha feito para destacar mais uma vez que o fato de que a Europa “ainda” suplantava os Estados Unidos como modelo de civilização.

Apesar de considerarmos aqui Joaquim Nabuco e Oliveira Lima como pertencentes a um mesmo pólo no debate a respeito das interpretações e imagens construídas favoravelmente aos Estados Unidos em relação àquelas construídas em detrimento à América Latina, isto não quer dizer, porém, que não reconheçamos as diferenças entre esses dois autores. Diferenças existem e são muitas, como veremos melhor no Capítulo IV. A opção por agrupá-los neste capítulo partiu da escolha de suas obras, produzidas no contexto de grande instabilidade política no país. Nesse sentido, pensamos ser interessante analisarmos num primeiro momento, as interpretações surgidas nos primeiros anos do novo regime, momento em que os autores se voltaram imediatamente para os exemplos fornecidos no continente americano.

Assim, Nabuco realiza nos primeiros anos da República uma crítica mais explícita às instituições das repúblicas sul-americanas e apenas tangencia o debate sobre raça. Ora, não podemos nos esquecer da trajetória intelectual e política do autor: Joaquim Nabuco, considerado um dos líderes da campanha abolicionista, não poderia operar com os conceitos de raça tão abertamente. No entanto, por um lado, se Nabuco não opera

²³⁴ NABUCO, Joaquim. *Minha formação*, p. 156.

diretamente com os termos relacionados à “raça”, não deixa de estabelecer, por outro, a hierarquia entre os povos do continente, através de seus níveis civilizacionais, associando instabilidade institucional com a “índole natural do povo” latino-americano. É aqui portanto, que já podemos reconhecer que, para Nabuco, se inevitavelmente, tornáramos uma nação republicana, deveríamos nos espelhar e nos aproximar da república do norte, exemplo de instabilidade institucional e de civilização no continente.

Por sua vez, Oliveira Lima utiliza-se do viés explicativo de “raça” e “meio” para caracterizar a América Latina e ressaltar a superioridade da América Anglo-saxônica de modo muito mais explícito, construindo um discurso no qual as operações com os termos relacionados à temática racial aparecem de modo mais claro do que em Nabuco. Nessa direção, nos afirma Oliveira Lima:

A grandeza dos Estados Unidos tem sido, como é corrente, constituída pela considerável imigração européia, além do gênio ativo e inventivo da própria raça colonizadora. Este fator é também essencial. A diferença de resultado na colonização dos dois continentes, ou melhor, da América Inglesa e da América Latina, deve mesmo filiar-se mais que tudo nas qualidades das respectivas raças conquistadoras²³⁵.

As noções determinantes do universo intelectual de Oliveira Lima – raça e meio – sustentaram argumentos sobre a superioridade *natural* de um *povo*, nesse caso, o anglo-saxão, sobre outro – os latino-americanos. As formas de representação do povo americano derivaram, de modo bastante direto, da noção da herança racial: no contraste Brasil/Estados Unidos, a representação do passado, referente aos processos de colonização nas Américas, introduziram um modo de naturalizar e internalizar – com o fundo biologistas do conceito de raça e determinista da noção de meio – a desigualdade e o contraste entre as duas unidades continentais representadas. Oliveira Lima construirá um discurso que não deixaria dúvidas quanto a sua forma de ver as populações inferiores e os problemas derivados da presença negra no continente.

A princípio, a análise de Oliveira Lima parte do que considera um problema comum para o Brasil e os Estados Unidos no final do século XIX. Esse problema comum, bem como a sua resolução, seria a justificaria para os brasileiros guiarem o olhar para aquele país: “tudo concorre [...] para tornar especialmente interessante para nós o problema do futuro social dos Africanos e seus descendentes nos dois grandes países do continente americano, que [...] foram [...] os que maior quinhão receberam desta imigração forçada”. De modo muito claro afirma assim, qual seria o mal do qual a

²³⁵ OLIVEIRA LIMA, Manoel. *Nos Estados Unidos*, p. 53-54.

América padecia, atestando ainda, a quase unanimidade de opiniões a respeito: “o negro na América é um mal, da mesma forma que foi a escravidão uma peste social”. “Ninguém, penso, cogitará em negá-lo”. A associação com a experiência pós-escravidão brasileira e a norte-americana é transposta diretamente nas páginas de Oliveira Lima: “o Sul dos Estados Unidos, cuja decadência ainda dura desde a guerra da Separação, malgrado a capacidade de trabalho da raça branca e especialmente dos Nortistas que afluíram após o triunfo federal, e malgrado também a opulência natural do solo” ²³⁶. Daí, a identificação do “problema” norte-americano com o brasileiro é direta, pois “o Sul dos Estados Unidos é o nosso Norte. Ali penetra ainda dificilmente a imigração estrangeira, receosa do clima [...] e não menos receosa da concorrência do negro” ²³⁷.

Os problemas derivados da presença negra eram essencialmente os mesmos, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, o que os diferenciava eram as formas de relacionamento que os brancos latinos e os anglo-saxões estabeleceram com os negros. Se, de um lado, nos Estados Unidos, “a sorte dos trabalhadores [negros] era infinitamente pior do que no Brasil”; do outro lado, no Brasil, “o trabalho escravo era mercê da superior predisposição ao afeto da raça latina e do seu menor desprezo pelas raças inferiores” ²³⁸. Nesse sentido, diante da comparação de tratamentos dispensados ao negro, Oliveira Lima cogita a possibilidade de o modelo anglo-saxão de relações inter-raciais ser adotado frente ao modelo latino, no Brasil. ²³⁹

Ao incorporar, em larga medida, algumas noções do segregacionismo sulista norte-americano, Oliveira Lima apontaria assim, os equívocos e os acertos do tratamento dos brancos dispensado aos negros nos Estados Unidos, como modelo potencial para o Brasil. Um dos equívocos estaria por um lado, na multiplicação do negro; do outro, ao atribuir-lhes direitos políticos: “o perigo do negro, se por um lado está na sua multiplicação, por outro lado, reside no erro cometido pelos vencedores de

²³⁶ Idem, *ibidem*, p. 19.

²³⁷ Idem, *ibidem*, p. 51.

²³⁸ Idem, *ibidem*, p. 21.

²³⁹ Uma questão candente para os republicanos brasileiros da época era a definição da identidade nacional em termos de raça. Com sua obra sobre os Estados Unidos, Oliveira Lima recebera de José Veríssimo crítica publicada na Revista Literária do *Jornal do Comércio*, com o título de “O país extraordinário”. Em meio aos elogios da análise, percebe-se porém, a discordância antiamericana de José Veríssimo com relação ao julgamento, que considerava deslumbrado, de Oliveira Lima em relação aos Estados Unidos. Ao seu ver, a obra era excessivamente otimista e benevolente em relação àquele país e revelava a adesão ao universo racista norte-americano, aceitado sem distanciamento crítico: “é curioso que Brasileiro, certamente sem os preconceitos de raça que aqui, quando existem, são superficiais e insignificantes, o observador entrou tanto no ponto de vista americano, sofreu tanto a influência do meio, que se não escandaliza por forma alguma, antes aceita como naturais e normais os termos em que os yankees puseram a questão”. VERRÍSSIMO, José. “O país extraordinário”. In *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 4 dez. 1899. Apud MALATIAN, Teresa. *Op. cit.*, p. 130.

1865 atribuindo-lhes direitos políticos”. Oliveira Lima salienta as formas de tratamento das “raças inferiores”, aparecendo como ideal o limite físico da segregação representada pelas reservas indígenas. Lamenta, porém sua inaplicabilidade à população negra, pois estavam inseridas no sistema produtivo, eram de maior número e acobertadas, ainda que equivocadamente, segundo o autor, pela cidadania: “não existe uma questão índia porque os selvagens, acantonados em suas reservas, [...] das contendas públicas só conhecem o uísque e os cobertores que lhes fornecem os contrabandistas e comissionados do governo²⁴⁰”. Quanto aos acertos que os Estados Unidos obtiveram no tratamento da população negra, Oliveira Lima destaca a diluição da população negra pelos vários estados, no sentido de evitar a excessiva concentração nos estados sulistas:

O êxodo da população negra tem sido [...] tentado nos Estados Unidos desde o estabelecimento da República da Libéria. Ainda em 1889-90 discutiu-se no Senado Federal um *bill* [...] para providenciar acerca de emigração do Sul da população de cor, derramando-a entre a população dos outros estados, impelindo-a para as terras devolutas do Oeste ou, sonho delicioso, despejando-a nas costas africanas²⁴¹.

Desse modo, Oliveira Lima, ao traçar os “atributos naturais” da raça negra também estabelece de forma igualmente naturalizada qual seria o possível lugar a ser ocupado pelos negros em uma sociedade moderna, como eram os Estados Unidos e como deveria ser o Brasil: “o negro como trabalhador e dirigido pelo branco oferece, na opinião dos entendidos, qualidades preciosas pela sua obediência e rija musculatura. [...] Para a vida agrícola, sobretudo independente, não possui requisitos bastantes”²⁴².

A questão do “problema negro” para Oliveira Lima estava estreitamente associada à imigração européia para os Estados Unidos. Primeiramente, o autor distingue um marco zero diferenciador no Novo Mundo, onde a imigração européia dos anglo-saxões à América do Norte é associada com a formação da nacionalidade e do modelo civilizatório superior desenvolvido nos Estados Unidos. Nesse sentido, Oliveira Lima associará, já no processo colonizador, os dois conceitos – meio e raça – para revelar o traço inevitável da superioridade anglo-saxã. No processo de colonização, os anglo-saxões superaram até mesmo as intempéries naturais: os colonizadores ingleses e portugueses depararam-se com obstáculos “idênticos”, ainda que a natureza “era manifestamente mais clemente no continente sul que no norte”. Deste modo, se alguma diferença de condições existia, ela fora favorável à colonização portuguesa, mas a

²⁴⁰ OLIVEIRA LIMA, Manoel. *Nos Estados Unidos*, p. 31-31.

²⁴¹ Idem, *ibidem*, p. 43.

²⁴² Idem, *ibidem*, p. 31-32.

diferente composição racial que se formou na América Anglo-saxã e na América latina teria sido a responsável pelos assimétricos graus de civilização. No interior desse processo e como seu fruto, o Brasil formaria assim

um corpo anêmico e fraco, porque gerado por uma raça açodada, com uma vontade mais ardente que tenaz, de fé proselítica e ganância tumultuosa, que desembarcava sôfrega por alcançar num momento a conversão em massa do gentio e as riquezas fabulosas dos sonhos medievais. Os Estados Unidos formam pelo contrário o produto forte, próspero, admirável, de uma raça mais nova, mais cheia de seiva, menos pejada de antiguidade e de tradições, e que consigo levava o senso positivo da vida²⁴³

É interessante observar como Oliveira Lima trabalha com representações do Brasil e dos Estados Unidos que ganham significado quando expressas por pares de oposição. Enquanto a primeira, “anêmica e fraca”, resultante dos cruzamentos com “raças inferiores”, a segunda, “forte, próspera, admirável”, deriva da preocupação entre os norte-americanos de uma “certa seleção consciente no qual entram como fatores o vigor físico e a limpeza de origem”, revelando assim, as assimetrias existentes entre os povos do Novo Mundo. Antes de significar um puro esnobismo, a preservação da pureza da raça, segundo Oliveira Lima, adquiriu entre os norte-americanos, uma significação mais elevada, contribuindo para impulsionar esse povo para o progresso, oposto ao Brasil, em que o cruzamento com outras raças constituiu fator de atraso:

Procurou-se sempre conservar pura a raça branca, e mesmo entre esta exerce-se uma certa seleção consciente na qual entram como fatores o vigor físico e a limpeza de origem. Por isso a raça americana vinga e prospera num meio cujas condições eram indubitavelmente inferiores às nossas, em vez de definhando fisicamente e atrofiando-se moralmente²⁴⁴.

Vemos, desse modo, a questão racial posta no centro do modelo imigratório americano, como meio substancial de preservação da pureza branca dos primeiros anglo-saxões aportados na América. Tanto o papel crucial da imigração européia quanto a capacidade singular de assimilação de emigrantes de raças consideradas “não degradantes” da América são sublinhadas por Oliveira Lima como “o nervo do progresso americano, não só pelo que diz respeito ao aumento da população e à possibilidade para esta de conservar-se afastada de misturas degradantes, como pelo que toca à disseminação civilizadora e à adoção entusiástica pelos forasteiros da nova pátria²⁴⁵”.

²⁴³ Idem, ibidem, p. 56.

²⁴⁴ Idem, ibidem, p. 212.

²⁴⁵ Idem, ibidem, p. 86.

Oliveira Lima enfatiza de modo evidente as possibilidades de que a imigração tal como ocorrera e ocorria nos Estados Unidos se constituísse num modelo imitável pelo Brasil. Dessa maneira, o “problema negro” se constituía numa relação singular com um modelo civilizatório para o Brasil, ou seja, a imigração européia. Por isso, os Estados Unidos, entre outros motivos, foram tão importantes para o debate intelectual brasileiro na Primeira República. Oliveira Lima, empenhado na discussão sobre a necessidade de “branqueamento” do país e sobre o futuro possível dos negros na sociedade brasileira não deixaria de trazer para o debate nacional o papel que os Estados Unidos desempenhavam, ao menos potencialmente, no enfrentamento de um problema representado como grave e análogo ao brasileiro. Papel pelo qual, os Estados Unidos e sua sociedade, branca, recebiam a marca natural de superioridade e a condição universal de modelo, digno de ser imitado. Assim, o padrão civilizatório dos Estados Unidos deveria ser seguido de perto, pois a imagem construída por Oliveira Lima quanto à possibilidade de futuro dos países latinos na América só indicaria sinais de tragédia: “cairão assim quase todos os nossos países latino-americanos, se não os salvarem a sã imigração européia, com todas as conseqüências morais que comporta, e a prática das virtudes que explicam o poderio da raça saxônia, dentro das terras tropicais habitadas pelas raças inferiores²⁴⁶”.

Em concordância com Nabuco, Oliveira Lima representa a posição brasileira no continente como singular devido ao regime monárquico que teria conseguido manter a estabilidade a despeito das revoltosas repúblicas do continente. O autor insere em uma tradição histórica a “geral simpatia” brasileira pelos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que representa uma suposta imagem do Brasil naquele país, a qual consagra o critério diferenciador brasileiro – a paz interna monárquica – relativamente ao mundo hispânico, visto como um todo: “por mais que nos tenhamos esforçado por estragar uma reputação adquirida em muitos anos de paz interna, somos tidos [nos Estados Unidos] na conta de gente de mais juízo do que o comum dos Hispano-americanos: as nossas revoluções são em média decenais e as deles anuais”. Notemos também todo o discurso onde se privilegia a desconfiança entre os países do continente, ressaltando por outro lado, a precedência do Brasil na amizade com os Estados Unidos: “dá-se também o fato de haveremos ininterruptamente manifestado geral simpatia pela República anglo-saxônica, apesar da nossa prévia organização monárquica, ao passo que no México [...]

²⁴⁶ Idem, *ibidem*, p. 457.

os Estados Unidos só encontravam justificada desconfiança, no Chile e na Argentina, ciúme e mesmo má vontade alimentada por vários incidentes”²⁴⁷.

Além da histórica proximidade de Brasil e Estados Unidos, Oliveira Lima aponta motivos contemporâneos que seriam também responsáveis pela suposta imagem privilegiada do Brasil nos Estados Unidos. A série de ações representadas por Oliveira Lima foram apresentados como “o sincero apoio prestado na conferência pan-americana [de 1889] pela nossa delegação à delegação norte-americana; a co-participação no tratado geral de arbitramento; a boa vontade internacional expressa na confecção de um convênio de reciprocidade; finalmente o auxílio moral prestado aos intentos americanos nas diversas fases da questão cubana”²⁴⁸.

Daqui desponta a preocupação de Oliveira Lima de reforçar a imagem de uma aproximação contínua entre Brasil e Estados Unidos, ressaltando que todas as questões que porventura, neste século, foram aventadas entre os dois países, foram amigavelmente ajustadas, e nem poderiam ter sido diferentes, pois, não teriam passado de acidentes triviais na vida das nações, “cuja regulação é a moeda corrente da diplomacia e apenas requer um pouco de sangue frio e ausência de prevenções”²⁴⁹. Dentre vários desses incidentes, o autor descreve sua contestação a uma crítica à aproximação Brasil/Estados Unidos, da já mencionada obra de Eduardo Prado, *A ilusão americana*, cujas críticas percorreriam o ambiente da Primeira República:

O sr. Eduardo Prado faz de sua má vontade aos Estados Unidos um dos artigos da profissão de fé monárquica no Brasil. Discordando antecipadamente deste modo de ver, um dos maiores estadistas do Império, o Conselheiro Paulino José Soares de Souza, visconde do Uruguai, ao dar na Nota de 22 de abril de 1851 ao ministro americano David Tod as razões por que o Governo Brasileiro julgava desnecessária a celebração de um tratado proposto por esse diplomata para regular as relações mercantis e outras entre os dois países, referia-se à República como a “mais poderosa nação americana, da qual tem o Brasil recebido não equívocas provas de consideração e simpatia, e com a qual tem cultivado relações de subida importância para ambos os países”²⁵⁰.

Oliveira Lima compreendeu e sintetizou bem sobre quais termos estavam fundadas as relações materiais entre os dois países. Se o Brasil procurava consumidores para a sua produção natural e agrícola nos Estados Unidos; os Estados Unidos, por sua

²⁴⁷ Idem, ibidem, p. 435.

²⁴⁸ Idem, ibidem, p. 436.

²⁴⁹ Idem, ibidem, p. 437.

²⁵⁰ Idem, ibidem, p. 442. Cabe sublinhar aqui, que apesar de Oliveira Lima procurar dar sustentabilidade histórica aos seus argumentos, utilizando-se de uma citação de Paulino José Soares de Souza, o fato é que na realidade, as relações do Brasil com os Estados Unidos durante o Império foram bem conturbadas, a exemplo da discussão da navegação do rio Amazonas. A esse respeito, ver a nota 97, do Capítulo I do presente trabalho.

vez, procurava deslocar para o Brasil o excesso de sua produção industrial: “A maior parte do nosso café e da nossa borracha, um pouco do nosso açúcar [...] para aqui [Estados Unidos] vêm; para lá [Brasil] buscam eles mandar em maior escala o que nos fornecem os países manufatureiros europeus”²⁵¹.

Aludindo novamente a Eduardo Prado, assevera Oliveira Lima que “à *Ilusão americana* é conveniente contrapor a *Realidade americana*”. Ou seja, embora os Estados Unidos fossem uma nação mais populosa, muito mais rica e muito mais forte do que o Brasil, a boa amizade, a união entre os dois países não significariam a subalternação desse último, como apontou Eduardo Prado, já que não éramos, de acordo com Oliveira Lima, uma “*quantité négligeable*”, mas “a primeira potência da América do Sul pelas dimensões [...], pela importância do nosso comércio, pelas reservas da nossa riqueza”²⁵². Vale observar que a assimetria na relação é apresentada e imediatamente convertida, no plano da representação, em “amizade” e “união”, tanto no que se refere aos interesses nacionais de ambos os pólos quanto no que se refere às relações do continente, no sentido da construção ideal do Pan-americanismo.

Oliveira Lima representa a posição brasileira no interior do quadro da construção ideal do Pan-americanismo, como singular, posta entre a autoridade norte-americana e a necessária e conveniente adesão hispânica ao sistema. Novamente em concordância com Nabuco, Oliveira Lima coloca o país na condição de interlocutor privilegiado da potência norte-americana em contraste com as objeções de desconfiança apresentadas dos países hispânicos, ressaltando assim, uma troca de conveniências na relação bilateral entre o Brasil e os Estados Unidos, ao invés das relações multilaterais que deveriam caracterizar o Pan-americanismo:

Aos Estados Unidos convém a nossa simpatia, que já lhes tem sido útil e sem a qual eles correriam muito o risco de isolamento no continente meridional. A nós convém-nos não menos a simpatia da grande República, cujo proceder tem sido sempre tão liso e correto para conosco. A época é pouca para isolamentos.²⁵³

É, assim, na perspectiva da preponderância dos Estados Unidos no continente que Oliveira Lima examinaria a Doutrina Monroe e suas possíveis conseqüências na construção do sistema pan-americano. O autor interpretaria o sentido do monroísmo enquanto componente da política externa dos Estados Unidos, inapelavelmente, ligado ao interesse nacional do país: “a política externa dos Estados Unidos resumiu-se toda

²⁵¹ Idem, *ibidem*, p. 447.

²⁵² Idem, *ibidem*, p. 450-451.

²⁵³ Idem, *ibidem*, p. 451.

em dois princípios: neutralidade nas questões européias (princípio dos dois hemisférios) e preponderância nas questões americanas, precisado o primeiro por Washington, o segundo formulado por Monroe”²⁵⁴. Destacando o sentido histórico da unilateralidade da Doutrina Monroe, Oliveira Lima articula dois elementos, primeiro, o caráter unilateral, explicado historicamente e ancorado nos argumentos da superioridade anglo-saxônica; de outro, as consequências civilizatórias, política e moralmente benéficas para o continente como um todo:

Em 1823 os Estados Unidos teriam agido *motu proprio*, sem esperar a reclamação de algumas das demais nações do continente; mas então, quando as nações latino-americanas estavam sem forma cristalina, e saídas de um estado mais degradante que a escravidão [...] o seu papel de paladino *ex officio* estava traçado e só envolvia benefício e proveito sem humilhação nem rebaixamento. A República anglo-saxônica havia efetivamente chamado a si a defesa da democracia, regime que hoje ainda é ela a única na América a compreender e praticar na sua plenitude.²⁵⁵

Nesse sentido, é possível flagrar em Oliveira Lima, de um lado, a naturalização do expansionismo norte-americano e, de outro, a caracterização de tal expansionismo como missão civilizatória. A própria superioridade da civilização norte-americana é posta na base explicativa do domínio que se interpreta como absolutamente “inevitável” e, nesse sentido, não submetido a condicionamentos sócio-históricos de algum modo politicamente contornáveis, inscrevendo-se na ordem, portanto, dos fenômenos naturalizados, sobretudo em sua férrea inevitabilidade:

Neste fim de século [...] nenhuma República latino-americana pode [...], mesmo imperfeitamente, ombrear com os Estados Unidos na colonização integrada, desenvolvimento industrial, adiantamento intelectual, [...] vigor, opulência e esplendor. A preponderância pois da nação norte-americana no continente é mais do que uma intenção manifesta, é uma condição necessária, um resultado fatal, a que não há fugir.²⁵⁶

A interpretação de Oliveira Lima, produzida imediatamente no contexto e pelo resultado da guerra com a Espanha, com as anexações do Havaí, de Porto Rico, das Filipinas e com o protetorado em projeto sobre Cuba, segue afirmando que a própria “superioridade natural” das tradições político-institucionais e do povo americano, “conseguirá fornecer às anexações uma cor justificada e esforço civilizador e não de uma mera ostentação de poder”²⁵⁷. O autor tece a consideração de que a América Latina poderia contar com uma base firme de apoio da nação norte-americana, no que

²⁵⁴ Idem, ibidem, p. 362.

²⁵⁵ Idem, ibidem, p. 378-379.

²⁵⁶ Idem, ibidem, p. 365-366.

²⁵⁷ Idem, ibidem, p. 426.

esta tinha de superior, para fazer frente a uma expansão que se fizesse fundada exclusivamente na força bruta dos interesses materiais dos Estados Unidos.

Ora, Oliveira Lima reafirmaria que dependeria dos países latino-americanos não se tornarem dependentes dos Estados Unidos, pois, era mister que aliassem o espírito de trabalho, de paz interna e de tolerância a fim de tratar da prosperidade nacional e afastar o pavor das anexações. A explicação para anexação não poderia ter fundo mais determinista: aqueles menos preparados ou que aparentassem sinal de fraqueza serão inevitavelmente, submetidos ao poderio dos mais fortes. Seguindo a tendência dominante no contexto internacional de seu tempo, Oliveira Lima colocava como natural a expansão imperialista:

As anexações espreitam sempre os países fracos, gastos e corrompidos, como a Polônia, a Turquia e a China; não se afoitam em ameaçar os países ordeiros, laboriosos e progressivos. A desagregação só dá-se nos organismos sociais decrépitos ou incapazes de prosperar, nunca nos organismos sadios e florescentes. Proclamar receios de absorção é dar testemunho da própria impotência para os conflitos da civilização.²⁵⁸

Reafirma ainda Oliveira Lima, que a “civilização nos trópicos há [...] que ser continuamente imposta, dirigida ou fiscalizada [...]; uma vez abandonada a si própria, mesmo quando exercida pela raça branca [...] tende a abismar-se na degradação ambiente, como o provam [...] as colônias britânicas nas Antilhas, e o demonstram [...] quase todas as nações latinas do continente”²⁵⁹. É baseado, portanto, na idéia de superioridade da raça saxônica como garantia de uma expansão civilizatória, por um lado, e de outro, pela garantia de um agente fiscalizador, em virtude da “degradação tropical” – mais uma vez ressaltando de forma negativa o continente americano – que o autor elegerá como potência colonizadora-civilizadora da raça saxônia, os Estados Unidos, pois “ninguém de boa-fé contesta [...] que saberão colonizar melhor do que a Espanha, isto é, que saberão dotar as ex-colônias espanholas com condições de progresso material diferentes das que atualmente possuem”²⁶⁰. Nesse sentido, propõe uma comparação:

Havaí, que é de fato mais de meio século uma colônia americana, de um lado, e do outro Cuba e Porto Rico, aí estão para serem cotejados e responderem por si a interrogação [...]. Comparem-se as ruas asseadas de Honolulu, os seus vistosos edifícios, a sua salubridade, o seu ar de prosperidade e riqueza, com a imundície em que se achava

²⁵⁸ Idem, *ibidem*, p. 452-453.

²⁵⁹ Idem, *ibidem*, p. 427.

²⁶⁰ Idem, *ibidem*, p. 484.

Santiago ou a Havana, as suas casas leprosas, as suas epidemias, o seu ar de abandono e de pobreza.²⁶¹

Torna-se desnecessário diante do exposto ressaltar o vigor do contraste civilizatório apontado por Oliveira Lima, do mesmo modo que realça as realizações do governo militar norte-americano em Cuba. Cabe ressaltar que, influenciado pelas relações amistosas entre o Brasil e os Estados Unidos, que haviam passado pela arbitragem norte-americana favorável ao Brasil na questão do território das Missões (1895), Oliveira Lima legitimava, com seus artigos, a concretização da aplicação da Doutrina de Monroe em sua versão atualizada de contraponto ao imperialismo europeu na América. A todas essas investidas, Oliveira Lima deu seu aval, aliás, reproduzindo as atitudes do governo brasileiro, o único da América Latina que, alegando neutralidade, demonstrou simpatia pelos Estados Unidos e chegou a ceder-lhes navios durante a Guerra Hispano-Americana.

Ora, a proposição de Oliveira Lima não poderia ser mais clara em termos de um ideal civilizatório para a América, impondo-se do povo superior para o inferior uma limpeza civilizatória, material e espiritual. Entretanto, ressalta o autor, o povo inferior ainda permaneceria irredutível na sua inferioridade natural, uma vez que “mais difícil do que as condições materiais é [...] mudar a natureza do povo cubano, o seu espírito volátil [...], leviano e irrequieto”. Aliada a superioridade civilizatória dos norte-americanos estaria a sua benevolente atenção à autonomia das nações americanas: “muito resta por fazer e quão precisa é uma mão de ferro que saiba ao mesmo tempo respeitar as liberdades essenciais, as quais os Americanos estão absolutamente dispostos a não imolar”²⁶².

É com base em tal quadro de representação das Américas que Joaquim Nabuco e Oliveira Lima construíram uma imagem dos Estados Unidos como padrão civilizatório e de ordenamento institucional. Essa imagem foi construída a partir de conceitos, atuais naquele contexto, como raça, meio, progresso e atraso e contribuiu para naturalizar a noção de superioridade associada à civilização saxônica na América. O painel composto associava a idéia de inferioridade à América Latina, vista como um todo – que se manifestava na supostamente crônica incapacidade para o auto-governo – sempre na comparação com a América saxônica. Tal inferioridade era relativizada, no interior desse painel, por meio da construção da idéia de superioridade do Brasil frente à

²⁶¹ Idem, *ibidem*, p. 485.

²⁶² Idem, *ibidem*, p. 489-490.

América hispânica, de modo geral, o que se fundava no passado monárquico, posto como fundamento da estabilidade interna e, a partir dessa, do progresso futuro.

O que pretendemos deixar claro aqui também é que o discurso de Oliveira Lima e de Joaquim Nabuco não resultou apenas de uma mera constatação, mas antes, procuraram responder aos problemas prementes na sociedade de sua época. Como bem sintetizou Gildo Marçal Brandão, “nenhuma grande constelação de idéias pode ser compreendida sem levar em conta os problemas históricos aos quais tenta dar respostas e sem atentar para as formas específicas em que é formulada e discutida; ao mesmo tempo, que nenhuma grande constelação de idéias pode ser inteiramente resolvidas em seu contexto²⁶³”. De todo modo, tanto Oliveira Lima quanto Joaquim Nabuco emprestava sua posição de poder intelectual para dar contundência e atualidade à forma de representação da civilização americana, considerada a relação Brasil/Estados Unidos, frente à elite brasileira, intérprete e receptora dessa forma de representação.

Joaquim Nabuco e Oliveira Lima ao tratarem das formas de representação do padrão civilizatório norte-americano, em contraste com o brasileiro e dos demais países americanos, contribuíram para a construção da imagem da superioridade da civilização norte-americana na América. Através de suas representações discursivas, fundamentaram a construção da americanização republicana, embora isso significasse colocar os Estados Unidos na posição modelar de República-mãe da América e não necessariamente, ampliar o escopo de representações e relações positivas com os demais países americanos²⁶⁴. Nesse sentido, como veremos a seguir, ambos os discursos se constituíram a partir dos mais atualizados e complexos instrumentais de análise, os quais carregaram consigo uma série de noções típicas do universo intelectual do período considerado.

Assim, vimos que um novo projeto político-intelectual se consubstanciara com o Manifesto Republicano. Outro elemento também marcaria profundamente o início da nossa República: a entrada de Rio Branco como Ministro das Relações Exteriores (1902) e a criação da embaixada brasileira em Washington (1905). Concomitantemente com esses acontecimentos, as teorias racialistas/evolucionistas compartilhariam o

²⁶³ BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Editora Hucitec, 2007, p. 33.

²⁶⁴ Cf. SILVEIRA, Helder Gordim da. *Op. cit.*, p. 298.

mesmo quadro da Primeira República²⁶⁵. Nesse sentido, a convergência de aspirações nacionais com os fatores internacionais – a americanização da república, o Pan-americanismo e o exemplo da modernização política e social oferecida pelos Estados Unidos, em contraste com o das demais repúblicas americanas – propiciou solo fértil para novas interpretações, inquietações e formulações de projetos para a nação dos intelectuais brasileiros no início da República. Desse turbilhão de temas que fervilhavam na Primeira República, buscaremos recuperar as interpretações de autores que, nas duas primeiras décadas republicanas trataram e debateram o tema do Pan-americanismo. Os intelectuais brasileiros que atuavam na arena política, direta ou indiretamente, ou, como intérpretes da realidade social e divulgadores de visões de mundo, necessitavam de novos argumentos intelectuais para reforçar suas posições. Novas explicações que “reorganizasse e reexplicasse a natureza de seu ambiente social e institucional, [...] e que ligasse seu trabalho a uma significativa meta poderia proporcionar condições para arregimentar novos prosélitos²⁶⁶”. Merece destaque, portanto, num momento em que as relações do Brasil com os Estados Unidos tomavam novo rumo num contexto de expansão do monroísmo sob a égide pan-americanista, a imagem da superioridade anglo-saxã na América entre os pensadores do período.

O objetivo, portanto, do próximo capítulo é demonstrar que a discussão em torno do Pan-americanismo era envolvida diretamente com a discussão racial do período. Ou seja, para além do discurso de que uma aproximação com os Estados Unidos seria uma via de superação do atraso, através de uma aproximação com os valores e instituições norte-americanas, a aproximação com os Estados Unidos ou com a América Latina passava, para alguns desses intelectuais brasileiros, pela questão racial – integrar-se aos Estados Unidos significaria representar-se como um país com possibilidade de alcançar um patamar civilizacional; enquanto a integração com a América Latina significaria persistir na imagem de um país mestiço e, por conseguinte, fadado ao atraso.

Procuraremos assim, investigar como a questão civilizacional interferiu nas interpretações de aproximação ou de distanciamento desses intelectuais com os Estados Unidos ou com a América Latina no início da República²⁶⁷. São essas questões, que,

²⁶⁵ A expressão consagrada de Sílvio Romero, o “bando de idéias novas que esvoaçou sobre nós de todos os pontos do horizonte”, correspondia a absorção, a partir de 1870, no cenário brasileiro, de teorias de pensamento até então desconhecidas, como o positivismo, o evolucionismo e o darwinismo.

²⁶⁶ GRAHAM, Richard. *Op. cit.*, p. 241.

²⁶⁷ Roberto Ventura observou que, até a década de 30, a maioria das obras foram orientadas pelas noções de *raça* e *natureza*: “A defasagem política e econômica entre a América do Norte e a sua *contraparte* latina levou ao recurso a causas geográficas e raciais, para dar conta do ‘atraso’ do Brasil ou da América do Sul, o

incluindo todo um arcabouço de um discurso racial – muitas vezes um discurso velado – freqüentemente contraditórias nas suas próprias proposições, é que nos instigam a adentrar mais a fundo no embate travado por estes pensadores nos primórdios da República em torno do Pan-americanismo.

que prolongou a disputa do Novo Mundo na crítica literária brasileira do século. [...] Introduziu-se, na literatura e na crítica brasileira, uma visão exótica ou um olhar de fora, que trouxe uma imagem *negativa* da sociedade e da cultura local, expressa na oscilação entre ufanismo e cosmopolitismo, na tensão entre a ideologia civilizatória e o projeto nacionalista”. VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 41.

Capítulo III

O Pan-americanismo no Brasil: o debate, seu contexto e seus atores

“Qual o papel do Brasil, filho do glorioso Portugal, entre o expansionismo *yankee* e o nacionalismo sul-americano em discordância com a doutrina de Monroe? [...] Se o Novo Mundo tem algum destino a cumprir na história da civilização, o problema do pan-americanismo se impõe ao exame e reflexão de todo Americano em face do pan-germanismo e do pan-eslavismo, e dos chamados perigos, negro e amarelo”.

Arthur Orlando, *Pan-americanismo*

Procurando obedecer ao plano que traçáramos na Introdução do nosso trabalho, e dando continuidade à discussão do capítulo anterior, trataremos agora de apresentar e analisar as interpretações de alguns autores que, em algum momento de suas obras, discutiram aspectos pertinentes às relações do Brasil com os países latino-americanos ou com os Estados Unidos. Vale notar que no ambiente de conformação da Primeira República, um intenso debate seria travado entre os intelectuais brasileiros sobre o monroísmo e o Pan-americanismo, tanto nas principais obras do período, quanto em jornais e revistas do país²⁶⁸. Seja também dito de antemão que não pretendemos analisar todos os intelectuais brasileiros que pensaram, no final do século XIX e primeiras décadas do século XX, as relações entre as Américas. Tal empreendimento está muito distante dos limites desse trabalho e não integra o seu objetivo. O que nos interessa, portanto, é reconstituir alguns dos principais argumentos sobre o Pan-americanismo construídos por José Veríssimo, Arthur Orlando, Euclides da Cunha e Manoel Bomfim. Esse autores, foram aqueles que, juntamente com Eduardo Prado, Ruy Barbosa, Oliveira Lima e Joaquim Nabuco, com mais frequência e maior relevância refletiram sobre as relações entre as Américas no período tratado.

²⁶⁸ Um estudo que procura demonstrar como o tema do Pan-americanismo foi um dos mais frequentes no debate intelectual na virada do século é o já citado trabalho de BAGGIO, Kátia Gerab. *A “outra” América: a América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas.*

As reflexões desses autores têm pontos em comum e também divergências profundas quanto ao Pan-americanismo. Todavia, procuraremos evidenciar, ao longo do capítulo, que as interpretações desses autores ao analisarem a relação entre o Brasil e as Américas foi embasada fortemente pela questão racial e civilizacional presentes no contexto histórico e teórico da Primeira República no Brasil.

Assim, na primeira parte do capítulo apresentaremos uma pequena descrição do ambiente político da Primeira República e uma discussão a respeito das teorias científicas que foram operacionalizadas pelos autores em suas interpretações e visões à respeito dos Estados Unidos e dos países latino-americanos, bem como das relações entre eles e o Brasil. Na segunda parte, o foco será propriamente nos textos de José Veríssimo, Arthur Orlando e Euclides da Cunha, destacando de suas obras as interpretações a respeito do Pan-americanismo, procurando demonstrar a partir daí, a relação por eles estabelecida entre raça e civilização como fatores essenciais na fundamentação da aproximação ou do distanciamento entre o Brasil, os Estados Unidos e a América Latina. Na última parte do capítulo analisaremos uma voz dissonante no período – Manoel Bomfim – que apresentou uma interpretação diferente dos autores acima, propondo uma nova explicação para as relações no continente, que não aquelas pautadas pelas questões de raça e civilização.

1. O debate em torno do Pan-americanismo no Brasil e seu contexto

Florianópolis transmitiu o cargo de presidente para Prudente de Moraes, marcando o advento dos governos civis, em 1894, depois de mais de quatro anos de domínio militar. Entretanto, o governo do primeiro presidente civil foi caracterizado por fortes acirramentos políticos.

Embora Floriano Peixoto tenha empreendido uma certa “consolidação” da República, Prudente de Moraes herdou ainda as resistências dos grupos monarquistas, o movimento jacobino, cujas ações se caracterizavam pela contestação da ordem e das instituições e a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul (1892-1895)²⁶⁹ em forte ebulição.

²⁶⁹ Uma das principais medidas do novo governo foi a deposição de todos os governadores que haviam apoiado o golpe de Deodoro, substituídos por políticos leais a Floriano Peixoto. De todas as deposições, a

Contudo, no governo de Prudente de Moraes, um acordo de paz foi selado entre as facções envolvidas no conflito gaúcho, alimentando por outro lado, as ações jacobinas: os acordos e a anistia aos revoltosos eram vistos como concessões imperdoáveis aos monarquistas que tentavam solapar o alicerce republicano. A alcunha de o *Pacificador da República* – foi construída, entre outras coisas, pela sua ação frente às negociações que levaram à pacificação do estado do Rio Grande do Sul²⁷⁰ e ao estabelecimento de uma rotina institucional àquele estado.

Porém, a maior dificuldade a ser enfrentada pelo governo de Prudente ainda estava por vir: a eclosão da revolta de Canudos. A revolta abalou todo o país, tornando-se um divisor de águas na república brasileira, marcando profundamente o período posterior, tanto em termos de arranjos políticos quanto em termos ideológicos, principalmente nas interpretações sobre o Brasil que começariam a ser produzidas pela elite política e intelectual na próxima década republicana. A revolta de Canudos – compreendida num primeiro momento como sublevação monárquica – forneceu elementos para que a agitação jacobina atingisse o seu ápice. As sucessivas derrotas do governo frente aos revoltosos do sertão, à medida que diminuía a credibilidade de Prudente de Moraes, aumentavam o potencial de agitação dos grupos urbanos. Eram pedidas providências contra os fanáticos seguidores de Conselheiro que tinha o projeto de reavivar a monarquia em solo brasileiro.

Ainda que o mito Floriano já estivesse criado quando este faleceu em 1895, é no contraponto com Prudente de Moraes que ganharia mais força: as ações do governo de Prudente de Moraes fizeram com que os jacobinos alimentassem ainda mais a figura do “Marechal de Ferro” em oposição ao “bacharel” Prudente, fraco e disposto a abrir concessões cada vez maiores aos “inimigos da Pátria”. Para os jacobinos, era novamente o momento dos militares tomarem a frente para liquidar a reação.²⁷¹

O fato foi que Prudente de Moraes adoeceu e seu afastamento levou à presidência o seu vice, Manoel Vitorino. Conforme afastava os membros mais leais de Prudente, Vitorino se aproxima dos grupos mais críticos – jacobinos em especial, com Francisco Glicério, do PRF à frente – numa tentativa de sustentação do seu governo.

que trouxe consequências mais sérias foi a substituição do presidente provisório do Rio Grande do Sul, o líder republicano gaúcho, Júlio de Castilhos. Ver PAMPLONA, Marco A. *Revoltas, repúblicas e cidadania*. Nova York e Rio de Janeiro na consolidação da cidadania. Rio de Janeiro; São Paulo: Editora Record, 2003, p. 119-149.

²⁷⁰ AMARAL, Antonio Barreto do. *Prudente de Moraes – uma vida marcada*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo: 1971, p. 211-258.

²⁷¹ Cf. QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Op. cit.*, p. 151.

Porém, Prudente retorna, de maneira súbita, à presidência para desespero e reação desastrosa dos jacobinos: Prudente sofre um atentado fracassado e seu Ministro da Guerra, o Marechal Carlos Machado Bittencourt, morre em decorrência do mesmo ato.

A implicação de Glicério, assim como do vice-presidente Manoel Vitorino na conspiração contra Prudente de Moraes enfraqueceu o grupo parlamentar que dava sustentação aos jacobinos e a repressão do governo acabou com a mobilização urbana: “o sistema oligárquico civil estava solidamente implantado e se fortalecia, aperfeiçoando os instrumentos de dominação necessários à difusão de sua ideologia, caso de repressão. O confronto chegara ao fim. Como movimento político, o jacobinismo esvaía-se” ²⁷².

Seria a partir de Prudente de Moraes e principalmente de seu sucessor, Campos Sales, que a presidência passou a ser um cargo do partido, em especial do PRP:

Especialmente depois do atentado fracassado ao Presidente e da morte de seu Ministro da Guerra no mesmo ato, o 5/11/97, o “Pacificador” restabeleceu o primado do poder civil e encaminhou a sucessão em termos que o tornaram além de chefe do Estado, chefe da política nacional. Daí por diante o Presidente da república passa a ser, automaticamente, o chefe do partido, mas este não será mais a máquina sombranceira de Glicério. Antes será [...] um estado de espírito que outra coisa não é senão o Grande Clube Oligárquico. A tarefa de operacionalização deste sistema coube a Campos Sales e por ele foi exercida com perfeição. ²⁷³

Todavia, foge aos limites desta pesquisa a discussão a respeito do arranjo político que presidiu essa nova ordem e que foi conhecida como “política dos governadores”, ou “política dos estados”, conforme Campos Sales²⁷⁴. Essa breve

²⁷² Idem, ibidem, p. 80.

²⁷³ CARDOSO, Fernando Henrique. “Dos governos militares a Prudente - Campos Sales”. In FAUSTO, Boris. (org.). *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil. Tomo III, Vol. 1, 1989, p. 47.

²⁷⁴ A “política dos governadores” foi inaugurada durante o mandato de Campos Sales, mais precisamente em 1900, na época da eleição para a Câmara e a renovação de um terço do Senado. Seu principal objetivo era criar um mecanismo que assegurasse a continuidade dos maiores grupos de representantes estaduais, principalmente os de São Paulo (mas também de Minas Gerais e Bahia), e das outras oligarquias estaduais que mantinham o poder em seus respectivos estados no momento das eleições. Através desse plano de ação, Campos Sales propôs a legitimação de um certo compromisso, pelo qual o governo federal concordava em reconhecer e dar apoio às oligarquias que estivessem no poder nos estados, independente de suas inclinações partidárias. Este tipo de autonomia estatal garantiria às oligarquias estaduais um controle quase absoluto da política em seus distritos municipais, mas criava uma situação insustentável para todo e qualquer opositorista em nível estadual. Em troca de tal “autonomia”, o governo federal exigia o apoio do governador do estado à política presidencial no Congresso, que em geral favorecia as oligarquias ligadas à economia agroexportadora. Cf. LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988, p. 109-110.

passagem pela primeira década republicana²⁷⁵ procura apenas evidenciar o caos que imperou ao longo desse período, assim como o momento em que a República toma forma, com a construção da sua institucionalização através do pacto oligárquico. Chama a atenção, como aponta Renato Lessa, que o mecanismo da política dos governadores representa de alguma forma, uma volta aos mecanismos políticos do Império. Ao se institucionalizar o pacto oligárquico, o que é tomado como negativo não é a Monarquia, mas os anos iniciais da Primeira República:

A referência negativa para a nova ordem não foi o antigo regime, mas a infância do próprio regime republicano. Salvar a República de seus primeiros passos implicou em tomar a nova ordem senão semelhante, pelo menos respeitosa com relação ao passado monárquico. [...] A engenharia política do pacto oligárquico e a definição do governo como instrumento de administração podem ser enquadradas como sendo a busca por um *equivalente funcional do Poder Moderador*.²⁷⁶

Ora, a República oligárquica que se formava não se voltava apenas para os mecanismos políticos do Império, mas passou a contar também com o apoio de importantes colaboradores da monarquia e também de republicanos que abandonaram o radicalismo jacobino para somar esforços no sentido de estabilizar o regime recém instalado. Na síntese de Sevcenko, “todo o processo de recuperação das finanças e da imagem de estabilidade fez-se sob a égide de uma elite vinda dos mais altos escalões da política e administração do Império”²⁷⁷.

Exemplo clássico foi a incorporação ao governo do Barão do Rio Branco,²⁷⁸ monarquista e filho de um dos políticos mais ilustres do Império, o Visconde do Rio Branco. A República, para Rio Branco, não significava apenas o desmoronamento dos quadros sociais nos quais havia figurado e dentro dos quais se formara sob a sugestão

²⁷⁵ Uma breve discussão a respeito do governo de Deodoro da Fonseca e de Floriano Peixoto é apresentada no Primeiro Capítulo do presente trabalho.

²⁷⁶ LESSA, Renato. *Op. cit.*, p. 111.

²⁷⁷ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 46.

²⁷⁸ O título nobiliárquico de barão só lhe foi dado em 1888, no meio de uma concessão de títulos, como consequência da lei de 13 de maio. Antes da titulação assinava como José Maria da Silva Paranhos Junior. Entre junho de 1888 e dezembro de 1889, os seus documentos oficiais têm a assinatura *Barão do Rio Branco*. Com a República passou a assinar apenas Rio-Branco, incorporando-o ao próprio nome, que ficou sendo José Maria da Silva Paranhos do Rio Branco. Cf. LINS, Álvaro. *Op.cit.*, p. 131. Porém, Rio Branco e outros cônsules com títulos nobiliárquicos continuavam a utilizá-los na correspondência oficial do Ministério das Relações Exteriores. A circular de 13 de julho de 1893, dirigida ao barão do Rio Branco, entre outros viscondes e barões, propunha determinantemente o veto ao uso de títulos nobiliárquicos, mesmo entre parênteses, na correspondência oficial, que até aquele momento tinha sido tolerado. Ao acusar o recebimento da circular, Rio Branco teria assinado *Barão do Rio Branco*. Cf. *Cadernos do CHDD*. Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. Ano IV, nº 6, Brasília: 2005, p. 57.

do exemplo e da glória do seu Pai no Império. Assim como Eduardo Prado e Joaquim Nabuco, Rio Branco tecia o elogio à Monarquia, ressaltando a obra de unidade e a paz interna que teriam sido garantidas pelo Império, consubstanciada na figura de D. Pedro II, cujo paralelo era sempre o exemplo entre o Brasil monárquico e as demais repúblicas americanas. Dois meses antes da proclamação da República, Rio Branco escrevia o elogio da Monarquia, conquanto já se esperasse o seu fim:

Os moldes antigos que a geração nova quer hoje quebrar imprudentemente deram-nos quarenta anos de paz, de prosperidade e de glória que hão de avultar muito no futuro quando a obra de nossos pais puder ser comparada com os resultados das reformas que a geração nova anda a reclamar. [...] Vivo na Europa e posso assegurar que os governos e a classes esclarecidas deste velho mundo tem hoje a mais alta opinião do Brasil. Valem por aqui muito mais do que todas as repúblicas hispano-americanas e os Estados Unidos.²⁷⁹

A decisão de Rio Branco em manter-se no cargo de cônsul sob o novo regime só foi declarada em 14 de dezembro de 1889. Ao dirigir-se ao ministro Quintino Bocaiúva, acentuava o caráter *apolítico* de suas decisões: continuaria no cargo, pois acreditava que o serviço no estrangeiro, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, era prestado à Pátria com independência quanto aos seus regimes e formas de governo. Ao consulado faltava o caráter político suscetível de criar compromissos, sendo o cônsul um simples funcionário do Estado.²⁸⁰

Ironicamente, seria na República que Rio Branco teria as oportunidades que revelariam aos seus contemporâneos os seus méritos como estrategista e como político. Durante o período em que esteve na Europa, Rio Branco foi convidado pelo governo brasileiro, em março de 1893, a defender os direitos do Brasil sobre a região de Palmas que era reclamada pela Argentina. A questão, que já se arrastava desde 1890²⁸¹, não fora aceita pela maioria dos parlamentares brasileiros, que contestavam a divisão do território litigioso entre as duas partes interessadas. O impasse foi encaminhado para arbitramento do Presidente Grover Cleveland, dos Estados Unidos. Rio Branco foi enviado como delegado brasileiro junto à Missão Especial em Washington, sendo responsável também pela redação da Exposição que apresentava os direitos brasileiros sobre o território litigioso. Rio Branco elaborou um minucioso e erudito trabalho,

²⁷⁹ Carta do Barão do Rio Branco ao Barão Homem de Melo. 13/09/1889. Apud LINS, ÁLVARO. *Op. cit.*, p. 157.

²⁸⁰ LINS, Álvaro. *Op. cit.*, p. 167.

²⁸¹ O território em litígio era chamado nessa época de Missões. O Ministro das Relações Exteriores, Quintino Bocaiúva, em 1890, assinou um tratado pelo qual se dividia quase ao meio o território entre as partes. Cabe lembrar também que um dos motivos da assinatura do tratado de Comércio de 1891 com os Estados Unidos fora o interesse no arbitramento favorável desse país ao Brasil na disputa.

acompanhado de uma coleção de documentos e mapas, culminando na sentença favorável ao Brasil. A repercussão no Brasil da vitória obtida foi imensa, “sendo divulgada fartamente pela imprensa que não poupou elogios ao Barão, contribuindo assim para criar um clima de euforia nacional. Começava, a partir de então, o Barão a ganhar brilho próprio”²⁸².

Assim, ao deixar Washington e voltar à Paris, em 1895, já recebia duas novas missões: examinar os limites do Brasil com a Guiana Francesa e discutir com o governo britânico a posse da ilha de Trindade. Para a primeira missão redigiu *Memórias* que solidificariam seu prestígio como profundo conhecedor de geografia e direito internacional. O Presidente do Conselho Federal Suíço, Walter Hause, baseado nessas *Memórias*, garantiu ao Brasil, em 1900, o limite com a Guiana francesa no rio Oiapoque; para a segunda questão, redigiu uma série de cartas ao ministro brasileiro em Londres, João Artur de Souza Correia, encarregado de discutir com os ingleses a posse de Trindade, de cuja posse desistiram os ingleses em 1896. Em relação aos limites com a Guiana Britânica, Rio Branco escreveu uma *Memória sobre a Questão de Limites entre os Estados Unidos do Brasil e a Guiana Britânica*, que serviria de base para argumentação usada por Joaquim Nabuco na discussão para decidir os limites entre o Brasil e a Guiana Britânica.²⁸³

Diante dessas circunstâncias, não era de se estranhar que o nome de Rio Branco – já uma referência nacional – fosse lembrado, em 1902, para assumir o cargo de Ministro das Relações Exteriores no governo de Rodrigues Alves. Em carta endereçada a este último, Rio Branco alegava razões de saúde, falta de vocação política, problemas de ordem financeira, enfim, não desejava estar à frente do Ministério, sugerindo Joaquim Nabuco como a pessoa mais indicada para assumir o cargo. Rodrigues Alves, contudo, estava decidido a ter Paranhos como um dos seus Ministros. Em 29 de agosto de 1902, envia ao Barão uma espécie de ultimato: “Valiosas ponderações cartas não me convenceram. Nome V. Excia. será muito bem recebido não podendo negar país sacrificio pedido”. No dia seguinte, Rio Branco respondia, por telegrama, ao Presidente: “Farei sacrificio que V. Excia. julga necessário, contente de o fazer, pelo muito que devo à nossa terra e a V. Excia”²⁸⁴ – a resistência fora vencida²⁸⁵.

²⁸² BRANCATO, Sandra. “O retorno do Barão do Rio Branco ao Brasil: a leitura da imprensa”. In *Cadernos do CHDD*. Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. Ano I, nº 1, Brasília: 2002, p. 97.

²⁸³ Idem, ibidem, p. 97.

²⁸⁴ Apud LINS, ÁLVARO. *Op. cit.*, p. 255.

O trabalho de Rio Branco no Ministério, a partir de então, visaria o aperfeiçoamento das instituições republicanas e a construção de uma nação, tanto em termos de limites de fronteira quanto de formação de um povo – a idéia de uma restauração monárquica já havia sido superada. Nada mais revelador nesse sentido, do que quando escreve a Nabuco pedindo-lhe opinião sobre o convite de Rodrigues Alves, para que viesse dirigir a pasta do Exterior no seu governo. Animado por Nabuco, o Barão comunica-lhe depois que aceitara em caráter temporário (ficaria até sua morte, em 1912) até que ele, Nabuco, retornasse ao Rio de Janeiro e assumisse o Ministério, de onde chegaria à Presidência. Animando sempre seu amigo, Nabuco observava, em uma de suas respostas, que o sacrifício seria em benefício do Brasil, “porque o pobrezinho está muito precisado de homens para não mergulhar no remoinho sul-americano”²⁸⁶. E em outra correspondência, jogava mais argumentos decisivos, inclusive aquele menos agradável para a pátria comum:

A questão é o país. Se não devemos empenhar tudo para que ele seja uma nação e evitar-lhe a sorte da Polônia ou de Venezuela e Colômbia. Ainda ontem eu lia no *Spectator*: “O Brasil é o mais esplêndido trecho de terra ainda não desenvolvido, mas com os seus negros, os seus índios, os seus mestiços, é essa uma parte da ‘tarefa do branco’, (the White Man’s Burden, a idéia de Kipling) pesada demais para nós, ela deve pertencer ao jovem Hércules que estira os braços do Atlântico até ao Pacífico e não só à sua velha mãe menos ambiciosa e menos ativa”. É essa idéia que não somos, e não podemos ser uma nação, branca, tomar a nós também parte do *White Man’s Burden*, que os europeus e americanos do Norte todos têm, que nos deve indignar e mover todos os sacrifícios pessoais, cada um de nós, enquanto é tempo, para garantir a sorte do nosso país. O futuro tomará conta de si mesmo, e eu sinto-me rejuvenescer de entusiasmo com a sua entrada para os negócios²⁸⁷.

Já no cargo de Ministro, não tardou para que Rio Branco atraísse ao seu redor, tanto na Livraria Garnier no Rio de Janeiro, quanto no próprio Ministério, um círculo literário, composto entre outros, por Euclides da Cunha, Joaquim Nabuco, Graça Aranha e Machado de Assis. Oliveira Lima, Artur Orlando, Ruy Barbosa, José Veríssimo, entre outros, também foram diretamente influenciados pelo Chanceler.

²⁸⁵ “Os compromissos do presidente com o seu ministro eram irretiráveis e significavam, praticamente, carta branca. O presidente devia saber que um recuo seu nessa linha, deixá-lo-ia em pior postura que a do Barão. Rodrigues Alves não ignorava sua inexperiência em questões diplomáticas, confiava em Rio Branco, prometera prestigiá-lo e manteria fielmente a promessa. Mais tarde, depois da morte do Barão, é que ele manifestou, em nota íntima, dúvidas sobre o acerto da sua conduta, ao deixar mãos livres a Rio Branco, quanto às relações para com os Estados Unidos”. FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo*. Rio de Janeiro: J. Olympio; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1973, p. 248.

²⁸⁶ NABUCO, Joaquim. “Carta ao Barão do Rio Branco”. Londres, 10 de maio de 1902. *Cartas a amigos*. Vol. II. In *Obras completas de Joaquim Nabuco*. Vol. XIV. São Paulo: Progresso Editorial, 1949, p. 121.

²⁸⁷ NABUCO, Joaquim. “Carta ao Barão do Rio Branco”. Londres, 02 de setembro de 1902. *Cartas a amigos*. Vol. II. In *Op. cit.*, p. 127-128.

Nabuco e Oliveira Lima fizeram carreira diplomática durante a gestão de Rio Branco; Artur Orlando iniciou-se na administração como diretor da Instrução Pública, seguindo na vida política como deputado e senador, tornando-se um defensor do Pan-americanismo; Ruy Barbosa fez uma longa carreira política, tendo sido deputado durante a monarquia, Ministro da Fazenda e vice-presidente da República (1889-1891), senador e membro destacado da comissão que elaborou o projeto da primeira Constituição republicana (1891), representante do Brasil na Conferência de Haia (1907) e candidato derrotado em 1910, 1914 e 1919; Euclides da Cunha realizou trabalhos para o Ministério das Relações Exteriores, nas expedições de reconhecimento no norte do país, e, retornando, passaria a assistir o Ministro no Itamaraty como cartógrafo; José Veríssimo – jornalista, crítico literário e ensaísta – teve relações com Rio Branco no âmbito da Academia Brasileira de Letras, da qual o ministro era membro.

Na denominação de Sevckenko, em torno de Rio Branco uma *entourage* de cientistas e especialistas formavam “o círculo dos sábios”:

o novo chanceler, reunindo à sua volta uma plêiade de intelectuais especialistas na história, geografia e cultura brasileiras, iria dar início ao projeto de penetração no interior dos sertões, demarcação de limites, estabelecimento de sistemas viários e telegráficos de comunicação, levantamentos topográficos, mapeamentos, estatísticas, povoamento, defesa e avaliação de recursos²⁸⁸.

Fazendo um pequeno parêntese, é necessário reconhecer que a estreiteza do mercado de trabalho da época empurrava os “homens de letras”, os bacharéis em direito, os engenheiros e cientistas para a carreira política, para o emprego público em órgãos da administração, os institutos e academias mantidos pelo Estado. A formulação de Angela Alonso, em seu estudo sobre os movimentos intelectuais do final do século XIX no Brasil, é bastante reflexiva a esse respeito: “dada a inexistência de um campo intelectual autônomo no século XIX brasileiro, toda manifestação intelectual era imediatamente um evento político”²⁸⁹. A autora, ao optar metodologicamente por não distinguir atividade intelectual e prática política “no Brasil da segunda metade do século XIX”, afirma que “não havia um grupo social cuja atividade exclusiva fosse a produção intelectual. A existência de uma única carreira pública centralizada no Estado, incluindo desde

²⁸⁸ SEVCENKO, Nicolau. *Op. cit.*, p. 154.

²⁸⁹ ALONSO, Angela. *Idéias em movimento – A geração de 1870 na crise do Brasil - Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 38.

empregos no ensino até candidaturas ao parlamento, fazia as sobreposição de elites política e intelectual a regra antes que a exceção”²⁹⁰.

O final do Império e as duas décadas republicanas seguintes encerraram um período de grandes transformações: a abolição da escravidão; o advento da república; a americanização republicana; a entrada maciça de imigrantes; a modernização das cidades; notavelmente do Rio de Janeiro, capital da República, os programas de saneamento e combate às epidemias – que acabaram provocando a revolta contra a vacinação obrigatória, em 1904; a inflação galopante nos primeiros anos do novo regime; o acirramento dos ânimos políticos com a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul; a Revolta da Armada; as resistências dos grupos monarquistas; o movimento jacobino; a guerra de Canudos, o monroísmo e o Pan-americanismo²⁹¹. Era nessa avalanche de transformações e turbulências que os intelectuais produziam, com os olhos voltados para a compreensão do momento em que viviam e com o objetivo de elaborar projetos para o futuro da nação:

Sem possuir propriamente uma nação e com um Estado reduzido ao servilismo político, o Brasil carecia, portanto, de uma ação reformadora nesses dois sentidos; construir a nação e remodelar o Estado, ou seja, modernizar a estrutura social e política do país. Foram esses os dois parâmetros básicos de toda a produção intelectual preocupada com a atualização do Brasil face ao exemplo europeu e americano. E foram ambos cingidos pelas duas correntes antípodas que assinalaram os modos de pensar da *Belle Époque*: o cientificismo e o liberalismo²⁹².

Aflorava assim, no ambiente intelectual da *Belle Époque* brasileira²⁹³, antagonismos indissolúveis em torno de quatro temas fundamentais ao longo do período: “ciência, raça, civilização e a atuação do barão do Rio Branco”²⁹⁴.

²⁹⁰ Idem, ibidem, p. 30. Nessa direção, Gildo Marçal Brandão ressalta que a própria definição de um campo de estudos do “pensamento político-social”, no Brasil, supõe um cruzamento entre literatura e política: “Essa superposição – por vezes conflituosa na medida mesma da indiferenciação – talvez fosse inevitável no caso de país de capitalismo retardatário como o nosso, uma vez que o tratamento da literatura, da arte, da cultura e das ciências aqui praticadas acaba tendo uma importante dimensão política por força da relação urgente que se estabelece entre formação da cultura e formação da nação”. BRANDÃO, Gildo Marçal. *Op. cit.*, p. 22.

²⁹¹ Sobre as grandes transformações ocorridas nesse período no Brasil e os conflitos políticos e sociais a elas relacionados, ver, HOLANDA, Sérgio Buarque de & FAUSTO, Boris. (orgs.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1977, Tomos II e III.

²⁹² SEVCENKO, Nicolau. *Op. cit.*, p. 83.

²⁹³ A capital da República – a cidade do Rio de Janeiro – era um meio ambiente complexo, que misturava a continuidade colonial ao potencial de mudança de uma nova era. No final da administração Campos Sales (1902), com a consolidação política e crédito de Londres, o tão desejado “toque de civilização” pôde ser concretizado. Sob seu sucessor, Rodrigues Alves, as reformas urbanas iniciaram-se no Rio de Janeiro, no mais perfeito estilo Haussmann, trazendo à cidade tropical sua aura de *belle époque*. A capital da República dos fazendeiros deveria ser a “jóia do regime” e, como Jeffrey Needell observou: “o mais eficiente nexos de uma economia neocolonial que ressurgia”. NEEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical*:

O final do Império e o início da República conviveram paralelamente com as influências do positivismo, do evolucionismo e social-darwinismo. Essas teorias, com proposições distintas, têm em comum a convicção na “superioridade” da civilização ocidental, que seria decorrente, por sua vez, de “leis naturais” que regulariam a vida dos povos. Nessa perspectiva, para entendermos as formulações e respostas dos intelectuais aos principais problemas da sociedade de sua época, é necessário compreendermos um pouco mais a fundo as concepções e teorias que influíram decididamente nas interpretações dos autores que nos interessam aqui.

1.1 As teorias raciais e a questão do “atraso”

As explicações sobre o progresso ou o atraso dos países começaram a ser influenciadas a partir de meados do século XIX pelo fator racial. É preciso que fique claro que já em meados do século XVIII é possível identificar posições que defendiam uma hierarquização da espécie humana, embora reconhecessem a unidade do gênero humano. As grandes viagens inauguraram um momento específico na história ocidental, quando a percepção de diferença se torna objeto de debate e reflexão. Pode-se dizer assim, que é no século XVIII que os “povos selvagens” passam a ser caracterizados como “primitivos” e entenda-se aqui “primitivos” no sentido de primeiros, significando o começo do gênero humano, concepção esta que discorria sobre a capacidade singular e inerente dos homens de sempre se superarem. Longe, portanto, da concepção utilizada pelos evolucionistas do século XIX que suponham o acesso obrigatório ao estado de civilização mais “adiantado”. O otimismo na adaptabilidade do homem, produzido pelo século XVIII cederia lugar ao pessimismo e à imutabilidade das características humanas enunciado pelo século XIX.

Entretanto, as imagens que detrataram o Novo Mundo começam a se intensificar já em meados do século XVIII²⁹⁵. Apesar da unidade do gênero humano permanecer

sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 25.

²⁹⁴ SEVCENKO, Nicolau. *Op. cit.*, p. 123.

²⁹⁵ No Novo Mundo ocorre um encontro singular: de um lado entre considerados inferiores, como os indígenas e os negros transplantados, e do outro a escória européia na qual também já se dissipou a virtude ariana. Desta mistura, portanto, não poderia nascer uma nova civilização, pois esta se cria a partir de elementos mais ou menos puros, o que era uma condição que não existia no continente americano. De acordo com Dória, “a teoria de Gobineau é em parte dependente da filosofia da história de Hegel, ao identificar no Oriente a origem das civilizações modernas e, por outro lado, parece dar uma resposta nova ao fim da Europa ao mostrar a América não como o seu espelho; ao contrário as Américas são o túmulo

como postulado, um agudo senso de hierarquia começava a se delinear. Vários pensadores passam a corroborar um tipo de visão mais negativa da América, como Buffon, com sua tese da “infantilidade do continente” e De Pauw, com a teoria da “degeneração americana”²⁹⁶:

A mesma imagem negativa do Novo Mundo podia esgalhar-se, pois, indiferentemente, em duas idéias que na aparência se opõem: a de um mundo gasto ou degenerado, e a de um mundo inacabado ou imaturo. Sob esse último aspecto acha ela talvez sua derradeira expressão no pensamento de Hegel, e vai presidir decisivamente seus pontos de vista sobre as duas Américas, a anglo-saxônia – que foi propriamente colonizada –, e a ibérica ou latina que, com certas reservas ou atenuações no que respeita ao Brasil, foi antes conquistada, tudo desembocando afinal na insinuação de um antagonismo futuro entre ambas, que não chega a delinear-se precisamente no seu espírito, por acreditar que é impróprio do mister de filósofo o pretender ser profeta²⁹⁷.

As teorias do progresso, desenvolvidas por Turgot, Condorcet e alguns outros autores, possuíam um caráter universalista bem definido, apesar de estarem caracterizadas por um exacerbado eurocentrismo, uma vez que supunham ser a civilização européia a mais avançada de todas, gerando assim a noção de que era preciso avaliar as demais a partir do “metro” europeu. Instituiu-se nesse modo, o “modelo civilizacional europeu” como o mais avançado e, por consequência, aquele que serviria como parâmetro desejado e perseguido por todos os povos e nações. Como nos ensina Roberto Ventura, o homem selvagem de ultramar seria a evidência histórica de que o homem civilizado da Europa desfrutava de uma superioridade incontestável diante dos demais povos. A partir dessa comparação, ressaltava-se a possibilidade de progresso, que surgia no imaginário do homem moderno como um poderoso estimulante. Obras como a *Histoire philosophique et politique des deux Indes*, de Raynal, a *Histoire Naturelle*, de Buffon, as *Recherches philosophiques sur américains*, de De Pauw e o próprio artigo “Amérique” da *Encyclopédie* ao desenvolver na consciência moderna a idéia de superioridade do homem civilizado em relação ao selvagem ou bárbaro, invertiam a visão paradisíaca inaugurada pelos primeiros

da civilização européia – sem futuro algum, nem mesmo reflexo”. DÓRIA, Carlos Alberto. *Cadências e decadências*. (O futuro da nação à sombra de Darwin, Haeckel e Spencer). Campinas: Unicamp, 2007. [Tese de Doutorado]. Mimeo, p. 141.

²⁹⁶ Ver a respeito desse tema, GERBI, Antonello. *O Novo Mundo*. História de uma polêmica. São Paulo: Companhia das Letras, 1997; HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso*. 2ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1969.

²⁹⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Op. cit.*, p. XXV.

viajantes: um novo discurso sobre o homem e a natureza americano passaria a ser marcado pela negatividade²⁹⁸.

É a partir de meados do século XIX que delineia-se mais claramente uma reação ao entendimento de uma visão unitária da humanidade. É somente a partir desse momento portanto, que a suposição de que uma parte da humanidade era incapaz de se desenvolver em decorrência de sua inferioridade inata ou em decorrência de sua degeneração – decorrente principalmente da mestiçagem – ganhou expressividade. O discurso racial surgia “como variante do debate sobre a cidadania, já que no interior desses novos modelos discorria-se mais sobre as determinações do grupo biológico do que sobre o arbítrio do indivíduo entendido como um resultado, uma reificação dos atributos específicos da sua raça²⁹⁹”.

O que caracterizaria o florescimento das teorias racialista em meados do século XIX, segundo Renato Ortiz, teria sido a multiplicação de experiências empíricas, que aparentemente, legitimavam o estatuto científico das teorias construídas. Para o espírito positivista predominante na época, a legitimação era fundamental e exigia a confirmação empírica dos argumentos enunciados teoricamente: “meados do século é também o momento da vulgarização das idéias a respeito da evolução social e seu vínculo imediato com as premissas raciais³⁰⁰”.

A noção de racismo originada em meados do século XIX deve ser compreendida na sua relação com o cientificismo da época, pois é a partir do momento que o discurso científico lança mão de princípios físicos e morais para legitimar a distinção entre os homens, é que as teorias racialistas passam a influenciar diretamente a política e a vida social de inúmeros países, imiscuindo os conceitos de raça e nação, assim como redefinindo os conceitos de diferença e desigualdade³⁰¹. Juntamente com as

²⁹⁸ VENTURA, Roberto. “Leituras de Raynal e a ilustração na América Latina”. In *Estudos Avançados*, v. 2, n. 3, 1988, p. 44-45.

²⁹⁹ SCHWARCZ, Lilia. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 47.

³⁰⁰ “O momento científico é de fundação de uma antropologia profissional que se volta para os estudos anatômicos e craniológicos, procurando responder assim as indagações a respeito das diferenças entre os homens”. ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira & identidade nacional*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 28.

³⁰¹ “*Desigualdade e diferença* – termos que o senso comum pode tomar como sinônimos – passam a representar posturas e princípios diversos de análise. A noção de desigualdade implicaria a continuidade da concepção humanista de uma unidade humana indivisível, somente marcada por dissimilaridades acidentais e contingentes. As diversidades existentes entre os homens seriam apenas transitórias e remediáveis pela ação do tempo ou modificáveis mediante o contato cultural. Já o conceito de diferença levaria à sugestão de que existiriam espécies humanas ontologicamente diversas, as quais não compartilhariam de uma única linha de desenvolvimento. As diferenças observadas na humanidade seriam, portanto, definitivas e

explicações econômicas e a organização política, a composição racial de um país começou a ser levada em consideração quando se tratava de investigar os motivos que tornaram alguns países ricos e poderosos enquanto outros permaneceram pobres e atrasados. As “ciências” da época começaram a colocar em questão a existência de uma desigualdade racial entre brancos, negros, amarelos, além de outras subdivisões de cores e “tipos biológicos” no interior dessas próprias raças. Grosso modo, pode-se dizer que existia um conjunto de teorias, doutrinas, que, recorrendo ao respaldo da “ciência”, passaram a difundir as diferenças raciais, ou seja, a superioridade intelectual, física e moral da raça branca sobre as demais.

Vários renomados homens de ciência e teóricos racialistas contribuíram para a disseminação da idéia de diferença entre os povos. Assim, ao serem contrários aos princípios Iluministas e ao elegerem a noção de “diferença” como conceito-chave de análise, entre os mais conhecidos, Ernest Renan, Gustave Le Bon, Hippolyte Taine, Arthur de Gobineau³⁰², Ernest Haeckel, Herbert Spencer, irão propor uma releitura da história dos povos³⁰³. No Brasil, suas formulações teóricas exerceram forte influência e se difundiram entre os pensadores e estadistas brasileiros. Entre essas, a teoria de Spencer forneceria o aporte à intelectualidade brasileira para se pensar em termos “evolucionistas”, encontrando nele novos argumentos para reforçar as posições que atuavam como modernizadoras no Brasil:

Conceitos que pudessem correlacionar entre si o progresso, a ciência e a indústria exerciam especial atração sobre os que estavam trabalhando para destruir a sociedade tradicional. O pensamento de Herbert Spencer servia admiravelmente para isso, pois eles o entendiam afirmando que o progresso é inevitável, que os levaria a um futuro industrial e que a ciência provaria a veracidade de ambas as afirmativas. Ainda mais, o spencerismo favoreceu-lhes uma grandiosa síntese que poderia ser facilmente assimilada pela classe média brasileira e era isenta de algumas desvantagens, presentes nos discursos filosóficos de Augusto Comte. Além disso, Spencer conferia fidedignidade à crença nas atitudes governamentais do *laissez faire* e fornecia-lhes argumentos muito bem arquitetados contra a legislação do bem-estar social, o que

irreparáveis, transformando-se a igualdade em um problema ilusório”. SCHWARCZ, Lília. *Op. cit.*, p. 61-62.

³⁰² O Conde de Gobineau, autor do *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas* (1853) passou à história como teórico do racismo e vivera inclusive alguns anos no Brasil como representante diplomático da França, travando intensa amizade com Dom Pedro II. Entre abril de 1869 e maio de 1870, o escritor e o imperador se encontravam duas a três vezes por semana para discutirem idéias, a emancipação dos escravos e a imigração de trabalhadores para o Brasil. Apesar desses encontros, o francês achou insuportável a sua estada no Brasil. Cf. RAEDERS, Georg. *O Conde de Gobineau no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

³⁰³ Cf. TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros*. A reflexão francesa sobre a diversidade humana. Vol. I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, p. 107-141; SCHWARCZ, Lília. *Op. cit.*, p. 62-66.

aumentava as esperanças e reduzia os receios de muitos membros das novas comunidades urbanas³⁰⁴.

Em contraposição à concepção Iluminista que postulava a faculdade dos povos de aperfeiçoar-se, uma das implicações das doutrinas racialistas era a de que uma civilização poderia morrer ou nem chegar a se formar completamente, uma vez que ela poderia ser exterminada por outra mais poderosa. As doutrinas racialistas argumentavam que o fato de existirem sociedades “primitivas” ou não civilizadas, era decorrente de que essas sociedades eram formadas por povos “inferiores”, por vezes incivilizáveis, condenados ao atraso e refratários ao progresso. Conforme Hobsbawm, nessa época, “a humanidade foi dividida segundo a ‘raça’, idéia que penetrou na ideologia do período quase tão profundamente como a de ‘progresso’³⁰⁵”. O problema colocado pelas teses racialistas, no momento em que estava em andamento um projeto de formação nacional, era que colocavam a etnicidade como um critério central, cada vez mais decisivo para a definição potencial de uma nação. Ao colocar o conceito de raça – como definidor de distinções, operacionalizador de critérios valorativos de uma etnia em relação às outras – as teorias racialistas impactariam enormemente na vida política de vários países, procurando estes, implementar uma identificação étnica entre seus habitantes, de forma a homogeneizá-los racialmente³⁰⁶.

Ora, se pensarmos naqueles países cuja composição étnica eram bem variadas, como era o caso das ex-colônias americanas, sobretudo aquelas que receberam enormes contingentes de escravos ou que contavam com uma população original de ameríndios – ambos os grupos considerados pelos racialistas como os mais inferiores dentre os seres humanos – talvez possamos compreender a dimensão que a questão racial adquire no Brasil, levando em consideração o caldo étnico que aqui se formara. A miscigenação era vista como um estigma nos países que contavam com várias raças em sua composição étnica. A raça superior, ao se misturar com raças inferiores, produzia descendentes cada vez mais inferiores e passava a ser cometida pelos vícios e fraquezas da menos adiantada. É possível flagrar em Oliveira Lima, o provável fundamento para sua concordância com o panorama: “A mestiçagem foi moral e socialmente um atraso para a América Latina, cujo maior mal consistiu precisamente na desarmonia, pode quase dizer-se a incompatibilidade entre os ideais grandiosos que se lhe antolharam individual e

³⁰⁴ GRAHAM, Richard. *Op. cit.*, p. 241-242.

³⁰⁵ HOBSBAWN, Eric. *A era dos impérios, 1875-1914*. 5ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 54.

³⁰⁶ Cf. HOBSBAWN, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1780*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 125 e segs.

coletivamente, e a pequenez dos anéis de certos fatores componentes da nova raça ou sub-raça³⁰⁷”.

Ainda, alguns autores afirmariam que a miscigenação era um fator determinante para o aniquilamento populacional, pois em alguns casos, o mestiço se mostrava estéril ou se tornaria após algumas gerações. Longe de apresentar alguma relação com aquilo que o século XVIII chamara de atraso material dos povos primitivos, o século XIX iria expandir a noção de que era a raça o fator responsável pelo nível de atraso ou de civilização em que determinado povo se encontrava. Nesse sentido, não era mais uma questão de tempo, como fora no século XVIII, mas de características inatas, biológicas e naturais que ditariam se uma raça inferior poderia desenvolver os conhecimentos e técnicas da superior, na busca da superação de sua inferioridade.

A intelectualidade brasileira do final do século XIX, ainda tão necessitada de idéias próprias, iria dialogar e absorver as diversas tendências do pensamento, formuladas originalmente nos Estados Unidos e Europa e, sempre que possível, extrair de cada uma aquilo que melhor se conformava às suas exigências e adaptá-las na análise dos fenômenos sócio-políticos brasileiro³⁰⁸. Mesmo que o racismo científico não tenha constituído, efetivamente, um discurso carente de função social e possa até exprimir a tentativa de atualização do pensamento brasileiro do período, a adesão de grande parte da intelectualidade ao cientificismo naturalista ilustra de diferentes formas o uso provinciano que a ciência pode assumir num país periférico. Sobretudo, não se deve perder de vista o fato de que essa modernização do pensamento realizou-se por meio da própria naturalização da nossa herança colonial e, principalmente, das relações sociais que, tendo como base a experiência de três séculos de escravidão, estruturaram a sociedade brasileira³⁰⁹.

³⁰⁷ OLIVEIRA LIMA, Manoel. *América latina e América Inglesa. A evolução brasileira comparada com a hispano-americana e com a anglo-americana*. Rio de Janeiro - Paris: Livraria Garnier, s/d, p. 161. O texto origina-se das seis conferências proferidas pelo autor em 12 universidades americanas, e outubro e novembro de 1912, com ampla cobertura de *O Estado de São Paulo*.

³⁰⁸ Como bem observou Richard Graham, é um erro considerar que tais intelectuais tenham sido julgados como meros alienados frente ao pensamento europeu, pois as idéias por eles colhidas na Europa correspondiam exatamente aquilo que pretendiam: “agiram com surpreendente, embora inconsciente, habilidade, estabelecendo um inteligente critério seletivo, pois antes de tudo adotaram idéias que pudessem produzir os efeitos desejados, atuando no processo de modernização do Brasil”. GRAHAM, Richard. *Op.cit.*, p. 241.

³⁰⁹ Sobre as conseqüências da adesão da intelectualidade brasileira ao cientificismo naturalista, ver SCHWARZ, Roberto. *Dois meninos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 113. O *atraso*, numa segunda forma de ordenação, passa a emergir na década de 1920 – mudando o ângulo de enfoque – como conseqüência do nosso legado cultural ibérico. Neste contexto generalizou-se a polêmica entre os *americanistas* e os *iberistas* sobre a compatibilidade entre as nossas raízes culturais e os processos de modernização típicos dos países de capitalismo avançado. Para os primeiros, dada a assimetria das

Quando as explicações sobre o progresso ou o atraso dos países começaram a ser influenciadas pelo fator racial em meados do século XIX, as noções científicas de raça e meio passaram a integrar o repertório intelectual brasileiro na tentativa de explicar e apontar os rumos da nação:

Elaboradas na Europa em meados do século XIX, essas teorias, distintas entre si, podem ser consideradas sob um único aspecto: o da evolução histórica dos povos. Na verdade, o evolucionismo se propunha a encontrar um nexo entre as diferentes sociedades humanas ao longo da história; aceitando como postulado que o “simples (povos primitivos) evolui naturalmente para o mais complexo (sociedades ocidentais), procurava-se estabelecer as leis que presidiriam o progresso das civilizações³¹⁰.

Aceitar as teorias evolucionistas, imediatamente implicava-se também analisar a evolução brasileira sob as luzes das interpretações de uma história natural da humanidade. Caso os intelectuais aceitassem as teorias evolucionistas sem uma adaptação ao ambiente brasileiro, seria corroborar, já de antemão, um projeto de nação fracassado, pois “o estágio civilizatório do país se encontrava assim de imediato definido como “inferior” em relação à etapa alcançada pelos países europeus”. Assim, um problema é posto: como pensar a realidade brasileira no interior desse quadro? No Brasil, o evolucionismo adquire novos contornos e peculiaridades, fornecendo ao pensamento brasileiro da época, conceitos – especialmente os de meio e raça – que tornavam possíveis “explicar o ‘atraso’ brasileiro e apontar para um futuro próximo, ou remoto, a possibilidade de o Brasil se constituir enquanto povo, isto é, como nação³¹¹”.

O ponto que mais nos interessa é perceber que se o discurso racial fundava *a priori* princípios que lhe permitia definir os caracteres responsáveis pela superioridade de determinada raça sobre as demais, ele também definia *a posteriori* a função histórica que seria intrínseca a determinada raça. Ou seja, no âmbito histórico, as implicações dessas teorias permitiam uma nova leitura da formação dos povos e das nações. Embora a origem do conceito de “raça histórica” estivesse nas ciências biológicas, era no âmbito da política que ele se corporificava e era amparado pelo Estado:

instituições sociais e cultura, o legado ibérico seria avaliado como fator negativo para a modernização do país – a herança cultural a aprisionaria nos quadros civilizatórios de um passado que mesmo diante da industrialização, parecia não se dissipar. Já os iberistas defendiam, por sua vez, a vantagem cultural do atraso como instrumento de combate aos valores liberais, utilitaristas e individualistas, tidos como próprios da modernização anglo-saxã. Porém, o culturalismo não constituiu exatamente uma ruptura epistemológica em relação à perspectiva hierarquizada das raças, a qual persistiu senão explicitamente, ao menos de modo subjacente, mantendo intacta a exaltação da cultura ocidental européia. Ver a este respeito, WERNECK VIANNA, Luiz. *Op. cit.*, p. 151-194.

³¹⁰ ORTIZ, Renato. *Op. cit.*, p. 14-15.

³¹¹ Idem, *ibidem*, p. 15.

A noção capital de “raça histórica” desenvolve-se como desdobramento do conceito simples de “raça”, tal e qual o evolucionismo propôs como sinônimo de espécie. Ela caminha as raças biológicas para um plano de integração sócio-cultural e política. Isto quer dizer que embora parta das leis que governam a transformação dos seres vivos, acaba por negá-las, uma vez que sua síntese se expressa numa dimensão que precisa do Estado para manter-se coesa³¹².

Numa época de imperialismo, em que toda a América se via envolvida no chamado corolário Roosevelt³¹³ à Doutrina Monroe, ou em sua forma mais amena, na idéia de um Pan-americanismo encabeçado pelos Estados Unidos, os brasileiros tinham consciência que não figuravam entre as grandes potências. Segundo Graham, as doutrinas pregadas por Spencer serviam também como suporte “científico” às teses mais pessimistas sobre o futuro do país, pois “apoiavam aqueles que sugeriam não estar o Brasil destinado a um futuro progressista, e sim à decadência, devido à sua imperfeita ‘formação racial’³¹⁴”. Oliveira Lima aceitava, desse modo, a tendência ou lei natural, de que os mais fortes têm de se expandir e dominar os mais fracos: “A desagregação só dá-se nos organismos sociais decrépitos ou incapazes de prosperar, nunca nos organismos sadios e florescentes. [...] é a eterna condição das nações fortes fazerem-se conquistadoras³¹⁵”. Anos mais tarde, essa atitude poderia ser observada em Euclides da Cunha, em artigo de 1902:

Realmente, considerando o nosso meio, os vários aspectos de nossa cultura, os indecisos traços da nossa atividade e da nossa iniciativa, e a nossa de debilidade étnica ante o incomparável vigor desdobrado nos últimos tempos pelas nacionalidades que pleiteiam o domínio da terra, fizera-se pouco animadora a miragem dessa civilização centrípeta em que mal colaboramos. [...] O embate das raças é a força motriz da história; e as feições mais características desta, quer se estadeiem nas criações intelectuais quer numa escala descendente nos grandes feitos da guerra, nada mais exprimem além da concorrência vital entre os povos, transfigurados pela seleção natural em nacionalidades

³¹² DÓRIA, Carlos Alberto. *Cadências e decadências*, p. 330. Ao citar Silvio Romero, Werneck Vianna, aponta a questão racial como expressão paradigmática da dialética brasileira: o brasileiro não conformaria uma raça sociológica, comprometendo portanto, o seu caminho rumo à civilização: “como tipo humano, o brasileiro também seria ‘um destino a ser criado no futuro’, já em processo de criação no terreno dos *factos* – a miscigenação –, e que se confia à ação benfazeja do tempo”. O Estado brasileiro, sob o auspício de suas elites políticas, iria produzir, quase imperceptivelmente, mudanças de forma a reparar a incompletude e a rusticidade do homem brasileiro rumo a sua obra civilizatória. WERNECK VIANNA, Luiz. *Op. cit.*, p. 47.

³¹³ O corolário Roosevelt passaria a ser conhecido como um corolário à Doutrina Monroe, que, nesse contexto, reafirmaria o papel de líder dos Estados Unidos no continente, uma espécie de “irmão mais velho” das nações latinas, tutelando aquelas que não se comportassem de maneira adequada. Em função das suas diretrizes de política externa, Roosevelt aceitou o pan-americanismo como uma política complementar para o continente, quase exclusivamente implementada pelo secretário de Estado Elihu Root, no sentido de acalmar os ânimos sul-americanos, enquanto a política do *big stick* de Roosevelt era fundada em ações agressivas nos países centro-americanos.

³¹⁴ GRAHAM, Richard. *Op. cit.*, p. 242.

³¹⁵ OLIVEIRA LIMA, Manoel. *Nos Estados Unidos: impressões políticas e sociais*, p. 453.

triunfantes. Ora, temos acaso vitalidade nacional que nos faculte enterrar o estrangeiro nesse duelo formidável?³¹⁶

A compreensão que Euclides tinha do panorama político internacional, marcado pelo crescente poderio e intervencionismo norte-americano na América Central e do Sul, baseava-se na tese de que a disputa entre as nações também era parte de um processo de seleção natural, em que os mais fracos estariam fadados ao fracasso. Ademais, a alusão freqüente à “seleção natural” e a crítica que empreende à mestiçagem caracterizam, em Euclides, um etnocentrismo resultante da fascinação que sobre ele exerciam o evolucionismo e o transformismo.

Nos demais países latino-americanos também observamos a força com que as teorias raciais foram incorporadas pela intelectualidade do período: Le Bon, Lombroso, Nordau, Gumpłowicz são referências constantes nos ensaios dos pensadores latino-americanos. Gustave Le Bon é um dos mais citados, principalmente no que se refere à vinculação que faz entre mestiçagem e anarquia. Estas referências teóricas foram utilizadas como provas inquestionáveis do vínculo causal entre degeneração racial (consequência da mestiçagem) e atraso social. Não é por acaso que proliferaram ensaios afirmando o caráter patológico das sociedades latino-americanas: *El continente enfermo* (1899), do venezuelano César Zumeta; *Manual de patología política* (1899), de Augustín Álvarez; *Enfermedades sociales* (1905), de Manuel Ugarte; *Pueblo enfermo* (1909), do boliviano Alcides Arguedas; *O Grande Doente da América do Sul* (1916), do brasileiro Basílio de Magalhães³¹⁷.

³¹⁶ CUNHA, Euclides da. *Olhemos para os Sertões*. In *Obra completa*. Vol. I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995, p. 546-548. Conforme nos esclarece Carlos Alberto Dória, para Euclides, “a utilização de termos evolucionistas serve para expressar a condição histórica subordinada, como a teoria que confirma a cilada armada para um povo por seu passado colonial. [...] apesar da forte adesão dos intelectuais identificados com os reclamos políticos de uma nova burguesia e uma nova classe média urbana, a sorte do evolucionismo, no Brasil será tomada pelo seu aspecto contraditório, isto é, também como elemento conservador, a despeito do sentido revolucionário das descobertas de Darwin. DÓRIA, Carlos Alberto. *Op. cit.*, p. 65.

³¹⁷ Cf. FELL, Eve-Marie. “Primeras reformulaciones: del pensamiento racista al despertar de la consciencia revolucionaria”. In PIZARRO, Ana (org.). *América Latina: Palavra, Literatura e cultura*. Vol. II, São Paulo: Memorial; Campinas: Editora da Unicamp, 1994, p. 580. Segundo Eve-Marie Fell, na virada do século, foram raros os pensadores que recusaram os pressupostos racistas: “Colocados quase todos no campo da elite racial e social, felizmente resignados à supressão ou opressão dos ‘inferiores’, estes pensadores sentem-se diretamente ameaçados por sua própria dissolução dentro de uma massa mestiçada, sem respeito aos antigos privilégios. Frente a uma situação instável e, ao mesmo tempo, dinâmica, é muito revelador que a resposta a tanta ameaça raramente seja o desenvolvimento da economia ou uma política de investimentos à educação, e sim o freqüente chamado à imigração ‘branca’, destinada a aumentar mecanicamente o peso das ‘raças superiores’ no equilíbrio nacional e subcontinental”. Idem, *ibidem*, p. 586.

Nessa vertente, o ensaísta argentino Carlos Bunge, em sua obra *Nuestra América* (1903), considerou que a base da patologia argentina era o mestiço. Segundo Bunge, assim, como entre os animais, as mesclas resultavam em tipos mal definidos e geralmente estéreis, entre os homens, a mestiçagem resultava em seres com “taras genéticas, dificuldades de reprodução, irritabilidade constitutiva, características que teriam sua projeção lógica na instabilidade nacional”³¹⁸. Alcides Arguedas, por sua vez, considerava que a natureza hostil e a presença maciça de índios e mestiços seriam os responsáveis pelas “enfermidades” da Bolívia:

O aspecto físico das alturas, o gênero de ocupações, a monotonia destas, moldaram o espírito de maneira estranha. Nota-se no homem do altiplano a dureza de caráter, a aridez dos sentimentos, a absoluta ausência de inclinações estéticas. O ânimo não tem força para nada, a não ser para fixar-se na persistência da dor. Chega-se a uma concepção sinistramente pessimista da vida. Não existe senão a dor e a luta. Tudo o que nasce do homem é pura ficção. A condição natural deste é ser mau e também da natureza. Deus é inclemente e vingativo; compraz-se em enviar toda sorte de calamidades e desgraças...³¹⁹

Alcides Arguedas reduz o índio à condição de animal feroz e irracional, seriam como “bestas”, segundo a expressão do próprio autor. Nessas condições, não há qualquer perspectiva favorável à Bolívia, o pessimismo é brutal³²⁰.

Ora, queremos ressaltar a concomitância dos problemas e questões postos para os demais países do subcontinente, formados em sua maioria por uma população mestiça. Nesse sentido, o processo de modernização no subcontinente americano e, no caso brasileiro, o advento da república, levaram os intelectuais brasileiros do período a “olharem”³²¹ para os países do continente com mais atenção e frequência, construindo imagens variadas sobre os Estados Unidos e a América Latina. Procuraremos assim, recuperar as interpretações do Pan-americanismo, acreditando poder contribuir para trazer à luz que, a escolha por uma aproximação com os Estados Unidos, por alguns intelectuais brasileiros, como já pôde ser vista claramente em Oliveira Lima, discutidas no capítulo anterior, passava também por uma escolha ancorada na questão racial que via na solidariedade e na aproximação com o país do norte do continente a possibilidade de se equiparar com aquela civilização.

³¹⁸ Idem, ibidem, p. 582.

³¹⁹ ARGUEDAS, Alcides. “Pueblo enfermo”. In ZEA, Leopoldo (comp.). *Fuentes de la cultura latino-americana*. México: Fondo de Cultura Económica. Vol. II, 1993, p. 210.

³²⁰ Idem, ibidem, p. 212.

³²¹ BAGGIO, Kátia Gerab. *Op cit.*, p. 43.

A melhor forma de entender como os intelectuais brasileiros do início da República concebiam a questão racial, a hierarquia que as teorias propunham e a ligação com o Pan-americanismo é dar voz aos seus textos.

2. O debate e seus atores:

Embora Eduardo Prado tenha sido, entre os opositores ao Pan-americanismo, o primeiro a ter sua obra amplamente conhecida e debatida, o educador, crítico literário José Veríssimo³²² expressou antes mesmo de Prado, em seu trabalho *A educação nacional* – cuja primeira edição foi publicada em Belém no ano de 1890 – as suas reservas em relação aos Estados Unidos e críticas à “imitação” das instituições políticas e traços culturais norte-americanos. Embora Veríssimo fosse simpático à República e não tenha sido um crítico dos mais áspers ao regime monárquico, não deixou de manifestar, em vários de seus textos, discordâncias em relação a diversos aspectos do novo regime.

No contexto mais amplo da Primeira República, *A educação nacional* teve um objetivo explícito que era sintetizar um programa para a reformulação do sistema escolar e dos currículos disciplinares brasileiros e se apresentava com a pretensão de se constituir num tipo de subsídio para a ação no novo Estado republicano no campo intelectual. Nesse sentido, interessado também na busca por respostas adequadas à realidade brasileira, Veríssimo admitiu e considerou indispensável, conhecer o sistema educacional de outros países, mas renegou a cópia indiscriminada de modelos externos.

A educação nacional parte de uma constatação crítica do presente e lança uma visão do futuro: como pensar a construção da nação sem a definição das bases sociais que permitissem a identificação dos indivíduos e dos diferentes grupos sociais como pertencentes a uma experiência política e cultural comum?

³²²³²² José Veríssimo nasceu em Óbidos, Pará, em 1857. Passou a infância na província natal, seguindo mais tarde para o Rio de Janeiro onde estudou no Colégio Pedro II e na Escola Central, futura Politécnica. Em 1876, adoentado, voltou ao Pará, onde ficou até 1891. Neste período paraense, começou sua carreira jornalística, ensaísta, estudioso da história e da cultura amazônica e brasileira e educador. Foi fundador de órgãos de imprensa – *Gazeta do Norte* e *Revista Amazônica* – publicou várias obras e ocupou a Diretoria de Instrução Pública do Pará. De volta ao Rio de Janeiro, passou a lecionar Português e História no Colégio Pedro II, aproximou-se dos escritores e intelectuais da época e publicou diversos livros sobre crítica e história literária e novos estudos sobre a Amazônia e a cultura brasileira. Foi um dos mais importantes intelectuais brasileiros do período, falecendo no Rio em 1916. Cf. BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 34ª. Ed. São Paulo: Cultrix, 1996, p. 252-255.

No estado atual do Brasil a escassez de tal sentimento encerra acaso grandes e graves perigos. O verdadeiro patriota, que sem os irrefletidos entusiasmos partidários, assiste a reconstituição do país sob a forma federativa, aliás tão de molde para ele, estremece, lembrando-se quão precária pode se tornar de momento a unidade nacional da qual depende a sua grandeza se lhe faltar um instante aquilo que mais que as coações da força, une os povos e faz as nações: o sentimento do passado, a possessão em comum de um rico legado de tradições, o desejo de viver juntos, e a incessante vontade de manter e continuar a fazer valer indivisa a herança recebida.³²³

Veríssimo acreditava que, para consolidar e fortalecer o regime republicano era imprescindível uma profunda reforma educacional e que, através do ensino da chamada *história pátria* na formação intelectual, estética e moral do indivíduo, a educação viria favorecer um crescimento do sentimento nacional que faltava ao Brasil e que pudesse ficar acima dos localismos e provincianismos³²⁴. Porém, as dificuldades de comunicação, a escassez de trabalhos científicos e artísticos sobre as várias regiões do país, o enorme contingente de analfabetos (84% da população, segundo dados apontados pelo próprio Veríssimo), entre outros fatores, colaboravam para a dispersão dos brasileiros e para ausência de um sentimento nacional que pudesse garantir a unidade do país, debelando qualquer espírito separatista que por ventura viesse a se manifestar.

Apesar de interessantíssima a discussão do autor a respeito do modelo educacional que pretendia ver implementado na República, nos interessa mais estreitamente aqui a visão de Veríssimo a respeito da civilização norte-americana e de suas interpretações a respeito do Pan-americanismo. No capítulo denominado “Brasil e Estados Unidos”, o autor afirma de forma bastante contundente: “Muito é o que havemos de aprender e mesmo imitar dos Estados Unidos, mas que isto não nos induza a pormo-nos simplesmente a copiá-los”. [...] “A alcunha de macacos com que nos condecoram alguns povos irmãos ou amigos, bem pode ser uma referência

³²³ VERÍSSIMO, José. *A educação nacional*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1906, p. 109-110.

³²⁴ A definição de um *sentimento nacional* não constitui certamente processo ideológico unívoco. Num plano geral, como observou Max Weber, diferentes fatores concorreram historicamente para sua definição: os costumes e as recordações políticas comuns, a confissão religiosa, a comunidade de linguagem, o *habitus* condicionado racialmente. Cf. WEBER, Max. “Nacionalidade e prestígio cultural”. In *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Volume I, 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999, p. 275-277. No caso brasileiro, as visões de mundo das próprias correntes filosóficas e políticas – o liberalismo, o jacobinismo à francesa, o positivismo, o evolucionismo e o social-darwinismo – disputando a definição da natureza do novo regime republicano, disputavam também a própria definição dos conteúdos sócio-políticos do sentimento nacional. Ainda, conforme sugere Hobsbawm, o sentimento nacional, enquanto conjunto de signos e valores que conferem significado à vida social, é por definição, *inventado*. Ver a respeito desse assunto, “Introdução: a invenção das tradições”. In HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. (org.). *A invenção das tradições*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 9-23.

topograficamente zoológica, mas calharia também se aludisse ao nosso pronunciado e nem sempre bem inspirado gosto das coisas exóticas”. Ainda, mais adiante: “Sejamos brasileiros e não yankees” ³²⁵. Ora, Veríssimo já possuía a mesma preocupação manifestada três anos depois por Eduardo Prado quanto à cópia irrefletida de instituições e costumes alheios, fundamentalmente em relação aos Estados Unidos, país considerado, por alguns intelectuais brasileiros do período, modelo de república progressiva e civilizada no continente americano.

Não se trata, portanto, de reclamar a precedência de um escrito sobre o outro, mas de apontar que as apreensões de Veríssimo e Prado foram respostas ao projeto pan-americanista de Blaine e à crescente influência política, econômica e cultural dos Estados Unidos no Brasil e no restante da América Latina na primeira década republicana brasileira. Como vimos acima, a visão de mundo européia na qual esses intelectuais haviam se formado e suas reservas em relação ao *american way of life* começaram a ficar evidentes em suas obras.

Todavia, um dos aspectos mais interessantes de *A educação nacional* são as passagens em que as opiniões de Veríssimo sobre os Estados Unidos são muito semelhantes às do uruguaio José Enrique Rodó, que publicou o seu *Ariel* (1900) ³²⁶ dez anos depois. A citação do texto de Veríssimo é longa, mas põe em termos muito eloqüentes e com elementos que cumpre destacar e estudar:

Eu, confesso, não tenho pela desmarcada e apregoadíssima civilização americana senão uma medíocre inveja, e no fundo do meu coração de brasileiro, alguma coisa há que desdenha daquela nação tão excessivamente prática, tão colossalmente egoísta e tão eminentemente, perdoem-me a expressão, strugforlifista. Essa civilização, sobretudo material, comercial, arrogante e reclamista, não a nego grande; admiro-a, mas não a estimo. Esse país novo, onde há fortunas que fazem fantásticas as lendárias riquezas dos nababos, quando o proletariado, com as suas justas reivindicações, já se lobra através de uma grandeza desmedida, ofende a minha simplicidade de matuto chão e honesto. Essa política cruel, que veda a um povo a entrada do país, persegue-o, lincha-o, que massacra toda uma raça; que tem uma habilidade especial para adestrar cães contra outra e que, de Bíblia na mão, discute, justifica, aplaude e exalta a escravidão, fere de frente a idéia que da equidade e da justiça tenho. Aquela corrupção política que tanto impressionou Spencer e quantos publicistas têm visitado e estudado os Estados Unidos repugna ao meu senso moral. Aquele pufismo, aquela charlatanice do jornalismo, com seus títulos enormes, extravagantes, mentirosos, de um reclamo disfarçado e insolente, escandalizam a minha probidade literária. Aquela supremacia brutal das massas, aquele reino absoluto do número revoltam a minha liberdade espiritual. ³²⁷

³²⁵ VERÍSSIMO, José. *A educação nacional*, p. 177.

³²⁶ RODÓ, José Enrique. *Ariel*. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.

³²⁷ VERÍSSIMO, José. *Op. cit.*, p. 132.

Em uma passagem de *Ariel*, Rodó referia-se aos Estados Unidos de forma semelhante a de Veríssimo: “Sua grandeza titânica assim se impõe, mesmo aos mais acutelados, pelas enormes desproporções de seu caráter ou pelas violências recentes de sua história. E, de minha parte, vedes que, ainda que não os ame, admiro-os”³²⁸.

A semelhança de opiniões e interpretações – presentes em outras passagens dos textos dos escritores uruguaio e brasileiro, por exemplo, na crítica ao “reino absoluto do número”, ou seja, a primazia da quantidade em detrimento da qualidade – é notável, se consideramos que não existe nenhum indício de Rodó ter lido o livro de Veríssimo antes de escrever *Ariel*. Isto porque, a primeira edição de *A educação nacional* foi publicada no Pará, dificultando a circulação da obra, ainda mais na distante região do Prata; e a segunda edição, publicada no Rio de Janeiro, é de 1906, portanto, seis anos após a primeira edição de *Ariel*. Ora, isso nos ajuda a observar, conforme vimos no Capítulo I, que havia em diferentes países do continente, demonstrações comuns de receios cada vez maiores quanto ao aumento da influência cultural e da preponderância econômica e política dos Estados Unidos sobre a América Latina.

A coincidência entre as posturas defendidas por José Veríssimo em *A educação nacional* e aquelas presente no ensaio *Ariel* fora apontada por alguns críticos³²⁹. Não podemos nos esquecer também que as referências intelectuais de Veríssimo e Rodó eram as mesmas: ambos leram e citaram Tocqueville e Renan, entre outros autores comuns. As interpretações de ambos também foram elaboradas a partir da visão de Tocqueville em *A democracia na América*.

Mas, a despeito das semelhanças entre Veríssimo e Rodó, que tinham em vista a então crescente influência dos Estados Unidos sobre a vida econômica, política e cultural latino-americana, os ensaios apresentam diferenças irreconciliáveis quanto à própria qualificação dessa influência. O autor uruguaio discute a necessária regeneração moral da América Latina por meio da educação das massas nos termos de missão civilizatória sob a responsabilidade dos intelectuais. *Ariel* sintetiza um apelo para a maior espiritualização do mundo por meio da educação humanista, combinada ao aprofundamento por parte das elites locais da experiência cultural latina e ibérica, e sua extensão às massas, para fazer frente ao utilitarismo anglo-saxão. Já em *A educação*

³²⁸ RODÓ, José Enrique. *Op. cit.*, p. 77.

³²⁹ FRANCO, Jean. *The Modern Culture of Latin America: Society and the Artist*. Revised edition. Harmondsworth: Penguin Books, 1970, p. 62; FERNÁNDEZ RETAMAR, Roberto. *Calibán*. Apuntes sobre la cultura de nuestra América. Buenos Aires: Editorial La Pleyade, 1973, p. 32-33; BARBOSA, João Alexandre. “Introdução: A vertente latino-americana”. In VERÍSSIMO, José. *Cultura, literatura e política na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 8-9.

nacional, praticamente se condena o predomínio das chamadas ciências morais e filosóficas, pensado como produto da negativa herança cultural da Ibéria, em detrimento das ciências tecnológicas, tidas como necessárias ao emergente processo industrial. Nesse sentido, como notou Luiz Werneck Vianna, o melhor termo de comparação no ensaísmo brasileiro para *Ariel* não é propriamente *A educação nacional*, mas *A ilusão americana*, de Eduardo Prado³³⁰.

João Alexandre Barbosa chama a atenção para o fato de que mais importante do que estabelecer a precedência de um ensaio sobre o outro, é reconhecer que ambos apontam para uma atitude crítica diante do imperialismo contemporâneo dos Estados Unidos sobre a América Latina³³¹. Entretanto, os textos de Veríssimo são muito mais explícitos no que tange à questão do imperialismo. O brasileiro faz claramente as conexões entre a Doutrina Monroe, o Destino manifesto e o Pan-americanismo como desdobramentos, ao longo do século XIX, de uma mesma e cada vez mais intensa política expansionista e imperialista dos Estados Unidos.

O texto mais contundente escrito por José Veríssimo acerca daquilo que está expresso na Doutrina Monroe, no Destino Manifesto dos Estados Unidos e no Pan-americanismo foi publicado no *Jornal do Comércio* no ano de 1907, e depois reunido e publicado em 1910, na terceira série da sua obra *Homens e coisas estrangeiras*. O artigo, intitulado “O perigo americano” é consagrado à crítica a dois livros brasileiros (*Pan-americanismo*, por Oliveira Lima, 1907 e *Pan-americanismo*, por Artur Orlando, 1906)³³². Nesse artigo, Veríssimo discorre sobre a Doutrina Monroe, com a enumeração de dados históricos e a citação de autorizados doutrinadores do expansionismo norte-americano: “Se a declaração de Monroe é de 1823 e só por meados do século passado se completou a espoliação do México, é positivamente certo afirmar que o pensamento, já

³³⁰ Luiz Werneck Vianna observou a proximidade de Rodó e Eduardo Prado como “antiamericanistas”, distinguindo-os de Oliveira Vianna, segundo o autor, “um outro antiamericanistas”: “Com todas as afinidades eletivas existentes entre Oliveira Vianna, Prado e Rodó, igualmente ibéricos, católicos, os dois brasileiros, monarquistas, persiste uma diferença radical: o caminho da singularidade ibero-americana previsto em Rodó e Prado requer o confronto com a matriz anglo-saxônica, o que não ocorre em Oliveira Vianna que, como temos insistido, não a compreende, em registro americanista, como subsumida ao utilitarismo e à cultura do individualismo. A Ibéria de Rodó e Prado está no passado, um passado, é certo, a ser restaurado e revitalizado. A de Oliveira Vianna, no futuro, uma nova idealidade a ser atingida através de uma nova e intensa relação entre Estado e sociedade civil. Prado e Rodó não cultuam o Estado, mas os valores do espírito numa democracia eticamente orientada, diversamente de Oliveira Vianna, que reconhece naquela agência a manifestação da potência espiritual em ato, e, nesse sentido, distancia-se do humanismo clássico deles. VIANNA, Luiz Werneck. *Op. cit.*, p. 180-181.

³³¹ BARBOSA, João Alexandre. *Op. cit.*, p. 9.

³³² O livro de Artur Orlando será analisado ainda neste Capítulo e o de Oliveira Lima, no próximo.

imperial, de domínio que essa doutrina continha em potência existia na mente nacional americana”³³³.

Para esclarecer o significado e o alcance de “manifesto destino”, Veríssimo cita as palavras de John Fiske, publicista e historiador norte-americano, autor do livro *American political ideas*, e um artigo de revista, *The territorial expansion of the United States*, escrito por John Basset Moore, subscrevendo o que está dito pelo primeiro autor norte-americano quando aquele afirma que a raça inglesa a qual pertence e a de que se fez porta-voz, começou uma obra com a colonização da América do Norte e

“está destinada a estender-se a todo o país da superfície terrestre que ainda não seja a sede de uma velha civilização, e que se tornará inglês pela língua, pelos costumes políticos e pelas tradições e pela predominância do sangue inglês no povo. Está perto o dia em que quatro quintos da raça humana traçarão a sua árvore de costado de antepassados ingleses, como dela já a traçaram quatro quintos do povo branco dos Estados Unidos”³³⁴.

Insistindo em apresentar os argumentos de Fiske sobre o “destino histórico da raça”, Veríssimo novamente cita o autor norte-americano: “Eu creio que tempo virá em que se realize na terra um tal estado de coisa que seja possível falar dos ESTADOS UNIDOS estendendo-se de pólo a pólo”³³⁵. O crítico literário brasileiro, que acompanhava os acontecimentos da política internacional, sabia que o pensamento de publicistas como Fiske correspondia aos planos de políticos norte-americanos, os quais, por sua vez, representavam os interesses das corporações econômicas e financeiras em pleno desenvolvimento. O autor de *Homens e coisas estrangeiras* escrevia, portanto, sem ilusão americana:

Eu por mim piamente acredito que esses tempos não estão muito longe. Tudo na política americana os anuncia próximos. E quando vejo os Estados Unidos romperem com a tradição, muito recomendada pelos veneráveis pais da sua República, de se absterem de quaisquer procedimentos e intervenções exteriores, empenharem-se visível e desfaçadamente, qualquer que fosse o pretexto, em guerras de conquistas, como foi a da Espanha, a quem tomaram as Filipinas, Porto Rico e, quase se pode dizer, Cuba, sem falar do que antes já haviam conquistado ao México, introduzirem sob e sub-repticiamente no seu regime político entidades novas [...] e, tomando uma atitude francamente imperialista, ao lado das monarquias retrógradas da Europa, quando tudo isso vejo e considero, acabo de convencer-me das profecias não só de John Fiske, de Benjamin Kidd e de quase todos os sociólogos norte-americanos, mas dos seus estadistas, os Blaines, os Roots, os Roosevelts, todos ali igualmente capacitados de que

³³³ VERÍSSIMO, José. “O perigo americano”. In *Homens e coisas estrangeiras* 1899-1908. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003, p. 558-559.

³³⁴ Idem, ibidem, p. 559.

³³⁵ Idem, ibidem, p. 559.

“o manifesto destino” da sua grandíssima nação é virtual ou efetivamente avassalar a América.³³⁶

Por isso, o crítico vê com pessimismo os ideais do Pan-americanismo e não vislumbra qualquer saída para a inevitável vocação imperialista norte-americana em suas relações com as outras nações do continente. Desse modo, José Veríssimo lê os livros de Arthur Orlando e de Oliveira Lima como vãs tentativas, ou de atenuar o perigo norte-americano, caso do primeiro, ou de a ele se opor, caso do segundo. E ao perigo americano, a sua principal objeção é exatamente a de ser, como foi a do próprio Rio Branco, uma política de amizade equivocada no Brasil³³⁷. Nesse sentido, diz o crítico, se o perigo americano “pode ser contrastado somente o será por uma política que não faça da amizade americana uma questão nacional, como foi, por exemplo, exemplo infelicíssimo, a abolição. O contrário será um crime de lesa-pátria, ou pior, um crassíssimo erro político”³³⁸. A conclusão de Veríssimo a respeito do Pan-americanismo “tal como o entendem e querem os Estados Unidos, invenção de Blaine, principal fautor do imperialismo americano e pai espiritual de Roosevelt, é [...] a encarnação daquele ideal do ‘manifesto destino’ de uns Estados Unidos estendendo-se de pólo a pólo”³³⁹.

No entanto, se impressiona a lógica dos argumentos de Veríssimo para abordar as relações dos países latino-americanos com os Estados Unidos, sabendo utilizar-se de um certo ceticismo quanto às intenções já imperialistas da política norte-americana, também impressiona a análise dos problemas brasileiros e dos demais países latino-americanos, certamente decorrentes da influência das teorias evolucionistas e social-darwinistas da época, o que o afastava também de interpretar como favorável qualquer possibilidade de uma “fraternidade latino-americana”, incluindo aí o Brasil.

José Veríssimo, a partir dos parâmetros de *raça e meio-físico*, interpretou os problemas brasileiros – presentes como vimos, na maioria das análises da época. Assim, julgou como dominantes no nosso caráter nacional “a indiferença, o desânimo, a

³³⁶ Idem, *ibidem*, p. 559-560.

³³⁷ Os argumentos apontados acima levaram o crítico Astrogildo Pereira, a falar em *José Veríssimo sem ilusão americana*: “Eis aqui uma opinião da maior importância, cem por cento oposta à opinião daqueles que invocam mil e um motivos – a começar por uma suposta fatalidade geográfica e histórica – para fazer das nossas relações de amizade com os Estados Unidos, não uma questão normal de política externa, baseada num livre critério de mútuo interesse, mas uma singularíssima ‘questão nacional’, que envolveria em suas malhas, irremissivelmente, a própria existência da nacionalidade brasileira”. PEREIRA, Astrogildo. “José Veríssimo sem ilusão americana”. In *Crítica impura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963, p. 85-86.

³³⁸ Idem, *ibidem*, p. 562.

³³⁹ Idem *ibidem*, p. 562.

passividade, a fraqueza”, a “extrema bonomia”, a “indolência” e a “desambição”. Os fatores explicativos dessas características deveriam ser buscados na “Etnogenia, isto é, as origens etnográficas e históricas”; na “Geografia, ou a ação da terra sobre o homem”; e na “Educação, isto é, a influência da sociedade sobre o cidadão”. Das três raças formadoras da nacionalidade brasileira, duas – índios e negros – eram “selvagens e, portanto, descuidosas e indiferentes”, e a outra – os portugueses – estava “em rápido declínio”. A natureza abundante e a ausência de invernos rigorosos teria contribuído ainda mais para a “imprevidência e falta de iniciativa” dos brasileiros. A escravidão teria exacerbado o menosprezo ao trabalho e a ausência de educação pública não teria possibilitado a criação de condições para combater estes males³⁴⁰. Ao tratar da sociedade norte-americana, Veríssimo conclui que as divergências de “clima, raça, situação geográfica, origem histórica, elementos de colonização, instituições fundamentais”, tudo no país do norte era diverso do Brasil: em contraste com a “força”, a “riqueza”, os “progressos da arte e da indústria” dos norte-americanos, os brasileiros constituíam um “povo fraco, sentimental, idealista, coerente, mas bom”. O futuro do Brasil dependia da consolidação do espírito público e do sentimento nacional. Para isso acontecer, a educação deveria ser distribuída por todo o território nacional, ser o elo de ligação que unisse os elementos heterogêneos da nação, com um sistema em que a “mesma educação” fosse “prodigamente distribuída a todos os cidadãos”. Os Estados Unidos, segundo Veríssimo, tinham conseguido dar à educação a importância e o papel que lhe cabia na sociedade.

Porém, ao tratar da infância e da juventude nas famílias mais abastadas que, a princípio, teriam condições mais favoráveis para prover a futura elite política do país, Veríssimo sintetiza assim sua descrença no Brasil:

Mole pelo clima, mole pela raça, mole por esta precocidade das funções genésicas, mole pela falta de todo trabalho, de qualquer atividade, o sangue pobre, o caráter nulo ou irritado e, por isso mesmo, inconseqüente, os sentimentos deflorados e pervertidos, amimado, indisciplinado, mal criado em todo o rigor da palavra – eis como de regra começa o jovem brasileiro a vida.³⁴¹

A sociedade no Brasil era ainda bárbara e necessitava da educação para vencer esse estágio e alcançar a civilização. Este diagnóstico do Brasil não se diferenciava, em suas linhas gerais, das interpretações de Veríssimo sobre os países hispano-americanos, também caracterizados, segundo o autor, por fortes elementos de barbárie. Afinal, tal

³⁴⁰ VERÍSSIMO, José. *A educação nacional*, p. 29-35.

³⁴¹ Idem, *ibidem*, p. 36.

como nós brasileiros, os nossos vizinhos também não tinham alcançado o “estágio da civilização”.

A interpretação de Veríssimo sobre as sociedades latino-americanas, incluindo o Brasil, é majoritariamente negativa. O autor descarta a existência de uma “opinião pública” nestes países: além dos caudilhos políticos militares, de uma “insignificante minoria intelectual, sem nenhuma importância ou influência prática o moral”, e do funcionalismo público, “espécie de casta neutra, amorfa e sem vontade”, havia apenas os *rotos*, como eram chamados pela oligarquia chilena os “analfabetos, miseráveis [...] e fetichistas” – a imensa maioria da população latino-americana³⁴². Segundo Veríssimo, essa população era incapaz de formular quaisquer idéias, reivindicações ou propostas. O autor não considerava que na América latina tinha *povo*, o que havia era uma massa amorfa, sem visibilidade, inábil, inativa, despossuída de propriedade, de educação, de cultura, de cidadania. Retira a condição propriamente humana da maior parte da população, reduzindo-a à condição de massa explorada e irracional:

Que digam os índios e mestiços dos afluentes do Alto Amazonas, e os do Peru, da Bolívia, se não também os do Equador, da Colômbia e da Venezuela, de fato escravas, ou a igual de escravas tratadas, exploradas sistematicamente e desumanamente pelos régulos da ladeia, pelos potentados e lugarejos, pelos chefes políticos, pelos chatins e mercadores nacionais e estrangeiros [...]. Quem pode de boa fé crer que nesta gente, que forma a enorme porcentagem da população dos países latino-americanos possa haver uma “opinião”?³⁴³

Em sua atividade como ensaísta, crítico literário e colunista de jornais, Veríssimo ocupou-se em analisar aspectos da cultura, da literatura e da vida política dos países hispano-americanos. Assim, ao analisar uma parte da produção intelectual hispano-americana, o crítico percebe a presença de um “movimento de opinião favorável a um mais consciente e expressivo sentimento de raça e de nacionalidade”³⁴⁴. Em vários dos artigos em que discute a América hispânica, o autor percebe um crescente sentimento antiestadunidense e um revivescimento do idealismo, do espiritualismo, do nacionalismo e do latino-americanismo, que conforme Veríssimo, não aparece no Brasil, a não ser em alguns poucos autores. Analisa obras de diversos autores hispano-americanos em que este sentimento aparece, mais intenso em uns do que em outros: os argentinos Rodríguez del Busto, Manuel Ugarte e José Ingenieros; o

³⁴² VERÍSSIMO, José. “A regeneração da América Latina”. In *Cultura, literatura e política na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 17.

³⁴³ Idem, *ibidem*, p. 18.

³⁴⁴ Idem, *ibidem*, p. 18.

uruguaio José Enrique Rodó; o peruano Francisco García Calderón, entre outros. Em todos esses autores percebe-se uma grande preocupação com o avanço econômico, cultural, e, territorial dos Estados Unidos sobre todo o continente. Rodríguez del Busto, em seu livro, *Peligros americanos*, identifica basicamente dois riscos para a América hispânica: o avanço territorial norte-americano e os conflitos entre os países hispano-americanos. Somente uma aliança fraternal entre esses países poderia barrar os Estados Unidos em seus intentos expansionistas. Veríssimo, entretanto, não concorda com a afirmação do argentino e, numa passagem expressiva de seu ensaio expõe em termos social-darwinistas a sua visão da América Latina e o porquê da sua recusa a uma fraternidade latino-americana:

Tenho a fraternidade latino-americana, sinto-a intimamente; nunca, desde rapaz, participei do preconceito da minha gente, herdado do português e desenvolvido pelas nossas lutas no Rio da Prata, contra os povos espanhóis da América. Amo-os a todos e me revoltam as manifestações hostis a qualquer deles; mas não consigo ajeitar-me à idéia que eles possam sair tão cedo da miséria econômica, social e moral em que, salvo uma ou outra raríssima exceção, vivem. A minha inteligência, quanto pode alcançar no tempo, se recusa, malgrado meu, a vê-las diferentes do que são, ainda num futuro não perto. E se são verdadeiras as chamadas *leis biológicas de seleção natural*, e fatais como as da astronomia ou da física – do que me permito aliás duvidar – esses povos não terão futuro próprio. Outros lho farão.³⁴⁵

Veríssimo expressa nessa passagem o pessimismo diante do futuro das nações como o México, o Peru, Bolívia, Guatemala e as repúblicas da América Central, pois no fundo eram “menos espanholas ou ibéricas que mestiças”³⁴⁶. De certa forma, o crítico compartilha de uma preocupação, aliás, a de toda a sua geração, que é a de representar o país em meio ao conjunto de países do mundo, ou seja, localizar essa nova nacionalidade independente no concerto das nações ocidentais. Embora seja uma questão que diga respeito ao evolucionismo, mas que não lhe deriva diretamente, o progresso é visto como aproximação ao tipo de sociedade metropolitana do qual nos afastamos pelo processo de independência, ao mesmo tempo em que o modo de nos situarmos entre as demais nações do globo determinaria as nossas próprias possibilidades evolutivas³⁴⁷. Ora, nesse momento, era fundamental resistir às investidas dos Estados Unidos na questão do Pan-americanismo como prova de que o Brasil conseguiria ombrear-se com este país no continente independente dos povos hispano-americanos.

³⁴⁵ Idem, ibidem, p. 20. Grifo nosso.

³⁴⁶ Idem, ibidem, p. 20.

³⁴⁷ Cf. DÓRIA, Carlos Alberto. *Cadências e decadências do Brasil*, p. 103.

Ainda, nos artigos de Veríssimo a respeito das suas interpretações negativas sobre a América hispânica, revelam que o ensaísta brasileiro reconhecia nos intelectuais, poetas e alguns políticos hispano-americanos um forte sentimento nacional e latino-americanista, juntamente com uma clareza da necessidade de combater o domínio cultural, econômico e, em casos mais extremos, territorial dos Estados Unidos sobre o continente. A consciência nacional e antiimperialista é valorizada pelo autor, mesmo quando ele manifesta discordâncias com certos aspectos das obras analisadas. É o caso, por exemplo, de *Ariel*, de Rodó. Veríssimo percebe o espanholismo do autor uruguaio que, de pronto, rejeita, pois a Espanha representava para o brasileiro, fanatismo, inquisição, conquistas violentas, obscurantismo³⁴⁸, mas não deixa de ser interessante perceber que o crítico tem a preocupação de analisar os autores hispano-americanos em busca de respostas para problemas que ele sabia não poder encontrar nos escritores europeus. Reconhecendo as debilidades e diferenças, mas também as semelhanças entre os países latino-americanos, busca pensar o Brasil dentro de um contexto mais amplo, identificando nos intelectuais hispânicos um senso crítico – em relação aos dilemas que o continente enfrentava, muitas vezes mais aguçados e perspicazes do que em seus conterrâneos brasileiros.

Nesse sentido, José Veríssimo endossava, como já evidenciamos, as desconfianças em relação ao Pan-americanismo e, avaliou que as idéias de Arthur Orlando pecavam por ingenuidade, lirismo e “juvenil entusiasmo”. Segundo o crítico paraense, a análise de Orlando sobre o Pan-americanismo revelava “duvidosa inteligência” do que a proposta norte-americana significava na realidade³⁴⁹.

O trabalho de Arthur Orlando³⁵⁰ intitulado *Pan-americanismo* foi publicado originalmente no Rio de Janeiro em 1906, ou seja, no mesmo ano em que ocorreu na

³⁴⁸ VERÍSSIMO, José. “A regeneração da América Latina”. In *Op. cit.*, p. 24.

³⁴⁹ VERÍSSIMO, José. “O perigo americano”. In *Op. cit.*, p. 561.

³⁵⁰ Arthur Orlando da Silva (1858-1916), nascido na cidade do Recife, formou-se pela Faculdade de Direito em 1881, onde passou a freqüentar o círculo de intelectuais pernambucanos liderados por Tobias Barreto – conhecido como *Escola do Recife* – do qual também faziam parte Silvio Romero, Clóvis Bevilacqua, Graça Aranha, entre outros. Abolicionista e republicano, a partir de 1889 ingressou na política e na administração: foi diretor de Instrução Pública de Pernambuco, deputado estadual e, a partir de 1903, deputado federal. Dedicou-se também ao jornalismo, tendo sido um dos colaboradores de *A Província* e redator-chefe do *Diário de Pernambuco* (de 1901 a 1911), ambos editados em sua cidade natal e vinculados ao grupo político do senador Francisco Rosa e Silva, ao qual pertencia Artur Orlando. Cf. PAIM, Antonio. “Introdução”. In ORLANDO, Artur. *Ensaio de crítica*. São Paulo: Grijalbo, EDUSP, 1975, p.7-27.

cidade a III Conferência Pan-Americana³⁵¹. Segundo Orlando, o Pan-americanismo deveria ocupar um lugar central no debate intelectual do continente americano, pois,

Para todo filho do Novo Mundo o pan-americanismo é dentre os problemas político-sociais aquele que de preferência deve preocupar-lhe o espírito. Basta lembrar que ele se prende intimamente aos dois fatores por excelência de toda organização e progresso sociais: território e população³⁵².

Notemos os termos utilizados por Orlando – *progresso, território, população* – caros ao contexto intelectual de seu tempo, conforme temos visto até aqui. Para o autor, como para a maioria dos seus contemporâneos, o “território” e a “população” são elementos explicativos da economia, das instituições políticas e jurídicas, dos costumes e dos caracteres morais e religiosos de um povo³⁵³. Para ele, ao contrário de muitos latino-americanos e alguns brasileiros, o projeto expansionista dos Estados Unidos estava claramente embutido na Doutrina de Monroe e explicitado na Doutrina do Destino Manifesto e era considerado fundamentalmente benigno. Embora soubesse que o domínio das Antilhas e do Pacífico Sul era um objetivo fundamental da política estratégica norte-americana, considerava-o como um fator positivo para o desenvolvimento destas regiões³⁵⁴:

A construção do canal interoceânico completará a obra de dominação das Antilhas e Filipinas, e senhores das Antilhas e Filipinas, por meio do canal de Panamá estarão os americanos senhores do Pacífico, e senhores do Pacífico, dentro em breve, estarão senhores da economia geral do globo. Assim uma das mais belas páginas da história futura será a dominação do Pacífico como o mais poderoso instrumento de civilização, de que se tem servido o mais ativo povo do mundo³⁵⁵.

A admiração pelo modelo de desenvolvimento dos Estados Unidos é reiterado durante todo o livro. Afora o apoio explícito à política expansionista norte-americana, Orlando a considerou, acima de tudo, um importantíssimo fator de civilização. A realização do ideal pan-americano para o autor tinha um caráter nobre e marcaria “uma das maiores revoluções operadas no seio da humanidade – a vitória da idéia e sentimento do justo sobre qualquer manifestação de imperialismo particularista ou comunitário”. Para não deixar dúvidas quanto a sua posição e contrapor-se àqueles que

³⁵¹ Ocorrida entre 21 de julho a 26 de agosto de 1906, na cidade do Rio de Janeiro.

³⁵² ORLANDO, Arthur. *Pan-americanismo*. Rio de Janeiro: Tipologia do “Jornal do Commercio”, 1906, p. 3.

³⁵³ Idem, ibidem, p. 3-4.

³⁵⁴ Idem, ibidem, p. 11-16.

³⁵⁵ Idem, ibidem, p. 15-16.

consideravam o projeto pan-americanista um disfarce para a política imperialista dos Estados Unidos sobre a América Latina:

[...] o pan-americanismo no bom sentido da palavra não quer dizer dominação da América do Norte sobre a América do Sul; traduz idéia muito mais nobre e elevada, qual a de articulação das três Américas em uma vasta federação ou comunhão internacional de interesses políticos, econômicos e morais, com o fim de garantir à civilização futura seu pleno desenvolvimento, levar a expansão simultânea da economia e da justiça ao coração do mundo inteiro³⁵⁶.

Chamamos a atenção aqui para a curiosa vinculação feita por Artur Orlando entre as propostas de integração continental formuladas por Simón Bolívar e James Blaine, descartando, portanto, qualquer diferença entre as duas perspectivas. Ao referir-se ao Congresso do Panamá, de 1826: “Bolívar dirigiu um novo convite às democracias americanas, a fim de reunidas em congresso solene adotarem a doutrina de Monroe [...] Bem se vê que o Pan-americanismo teve seu início na concepção panlatinista do *fogoso*³⁵⁷ Bolívar”. Assim, o pan-americanismo era, para Orlando, “filho da fusão do gênio latino e do caráter anglo-saxônico”³⁵⁸. O pan-americanismo – no sentido de uma confederação de Estados americanos – fora interpretado por Orlando como tendo sido uma idéia inicial de Bolívar (expressa, entre outros documentos, na “Carta de Jamaica”, de 1815), reformulada em 1823 por Monroe e depois retomada pelo próprio Bolívar em 1826, por ocasião do Congresso do Panamá³⁵⁹.

Entretanto, como expusemos no Capítulo I do presente trabalho, o pan-americanismo, como foi proposto por James Blaine, não tem ligação com a proposta bolivariana de uma confederação de Estados hispano-americanos, pois, em nenhum momento Bolívar pretendeu “adotar a Doutrina de Monroe” como afirmou Orlando.

³⁵⁶ Idem, *ibidem*, p. 17-18.

³⁵⁷ Grifo nosso. É interessante observar o qualificativo que Orlando utilizou-se para referir-se a Bolívar, sublinhando o caráter ardente, arrebatado do líder hispano-americano – traço da personalidade de Bolívar destacado por certa bibliografia. A identificação dos hispano-americanos com características relacionadas à impetuosidade, à paixão, à exacerbação das emoções em detrimento do cálculo, da razão, da prudência fora bastante freqüente entre os autores brasileiros do final do século XIX e início do XX.

³⁵⁸ ORLANDO, Artur. *Pan-americanismo*, p. 16-17.

³⁵⁹ A idéia original de Bolívar era uma liga voluntária de Estados hispano-americanos, que não incluía o Brasil monárquico – visto como um braço da Santa Aliança no continente americano – e considerava os Estados Unidos e a Inglaterra apenas aliados potenciais e não integrantes dessa confederação. A admiração de Bolívar em relação às instituições britânicas está claramente exposta no discurso pronunciado por ocasião da instalação do Congresso de Angostura, em 15 de fevereiro de 1819. Nesta ocasião, Bolívar criticou a adoção do federalismo (baseado no modelo norte-americano) pela Constituição da Venezuela, chegando a afirmar que os legisladores deveriam se basear nas características propriamente venezuelanas e não consultar o “código de Washington”, mas deviam se inspirar na Constituição britânica, sem cair numa “imitação servil”. Cf. BOLÍVAR, Simón. *Política*. São Paulo: Ática, 1983, p. 115-136.

Contrariamente, Bolívar não compactuava com as posições de Monroe, no sentido de recusar qualquer forma de interferência européia nas Américas, além de manifestar seu descontentamento quanto à posição dos Estados Unidos em relação às guerras de independência na América hispânica, criticando severamente a ausência de apoio dos norte-americanos³⁶⁰.

Artur Orlando, ao tratar especificamente do lugar do Brasil na América, considerava que a abolição da escravidão negra e a implantação da república haviam tirado o país do isolamento em que se encontrava durante a vigência da monarquia, tornando possível sua incorporação ao projeto pan-americanista. Este projeto, para o autor, teria como meta fundamental “conglobar os povos do Novo Mundo em uma vasta Confederação de Estados autônomos e independentes com o fim de subordinar à idéia e sentimento do Justo, às normas do Direito, as relações e interesses econômicos” – esta seria a “tarefa do século XX sob o ponto de vista americano”³⁶¹. Ao longo do livro, o autor enfatizou a idéia exposta acima: a integração americana deveria ter como objetivo central a subordinação das relações econômicas a leis interamericanas a serem acordadas entre os Estados confederados. Para Orlando, o “grande problema” era fazer desaparecer a flagrante contradição entre a igualdade do direito e a monstruosa desigualdade de fato³⁶², insistia o autor que a igualdade abstrata perante a lei, consagrada nas modernas constituições políticas, levava os homens a acreditarem na real possibilidade desta maior igualdade e a lutar por isso. Acreditava assim, que a implantação do Pan-americanismo, juntamente com regras interamericanas que controlassem as relações econômicas e os “abusos da plutocracia” ou de uma “Economia Jurídica” que possibilitasse a “distribuição equitativa dos bens”. Comparou a tarefa de implantação do Pan-americanismo com o papel do cristianismo na vida das sociedades: “nada há a temer do pan-americanismo, porque ele não tem em vista senão organizar a vida internacional econômica, como um dado momento foi possível ao cristianismo organizar a vida internacional religiosa”. E, mais adiante na sua

³⁶⁰ Em carta a Bautista Irvine, agente dos Estados Unidos junto à Venezuela, Bolívar afirmaria: “Refiro-me à conduta dos Estados Unidos do norte a respeito dos independentes do sul e das rigorosas leis promulgadas com o objetivo de impedir toda espécie de auxílios que pudéssemos procurar ali”. E, em correspondência a Francisco de Paulo Santander, de 30 de maio de 1825, dois anos após a declaração de Monroe: “Os americanos do norte do Haiti só por serem estrangeiros têm o caráter heterogêneo para nós. Por isso mesmo jamais serei de opinião de que os convidemos para nossos acordos americanos”. Idem, *ibidem*, respectivamente, p. 95 e 103.

³⁶¹ ORLANDO, Arthur. *Op. cit.*, p. 187.

³⁶² Idem, *ibidem*, p. 41.

comparação: “o pan-americanismo procura realizar na esfera econômica o que o cristianismo realizou na esfera religiosa”³⁶³.

Assim como Veríssimo, Orlando também considerava que a educação deveria ocupar um papel destacado em qualquer projeto de desenvolvimento do continente, propondo que o ensino deveria ocupar o “primeiro plano do programa pan-americano”. Propõe a criação de um ensino interamericano, no qual deveriam constar as seguintes disciplinas, por ele assim numeradas: 1ª – geografia (estudo do “meio físico”); 2ª – história das ciências, letras, artes, indústrias, religiões; 3ª – etnologia ou sócio-psicologia dos povos (para auxiliar no conhecimento da “questão da adaptabilidade ou inadaptabilidade de certas raças às condições especiais do continente americano”); 4ª – ciência econômica (pela “importância capital do fator econômico na solução dos problemas sociais”); 6ª – história da direito; 7ª – direito internacional privado e público; 8ª – política jurídica³⁶⁴.

Ora, no programa proposto acima, Orlando de certa forma, sintetiza as concepções expostas em *Pan-americanismo*. De um lado, o destaque dado aos estudos jurídicos; de outro, a ênfase ao estudo do *meio* e das *raças*, realçando o tema da adaptabilidade ou não de certas raças no continente americano, em clara conformidade com as teorias racialistas e discussões contemporâneas do autor.

Embora sua visão esbarrasse em uma concepção legalista das questões econômico-sociais ou uma superestimação do poder do direito internacional sobre as relações econômicas e na crença que uma nova legislação interamericana coibisse a excessiva exploração do trabalho e a luta de classes no continente, não pretendemos julgar aqui as incongruências de suas interpretações, mas apenas ressaltar que, de acordo com Orlando, para a efetivação do projeto pan-americanista era necessária a constituição de uma Confederação de Estados americanos e a organização jurídica da vida econômica interamericana, com o objetivo de subordinar os interesses econômicos ao direito internacional e possibilitar uma maior justiça social nestes países.

Portanto, se de um lado a organização jurídica era um dos elementos para o sucesso do Pan-americanismo, de outro, Orlando enfatizava fortemente o lado civilizacional que o Pan-americanismo traria para os latino-americanos. A influência da cultura norte-americana, de suas instituições e modo de vida teriam um papel primordial na transformação dos países latino-americanos. Como resultado, o Pan-americanismo

³⁶³ Idem, ibidem, p. 41, 65, 97, 153-154.

³⁶⁴ Idem, ibidem, p. 89.

traria a “vitória da justiça e da civilização sobre a barbaria e a iniquidade³⁶⁵”. Assim, os latino-americanos só teriam a ganhar com o Pan-americanismo:

A raça latina não está em atraso senão porque é uma raça comunitária, em que os indivíduos não têm iniciativa e não contam senão com a coletividade: eles não se decidem por si, mas pelo meio familiar, político, religioso, de que fazem parte. É preciso, portanto, submeter a raça latina ao contágio das instituições e da educação do povo particularista por excelência – os Estados Unidos – o povo que levou a aptidão ao progresso e o sentimento da dignidade humana ao mais alto grau de desenvolvimento, o povo do *Self-Help*, do *Self-Control*, do *Self-Restraint*, o povo do futuro³⁶⁶.

Com essa passagem Orlando conclui seu livro que explicita sua visão sobre os latino-americanos, na realidade, em comum com aquela de grande parte dos intelectuais brasileiros no início do século XX. Nesse sentido, a política pan-americanista viria submeter esses povos atrasados, com “tendências militaristas³⁶⁷”, vinculados às tradições comunitárias e coletivistas, distantes do rápido processo de modernização pela qual passava o Ocidente fundamentalmente a partir da segunda metade do século XIX. E, os Estados Unidos – símbolo por excelência do progresso, do desenvolvimento, da modernidade, da civilização – eram, para Artur Orlando, o melhor exemplo a ser seguido pelos países latino-americanos, incluído o Brasil, na busca de alcançar o progresso e atingir a civilização. A proposta pan-americanista e a sua implantação eram o caminho mais curto, segundo Orlando, para que superação do atraso e da barbárie na América Latina fosse superada.

As observações de Veríssimo sobre as concepções de Artur Orlando demonstram que a questão do Pan-americanismo e das relações entre as Américas era um tema central no debate da época. As idéias circulavam nos meios intelectual, político e diplomático – em alguns casos, as mesmas pessoas atuavam nestes três espaços – e provocavam polêmicas acirrada entre os contendores. Embora o meio intelectual fosse restrito, era atuante e diretamente envolvido com as principais questões políticas e culturais do período.

Euclides da Cunha é um exemplo disso, tendo trabalhado no Itamaraty de 1904 até um pouco antes de sua morte, em 1909. Suas interpretações foram, em grande medida, influenciadas por suas experiências nas expedições de reconhecimento das fronteiras amazônicas, em que trabalhou como engenheiro enviado pelo Ministério das Relações Exteriores, na gestão de Rio Branco. Os impasses diplomáticos e a

³⁶⁵ Idem, *ibidem*, p. 185.

³⁶⁶ Idem, *ibidem*, p. 220.

³⁶⁷ Idem, *ibidem*, p. 20.

preocupação em relação a uma guerra com o Peru³⁶⁸, que lhe parecia iminente, levaram Euclides a uma visão bastante pessimista quanto às relações do Brasil com os países vizinhos e em relação ao próprio futuro dos países latino-americanos. Seus primeiros textos sobre a Amazônia aparecem antes mesmo que ele tenha conhecido de perto a região, no contexto de crescente tensão e mobilização militar entre o Peru e o Brasil.

Euclides chama a atenção para o problema em artigo publicado originalmente em 14 de maio de 1904, no jornal *O Estado de São Paulo*, intitulado “Conflito inevitável”. Nesse artigo, destaca as incursões peruanas e elenca teses que explicariam o movimento dos peruanos na região do Acre. Para Euclides, as incursões não consubstanciariam apenas “a avidez de alguns aventureiros doudamente ferretoados da ambição que os arrebatam às paragens riquíssimas dos seringais”, mas o fluxo dos peruanos obedeceria a um imperativo maior, seguindo as “leis físicas invioláveis de toda aquela zona”³⁶⁹.

Imbuído de paradigmas científicos característicos do positivismo e do evolucionismo, Euclides da Cunha interpretava os fatos políticos à luz de pressupostos teóricos geográficos e etnográficos, com apoio nas leituras que fazia de autores europeus³⁷⁰. Em 1904, ele acreditava que a correta compreensão dos problemas com o Peru deveria ser buscada nas peculiaridades do território e do povo, numa leitura do conflito à luz dos princípios do determinismo. Portanto, já no início do texto, Euclides rechaça a visão de que a progressiva penetração de peruanos no Acre revelaria tão-somente uma cobiça pelas riquezas existentes na região – em verdade, uma série de fatores naturais estaria impelindo a expansão dos peruanos rumo à Amazônia brasileira. Como não se tratava apenas da “avidéz de alguns aventureiros”, Euclides formula sua tese sobre a causa geradora dos choques com o Peru: uma “lei física inviolável” que determinaria a expansão do país vizinho rumo ao Atlântico. A lei física decorreria da circunstância de o Peru estar confinado, à época, entre o Pacífico e os Andes – a

³⁶⁸ Já em 1903-1904 estava patenteada a relevância do problema fronteiriço. O acirramento dos ânimos resultava das incursões peruanas no território do Acre, suscitando a questão de como preservar a integridade territorial brasileira na região. O cerne do problema era a presença, em áreas do Juruá e do Purus, de caucheiros peruanos. As pretensões peruanas diziam respeito a uma vasta região: além de uma parcela do território do Amazonas, o país vizinho pleiteava todo o território do Acre. Além das divergências com o Brasil, o Peru também mantinha pendências territoriais com a Bolívia. Euclides escreve um livro sobre o assunto, *Peru versus Bolívia*, publicado em 1906, no qual declina argumentos favoráveis à posição boliviana. Sobre a atuação de Euclides da Cunha no Itamaraty e sua viagem à Amazônia, ver o estudo de PONTES, Kassius Diniz da Silva. *Euclides da Cunha, o Itamaraty e a Amazônia*. Brasília: FUNAG, 2005.

³⁶⁹ CUNHA, Euclides da. “Conflito inevitável”. In *Contrastes e confrontos*. In *Obra completa*, Vol. I, p. 179.

³⁷⁰ Especialmente Luis Gumplowicz e Gustave Le Bon. Cf. DÓRIA, Carlos Alberto. *Op. cit.*, p. 285.

pobreza de recursos do litoral e o fato de não se vislumbrar uma solução para esse problema no Pacífico impulsionava a nação para a busca de um acesso ao Atlântico, o que exigia o domínio de áreas no Purus e no Juruá, tributários do rio Amazonas:

Os destinos do Peru oscilam entre dois extremos invariáveis: ou a extinção completa da nacionalidade suplantada por uma numerosa população adventícia [...] ou um desdobramento heróico para o futuro, uma entrada atrevida na Amazônia, uma *rush* salvadora às cabeceiras do Purus, visando do mesmo passo uma saída para o Atlântico e um cenário mais fecundo às atividades³⁷¹.

Assim, o fundamento da tese de Euclides é, portanto, fruto da combinação entre condicionamentos geográficos e naturais devido ao fato de a população peruana estar confinada a um litoral estéril e um instinto de conservação da nacionalidade, que passou a vislumbrar na Amazônia uma possível solução para as constrictões impostas pela natureza.

Euclides apóia-se também em fatores de ordem étnica, ao afirmar que a impetuosidade dos peruanos em seu avanço rumo à Amazônia, desrespeitando a soberania brasileira na região, decorreria de uma “mestiçagem dissímil”, que contemplaria “a mais numerosa galeria etnográfica da terra: do caucásio puro, ao africano retinto, ou amarelo desfibrado e ao quíchua decaído”³⁷². Esse caldo étnico engendraria conseqüências também no plano político, pois, o amálgama de temperamentos, resultante da miscigenação geraria desordem e conflitos. Isso engendraria, nas palavras do autor, uma “sociedade incaracterística, sem tradições definidas”, fazendo com que o “desequilíbrio das forças naturais que lhe convulsionaram o território” se refletisse também na ordem política³⁷³. Euclides é taxativo ao ponderar que no Peru deparamos apenas com uma mistura de raças, e não com um povo.

Se o artigo não é inovador por veicular as visões científicas de Euclides, é original, porém, quando utiliza essas concepções como instrumento interpretativo de um fenômeno de política externa, de enunciar teses controvertidas sobre os efeitos deletérios que a miscigenação teria trazido a um país vizinho. Almejava assim, com seus argumentos, dar ares de cientificidade à noção de que a desordem e o caudilhismo prevaleciam na maior parte das repúblicas sul-americanas, uma vez que o ingresso de peruanos no território brasileiro seria conseqüência do movimento tumultuário de uma

³⁷¹ Idem, *ibidem*, p. 179.

³⁷² Idem, *ibidem*, p. 180.

³⁷³ Idem, *ibidem*, p. 180.

“sociedade incaracterística”, marcada pela aleatória mistura de diferentes etnias. O próprio título do artigo, “Conflito inevitável” sugere a idéia de inevitabilidade do choque com o Peru, pelos mesmos pressupostos que regem a inevitabilidade das leis físicas. Ora, se estamos diante da “expansão vigorosa de um povo” ditada pelas condições naturais e étnicas, parece haver nesse sentido, pouco espaço para uma contenção político-diplomática do avanço peruano sobre o Acre. Apesar de não ser um artigo conclusivo, manifesta a intuição de que haverá um choque armado na região, ensejando a expressão que serve de título ao texto.

O interesse de Euclides na questão peruana redundou em outro artigo – “Contra os caucheiros” – publicado também no jornal *O Estado de São Paulo* em 22 de maio de 1904, apenas oito dias após a publicação de “Conflito inevitável”. Novamente nesse artigo Euclides se ampara em teses etnográficas para destacar as especificidades da guerra que poderia ocorrer na selva amazônica. O argumento inicial é o de que o envio de batalhões para o Alto Purus “é um erro”: “Está passado o tempo em que a honra e a segurança das nacionalidades se entregavam, exclusivamente, ao rigor das tropas arregimentadas”³⁷⁴.

À primeira vista, parece que Euclides declinará as razões para que se evite um conflito armado com o Peru, todavia, o propósito do artigo é diverso: para o autor, as tropas regulares do exército não teriam preparo nem resistência física suficientes para combater na região. Sendo assim, ele aconselha que os próprios habitantes da região, os nordestinos que migraram atraídos pelos látex, estejam na linha de frente da resistência à invasão. Não se tratava portanto, de lamentar o conflito, mas de adicionar a ele novas considerações de ordem etnográfica.

As tropas adicionais não teriam, segundo Euclides, condições de combater num ambiente inóspito, onde o inimigo emprega táticas heterodoxas: “Ali não nos aguardam tropas alinhadas. Esperam-nos os caucheiros solertes e escapantes, mal reunidos nos batelões de voga, dispersos nas ubás ligeiras, ou derivando velozmente, [...] nos mesmos paus boiantes que os rios acarretam”³⁷⁵. Além disso, o clima é fustigante, tornando árdua a adaptação humana. Esses empecilho levaram o autor a negar a conveniência do envio de militares para a região em disputa, articulando em reverso, a resistência dos próprios civis. Ou seja, “as forças para repelir a invasão já ali se

³⁷⁴ CUNHA, Euclides da. “Contra os caucheiros”. In *Contrastes e confrontos*, p. 182. Parece claro que Euclides recuperava as lições das derrotas das primeiras expedições enviadas contra os combatentes de Canudos.

³⁷⁵ Idem, *ibidem*, p. 184.

achavam, destros e aclimatadas, nas tropas irregulares do Acre, constituídas pelos destemerosos sertanejos dos Estados do Norte”, o que o levava a concluir: “Para o caucheiro – e diante dessa figura nova imaginamos um caso de hibridismo moral: a bravura aparatosa do espanhol difundida na ferocidade mórbida do quíchua –, para o caucheiro um domador único, que o suplantará: o jagunço”³⁷⁶.

Notemos que Euclides receia o conflito bélico, seja por elementos objetivos, como a dificuldade de acesso à região, seja porque ainda estavam abertas as portas do diálogo e da diplomacia. O entusiasmo com que louva as virtudes físicas do jagunço e as características que desfere contra a instabilidade política e contra a “miscigenação dissímil” do país vizinho resultam mais do estado de ânimos da época e das características de um artigo de imprensa do que de uma análise detida do conflito.

A própria visão sobre a história peruana de Euclides era um misto de críticas negativas e admiração. Para o autor, o Peru havia tido “duas histórias fundamentalmente distintas”; uma caracterizada pelo militarismo e pela violência política – os golpes, as sedições, as lutas entre caudilhos –, a outra “mais comovente”, “grave”, plena de tradições – as heranças da cultura incaica e as glórias das lutas de independência. Nesta história profunda do Peru insere-se *el problema del Oriente*. Euclides acentuou o contraste entre o “ocidente obscurecido”, entorpecido pelos golpes e sublevações, e o “levante resplandecente”, onde poderiam ocorrer as esperanças para o futuro do país vizinho³⁷⁷.

À luz do exposto, vemos que também o texto “Contra os caucheiros” sustenta-se em argumentos de base etnográfica, procurando veicular o comportamento humano às condições físico-climáticas e as considerações raciais. Aqui também o título é significativo: os caucheiros (resultado, como vimos, da mistura entre a “bravura aparatosa do espanhol” com a “ferocidade mórbida” do quíchua) são tomados como inimigos a serem derrotados pelos vigor dos jagunços.

Euclides da Cunha trataria da questão peruana em outro artigo, também reunido no livro *Contrastes e confrontos*: “Entre o Madeira e o Javari”, publicado no *Estado de São Paulo* em 29 de maio de 1904. Nele volta a expor a sua crença no determinismo e no darwinismo. Segundo Euclides, o que ali se estava realizando era

³⁷⁶ Idem, ibidem, p. 185.

³⁷⁷ CUNHA, Euclides da. “Contrastes e confrontos”. In *Contrastes e confrontos. Obras completas*, p. 175-178.

a seleção natural dos fortes. Para esse investir com o desconhecido não basta o simples anelo das riquezas: requerem-se sobretudo, uma vontade, uma pertinácia, um destemor estóico e até uma constituição física privilegiada. Aqueles lugares são hoje, no meio dos nossos desfalecimentos, o palco agitadíssimo de um episódio da concorrência vital entre os povos³⁷⁸.

A utilização da expressão “concorrência vital” não é metafórica, pois Euclides buscava assim, retratar com uma confrontação de base supostamente biológica, tanto que assevera, em termos darwinistas, que ali estava se realizando a “seleção natural dos mais fortes”.

Os artigos de Euclides sobre os problemas de fronteira com o Peru revelam algumas recorrências de suas obras, comuns a outros intelectuais de seu tempo – isto é, próprias de seu campo intelectual específico, que manifestava uma ideologia conformada pelos problemas do regime republicano e pela influência do pensamento europeu. Embora não seja o nosso objeto de estudo, a preocupação de Euclides com a Amazônia e o Acre, depois de sua viagem, lhe permitiu desenvolver reflexões mais alentadas sobre o problema da região. A preocupação cientificista, presente no exame etnográfico das populações locais, e uma visão estratégica da Amazônia e de sua integração ao Brasil que estão presentes de forma embrionária nos artigos que publicou em maio de 1904, deram lugar a textos enriquecidos por um testemunho sociológico das contradições sociais que afetavam a região. De caráter marcadamente propositivo, nesses textos, após sua viagem, foram apresentadas propostas para a integração da região e de suas populações ao restante do país³⁷⁹.

A produção de Euclides da Cunha relativa a temas da política externa leva em consideração o contexto específico do continente americano. Durante a gestão de Rio Branco no Itamaraty, o governo brasileiro viu-se na contingência de resolver problemas de fronteira com diversos países vizinhos. Esses litígios, muitas vezes repercutiam junto à opinião pública, colocando a relação com os países sul-americanos na ordem do dia. As relações do Brasil com os Estados Unidos desenvolviam-se de maneira a fortalecer a posição brasileira em face aos demais países do continente. Daí, a predominância nos

³⁷⁸ CUNHA, Euclides da. “Entre o Madeira e o Javari”. In *Contrastes e confrontos*, p. 188.

³⁷⁹ A constatação das precárias condições de vida do seringueiro e o isolamento da região levaram Euclides a projetar a redação de um segundo “livro vingador”, que receberia o título *Um paraíso perdido*. Sua morte prematura obstaculizou a concretização desse projeto. Sobre a Amazônia, além de artigos esparsos e dos textos reunidos em *Contrastes e confrontos*, Euclides pôde escrever os ensaios de *A margem da História*, cuja revisão foi concluída pouco antes de sua morte, em 1909.

textos de Euclides, de reflexões sobre o cenário político sul-americano e a influência norte-americana pela política do Pan-americanismo na região³⁸⁰.

O volume *Contrastes e confrontos* traz o artigo “Solidariedade sul-americana”, no qual o autor reforça a imagem da América hispânica envolta em anarquia e na turbulência das guerras civis: “A República tirou-nos do remanso isolador do Império para a perigosa solidariedade latino-americana”³⁸¹. A expressão preocupada de Euclides da Cunha que abre o artigo demonstra a apreensão vigente no início do século com os rumos e com a imagem do Brasil. Havia o risco, segundo Euclides, de que o país passasse a ser visto, com a instauração do regime republicano, como mais um membro de um bloco de países imersos no desgoverno, nas guerras civis. Assim como muitos intelectuais da época, ele considerava, apesar de suas convicções republicanas, que o regime monárquico sob D. Pedro II representou a garantia da ordem no Brasil, em contraste com os países fronteiriços:

Na atividade revolucionária e dispersiva da política sul-americana, apisoada e revolta pelas gauchadas dos caudilhos, a nossa placidez, a nossa quietude, digamos de uma vez, o nosso marasmo, delatavam ao olhar inexperito do estrangeiro o progresso dos que ficam parados quando outros velozmente recuam.

E conclui mais adiante:

Se essa solidariedade sul-americana é um belíssimo ideal absolutamente irrealizável, com o efeito único de nos prender às desordens tradicionais de dois ou três povos irremediavelmente perdidos, [...] deixemo-la. Sigamos – no nosso antigo e esplêndido isolamento – para o futuro...³⁸²

Ainda nesse artigo, Euclides apresenta a idéia de “concorrência vital” entre povos, preconizando a superioridade brasileira sobre os vizinhos, geralmente vistos como sociedades desordenadas e dadas ao belicismo. À situação vigente das repúblicas sul-americanas de língua espanhola, aplicava noções evolucionistas, como a de “seleção natural invertida” e “darwinismo pelo avesso”. Deixemos que ele próprio formule a sua referência sobre as repúblicas latino-americanas:

Para os rígidos estadistas que não nos conhecem, e a quem justamente admiramos, as Repúblicas latinas – “as que se dizem Repúblicas” [...] patenteiam, impressionadoramente, o espetáculo assombroso de algumas sociedades que estão morrendo. Aplicando à vida superorgânica as conclusões positivas do transformismo, esta filosofia caracteristicamente saxônica, e exercitando crítica formidável a que não escapam os mínimos sintomas mórbidos de uma política agitada, [...] o que eles

³⁸⁰ PONTES, Kassius Diniz da Silva. *Op. cit.*, p. 111-122.

³⁸¹ CUNHA, Euclides da. “Solidariedade sul-americana”. In *Contraste e confrontos*, p. 190.

³⁸² Idem, *ibidem*, p. 190 e 193.

lobrigam nas gentes sul-americanas é uma seleção natural invertida: a sobrevivência dos menos aptos, a evolução retrógrada dos aleijões, a extinção em toda a linha das belas qualidades do caráter, transmutadas numa incompatibilidade à vida, e a vitória estrepitosa dos fracos sobre os fortes incompreendidos... Imaginai o darwinismo pelo avesso aplicado à história...³⁸³

Euclides não ocultava seu pessimismo com o ideal de solidariedade sul-americana, classificando essa idéia de “perigosa” e colocando aspas na palavra governo quando se referia ao poder central das nações da América do Sul³⁸⁴, de modo a registrar a instabilidade política e o caudilhismo que caracterizariam a região.

Nessa direção, Euclides compara em “Solidariedade latino-americana” o isolacionismo da política externa do Império com as tentativas de aproximação com as repúblicas americanas no processo de “americanização republicana” iniciado após a proclamação da República. Conquanto aderisse à República, numa exceção curiosa, vê positivamente a diretriz de afastamento do Brasil observada durante o período monárquico, quando a desordem das repúblicas vizinhas pouco interferia na política nacional. Assim, a implantação do regime republicano teria feito, paradoxalmente, com que as desconfianças contra o Brasil se acentuassem nos países vizinhos. Além disso, o fato de o Brasil ter se tornado uma república eliminou o elemento que o diferenciava dos demais governos do continente: não se poderia mais falar na distinção entre a estabilidade monárquica brasileira e a anarquia tipificadora das repúblicas que emergiram do império colonial espanhol.

A República teria trazido para Euclides, do ponto de vista exterior, inconvenientes para o Brasil, inserindo-o, aos olhos da opinião pública externa, no contexto de desordens e conflitos que peculiarizavam os demais países sul-americanos. Tornava-se imprescindível que o Brasil dirigisse esforços no sentido de desvencilhar-se da imagem atribuída a seus vizinhos. Observa o autor que uma “guerrilha de descrédito” estaria sendo mobilizada contra o Brasil, colocando-o na mesma posição de países como o Paraguai (“convalescente”), a Bolívia (“dilacerada pelos motins e pelas guerras”), a Colômbia (em conjunto com a “abortícia repúblicola que há meses lhes saiu dos flancos”) e o Uruguai (“a esta hora abalado pelas cavalarias gaúchas”)³⁸⁵:

Sem aquele ponto de referência, a opinião geral desvaira; [...] confunde-nos nas desordens tradicionais da caudilhagem; mistura os nossos quatorze anos de régimen

³⁸³ Idem, *ibidem*, p. 191.

³⁸⁴ Idem, *ibidem*, p. 190.

³⁸⁵ Idem, *ibidem*, p. 191.

novo a mais de um século de pronunciamentos; e como, durante esta crise de crescimento, nos saltaram e saltam desastres – que só podem ser atribuídos à República por quem atribuía ao firmamento as tempestades que no-lo escondem – já não nos distingue nos mesmos conceitos. E que conceitos...³⁸⁶

A visão negativa dos países sul-americanos embasava a oposição de Euclides da Cunha à idéia de solidariedade continental. As suas considerações revelam a defesa de um certo isolacionismo em face dos demais países sul-americanos, na linha da política praticada durante o Império. Era uma forma, portanto, de recompor a imagem do país junto aos observadores estrangeiros, que passaram a ver com desconfiança a república brasileira, em função das desordens inerentes ao regime republicano nos demais países do continente. Até mesmo o conflito com o Peru constituiria uma oportunidade para que o Brasil recuperasse uma parte de seu prestígio. O confronto armado poderia apresentar-se como uma “guerra reconstrutora”. Segundo Euclides, frente à ineficácia do diálogo com o vizinho, resultante principalmente dos preconceitos que os países sul-americanos alimentavam contra o Brasil, cumpria que seguissemos “para o futuro; e, conscientes da nossa robustez, para a desafronta e para a defesa da Amazônia, onde a visão profética de Humboldt nos revelou o mais amplo cenário de toda a civilização da terra”³⁸⁷.

A crítica ao ideal de solidariedade sul-americana fazia-se acompanhar pela defesa de uma maior aproximação com os Estados Unidos, mostrando-se assim, em sintonia com as concepções pan-americanistas que guiavam a política externa brasileira na Primeira República.

No que diz respeito às relações do Brasil com os Estados Unidos, o artigo “O ideal americano” revela as posições de Euclides a respeito do Pan-americanismo. Ao resenhar o livro *Ideal americano*, de Theodore Roosevelt, Euclides fez vigorosos elogios ao presidente norte-americano: surpreendentemente, o “homem tão representativo do absorvente utilitarismo e do triunfo industrial da América do Norte” era “um idealista, um sonhador, um poeta incomparável de virtudes heróicas”, um defensor das “belíssimas tradições de honra”, da história política estadunidense, “o grande professor da energia, o maior filósofo prático do século, o ríspido evangelista da vida intensa e proveitosa”³⁸⁸. Apesar de considerar o estilo rooseveltiano “mediocre”, “uma sistematização de truísmos”, considerou que a leitura de seu livro pelos brasileiros era “imperiosa e urgente”, pois trazia conclusões relevantes para os países sul-

³⁸⁶ Idem, *ibidem*, p. 190.

³⁸⁷ Idem, *ibidem*, p. 193.

³⁸⁸ CUNHA, Euclides da. “O ideal americano”. In *Contrastes e confrontos*, p. 193.

americanos, que são retratados de forma negativa no livro, apresentando-os como “nações de segunda”³⁸⁹.

As críticas de Roosevelt ao localismo e ao federalismo exacerbados, sua defesa de um forte sentimento nacional e as restrições ao cosmopolitismo – que, para Euclides, era uma “espécie de *regímen* colonial do espírito que transforma o filho de um país num emigrado virtual, estéril, no ambiente fictício de uma civilização de empréstimo” – deveriam, para o escritor brasileiro, serem atentamente observadas em nosso país. Segundo Euclides, estas considerações de Roosevelt eram muito mais apropriadas ao Brasil do que aos Estados Unidos, pois “o americano do norte é um absorvente e um dominador de civilizações [...]; americaniza-as”³⁹⁰. E, assim, conclui: “o *Ideal americano* não é um livro para os Estados Unidos, é um livro para o Brasil”³⁹¹.

Nesse sentido, a pregação de Roosevelt em prol do americanismo, como forma de se evitar as desordens características das repúblicas sul-americanas, deveria ser vista com realismo. Para o autor, a política intervencionista de Roosevelt demonstraria que o presidente norte-americano era o “melhor discípulo de Hobbes e Gumplovicz”. No contexto de confrontação entre potências por áreas de influência, estaríamos diante do “darwinismo rudemente aplicado à vida das nações”. Revela, assim, sua descrença na eficácia do Direito Internacional: “o falar-se no Direito é extravagância idêntica à de quem procura discutir ou indagar sobre a moralidade de um terremoto”³⁹².

Ora, apesar de Euclides da Cunha valorizar a defesa da nacionalidade e das tradições e valores brasileiros, incorporava na sua análise das relações internacionais as influências do evolucionismo. O domínio das nações mais fracas pelas mais fortes era inevitável, “um fenômeno natural”, o “darwinismo rudemente aplicado à vida das nações”. Sendo assim, lutar contra o predomínio político e econômico das nacionalidades mais “competentes” era um empenho inútil, ainda que, paradoxalmente, as nações mais “frágeis”, como o Brasil, deveriam manter e valorizar suas tradições, sob o risco de verem-se irremediavelmente dominadas³⁹³.

A interpretação que ele faz do Pan-americanismo, travestido no “ideal” americano – era que este ocultaria o expansionismo das nacionalidades mais fortes contra as mais fracas. Ou seja, a América do Sul seria um dos palcos dessa

³⁸⁹ Idem, ibidem, p. 194.

³⁹⁰ Idem, ibidem, p. 195.

³⁹¹ Idem, ibidem, p. 196.

³⁹² Idem, ibidem, p. 196.

³⁹³ Idem, ibidem, p. 193-196.

confrontação, cabendo, portanto, aos formuladores de nossa política externa a atenção para as colocações do presidente norte-americano, inclusive o quadro pessimista que traça da “anarquia sul-americana”³⁹⁴. Seria somente com o fortalecimento do país e de suas instituições que se poderia oferecer proteção adequada contra os perigos trazidos pela concorrência imperialista. Uma das conclusões de Euclides da Cunha é a de que o Brasil deveria se acautelar diante das forças imperialistas, mas não por meio da invocação de princípios jurídicos ou da condenação abstrata do expansionismo das grandes potências. O “darwinismo” entre as nações deveria ser trabalhado a partir de uma leitura pragmática do cenário internacional: ou aperfeiçoávamos nossas instituições, fortalecendo nossa soberania, ou estaríamos sujeitos às vicissitudes das forças imperialistas. Euclides propõe para que seguissemos a “admirável lição de mestre”: “Roosevelt compara de modo pitoresco essa concorrência formidável a uma vasto e estupendo *football on the green*: o jogo deve ser claro, franco, enérgico e decisivo; nada de desvios, nada de tortuosidades, nada de receios, porque o triunfo é obrigatoriamente do lutador que *hist the line hard!*”³⁹⁵

Ainda em outro artigo intitulado “Temores vãos”, Euclides argumenta contrariamente às preocupações em relação ao “perigo *yankee*” e ao “perigo alemão”. Como o próprio título de seu texto explicita – as preocupações expressas por vários autores quanto ao risco de um domínio do Brasil pelos norte-americanos ou pelos alemães³⁹⁶ (através da forte presença dos imigrantes desta origem no sul do país) eram desnecessárias. O texto mostra a visão positiva que Euclides possuía dos Estados Unidos, ao afirmar que “o imperialismo nos últimos tempos dominante na política norte-americana não significa o fato material de uma conquista de territórios, ou a expansão geográfica à custa do esmagamento das nacionalidades fracas”³⁹⁷. Ora, Euclides endossa a interpretação – vigente nos Estados Unidos e entre os defensores do Pan-americanismo no Brasil – de que o imperialismo norte-americano não era equivalente ao imperialismo europeu na mesma época; os Estados Unidos não seriam verdadeiramente imperialistas, já que não tinham ocupado militarmente e nem dominado vastos territórios em outras partes do mundo – como haviam feito os países europeus na Ásia e na África. Nesse sentido, a hegemonia continental dos Estados

³⁹⁴ Idem, ibidem, p. 194.

³⁹⁵ Idem, ibidem, p. 196.

³⁹⁶ O receio quanto a forte presença de imigrantes alemães no sul do país foi destacada também por Silvio Romero e Artur Orlando, entre outros.

³⁹⁷ CUNHA, Euclides da. “Temores vãos”. In *Contrastes e confrontos*, p. 197.

Unidos era inevitável, fruto do “triunfo das atividades” e de seu inquestionável poderio industrial. A admiração de Euclides pelos Estados Unidos, seu regime republicano e suas tradições políticas ficam explícitos em seus textos. A expansão norte-americana era, portanto, “naturalíssima” em um país:

onde um individualismo esclarecido, suplantando a iniciativa oficial, sempre emperrada ou tardia, permitiu o desdobramento desafogado de todas as energias garantidas por um senso prático incomparável, por um largo sentimento da justiça e até por uma idealização maravilhosa dos mais elevados destinos da existência.³⁹⁸

Para Euclides, o verdadeiro perigo não era o imperialismo, mas o “perigo brasileiro”: a desorganização política, a fragilidade econômica, um “federalismo incompreendido”, o “domínio impertinente da velha tolice metafísica³⁹⁹”, dentre outros males. Nas suas reflexões sobre o imperialismo norte-americano e alemão, Euclides não acreditava, pelo menos no longo prazo, nos perigos para a soberania brasileira. As potências estrangeiras não seriam inimigas do Brasil, antes representariam a vanguarda da civilização e do progresso. Na sua visão, temê-las significaria temer a própria civilização: “Veremos, então, melhor, todo o infundado de receios ou de imaginosas conquistas, que são até uma calúnia e uma condenável afronta a nacionalidade que hoje nos assombram, porque progridem, e que nos ameaçam pelo motivo único de avançaram triunfante e civilizadamente para o futuro”⁴⁰⁰.

Os argumentos de Euclides sobre a ascensão dos Estados Unidos e da Alemanha como potências são marcadamente ambíguos no artigo “Temores vãos” – ora se faz uma avaliação positiva, ora negativa. Essa ambigüidade pode ser explicada, uma vez mais, por sua adesão aos cânones do evolucionismo, que fundamenta, por exemplo, a tese de que as duas potências constituiriam a “vanguarda” da civilização, ao passo que as nações sul-americanas representariam a concorrência de uma espécie de “darwinismo invertido”. Por outro lado, ao lidar com o problema sob um enfoque mais realista e pragmático, Euclides pôde apontar os perigos do expansionismo teutônico e norte-americano, divisando as ameaças que traria para os países da região. Nesse sentido, podemos concluir que mesmo o reconhecimento desses perigos cede ante a ideologia do evolucionismo, que acaba por prevalecer, pois qualquer apreensão com as políticas imperialistas poderia ser visto, em última instância, como um medo da civilização:

³⁹⁸ Idem, *ibidem*, p. 197.

³⁹⁹ Idem, *ibidem*, p. 199.

⁴⁰⁰ Idem, *ibidem*, p. 199.

Nunca em toda a nossa vida histórica o terror do estrangeiro assumiu tão alarmante aspecto, ou abalou tão profundamente as almas. Estamos, neste ponto, como os romanos da decadência depois dos reveses de Varus: escutamos o rumor longínquo da invasão. Uma diferença apenas: [...] Genserico, a despeito da sua envergadura rija de *cow-boy* dominador das pastagens, é Roosevelt, o grande professor da energia, o maior filósofo prático do século, o ríspido evangelista da vida intensa e proveitosa... Não é o bárbaro que nos ameaça, é a civilização que nos apavora.⁴⁰¹

Apesar da visão pessimista de Euclides a respeito da integração dos países americanos, em textos como “Solidariedade sul-americana”, oscilava sua visão entre um descrédito quase absoluto e uma perspectiva mais otimista, que apostava sobretudo no fortalecimento das relações intelectuais. No entanto, a “solidariedade” em que apostou Euclides foi, de fato, a pan-americana, e não a latino-americana.

Em crônica publicada no jornal *O Estado de São Paulo*, em 15 de maio de 1892, por ocasião da Exposição de Chicago, Euclides reafirmou sua crença na política pan-americana. Declarou seu “imenso orgulho” de americano, e fez uma exaltação à união das Américas, sob a liderança dos Estados Unidos:

Realmente, se esta política americana, toda civilização e paz, ideada por Monroe, não é uma utopia irrealizável e se de fato, embora sem a base orgânica de um código fundamental comum, a vasta confederação das repúblicas americanas, graças à uniformidade dos sistemas políticos, é um fato de ordem moral, sobranceiro às fronteiras – podemos compartilhar as glórias que advirão à América por condensar na sua metrópole comercial as maiores criações do esforço humano. [...] se eficazmente emulados pelos do norte os sul-americanos se alevantarem tanto, deixará talvez de ser um sonhar ousado, alguém que idealize a constituição final da pátria americana. [...] pátria universal da indústria e do trabalho.⁴⁰²

Este texto é exemplar no que tange à admiração de Euclides pelo regime republicano, pelo liberalismo e progresso industrial dos Estados Unidos, que, para ele, era o exemplo maior para os países ibero-americanos. Seu engajamento posterior no Ministério das Relações Exteriores e a consideração que nutria pelo Ministro⁴⁰³, exposta

⁴⁰¹ Idem, *ibidem*, p. 196-197.

⁴⁰² CUNHA, Euclides. “Dia a dia”, 15 de maio de 1892. In *Crônica. Obra completa*, vol. I, p. 676.

⁴⁰³ Os anos de trabalho no Itamaraty trouxeram, entretanto, diversas frustrações a Euclides. Além de não ter logrado ingressar na carreira diplomática, não obteve um cargo estável na burocracia do Ministério, atuando durante todo o período como adido de Rio Branco. Para Roberto Ventura, as ambições de Euclides teriam enfrentado a oposição do próprio Chanceler: “Trabalhou no Itamaraty de 1904 a 1909, como chefe de expedição e depois como cartógrafo, mas já perdera o sonho de entrar para a carreira diplomática, e até a esperança de obter cargo estável, já que o Barão do Rio Branco, ministro das Relações Exteriores, não chegou a apoiar nenhuma dessas pretensões”. VENTURA, Roberto. *Retrato interrompido de Euclides da Cunha*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 392. Gilberto Freyre sugere uma explicação menos convencional para a obstrução de Rio Branco aos objetivos de Euclides. Segundo Freyre, Rio Branco procurava cercar-se de homens bem apresentados, o que erigia um obstáculo à ascensão de Euclides, franzino e que pouco cuidava da aparência: “Essa sua preocupação estendia-se à figura e à apresentação dos homens, parecendo explicar o fato de nunca ter aproveitado Euclides da

em artigos e na correspondência, sublinham sua adesão ao projeto de Rio Branco de aproximação com Washington e de apoio ao Pan-americanismo.

Sua posição ficou explícita em carta endereçada a Araripe Jr., enviada de Lorena – SP, em 27 de fevereiro de 1903. Araripe Jr. era um defensor contumaz da doutrina de Monroe e do Pan-americanismo. Nesta carta, Euclides solidarizou-se com as posições do conhecido crítico literário cearense. Admitindo a “expansão irresistível” dos países mais poderosos, Euclides julgava “consoladora a idéia de que a absorção final” se realizasse menos à custa do militarismo alemão do que do progresso norte-americano. Referindo-se às concepções do próprio Araripe, disse Euclides:

Não calculo até que ponto se possa aceitar o seu otimismo sobre a hegemonia norte-americana. Mas, dado mesmo que ele falhe por completo, e que o malsinado imperialismo ianque se exagere até a posse dos países estranhos, - de que nos valeriam lamúrias de superstições patrióticas? [...] Subordinados à fatalidade dos acontecimentos, agravados pela nossa fraqueza atual, devemos antes, agindo inteligentemente, acompanhar a nacionalidade triunfante, preferindo o papel voluntário de aliados à situação inevitável de vencidos.⁴⁰⁴

As idéias sobre a questão do Pan-americanismo estão evidentes nesta passagem de sua correspondência. Evolucionista, acreditava na inevitabilidade da hegemonia norte-americana no continente. E, desta perspectiva, considerava romântica e infrutífera qualquer tentativa de defesa patriótica. Portanto, a aliança dos Estados Unidos – leia-se adesão à política Pan-americanista – era a opção mais interessante para o Brasil que, dessa forma, poderia almejar a preponderância sul-americana, com o apoio norte-americano.

A visão de Euclides sobre a América hispânica e suas relações com o Brasil oscilou entre um pessimismo brutal, recusando qualquer possibilidade de estreitamento de relações entre o Brasil e os demais países sul-americanos, até um desejo, explicitado em artigos e cartas⁴⁰⁵, de uma maior aproximação intelectual e do fortalecimento de relações diplomáticas construtivas e pacíficas. Demonstrou admiração pelo progresso argentino e pela organização política chilena (o Chile soube, conforme Euclides, superar a crise do governo Balmaceda). Em síntese, seus textos alternaram a ênfase na questão do caudilhismo, da anarquia política, da mestiçagem como fator de degenerescência e,

Cunha – em certa época tão desejoso de ir à Europa que pensou ingenuamente em ser professor em Paris”. FREYRE, Gilberto. *Op. cit.*, p. 144.

⁴⁰⁴ CUNHA, Euclides da. “Carta a Araripe Jr”. Lorena, 27 de fevereiro de 1903. In *Correspondências de Euclides da Cunha*. Walnice Nogueira Galvão e Oswaldo Galotti (orgs). São Paulo: Edusp, 1997, p. 151.

⁴⁰⁵ Em relação à América hispânica, a correspondência de Euclides confirma que as relações pretendidas eram basicamente intelectuais. Ver *Correspondências de Euclides da Cunha*.

de outro, a crença no progresso econômico, no regime republicano, na ordem e estabilidade política, na solidariedade continental.

Esta oscilação também pode ser verificada nas suas análises sobre o Brasil: ao refletir sobre o futuro brasileiro também se dividiu entre um profundo pessimismo e um otimismo crítico. Como chamou a atenção Sevcenko, Euclides possuía a “consciência dividida” entre um sentimento romântico, na tradição de Victor Hugo e Alfred de Musset, e a influência determinista e evolucionista, na linha de Comte, Spencer e Gumpłowicz⁴⁰⁶.

A dicotomia presente no pensamento de Euclides refletiu-se claramente nas suas interpretações sobre a atividade política, as relações sociais e a produção cultural dos países hispano-americanos e, mais ainda, da América Latina como um todo, incluindo o Brasil. Na luta que travava entre as duas influências, foi o determinismo, o darwinismo social e o evolucionismo que prevaleceram. E, não é por outra razão que acabou aderindo ao Pan-americanismo e à política de aproximação aos Estados Unidos, pois, como ele mesmo afirmou, se a hegemonia norte-americana no continente era inevitável, o papel de aliados era preferível ao de vencidos.

3. O discurso dissonante

É necessário ainda reconhecer uma voz dissonante na intelectualidade brasileira da virada do século. Manoel José Bomfim (1868-1932), sergipano de Aracaju, estudou medicina, em Salvador e, no Rio de Janeiro, onde concluiu seus estudos. Sua trajetória incluiu, além da medicina, a pedagogia, a administração escolar, o jornalismo e a política⁴⁰⁷. Comissionado pela prefeitura municipal do Distrito Federal para estudar

⁴⁰⁶ “Seu espírito se identifica com os dois pontos extremos mais distantes do espectro cultural de sua época. Euclides da Cunha possui igualmente vivos em si, com o mesmo calor, exatamente os dois mundos que se negavam um ao outro, que só poderia sobreexistir um à custa da morte do outro. Eram dois tempos, duas idades que se opunham pela própria raiz da sua identidade: o século XIX literário, romântico e idealista; o século XX, científico, naturalista e materialista”. SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*, p. 133.

⁴⁰⁷ Bomfim foi deputado federal por Sergipe e escreveu uma obra muito diversificada: livros, opúsculos e artigos sobre pedagogia, psicologia, história, sociologia, medicina, e obras didáticas de língua portuguesa, zoologia e botânica. Dentre os seus trabalhos, podemos citar: *A América Latina: males de origem*, escrito em Paris em 1903, mas publicado em 1905 e a trilogia: *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira* (escrito em 1925 e publicado em 1929), *O Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política* (redigido em 1926 e editado em 1930); e *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira* (escrito em 1928, com posfácio de agosto de 1931, ano de sua publicação). Os três últimos – ainda que dedicados a refletir sobre o Brasil e escritos posteriormente ao período enfocado em nosso

Psicologia Experimental na Europa, Manoel Bomfim recolhe uma série de anotações sobre a visão européia da América Latina. Em toda a Imprensa, mesmo que os jornais fossem de ideologias diferentes, ultramontanos, reacionários, imperialistas, conservadores, moderados, liberais, republicanos, radicais, socialistas, anarquistas – segundo Bomfim, todos se referiam à América Latina de maneira pejorativa, como um continente ingovernável, com povos “rebeldes”, que só teria a ganhar se viesse a ser conquistada pelas nações mais adiantadas⁴⁰⁸.

A crítica à opinião européia serve-lhe de fundamento para dar início a sua obra de 1905, *A América Latina*⁴⁰⁹. O livro representa uma reação forte e impetuosa para se chegar à conclusão de que os povos sul-americanos são vítimas da formação colonial que tiveram. Sob esta causa desenvolveram-se os vícios que turbaram e vem turbando a vida política. Não há nesses povos, segundo Bomfim, inferioridade essencial:

São sociedades novas, inegavelmente vigorosas, prontas a agir, mas, nas quais, toda a ação resume na luta terra a terra pelo poder – na política, no que ela tem de mais mesquinho e torpe. Fora daí, é a estagnação: miséria, dores, ignorância, tirania, pobreza. Exploradas pelo mercantilismo cosmopolita e voraz, imoral e dissolvente, retardatário por cálculo, egoísta e inumano por natureza, estas pobres sociedades não sabem e não podem se defender⁴¹⁰.

Com a obra *A América Latina* Bomfim incorpora o conhecimento das ciências naturais, de conceitos, metáforas e terminologias da biologia para interpretar a evolução das sociedades latino-americanas. Este ensaio revela uma reflexão sobre a “causa

trabalho, complementam e aprofundam as idéias e interpretações expressas em *A América Latina*. Em várias passagens – especialmente em *O Brasil na América* – dedica-se a analisar os países americanos e a posição do Brasil na América.

⁴⁰⁸ BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. In *Intérpretes do Brasil*. Vol. I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000, p. 634.

⁴⁰⁹ Manoel Bomfim escreveu “*A América Latina* em 1903, em Paris, onde estudava psicologia. Seu livro é uma reação à visão negativa que os europeus tinham da América do Sul, tida como condenada ao atraso pela degeneração de raças ‘inferiores’ ou ‘misturadas’ e pela suposta insalubridade do clima tropical. Manifestara antes, em 1897, seu interesse pelos assuntos latino-americanos, quando se ofereceu, como membro do conselho Superior de Instrução Pública, para ser o relator de concurso para a escolha do livro de história da América que seria adotado nas escolas de formação de professores. Deu o parecer sobre a única obra que se apresentou, a *História da América* (1899), de Rocha Pombo, em que os males dos países latino-americanos eram apontados como o resultado de um passado colonial funesto. As principais fontes históricas de Bomfim foram o livro de Rocha Pombo, do qual tirou informações sobre a América hispânica, e a *História de Portugal* (1879), do português Oliveira Martins, que o inspirou na visão da decadência ibérica, ainda que se afastasse de suas posições racistas. Recorreu ainda, à *História do Brasil*, de frei Vicente do Salvador, e à *História geral do Brasil* (1855), de Francisco Adolfo de Varnhagen, a quem acusava de defender os interesses dinásticos da coroa portuguesa. Com informações limitadas, mas contando com sua prodigiosa imaginação histórica, fez uma análise profunda e renovadora de formação brasileira e latino-americana, que rompia com as interpretações então correntes”. VENTURA, Roberto. “*A América Latina: males de origem*”. In MOTA, Lourenço Dantas. *Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico*. Vol. II. São Paulo: Ed. SENAC, 2001, p. 242.

⁴¹⁰ BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. *Op. cit.*, p. 642.

efetiva” dos “males de origem” que incidem sobre as antigas colônias ibéricas da América Latina, atribuindo-os ao “peso” do “parasitismo das metrópoles”, entendido como a dominação colonial: “[...] analisemos esse passado, e vejamos até que ponto por ele se explicam os vícios atuais, até que ponto tais vícios derivam da herança e educação recebida. [...] Vejamos como se formaram os costumes políticos, reconhecidamente maus, de que somos implacavelmente acusados⁴¹¹”.

Na primeira parte da obra sobre a América Latina – “A Europa e a América Latina” – Bomfim refere-se criticamente às representações comuns na imprensa europeia sobre as Repúblicas Latino-Americanas. Estas eram vistas pelos governos, economistas, sociólogos e jornalistas europeus como localidades com muitas riquezas, um continente extenso, mas que estavam sujeitas a uma vida política de crises violentas, lutas armadas, com um povo rebelde e ingovernável, à mercê de estadistas desonestos. De acordo com Bomfim, essas visões racistas e ao mesmo tempo ameaçadoras realçavam a imagem que era inconcebível que “milhões de preguiçosos, mestiços degenerados, bulhentos e bárbaros, se digam senhores de imensos territórios” na América enquanto que a Europa, “rica, sábia e civilizada se comprimia em pequenos territórios⁴¹²”. Este juízo condenatório tinha uma consequência perversa: a assimilação, pelos próprios latino-americanos, desta visão negativista e a apropriação de concepções inaplicáveis à nossa realidade. As imagens das Repúblicas latino-americanas – conforme ironiza Bomfim – se assemelhavam a do estudante “indisciplinado e relapso”, a quem o mestre-escola chamava constantemente atenção: “Se você me ouvisse, se não fosse um malandro, faria isto e mais isto e isto...; mas você não presta para nada!... Nunca fará nada! Nunca saberá nada! Nunca será nada!...”⁴¹³,

Seu esforço neste ensaio é o de tornar evidente que o atraso econômico e político da América Latina não se devia à suposta inferioridade do seu povo, ou a hipotética incompatibilidade dos latino-americanos ao progresso e a civilização, fator associado ao continente às “crises violentas”, às lutas armadas e a um “povo incapaz de governar-se”. Com uma interpretação geral da América Latina, Bomfim funda o sistema metafórico e conceitual que irá desenvolver em sua produção subsequente. É através da análise dos mecanismos “parasitários” de dominação colonial ibérica que o ensaísta demonstra a

⁴¹¹ Idem, *ibidem*, p. 646.

⁴¹² Idem, *ibidem*, p. 633.

⁴¹³ Idem, *ibidem*, p. 633.

transferência às sociedades latino-americanas dos “males” característicos das metrópoles:

Se a marcha do progresso e da evolução é a mesma nos organismos biológicos e sociais, é fatal que as circunstâncias capazes de entrar esse progresso nos primeiros há de forçosamente produzir os mesmos efeitos nos segundos. [...] Ora, uma sociedade que viva parasitariamente sobre outra perde o hábito de lutar contra a natureza; [...] porque não é da natureza diretamente que ela tira a subsistência, e sim do trabalho de outro grupo⁴¹⁴.

As idéias de Bomfim sobre o parasitismo e a evolução das sociedades americanas aparecem inicialmente no “Parecer” elaborado sobre o livro de Rocha Pombo, *Compêndio História da América*, vencedor do concurso estabelecido pela Diretoria Geral da Instrução Pública do Distrito Federal em agosto de 1897. Em abril de 1889, na condição de membro do Conselho Superior de Instrução Pública do Distrito Federal, Manoel Bomfim redigiu um parecer extenso e minucioso sobre a obra que deveria servir de guia aos professores do ensino primário. No “Parecer”, Bomfim utilizava o conceito de “parasitismo” para definir a colonização do Novo Mundo:

[...] A mãe-pátria passou a ser uma verdadeira parasita, de um parasitismo cruel e imprevidente, não cogitando sequer de conservar a vida da sua vítima. E a incompatibilidade entre o colono e os naturais foi crescendo sempre; o ódio alastrou-se. [...] A administração era orientada nesse sentido – de tirar à colônia o máximo de proventos possível⁴¹⁵.

Nesse momento, Bomfim esboça sua crítica ao processo de colonização que as nações ibéricas haviam imposto ao chamado Novo Mundo. Sugeriu, portanto, alguns cortes no livro de Rocha Pombo em relação ao conteúdo relativo ao tráfico negreiro e a escravidão: “[...] proponho que deste último capítulo, se eliminem ou se modifiquem os parágrafos em que, tratando do tráfico africano e da escravidão dos negros, o autor pretende justificar esse monstruoso crime dos colonos europeus⁴¹⁶”.

A originalidade de *A América Latina: males de origem* está, portanto, na recusa ao discurso dominante do período e, por conseguinte, na elaboração de um contradiscurso: segundo os intelectuais da época, apoiados no cientificismo naturalista e no evolucionismo, culpavam-se as raças inferiores, as populações mestiças pelo atraso dos países sul-americanos. Também era difundida na Europa, a idéia de que os povos

⁴¹⁴ Idem, ibidem, p. 651.

⁴¹⁵ BOMFIM, Manoel. “Parecer”. In POMBO, Rocha. *Compêndio de História da América*. Rio de Janeiro: Laemmert & C. – Editores, 1900, p. XI-XII.

⁴¹⁶ Idem, ibidem, p. XXV.

latino-americanos estavam fadados ao *atraso*, não lhes restando outro caminho que o da sujeição aos *povos superiores*. Bomfim, ao contrário, avalia criticamente o chamado racismo científico, argumentando que os “males” não advinham dos povos, mas do “parasitismo colonial”, da exploração das colônias pelas metrópoles, da exploração dos escravos e trabalhadores pelos senhores e proprietários, enfim, de um projeto conservador das classes dirigentes locais, que organizaram o continente em proveito próprio.

A busca por uma interpretação da América Latina contrária a das dominantes dos seus contemporâneos – não obstante às críticas e discordâncias a respeito do seu conceito de parasitismo⁴¹⁷ – possibilitou a Bomfim elaborar um quadro explicativo sobre a dominação e apropriação do valor trabalho, presentes nas relações entre classes, países centrais e periféricos e entre nações hegemônicas e dependentes. Os “males” derivam essencialmente da desqualificação do trabalho que é imposto ao escravo e, portanto, se torna atividade indigna do homem livre. O trabalho produz o excedente, que se transforma em lucro, transformando o possuidor do capital em parasita, isto é, alguém que não trabalha e vive do esforço alheio.

Entretanto, a aplicação dos conceitos biológicos aos fenômenos sociais, principalmente o de *parasitismo social* para caracterizar as relações entre as nações hegemônicas (parasitas) e nações dependentes (parasitados) e entre classes dominantes e dominadas, proporcionou-lhe duras críticas⁴¹⁸, principalmente de Sílvio Romero, contribuindo, entre outros motivos, para o esquecimento por décadas do autor de A

⁴¹⁷ “Duas séries de comentários – de um lado, os do próprio Manoel Bomfim, sobre alguns pensadores latino-americanos seus contemporâneos; de outro, o livro resposta, de Sílvio Romero *A América Latina* e uma referência breve de José Veríssimo a essa polêmica – talvez ajudem a definir o horizonte cultural a partir do qual se forjam, nas suas quatro obras fundamentais (*A América Latina*, *O Brasil na América*, *O Brasil na História*, *O Brasil Nação*), uma consciência latino-americana. Representam, ainda, um movimento de revisão historiográfica, uma radicalização da perspectiva política e um uso peculiar da ‘metáfora-conceito’ de parasitismo e de um método genético – entre o biológico e o histórico-econômico – de investigação e interpretação global do país e do continente. Se essas obras singularizam a reflexão de Manoel Bomfim no Brasil na primeira metade do século XX, apontam, igualmente, para o seu diálogo estreito com os materiais fornecidos pelas condições da época e com a sua experiência histórica particular”. SUSSEKIND, Flora. “Introdução”. In BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Op. cit., p. 609.

⁴¹⁸ Assim refere-se José Veríssimo noticiando o lançamento de *A América Latina: males de origem*: “[...] certos preconceitos de ordem científica, como a aplicação de conceitos biológicos aos fenômenos sociológicos, sempre difícil e perigosa, com aqueles motivos primeiro indicados, não lhe deixaram dar à nossa literatura o livro de que ele é capaz”. VERÍSSIMO, José. *Estudos de literatura brasileira*: 6ª série. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1977, p. 127.

América Latina: males de origem nos campos da política, imprensa, instituições e principalmente no campo intelectual⁴¹⁹.

O propósito, portanto, de *A América Latina: males de origem* era demonstrar que o atraso econômico e político da América Latina não se devia à suposta inferioridade do seu povo, nem à hipotética inaptidão dos nativos latino-americanos ao progresso e a vida civilizada e culta. As causas da miséria e do atraso geral do continente não vinham dos povos, desmascarando o chamado “racismo científico”, mas sim do “parasitismo colonial” e do projeto conservador das classes dirigentes locais. Nessa obra, Manoel Bomfim realiza uma revisão histórica da colonização ibérica no continente, empenhando-se assim, em rebater acusações degradantes e em apontar soluções para a América Latina:

Ao examinar a influência de cada uma das raças sobre as novas sociedades, importa pouco o estudo das qualidades positivas dos selvagens e dos negros; o essencial é saber qual o valor absoluto dessas raças em si – a sua capacidade progressiva: se são civilizáveis ou não. Tanto vale discutir logo toda a célebre teoria das *raças inferiores*. Que vem a ser esta teoria? Como nasceu ela? A resposta a esta questão nos dirá que tal teoria não passa de um sofisma abjeto do egoísmo humano, hipocritamente mascarado de ciência barata, e covardemente aplicado à exploração dos fracos pelos fortes⁴²⁰.

Malgrado o uso metafórico da terminologia naturalista corrente – “parasitismo social” – Bomfim conseguiu filtrar o influxo naturalista e formar sua perspectiva na análise das relações sociais. Em *A América Latina*, Bomfim capta a especificidade do nosso processo histórico-social: a condição colonial, a escravidão, a formação do Estado, a indistinção entre o público e o privado e o estabelecimento das relações sociais em termos de mando e obediência. Seja também dito que Bomfim, afirmando a especificidade do processo histórico-social, acabaria por decifrar o caráter ideológico do “racismo científico” em suas relações com o imperialismo europeu corrente. Manoel Bomfim estabelece um paralelismo entre a colonização ibérica e uma nova forma de dominação que começara a despontar nos finais do século XIX: o imperialismo. Começa por desmascarar a noção de atraso dos povos latino-americanos correntes na Europa, pois essas críticas não deveriam obscurecer a existência de interesses em

⁴¹⁹ “Caso curioso é o de um pensador como Manoel Bomfim, que publicou em 1905 um livro de grande interesse, *A América Latina*. Injustamente esquecido (talvez por se apoiar em superadas analogias biológicas, talvez pelo radical incômodo de suas posições) ele avalia o nosso atraso em função do prolongamento do estatuto colonial, traduzido na persistência das oligarquias e no imperialismo estrangeiro”. CANDIDO, Antonio. “Literatura e subdesenvolvimento”. In *A educação pela noite & outros ensaios*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1989, p. 147.

⁴²⁰ Idem, ibidem, p. 796.

relação às riquezas da América Latina: o “apetite” imperialista causou uma reação apaixonada e temerosa de Bomfim às investidas das potências européias no continente latino-americano.

A condenação do suposto racismo “científico” associando-o ao avanço dos interesses imperialistas é um dos traços marcantes da obra *A América Latina*. Nela, intelectuais apologistas da teoria das raças superiores como Le Bon e Gobineau são vistos como “teoristas da exploração”, “filósofos do massacre”. De forma irônica, Bomfim associa às teorias raciais o interesse pela exploração colonial no Novo Mundo: “‘Os homens são iguais, não devem uns explorar os outros’. *Iguais?*... refletiu a filosofia dos dominadores. – ‘E se nós pudéssemos contestar uma tal igualdade’?... Estamos no século da razão e da ciência, recorramos à ciência e *provemos* que os homens não são *iguais*’”⁴²¹.

A teoria de Le Bon, segundo Bomfim, repousava na idéia de hierarquia racial que condenava como “inferiores” tanto os indígenas americanos, quanto os pretos africanos, os negróides e os malaio da Oceania. Numa passagem ilustrativa de sua obra, Bomfim observa de maneira sutil como a idéia de hierarquia racial impunha uma nova divisão do trabalho:

Levada à prática, a teoria deu o seguinte resultado: vão os povos “superiores” dos países onde existem esses “povos inferiores”, organizam-lhes a vida conforme as suas tradições – deles superiores; instituem-se em classes dirigentes, e obrigam os inferiores a trabalhar para sustentá-las⁴²².

Haveria alguma razão, pergunta, para que as raças indígena e negra fossem consideradas “refratárias” à civilização? Como explicar a organização política, social, econômica dos Incas e Astecas que tinham uma cultura comparável às cidades européias da Idade Moderna? Outros exemplos históricos, como no caso dos negros de Palmares e a sua avançada organização social, a mobilidade conseguida pela raça negra nos Estados Unidos desmentiam, a seu ver, a condição de raças “refratárias” ao progresso. Para Bomfim, a teoria das raças inferiores na verdade, era a confusão entre as alternativas históricas dos povos e a inferioridade definitiva das raças. Ainda, a miscigenação, vista também pelos darwinistas sociais como responsáveis pela degradação e degeneração do povo, era questionada pelo autor sergipano. A ênfase no cruzamento racial como algo positivo e a valorização por Bomfim das qualidades

⁴²¹ Idem, *ibidem*, p. 797.

⁴²² Idem, *ibidem*, p. 798.

psicológicas do índio e do negro na formação brasileira se constituíram em posturas contrárias à etnografia oficial do final do século XIX e início do XX no Brasil.

Também nesse momento, intensificava-se a discussão sobre estratégias de branqueamento racial no país, como a política migratória. Bomfim posiciona-se contrariamente a essa política, argumentando,

Nas condições atuais das nacionalidades latino-americanas, forçar a emigração é quase um desazo. Em dadas condições é dissolvente para a harmonia social a intromissão violenta de populações que, além de excessivas para a força assimiladora, serão necessariamente refratárias à assimilação e, de alguma sorte, incompatíveis com as gentes naturais⁴²³.

A dissonância da interpretação de Bomfim em relação as interpretações da época advém da sua opção em procurar investigar a especificidade dos fatos sociais, rompendo com o pessimismo e o determinismo das teorias do meio, da raça e do caráter nacional, defendendo que as explicações sobre o futuro do Brasil e da América Latina não deveriam ser fundamentadas na “incapacidade das raças”. Acreditava que o parasitismo poderia ser extirpado por meio do ensino popular ou da rebelião contra as diversas formas de exploração: “falta-lhes compreender que, à tenacidade dos hábitos defeituosos, é preciso opor uma educação igualmente tenaz e aturada⁴²⁴”.

Para Bomfim, a condenação do povo latino-americano tinha uma dupla causa: uma intelectual, fruto do desconhecimento da realidade latino-americana, de sua história, de seu passado intelectual e uma causa interesseira visando conquistar o território. Como contrapartida, num primeiro momento, Bomfim acreditava que a América Latina contava com a barreira que o poderio norte-americano e a Doutrina de Monroe representavam. No âmbito internacional, a nação dominadora não vinha ocupar outras nações com um “intuito humanitário” ou com o objetivo de trazer-lhes “o bem, a civilização e a paz”. Nem mesmo as “classes dominantes” do país seriam beneficiadas com a agressão imperialista, pois, perderiam seus privilégios ao serem substituídas. Ao denunciar o imperialismo como dominação militar-econômica de uma nação sobre a outra, Bomfim não leva em conta o papel da classe dominante local e suas relações com a burguesia imperialista:

À parte mesmo os naturais preconceitos patrióticos, há o fato incontestável de que essa absorção não se pode fazer sem prejuízo e dano para o nosso progresso, sem grandes

⁴²³ Idem, *ibidem*, p. 745.

⁴²⁴ Idem, *ibidem*, p. 752.

perturbações em nosso desenvolvimento social. Refiro-me à condição das sociedades que ora existem na América do Sul: piorarão de sorte, sofrerão mais ainda, se um dia os Estados Unidos tiveram de intervir na sua vida política.⁴²⁵

Inicialmente, a admiração de Bomfim pelos Estados Unidos – seu regime republicano, seu desenvolvimento econômico – impediu o autor de vislumbrar no monroísmo intenções imperialistas, enquanto escrevia *A América Latina*, mas acabou por concordar com os opositores da política pan-americanista quando terminou de escrever o livro. Fez ácidas críticas à atitude complacente dos Estados Unidos em relação ao bloqueio, em 1902, dos portos venezuelanos por navios de guerra europeus, para forçar o país a saldar suas dívidas. Elogiou a doutrina Drago e afirmou que a “doutrina de Monroe, aplicada e formulada como o faz a grande República, sem nenhum acordo com as outras potências americanas, é antes um atentado à soberania dessas outras nações do que uma garantia⁴²⁶”. Bomfim percebia que o Pan-americanismo era um instrumento sutil usado pelos Estados Unidos para descartar a influência econômica européia e estabelecer a sua própria hegemonia:

uma nação que como os Estados Unidos goza de tão grande autoridade e poderio, é o princípio já aceito de que não pode haver expansão territorial européia na América, nem opressão dos povos deste continente pelo fato de que uma situação financeira infeliz pudesse levar alguns deles a diferir o cumprimento de seus compromissos. Em uma palavra, o princípio que quisera ver reconhecido é o de que a dívida pública não pode dar lugar à intervenção armada, e menos a ocupação material do solo das nações americanas por uma potência européia.[...] A este convite, o governo de Washington respondeu, absorvendo, ele próprio, mais um trecho da América Latina. Os sucessos do istmo do Panamá (novembro de 1903) nos mostram bem que não são diferentes dos da Europa os sentimentos dos Estados Unidos a nosso respeito. A ameaça é a mesma, pois que é a mesma política – a política dos fortes, ou melhor: a moralidade do salteador que apunhala o ferido na estrada deserta para despojá-lo...⁴²⁷

Bomfim percebera o risco do monroísmo para a soberania dos países latino-americanos e concentra-se em *A América Latina: males de origem* a denunciar a crescente interferência norte-americana nos países desse continente com o auxílio do *bigstick* e justificada pela Doutrina Monroe. Nesse sentido, a Doutrina Monroe e os Estados Unidos aparecem ameaçadores a Manoel Bomfim: o papel de “salva-guarda” dos Estados Unidos não era de interesse das nações sul-americanas, pois o governo norte-americano manifestava idêntica opinião a dos europeus. Os sul-americanos eram

⁴²⁵ BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Op. cit., p. 640.

⁴²⁶ Idem, ibidem, p. 638-639, Nota 4.

⁴²⁷ Idem, ibidem, p. 833, nota 77. As notas 4 e 77, nas quais Bomfim endossou enfaticamente a posição argentina e condenou a atitude dos Estados Unidos diante do caso da Venezuela e em relação ao Panamá, forma escritas posteriormente à redação do livro.

vistos por aqueles como “imprestáveis”, “ingovernáveis” e não tinham condições de serem soberanos, devendo ser tutelados politicamente. Era, portanto, uma mesma ameaça: tanto o imperialismo europeu quanto o norte-americano. Na crítica à Doutrina Monroe, afirmava:

“Proteção” já é meia conquista, e um povo ou uma nação só se pode considerar livre e soberano quando por si mesmo se garante, e é bastante forte para defender-se e bastante caracterizado e culto para não se deixar assimilar ou eliminar. As nações da América Latina não podem aceitar, contentes ou resignadas a absorção progressiva da nossa soberania por parte dos mesmos Estados Unidos⁴²⁸.

Percebe-se claramente que, quando escreveu a primeira versão de seu livro, Bomfim foi mais condescendente em relação à política externa dos Estados Unidos para a América Latina, recusando-se a aceitar que houvesse uma intenção premeditada por parte do governo norte-americano de dominar os países latino-americanos. Porém, após a atitude dos Estados Unidos em relação ao bloqueio da Venezuela e, principalmente, depois das manobras que visavam a construção do canal interoceânico no Panamá, Bomfim não teve mais dúvidas de que havia, sim, objetivos expansionistas dos Estados Unidos no continente, principalmente na América Central e Antilhas. Daí, as notas incluídas posteriormente em seu livro, que tiveram como objetivo fundamental revelar a motivação imperialista dos norte-americanos. O temor à “absorção pela proteção norte-americana” torna-se assim, grande na obra em análise e se explicita pela afirmação de que os norte-americanos,

um povo prático, e interessado hoje, diretamente, em todas as grandes questões nacionais, há de parecer, finalmente, insensato o estar aceitando desafios, e arriscando-se a lutas temerosas para proteger a vida e a soberania de nações que, em última análise, eles consideram como inferiores; e é lícito, pois, acreditar que, um dia, a grande República possa mudar de proceder e admita combinações diplomáticas tendentes à sonhada invasão da América Latina⁴²⁹.

Para Bomfim, só havia uma maneira de impedir a dominação pelos países fortes: rivalizar com eles, “não só em força, mas, principalmente, em competência”. Segundo o autor, as economias essencialmente agrícolas eram sinônimas de economias colonizadas. Bomfim apostava no desenvolvimento industrial como a melhor forma de superar a dependência externa⁴³⁰. Apesar do baixo grau de desenvolvimento, Bomfim acreditava ser “difícilima” a “absorção” da América Latina pelos países mais ricos.

⁴²⁸ Idem, *ibidem*, p. 834.

⁴²⁹ Idem, *ibidem*, p. 640.

⁴³⁰ Idem, *ibidem*, p. 833-844.

Considerava que a resistência era fruto do “próprio caráter”, do “temperamento”, dos “instintos guerreiros” das populações latino-americanas. Segundo Bomfim, “a organização econômica é tão rudimentar, e a barbaria é tal, e o clima tão favorável, que o viver eternamente em guerrilhas parecerá uma delícia”. Como as populações já estavam “afeitas às lutas crueldades”, às revoltas e insurreições, “principalmente contra o próprio governo”, não fugiriam da luta para resistir ao invasor estrangeiro, antes pelo contrário, seriam “destemidas”, “quase insensíveis à dor”. Além disso, Bomfim acreditava que estes países poderiam unir-se para a defesa comum, já que a invasão de um deles representaria um risco para todos os outros. A união seria facilitada pela relativa “homogeneidade de sentimentos” e pela ausência de “incompatibilidade de raça ou de tradições”⁴³¹.

A visão de Bomfim sobre a situação latino-americana é bastante interessante. Ele endossa a idéia da barbárie e do atraso, mas se recusa a aceitar que esta situação seja definitiva. Superando-se os fatores que determinaram o atraso, o subcontinente teria todas as possibilidades de se desenvolver. Bomfim recusa-se a aceitar a existência de obstáculos intransponíveis, ligados às raças formadoras, à mestiçagem ou ao clima, como sustentaram intelectuais europeus de projeção. Embora aceitasse, seguindo as vozes dominantes, a Europa e os Estados Unidos como paradigmas do desenvolvimento, o autor tinha confiança na “aptidão” dos países latino-americanos para o “progresso”, desde que fossem criadas as possibilidades para tal. As condições básicas para Bomfim eram a “educação social”, a difusão da “instrução popular” em larga escala e o “aperfeiçoamento da produção”. Não poderia haver democracia com populações, em sua quase totalidade, analfabetas, nem seria possível conquistar a “liberdade sem instrução”⁴³².

Assim, a única opção para a América Latina era “avançar para o progresso”, caso contrário, seria “esmagada”. Bomfim ressalta a relação direta que deveria acontecer entre a “difusão do ensino, a generalização da instrução e o progresso social e econômico”. Explicitava que aqueles que se manifestavam contrários à difusão da instrução popular tinham como objetivo oculto a manutenção do povo na ignorância, para mais facilmente explorá-lo. Era necessário, portanto, suprir “não só as exigências

⁴³¹ Idem, *ibidem*, p. 834-836.

⁴³² Idem, *ibidem*, p. 849, 852, 876.

materiais, como as necessidades intelectuais, afetivas e estéticas⁴³³, da população latino-americana.

Manoel Bomfim rejeita não apenas os preconceitos, mas também os diagnósticos e “conselhos” dos europeus e norte-americanos. Creditava o atraso latino-americano aos seus “males de origem”: a colonização, a servidão, a escravidão e o arcaísmo religioso. Bomfim, ao equiparar o parasitismo colonial e indicar os seus “males”, isto é, ao explicar os efeitos da dependência e as origens do que mais tarde foi chamado de “subdesenvolvimento”, o autor tenta responder à farsa, com propósitos de dominação, que denunciou nas “histórias universais” escritas pelos povos colonizadores, como vimos anteriormente. O ensaísta sergipano mostra também que o colonialismo, antes de expressar o triunfo de uns povos sobre os outros, é um processo que compromete o futuro de ambos.

O interessante ainda é que a obra de Manoel Bomfim ensejou uma polêmica com Silvio Romero, escritor e crítico literário, respeitado e conhecido nos meios acadêmicos, que escreveu 25 artigos polêmicos no semanário *Os anais*, reunidos depois no volume de 1906, com o título *A América Latina: Análise do livro de igual título do Dr. Manoel Bomfim*⁴³⁴. Segundo Romero, ambos tinham os mesmos objetivos ao escreverem os livros, embora Bomfim investigasse todo o continente latino-americano, e ele, somente a situação brasileira. Com intenções de escrever livro semelhante sobre o Brasil, afirmava Romero:

Trata-se n'um e n'outro livro de descobrir a causa originaria, constitucional, organica, dos males que nos oprimem, dos defeitos que nos afeiam como nação, causa sempre occulta aos politiqueiros de todos os tempos, que se arrogaram o direito de dirigir os nossos destinos⁴³⁵.

Defensor do evolucionismo spenceriano, para Romero, uma obra para ser científica devia utilizar a objetividade, investigar os “fatos”, “doutrinas” e basear-se

⁴³³ Idem, ibidem, p. 860, 878-879, 881-882, 884.

⁴³⁴ Cabe registrarmos aqui, o centenário do aparecimento de *A América Latina* (1905), tão bem lembrado em artigo de Carlos Alberto Dória: “Ora, desconsiderar Manoel Bomfim é algo que diz mais sobre o quanto de Sylvio Romero possa haver em nós mesmos do que sobre o próprio Bomfim. Para Sylvio, falsas eram a etnografia, a história e a economia – ou seja, a base científica em que se apoiava Manoel Bomfim; portanto, falsas as chances da sua utopia. Mas é de sua voz isolada que deriva o valor atual de Manoel Bomfim, pois ele já nos mostrara o futuro não como uma fatalidade, como os evolucionistas-científicos pregavam, mas sim como fruto de uma construção histórica na qual devemos empenhar nossos pensamentos mais generosos e as nossas melhores energias”. DÓRIA, Carlos Alberto. “A redenção dos mulatos”. Mais! *FOLHA* de São Paulo, 14/08/2005.

⁴³⁵ ROMERO, Sílvio. *A América Latina: análise do livro de igual título do Dr. Manoel Bomfim*. Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão Editores, 1906, p. 11.

numa documentação rigorosa para estabelecer a verdade. A obra de Bomfim, entretanto, afirmava Romero, “não passa de um acêrvo de erros, sophismas e contradições palmares. Falsa é sua base scientifica, falsa a ethnographica, falsa a histórica, falsa a economica⁴³⁶”. Ainda, critica veementemente a transitoriedade de Bomfim do campo da ciência para o das paixões por ter atacado criticamente teóricos do racismo, como Le Bon e Gobineau.

Sílvio Romero, nesse livro homônimo de 1906, destacava o parasitismo como metáfora de base do texto de Bomfim, negando-lhe o valor enquanto impossibilidade de conceituação. Sem dúvida, o aspecto central mascarado na crítica do autor ao livro de Bomfim advinha das divergências sobre a questão racial. Tomando forma enquanto ideologia imperialista em meados do século XIX, a crença na desigualdade das raças buscava a sua fundamentação teórica no cientificismo da época: nas idéias de seleção natural de Darwin, na concepção de Gobineau sobre o declínio da civilização branca e nas idéias de Le Bon sobre a decadência e a anarquia das nações sul-americanas devido à mestiçagem. De uma forma geral, o tratamento dado por Bomfim à questão racial a partir de 1905 é que o colocará em confronto com a interpretação dominante: primeiro, a crítica com base na história da “teoria científica” das raças inferiores; segundo, no questionamento do pensamento racista através da idéias de outros cientistas; terceiro, na crítica ao uso indevido do darwinismo como uma teoria biológica aplicada mecanicamente à seleção humana.

O crítico Sílvio Romero aponta os motivos pelos quais era contrário aos argumentos de Bomfim, recorrendo à justificativa de uma inferioridade inata dos povos:

A história dá testemunho de gentes altamente cultas que arrastaram sempre uma existencia ultrajada e mesquinha. Dá também, em compensação, testemunho de povos, menos cultos que seus rivaes e contemporaneos, que a estes ultrapassaram sempre em prestigio e bem estar. [...] Tenho, pois, duvidas muito serias ácerca das excellencias therapeuticas da panacéa *instructiva* do sr. Manoel Bomfim, maximé, conhecendo a fundo, sem medo de contestação séria, o deplorável estado de apathia e vacuidade do character brasileiro [...] A instruccão não muda o genio apathico, contemplativo, se quiserem, sonhador, chimerico do povo⁴³⁷.

Segundo Carlos Alberto Dória, é necessário pensarmos o que significou o ataque de Romero ao esforço interpretativo de Manoel Bomfim no contexto da época. Ora, podemos entender que o livro *A América Latina* publicado por Romero inscreve-se na mesma linha de argumentação do autor pela fundação de uma ciência que dê conta da

⁴³⁶ Idem, ibidem, p. 11.

⁴³⁷ ROMERO, Sílvio. *Op. cit.*, p. 255-261.

especificidade da formação social brasileira: “a obra de Manoel Bomfim lhe parecerá um despropósito, a ponto de merecer uma contestação específica, num volume de mais de trezentos e cinquenta páginas. Sem dúvida, o embate entre os dois sergipanos constitui um dos momentos mais dramáticos nessa luta pela fundação de uma compreensão autóctone sobre o país”⁴³⁸.

O que separava Silvio Romero de Manoel Bomfim era sobretudo a visão que ambos tinham do colonialismo na medida em que este expressa vínculos com a metrópole e que nestes dois autores, são valorados de modo distinto. Enquanto que para Manoel Bomfim as metrópoles ibéricas viveram, desde o primeiro momento, “uma vida parasitária” que as levou à degeneração, para Romero, é clara a “conveniência de reforçar no Brasil os elementos que o constituíram historicamente uma nação luso-americana [...] de como de todas as novas colonizações que possam vir ao Brasil a mais conveniente é a portuguesa”⁴³⁹. Ou seja, para Romero, não se tratava apenas de uma simples preferência cultural que Bomfim rejeita. Preocupam Silvio Romero o pan-germanismo, o pan-eslavismo e o pan-americanismo como ameaças reais diante das quais – parece-lhe que Portugal possa ser um país aliado. Em relação ao Brasil, a ameaça imperialista apoiar-se-ia no “pretexto de não termos aqui gente bastante numerosa para abarrotar com ela os nossos sertões até as margens do Madeira e do Marmoré”⁴⁴⁰. Nesse sentido, o imperialismo que aparece como ameaça concreta nas doutrinas de recolonização ou nova partilha do mundo pelas grandes potências, preocupam Silvio Romero:

Só uma coisa nos salvou então, está salvando ainda agora e salvará no futuro, ate certo tempo: a DOUTRINA DE MONROE, o receio e uma complicação possível com os Estados Unidos. Por isto, custa-se a conter a indignação quando se vê a inconsciente ingratidão do mestiço ibero-americano chasquear levemente da *doutrina de Monroe*, a que devemos ter escapado da conquista alemã em terras do sul⁴⁴¹.

Enquanto a perspectiva de Bomfim é nesse sentido, abertamente pessimista, pois vê a origem do atraso exatamente na natureza persistente dos vínculos com um povo que, no cenário europeu, decaiu com o efeito do parasitismo, isto é, da própria empresa colonial, Romero fará o elogio do passado colonial pela integridade da pátria e pelas

⁴³⁸ DÓRIA, Carlos Alberto. *Op. cit.*, p. 264.

⁴³⁹ ROMERO, Silvio. *O elemento português no Brasil*. Apud DÓRIA, Carlos Alberto. *Op. cit.*, p. 265.

⁴⁴⁰ Idem, *ibidem*, p. 265.

⁴⁴¹ ROMERO, Silvio. *A América Latina: análise do livro de igual título do Dr. Manoel Bomfim*, p. 280. Segundo Francisco de Assis Barbosa, na relação com os Estados Unidos, Silvio Romero “abstraía por completo o fator econômico, insistindo no ponto que todos, ou quase todos julgavam fundamental: a questão étnica e cultural”. ASSIS BARBOSA, Francisco. “Flutuações do pan-americanismo”. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Vol. 263, Abr-Jun, 1964, p. 108.

características dos processos culturais herdados da colônia. Assim, o que está em jogo na polêmica Bomfim-Romero é um anticolonialismo radical versus uma “conveniência política de circunstância, à luz de uma ameaça imperialista – ambas as visões sobredeterminando a eleição de conceitos biológicos que possam expressá-las”⁴⁴².

No livro *A América Latina* Bomfim expressava a sua crença na viabilidade de suas propostas para a difusão da educação pública e laica, voltada para as classes populares do continente, levando-o também a acreditar na possibilidade do progresso latino-americano. Apostava ainda, diferentemente dos intelectuais brasileiros que vimos nesse estudo, na fraternidade dos povos latino-americanos e na solidariedade entre os países do continente na busca da justiça, da democracia e da melhoria das condições de existência em cada um dos países⁴⁴³.

Cabe aqui um parêntese a fim de esclarecermos uma exceção em relação a periodização escolhida no nosso trabalho. A obra de Manoel Bomfim – *O Brasil na América*, publicada em 1929 – expressa a análise dos países hispano-americanos e a posição do Brasil no continente e, embora tenha sido escrita e publicada posteriormente ao período enfocado, traz uma interessante discussão e aprofundamento das idéias de Bomfim expressas em *A América Latina*, além de revelarem as ambigüidades de suas interpretações. Ainda que não seja o nosso foco direto, é importante trazer à tona que embora Bomfim fosse uma voz dissonante do período, ainda assim, era um ator de seu tempo e portanto, sujeito do influxo de sua época e das contradições a elas inerentes.

Assim, passados mais de 25 anos da publicação de *A América Latina: males de origem*, em seu livro de 1929, *O Brasil na América*, Bomfim ressaltará, principalmente, as diferenças entre o Brasil e os países hispano-americanos. Entre a obra de 1905 e a de 1929 ocorre uma mudança no próprio enfoque do nacional, um aprofundamento da perspectiva analítica e do próprio objeto de estudo do autor. Tem-se aí, um movimento do geral para o particular, ou seja, em *A América Latina*, temos uma interpretação da inserção das sociedades latino-americanas no continente em geral, enquanto em *O Brasil na América*, Bomfim procura compreender os fatores históricos, determinantes dos “males de origem” na evolução da sociedade brasileira⁴⁴⁴. Assim, Bomfim vai

⁴⁴² DÓRIA, Carlos Alberto. *Op. cit.*, p. 266.

⁴⁴³ BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*, p. 883-885.

⁴⁴⁴ “Mantendo o corte temporal de *A América Latina* nas suas obras posteriores – a evolução histórica da colonização, passando pelo recuo sobre as características dos povos colonizadores, avançando até a divisão internacional do trabalho contemporâneo –, a análise de Manoel Bomfim vai se desdobrando, cada vez mais, em relação a uma historiografia da formação nacional brasileira, marcada muitas vezes por preocupação quase ontológica de definição do próprio ser nacional. Assim, é a formação da nação que vai

progressivamente aprofundando e trabalhando sua perspectiva analítica na caracterização do processo específico de formação histórica do Brasil. A análise das grandes etapas do processo político brasileiro seguia uma orientação geral, metodológica: através da história, recuperar o valor do passado e introduzir uma nova versão nacionalista diferente da historiografia oficial.

No prefácio de *O Brasil na América*, Bomfim afirmou que, se em *A América Latina* verificou o que era comum, seu objetivo no novo livro era “destacar” o que poderia “distinguir o Brasil entre os outros neo-ibéricos”, como ele preferia denominar os países latino-americanos. Segundo Bomfim, *O Brasil na América* não trazia nem “modificação de sentimentos, nem novidade de pensamento”⁴⁴⁵ em relação à sua obra de 1905. Os conceitos e idéias fundamentais, expostos em *A América Latina* não tinham sido abandonados, embora existisse uma diferença central: no livro anterior havia a crença no futuro da América Latina, havia a aposta da utopia, em 1925, quando escreveu *O Brasil na América*, o autor revelou sua desilusão com os rumos políticos do Brasil e realçou as características negativas dos países hispânicos.

Como Eduardo Prado no final do século XIX, Bomfim descaracterizou o uso da expressão América Latina como algo indicador de uma possível unidade das diversas nações do continente. A expressão América Latina era parte de um discurso ideológico, que buscava, na realidade, dar sustentação aos interesses franceses no Novo Mundo. Para o autor, o termo América Latina nada tinha a ver com a realidade verdadeira dessa parte do planeta. O que existia, eram as diversas nações neo-ibéricas, que não obstante, tinha partido de um ponto comum, o empreendimento mercantil-colonial:

Expressão de tanto uso, essa *América Latina* deve servir, sensatamente, para designação geográfica – do grupo de nações formadas por ibéricos, num regime colonial de subordinação e dependência imediata, e que logo se degradou em parasitismo, despótico antiprogressista. No mais, é designação nula, própria somente para a tecnologia fútil dos que, aceitando a divisão fácil do Ocidente em – *latinos, germânicos, eslavos...* voltados para esse lado, concluem que deve haver uma América Latina, para contrapor-se à América Inglesa. Assim se gerou a noção – facilidade na ignorância, mas que se firmou, porque tem expressão sonoramente enfática, nítida, bem destacável na erudição pretensiosa, fácil ao manejo das sociologias curtas, em que são maltratados e aviltados os crioulos destas bandas. O norte americano é ainda mais explícito e cartográfico: as suas sentenças falam peremptoriamente de *South-America*, para o implícito contraste com a *North...*⁴⁴⁶

ganhando progressivamente o primeiro plano da sua interpretação”. BOTELHO, André. “Na contracorrente do naturalismo: relações sociais na interpretação do Brasil de Manoel Bomfim”. In: *Temáticas*. IFCH/Unicamp: Campinas, ano 11, número 21/22, 2003, p. 90.

⁴⁴⁵ BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 27.

⁴⁴⁶ Idem, ibidem, p. 32.

Ora, Bomfim não contradiz assim em *O Brasil na América* as afirmações contidas em *A América Latina: males de origem?* Segundo o autor, a análise feita ali, complementa os argumentos desenvolvidos em *A América Latina*. Parte portanto, de uma análise geral da América Latina, em que observa um mesmo tipo de exploração colonial dessas nações para chegar à especificidade da formação do Brasil:

Não pareça contradição entre estas afirmações de agora, e o espírito em que foi compreendido o livro – *A América Latina*, de que este é desenvolvimento necessário. O motivo principal naquelas páginas era responder aos que, aplicando-nos o epíteto geral – *latino-americanos*, pretendem que somos, por isso mesmo, povos inferiores, condenados à agitação facciosa de um barbarismo estéril e desinteressante para o resto do mundo. Acusados e vilipendiados nessa rubrica, era indispensável tomá-la, e inscrevê-la no frontispício da obra dedicada especialmente ao assunto, para demonstrar – que os fatos apontados como índice de irremissível degradação geral, esses mesmos em que se identificam os chamados *latino-americanos*, são, tão-somente, conseqüências necessárias das condições de formação colonial, lastimáveis, sim, mas perfeitamente elimináveis, já eliminados, em grande parte, no curso da vida independente de algumas nações. Não podia ser outro o título do livro destinado a esse fim; mas adaptá-lo não significa admitir que os povos neocastelhanos restassem indiferenciados, nem deixa supor que, por estar incluído na América Latina, o Brasil deixe de ter caráter nacional e destinos próprios⁴⁴⁷.

Existiam, assim, segundo Bomfim, mais diferenças que prováveis identidades histórico-culturais e políticas entre a nação brasileira e os demais povos da região. Ora, apesar de Bomfim ter sido um crítico vigoroso do darwinismo social e dos preconceitos raciais, não conseguiu romper completamente com as concepções predominantes no Brasil sobre a América hispânica. No seu objetivo de realçar as características positivas da formação brasileira, Bomfim acabou por realizar uma análise bastante tendenciosa, que exacerbou características negativas do período formativo da América hispânica – do início da colonização até meados do século XIX – e, por outro lado, enalteceu exageradamente características, por ele consideradas positivas, do período colonial brasileiro. É importante deixar claro que Bomfim era extremamente crítico ao que tange ao colonialismo e seu discurso caracteriza-se pelo anticolonialismo e antiimperialismo.

Porém, na busca de comprovar que o Brasil tinha sido o primeiro país do continente americano a “afirmar-se como nacionalidade”, Bomfim, como tantos outros autores que vimos, contrapõe a América hispânica localista, fragmentada, federalista, ao Brasil centralista, homogêneo, unido⁴⁴⁸. Quanto aos países hispano-americanos, teriam herdado dos espanhóis os traços de seu caráter particularista e fragmentado, expressos,

⁴⁴⁷ Idem, *ibidem*, p. 33.

⁴⁴⁸ Idem, *ibidem*, p. 341, 357-360.

de forma muito clara, no caudilhismo⁴⁴⁹. A instabilidade política e a fragmentação seriam uma herança histórico-cultural perversa que perseguia continuamente essas sociedades. Bomfim fez uma ressalva, apenas: “poucos anos” antes, em razão da “responsabilidade de nação livre, e uma educação política de mais de um século”, alguns países hispano-americanos tinham conseguido “corrigir” os “funestos efeitos dessa formação em facção e turbulência, referindo-se, somente, à Argentina e ao Chile, “verdadeiras nações modernas”⁴⁵⁰.

Desse modo, e apesar da análise de Bomfim em relação às repúblicas hispano-americanas, fundamentalmente no que se refere à questão da unidade e identidade nacionais (que, segundo o autor, seriam mais frágeis nos países hispano-americanos do que no Brasil), defendeu a solidariedade entre os países latino-americanos e a união de esforços para combater o domínio e a dependência em relação aos demais países, em especial os Estados Unidos, que aquela época representava, segundo o autor, uma ameaça para o continente. Apesar dos poucos seguidores, para não dizer, das várias querelas com os intelectuais de seu tempo, Bomfim apresentou uma interpretação dissonante que deslocava a questão da raça como problema constitutivo do continente americano para uma interpretação que levava em consideração a situação colonial como dado explicativo do *atraso* do continente. Manoel Bomfim recusa, portanto, a “opinião pública européia” que faz uma idéia caricata da América Latina e, à revelia de seus contemporâneos, não só defende, como não abre mão de declarar que o futuro da América Latina dependia primordialmente da solidariedade entre esses países, mas não sob os auspícios da solidariedade Pan-americana, proposta pelos Estados Unidos.

⁴⁴⁹ Idem, *ibidem*, p. 361.

⁴⁵⁰ Idem, *ibidem*, p. 384.

Capítulo IV

O Pan-americanismo e a diplomacia da nova República

“[...] os bons diplomatas guardam o talento de saber tudo o que lhes diz um rosto calado, e até o contrário. Aires fora diplomata excelente, apesar da aventura em Caracas, se não é que essa mesma lhe aguçou a vocação de descobrir e encobrir. Toda a diplomacia está nestes dous verbos parentes”.

Machado de Assis, *Esau e Jacó*.

Este quarto capítulo possui como um dos seu objetivos apresentar a discussão a respeito das concepções do Pan-americanismo no contexto da Primeira República, em especial, para três atores que tiveram papel destacado na política pan-americanista: Rio Branco, Joaquim Nabuco e Oliveira Lima. Como no capítulo acima, pretendemos ainda, explicitar a articulação entre Pan-americanismo e a questão racial, agora, para o “par homérico de nossa diplomacia”: Joaquim Nabuco e Oliveira Lima, além de importantes intelectuais brasileiros do período, que discutiram o tema do Pan-americanismo, ocupavam cargos políticos na Primeira República. Nessa direção, tentaremos fazer despontar as diferenças em relação às suas concepções do Pan-americanismo, bem como algumas de suas idéias que se concretizaram em ação política na primeira década republicana no Brasil.

As transformações pelas quais o Brasil e o mundo vinham passando no início do século – modernização capitalista, ascensão dos Estados Unidos no cenário internacional, conflitos na Europa – levaram a uma mudança de rumo na política externa brasileira, capitaneada por José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco. Instaurada a República, Rio Branco ocuparia o posto de Ministro das Relações Exteriores, cargo que ocupou durante os governos de Rodrigues Alves, Afonso Pena,

Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca, até a sua morte, em 1912. Com Rio Branco houve a tentativa de abrir o leque das relações internacionais, quebrando a quase exclusividade européia. Nesse sentido, o Ministro das Relações Exteriores buscou solucionar os conflitos fronteiriços com os países vizinhos sul-americanos⁴⁵¹ – na tentativa de aumentar a influência geopolítica do Brasil na América Latina – e, ao mesmo tempo, aproximar-se dos Estados Unidos. O Ministro, entretanto, não aceitou uma adesão absoluta à política norte-americana, tentando uma posição estrategicamente equilibrada entre as influências britânica e a norte-americana no Brasil. Em discurso de abertura da III Conferência Pan-americana, realizada no Rio de Janeiro, entre julho e agosto de 1906, Rio Branco reafirmou sua opção de aproximação progressiva com os países americanos, mantendo, contudo, relações favoráveis com a Europa. Ora, a preocupação em não criar uma situação diplomaticamente embaraçosa com os países europeus, particularmente com a Inglaterra, é visível. Notemos também o destaque que Rio Branco dá à Europa referindo-se ao continente como um celeiro humano, numa tentativa clara de manter a política de incentivo à imigração européia ao Brasil:

Nações ainda novas, não podemos esquecer o que devemos aos formadores do capital com que entramos na concorrência social. A própria vastidão dos nossos territórios, em grande parte desertos, inexplorados alguns, e a certeza de que temos recursos para que neste continente viva com largueza uma população dez, vinte vezes maior, nos aconselhariam a estreitar cada vez mais as relações de boa amizade, e procurar desenvolver as de comércio com esse inexaurível viveiros de homens e fonte prodigiosa de energias fecundas que é a Europa. Ela nos criou, ela nos ensinou, dela recebemos incessantemente apoio e exemplo, a claridade da ciência e da arte, as comodidades de sua indústria, e a lição mais proveitosa de progresso. O que, em troca desse inapreciável contingente moral e material, lhe pudermos dar, crescendo e prosperando, será, certamente, um campo mais importante para o emprego da sua atividade comercial e industrial⁴⁵².

Embora representasse um elo da monarquia ao novo regime, Rio Branco teve clareza da importância que os Estados Unidos vinham adquirindo no século que se anunciava. Dentro dessa perspectiva, uma de suas medidas como Ministro consistiu na elevação, em 1905, da legação em Washington à categoria de Embaixada, a primeira

⁴⁵¹ Rio Branco esteve à frente das várias negociações relativas às disputas territoriais, a partir de 1893, como enviado especial e depois como chanceler da República. Entre 1902 e 1912 foram definidos vários litígios fronteiriços: com a Argentina, Guianas Francesas e Inglesa, Bolívia (em relação ao Acre), Peru, Venezuela, Colômbia, Uruguai, Equador (que na época limitava com o Brasil) e Holanda (em relação ao Suriname). Entre 1893 e 1912, 440 mil Km² foram definidos favoravelmente ao Brasil. Ver DORATIOTO, Francisco. *Espaços nacionais na América Latina: da utopia bolivariana à fragmentação*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 73-81.

⁴⁵² Barão do Rio Branco. “Discurso de Abertura da III Conferência Internacional Americana”. Apud LOBO, Hélio. *Op. cit.*, p. 70-71.

aberta pela Brasil no exterior. No mesmo ano, os Estados Unidos também elevaram sua legação no Rio de Janeiro ao grau de Embaixada, a primeira da América do Sul. Para assumir o posto em Washington, Rio Branco convida Joaquim Nabuco, que, como veremos adiante, abandonou a campanha anti-republicana e aderiu intensamente à defesa do Pan-americanismo. De acordo com Pereira, a Embaixada brasileira em Washington foi a materialidade da aproximação que Rio Branco buscou ter com os Estados Unidos. É nesse sentido que ela simboliza não a mudança do eixo diplomático brasileiro de Londres, mas a aceitação de um novo pólo de poder mundial que necessitava de atenção especial⁴⁵³.

Em relação à política externa norte-americana, um novo tipo de relacionamento com o continente americano começaria a oscilar nessa época, entre repulsa e aproximação. Tal movimento caracterizou a presidência de McKinley (1898-1901) e caracterizaria mais fortemente a de Roosevelt (1901-1909)⁴⁵⁴. O presidente dos Estados Unidos à época acreditava que

se uma nação mostra que sabe agir com razoada eficiência e decência em assuntos sociais e políticos, se mantém a ordem e paga suas obrigações, não precisa temer a interferência dos Estados Unidos. Malfeitorias crônicas, ou a impotência que resulta num afrouxamento dos laços da sociedade civilizada podem, na América como alhures, exigir finalmente a intervenção de uma nação civilizada e, no hemisfério ocidental, a adesão dos Estados Unidos à Doutrina de Monroe pode forçar-nos, ainda que com relutância, em casos flagrantes de malfeitoria e impotência, ao exercício de um poder de polícia internacional⁴⁵⁵.

A origem do ativismo norte-americano no sistema internacional, especialmente no hemisfério americano, remonta a 1898, com o início da guerra hispano-americana, embora já havia sido precedido por duas iniciativas importantes: a Doutrina Monroe de 1823 e a I Conferência Internacional Americana de 1889⁴⁵⁶, como vimos anteriormente.

⁴⁵³ Cf. PEREIRA, Paulo José dos Reis. *Op. cit.*, p. 46.

⁴⁵⁴ Um provérbio conhecido marca a política externa de Roosevelt: “fale suavemente e carregue um grande bastão [...] você irá longe” – assim ficava conhecida sua política externa como a política do *big stick*. Diante da intervenção na Venezuela, em 1902, com o bloqueio naval realizado em Valparaíso pela Inglaterra, Alemanha e outros países europeus, para a cobrança da dívida pública do presidente Cipriano Castro, e, posteriormente em 1904, na República Dominicana, pelo mesmo motivo, os Estados Unidos começaram a se incomodar com a presença européia no território americano e decidiram chamar para si a responsabilidade dos problemas desse tipo. É nesse sentido, segundo Syrett, que devemos entender o corolário Roosevelt à Doutrina Monroe que, nesse contexto, reafirmaria o papel de líder das nações latinas. Era assim, pelo medo e pela tutela da coerção que os objetivos nacionais norte-americanos eram conseguidos.

⁴⁵⁵ Mensagem do Presidente Roosevelt ao Congresso norte-americano em 1904. Apud SYRETT, Harold (org.). *Documentos históricos dos Estados Unidos. Op. cit.*, p. 252.

⁴⁵⁶ Atkins afirma que os objetivos de longo prazo com relação à América Latina são a exclusão de influências exteriores e a promoção da estabilidade na região. Toda a ação norte-americana baseada na Doutrina Monroe, a tomada do canal do Panamá, as intervenções em Cuba e Porto Rico, a política externa

É nesse contexto histórico instável, entre a política externa expansionista dos Estados Unidos e o imperialismo europeu que a política externa brasileira tentava equilibrar-se. À preocupação que inspirava o imperialismo norte-americano proferido por Roosevelt, Rio Branco respondia:

Não vejo motivos para que as três principais nações da América do Sul, – o Brasil, o Chile e a Argentina, – se molestem com a linguagem do Presidente Roosevelt [...] As outras Repúblicas latino-americanas que se sentirem ameaçadas pela “política internacional” dos Estados Unidos têm o remédio em suas mãos: é tratar de escolher governos honestos e previdentes, e, pela paz e energia no trabalho, progredirem em riqueza e força⁴⁵⁷.

Contudo, se Rio Branco cultivou certas prevenções contra os Estados Unidos, sobretudo quando a política externa desse país parecia estar no nítido caminho de um imperialismo político, comercial e territorial, tendeu a ver na aproximação do Brasil com os Estados Unidos, a assunção da posição de dois líderes no continente, cada um atuando no subcontinente que lhe cabia e apoiando-se mutuamente. Outros motivos também conduziam a política de Rio Branco de aproximação com os Estados Unidos, como as similaridades políticas, ou seja, a forma de governo republicana, o federalismo e o regime constitucional.

Ainda, como se sabe, o comprador mais importante dos nossos principais produtos de exportação – o café e o açúcar – eram os Estados Unidos. Embora a Inglaterra continuasse a ser a nossa mais importante vendedora e investidora, estava longe de ser a nossa melhor compradora⁴⁵⁸. Ora, não estaria aí, na relação comercial, um dos motivos mais importantes para o nosso relacionamento com os Estados Unidos? É claro que, tanto o Brasil, que queria manter as isenções das exportações dos seus produtos primários no mercado norte-americano quanto os Estados Unidos, que buscavam maior entrada no mercado consumidor brasileiro para os seus produtos manufaturados, visavam colocar suas políticas externas em compasso com a crescente vinculação econômica que se desenvolvia. Mas este não era o único interesse. Havia também na época, e esse era um dos maiores problemas da nossa política externa, a definição de limites com os nossos países fronteiriços. Uma aliança com os Estados Unidos garantiria

de Roosevelt, etc, seguiram essa lógica. Cf. ATKINS, Pope G. *América Latina en el sistema Político Internacional*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1991, p. 164.

⁴⁵⁷ Despacho reservado para Washington – Rio Branco a Gomes Ferreira, 31/1/1905 Apud PEREIRA, Paulo José dos Reis. *Op.cit.*, p. 58.

⁴⁵⁸ Os Estados Unidos em 1906 receberam 37,9% da safra brasileira ao passo que a Alemanha, segunda melhor compradora não chegava a 22%. Dados do Ministério da Fazenda Apud BUENO, Clodoaldo. *Op. cit.*, p. 97.

assim, um apoio moral e aumento da manobra do Brasil no jogo diplomático na América do Sul. Não menos importante seria o prestígio que a criação da embaixada em Washington representaria para o Brasil, colocando-o em crescente destaque internacional e requerendo para si o papel de líder da América do Sul⁴⁵⁹.

Assim, a criação da embaixada em Washington foi criada tendo em vista garantir a convergência diplomática entre Brasil e Estados Unidos, evitando, portanto, indisposições provocadas pelos países latinos, isto porque Washington seria, segundo Rio Branco

O principal centro das intrigas e dos pedidos de intervenção contra o Brasil por parte de alguns dos nossos vizinhos, rivais permanentes ou adversários de ocasião [...] Todas as manobras empreendidas contra esse país em Washington, desde 1823 até hoje, encontraram sempre uma barreira invencível na velha amizade que une o Brasil e os Estados Unidos, e que é dever da geração atual cultivar com o mesmo empenho e ardor que cultivaram os nossos maiores⁴⁶⁰.

Ao que tudo indica, Rio Branco concebera o relacionamento com os Estados Unidos como o alicerce de sua política, como um meio que ajudaria a viabilizar os interesses principais de uma política sub-regional e nacional. Juntamente com Rio Branco, parte da intelectualidade brasileira do período também via inúmeras vantagens para tal relacionamento, conforme apontamos no capítulo acima. Porém, como nos sugere Pereira, ao contrário da postura inicial dos homens da Primeira República, Rio Branco tentou conduzir uma política utilitária, em vez de ideológica⁴⁶¹. Dessa forma, também Ricupero, argumenta que, a política externa de Rio Branco baseava-se na *Realpolitik* internacional e em questões econômicas, e três eixos teriam definido a aproximação do Brasil com os Estados Unidos sob a política de Rio Branco, dando o suporte de um paradigma de política externa: o primeiro deles seria a convicção das elites de que brasileiros e norte-americanos partilhavam valores e percepções semelhantes sobre os critérios de legitimidade internacional; o segundo, indica que o Brasil buscou colocar os Estados Unidos a serviço de seus objetivos nacionais, ou seja, aceitava-se um vínculo pragmático de apoio às pretensões norte-americanas no cenário mundial e, em especial hemisférico, em troca de ajuda aos interesses brasileiros; o terceiro, decorrência

⁴⁵⁹ Cf. PEREIRA, Paulo José dos Reis. *Op. cit.*, p. 63-65.

⁴⁶⁰ RIO BRANCO, Barão do. *Obras completas do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1948 (IX – Discursos), p. 151.

⁴⁶¹ Cf. PEREIRA, Paulo José dos Reis. *Op. cit.*, p. 62.

dos dois anteriores, dava prioridade à relação bilateral com os Estados Unidos deixando a América Latina subordinada a esta preferência⁴⁶².

Burns afirma que na época de Rio Branco, o que se instituiu foi uma “aliança não escrita” entre ambos os países, em que cada qual prestaria apoio mútuo a fim de melhor servir aos seus respectivos interesses:

O pan-americanismo e o monroísmo, partes integrantes da política exterior de Rio Branco, não eram considerados pelos brasileiros como metas distintas e dissociadas. Para o Chanceler brasileiro, eram praticamente um único objetivo. O pan-americanismo era a expressão continental, multilateral, da Doutrina Monroe; o pan-americanismo atribuía solidariedade à Doutrina Monroe, e esta expressava os objetivos fundamentais do pan-americanismo. em última análise, pouco importa se a definição técnica desses dois “ismos” variou no vocabulário de Itamaraty e do Departamento de Estado, porque havia uma harmonia fundamental entre eles, a despeito de qualquer diferença de sentido⁴⁶³.

Como vimos acima, vários intérpretes tem destacado o pragmatismo da política de aproximação com os Estados Unidos dirigida por Rio Branco. Os Estados Unidos seriam, na época, um parceiro mais poderoso para viabilizar o que se consideravam os interesses nacionais no momento: autonomia em questões subregionais, aumento do prestígio do Brasil no meio internacional mediante a elevação da imagem de líder do subcontinente e a manutenção da dependente economia nacional cafeeira, através de acordos que garantissem a entrada do produto no mercado norte-americano. Enquanto o objetivo comercial do Brasil era manter sua posição favorecida de maior exportador de café para o mercado norte-americano, a meta dos Estados Unidos no Brasil, durante o período de Rio Branco era conseguir vantagens tarifárias para os seus produtos de exportação, prática que já vinha se delineando desde 1891, com a assinatura do tratado de comércio, conforme discutimos no Capítulo I.

Embora o mercado dos Estados Unidos fosse responsável pela quase metade da exportação de produtos brasileiros, ainda o governo brasileiro resistia a modificar o tratamento aduaneiro, de modo a beneficiar os comerciantes norte-americanos. Porém, depois que Rio Branco assumiu o Ministério das Relações Exteriores, o Brasil começou a dar sinais de que mudaria as tarifas aplicadas ao seu melhor cliente:

Pouco depois de o Senado derrotar, em 27 de dezembro de 1903, as concessões tarifárias aos Estados Unidos propostas pelo governo, o Presidente Rodrigues Alves decidiu tomar uma iniciativa nessa questão. Conforme era costumeiro, na lei orçamentária de cada ano, o Congresso rotineiramente autorizava o Presidente da República a fazer concessões

⁴⁶² Cf. RICUPERO, Rubens. *Rio Branco*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 40-41.

⁴⁶³ BURNS, Bradford E. *Op. cit.*, p. 197.

tarifárias, poder que, até então, não tinha sido usado. Dando como suas razões o fato de que os Estados Unidos eram o “maior importador de café, que entra nos seus mercados livre de direitos”, por decreto de 16 de abril de 1904, o Presidente concedeu uma redução tarifária de vinte por cento sobre farinha de trigo, leite condensado, manufaturas de borracha, relógios, vernizes e tintas importados dos Estados Unidos. Rio Branco saudou o decreto como prova da “boa intenção [do governo] de manter, aprimorar e desenvolver continuamente as relações comerciais entre o Brasil e os Estados Unidos da América”⁴⁶⁴.

Apesar das concessões ao governo de Washington durarem pouco, pois o Congresso brasileiro, em dezembro de 1904, retirou a prerrogativa dada ao Presidente da República de conceder preferências tarifárias, o anúncio da vinda do Secretário de Estado norte-americano, Elihu Root, ao Brasil para a Conferência Pan-americana, marcaria um período de apogeu da amizade entre os dois países. O Congresso brasileiro aprovou em julho de 1906 uma nova tarifa preferencial brasileira e reduziria em 20% os direitos sobre farinha, manufaturas de borracha, tintas, vernizes, relógios, leite condensado, máquinas de escrever, pianos, balanças, moinhos e geladeiras importados dos Estados Unidos. Rio Branco considerou essas concessões como a solidificação dos vínculos comerciais entre as duas nações, promovida às vésperas da visita de Root. Estabelecidas as concessões tarifárias, tornou-se mais fácil renová-las a cada ano, e elas foram mantidas durante todo o período da gestão de Rio Branco: em 1909, o Congresso brasileiro autorizou uma redução tarifária de 20% sobre cimento, frutas secas, móveis escolares, coletes e escrivatinhas, no ano seguinte, foram reduzidos em 30% os direitos sobre a farinha de trigo⁴⁶⁵.

Ainda que a aproximação com os Estados Unidos orquestrada por Rio Branco à frente do Ministério das Relações Exteriores não tenha representado um descarte dos relacionamentos com os países europeus e sul-americanos – Argentina e Chile – conferiu à diplomacia brasileira, especialmente com a criação da embaixada em Washington em 1905, uma nova missão que não tinha uma direção única e tampouco a certeza de quais rumos tomar. Afora o caráter pragmático da política de Rio Branco em relação à

⁴⁶⁴ Idem, *ibidem*, p. 89-90.

⁴⁶⁵ De acordo com Grahman, a aproximação da esfera de influência estadunidense foi claramente definida pelo Barão do Rio Branco: “embora tivesse orientação européia, tanto pelos seus antecessores como pela sua educação, [Rio Branco] reconheceu a necessidade de fortalecer os laços de amizade entre os dois países americanos, sendo o segmento dessa política de aproximação por ele preconizada a base de todas as subseqüentes medidas quanto à política exterior tomada pelo Brasil. Uma das principais medidas por ele tomadas, que confirma o que dissemos acima, foi a renovação dos tratados comerciais com os Estados Unidos em 1904, 1906 e 1910. Foi uma das principais causas da quase paralisação industrial do Brasil, complementada por sua eficiente oposição em 1903 à elaboração de uma tarifa alfandegária protecionista”. GRAHAM, Richard. *Op. cit.*, p. 323-324.

aproximação com os Estados Unidos, não deixa de chamar a atenção o “Editorial” do *Jornal do Commercio*, publicado em 16 de março de 1905, no mesmo dia em que Rodrigues Alves recebera as credenciais do Embaixador dos Estados Unidos:

A América do Norte exerce sobre nós uma grande fascinação. Há muitas linhas no seu destino, que a nossa imaginação se esforça por aproximar do nosso; tanto os Estados Unidos como o Brasil provieram da expansão européia e ambos tiveram o mesmo século por teatro da sua vida independente. E, se o fenômeno característico desse século foi a imigração, os Estados Unidos foram a maravilha desse fato novo na história. Todas as raças brancas aí vieram, todas trouxeram as suas esperanças, as suas energias, os seus sonhos. [...] Infelizmente o processo da formação brasileira é mais lento; teve, desde o princípio, de seguir um caminho difícil, o sacrifício imposto à nossa existência foi o de fundir raças de cores diferentes e de culturas separadas, ansiando por adquirir a estabilidade psicológica, que será a presença permanente e fecunda de um caráter nacional. E hoje, que entramos no período verdadeiramente consciente de uma política brasileira, ainda é com o exemplo norte-americano que procuramos transformar e engrandecer a nossa nacionalidade. Nós somos hoje, por convicção e experiência, um país de imigração, aberto a todas as aspirações ocidentais⁴⁶⁶.

Notemos os termos utilizados no “Editorial” de um dos jornais mais importantes do país. Aí estão presentes indícios de um outro motivo que impulsionava nossa aproximação com os Estados Unidos, ao mesmo tempo que nos afastava da América Latina. Queremos destacar, portanto, que a aproximação com os Estados Unidos, materializada na criação da Embaixada em Washington, trazia um elemento importante para o debate da época e para a conformação da política externa brasileira, para além dos motivos apontados acima, que teriam caracterizado a política pragmática de Rio Branco. Melhor dizendo, grande parte da intelectualidade brasileira do período, empenhada no debate a respeito do “branqueamento” do país através da imigração e sobre o futuro dos negros na sociedade brasileira, não deixaria de se debruçar sobre a imagem dos Estados Unidos. Essa imagem não deixaria de desempenhar um vigoroso papel de imitação e de admiração no Brasil, pois, os Estados Unidos também tiveram um (recente) passado escravista, mas apresentava-se ao mundo como símbolo de progresso: tornava-se assim, o exemplo de nação formada por uma população imigrante de brancos, mas que não havia deixado de delimitar o papel dos negros na sua sociedade. É nesse sentido, que propomos iluminar uma face do Pan-americanismo, qual seja, a de que a aproximação com os Estados Unidos representaria naquele momento, uma aproximação ideológica com uma nação constituída por uma raça branca, européia, e que se encontrava no mais

⁴⁶⁶ Editorial do *Jornal do Commercio*. “A embaixada americana”. 16 de março de 1905. Apud *Cadernos do CHDD*. Fundação Alexandre de Gusmão; Centro de História e Documentação Diplomática. Ano IV, nº 7. Brasília: FUNAG, 2005, p. 203.

alto estágio civilizatório entre as nações do continente americano. Assim, longe de negarmos outros pressupostos e concepções que guiaram a política externa brasileira na Primeira República, estamos acrescentando que a escolha de um pan-americanismo encabeçado pelos Estados Unidos ao invés de uma relação multilateral no continente, deveu-se também a fatores de ordem étnica e civilizacional.

Ora, com o fim da Abolição, formávamos uma república mestiça e com isso advinham, segundo as teorias raciais, as dificuldades para a realização de um projeto de nação. Ou nos conformávamos com o nosso povo e o exemplo das repúblicas vizinhas sul-americanas, formadas por um povo mestiço e condenado ao atraso, ou buscávamos nos espelhar e aproximar, se não politicamente, pelo menos ideologicamente, daquela que, apesar de ter no seu passado a marca da escravidão, conseguiu através da imigração branca formar uma nação civilizada, constituída por um povo superior e alcançar assim o progresso.

Não deixa de ser curioso, o fato de que alguns intérpretes da atuação de Rio Branco à frente do Ministério das Relações Exteriores tenham destacado a sua preocupação com a imagem do Brasil no exterior. Burns, por exemplo, ressalta que, influenciado pelas doutrinas racistas da época, o Chanceler teria enviado ao exterior apenas brasileiros de bom aspecto e aparência européia. A figura agradável de Nabuco, pela sua elegância e inteligência, passou a ser o tipo ideal de diplomata que o Barão preferia enviar ao exterior: “Nos jantares, bailes e recepções do Itamaraty ele aparecia cercado de jovens atraentes, entusiastas (e brancos), simbolizando o Brasil que ele procurava projetar no exterior”⁴⁶⁷.

Se levarmos em consideração o fato da inexistência de um campo intelectual autônomo no Brasil no final do século XX, e de que toda a manifestação intelectual era imediatamente um evento político, a carta de Joaquim Nabuco, ao Barão do Rio Branco, relatando sua preocupação quanto à recepção da obra de Manoel Bomfim no exterior e

⁴⁶⁷ BURNS, Bradford E. *Op. cit.*, p. 57. Essa observação é destacada também por Gilberto Freyre: “Na quase obsessão do barão do Rio Branco de dar a impressão ao estrangeiro de que a República entre nós continuava a ser a mesma aristocracia de brancos que o Segundo Reinado. Não só de brancos, porém de brancos finos, elegantes, afrancesados, [...]. Era, sob o aspecto de não admirar os portugueses seus contemporâneos, um representante exato do Brasil de sua época, voltado com o Rui Barbosa, os Tobias Barreto e os Joaquim Nabuco, para os ingleses, os alemães e os anglo-americanos, com os Santos Dumont e os Graça Aranha, para a França, que era também o modelo de boas maneiras do Barão, com os Magalhães de Azeredo, para Roma e Itália. [...] Também entendia o barão do Rio Branco que não deviam representar o Brasil no estrangeiro senão brasileiros brancos ou com aparência de brancos, tendo sido a República, sob esse aspecto e sob a influência do poderoso ministro do Exterior, mais papista que o Papa, isto é, mais rigorosa em considerações étnicas de seleção do seu pessoal diplomático, que o próprio Império; ou que o próprio imperador Pedro II”. FREYRE, Gilberto. *Op. cit.*, p. 56-57.

perante às elites ilustradas, torna-se um exemplo interessante da continuidade entre a prática intelectual e a atividade política:

Mando-lhe um número do *Independent* com a interpolação e um número de *Colliers*, que tem uma circulação enorme, com um artigo contra nós baseado na obra do dr. Manoel Bomfim. Quando eu estava na Europa pediram informações ao Amaral sobre o autor para a divulgação dos juízos dessa obra, e o Amaral disse nunca ter ouvido falar em tal nome para não concorrer para o artigo anunciado. Você pode avaliar o mal que essa desfiguração de tudo que é nosso, feita por um “educador” brasileiro, pode fazer à nossa reputação entre as classes ilustradas do país. Não respondo em *Colliers* mesmo desde já para não chamar maior atenção pela polêmica e prolongar o efeito do artigo. Mas procurarei que *Colliers*, sem referência a ele, dê outro ponto de vista sobre as nossas coisas⁴⁶⁸.

Conforme acabamos de ver, parece ser inegável a preocupação de Nabuco em tentar esconder diante das classes ilustradas do país e do exterior a situação do Brasil analisada por Bomfim. Só não sabemos ao certo o que Nabuco pretendia esconder do conjunto da obra de Manoel Bomfim: se a crítica à aproximação com os Estados Unidos e à Doutrina Monroe, se a crítica à República “democrática” recém proclamada, ou as críticas às teorias raciais que condenavam os povos latino-americanos à inferioridade. De todo o modo, chama a atenção o incômodo de Nabuco diante da obra de Bomfim, praticamente a única voz dissonante no período a criticar as teorias raciais que condenavam o atraso dos povos latino-americanos, além de ser crítico também à imigração, à política de aproximação com os Estados Unidos, e assumir que formávamos inevitavelmente um povo mestiço.

No sentido proposto por Angela Alonso⁴⁶⁹, se a produção intelectual no Brasil nesse período pode ser considerada como prática política, deter-nos-emos, em seguida, na análise do discurso de duas figuras destacadas como articuladores da política externa brasileira – Joaquim Nabuco e Oliveira Lima – considerados o “par homérico de nossa diplomacia”, nas palavras do contemporâneo Artur Orlando⁴⁷⁰. Nabuco e Oliveira Lima além da posição política e intelectual que gozavam no Brasil, tinham em comum a preocupação com a política externa brasileira orquestrada por Rio Branco. Embora tenham divergido em relação aos rumos que a política pan-americanista deveria tomar no Brasil, discordassem em relação aos modos que a política brasileira deveria seguir

⁴⁶⁸ NABUCO, Joaquim. “Carta ao Barão do Rio Branco”. Washington, 18 de janeiro de 1908. *Cartas a amigos*. Vol. II. In *Obras completas de Joaquim Nabuco*. Vol. XIV. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949, p. 302.

⁴⁶⁹ Cf. ALONSO, Angela. *Idéias em movimento – A geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. Op. cit., p. 38.

⁴⁷⁰ ORLANDO, Arthur. *Pan-americanismo*, p. 4.

em Washington e não compartilhassem das mesmas opiniões quanto à política de Roosevelt para o continente, uma preocupação comum perpassou ambos: a imigração branca que poderia mudar a composição étnico-racial da população brasileira que, naquele momento, colocava em suspensão, a viabilidade da construção da nação e sua possibilidade de progresso. Conforme foi expressado nas construções discursivas de Joaquim Nabuco e Oliveira Lima, a imigração européia, convenientemente conduzida, até o completo desaparecimento dos elementos raciais inferiores, seria essencial para a formação futura de um Brasil branco, e para o que assim se punha como objetivo nacional, de médio ou longo prazos.

A seguir, buscaremos apresentar primeiramente, uma pequena descrição das posições de poder político e intelectual de Nabuco e Oliveira Lima, seguindo-se os passos essenciais das respectivas trajetórias dos autores, dentro do contexto proposto, para daí apresentarmos as diferenças das concepções de Joaquim Nabuco e de Oliveira Lima em relação ao pan-americanismo. Ainda neste capítulo, tentaremos iluminar a relação entre pan-americanismo, raça e civilização para Nabuco e Oliveira Lima. Contudo, as passagens com quais trabalharemos não nos possibilita tomar todos os códigos – o conceitual e o retórico – na mesma conta. Apenas abona a procura de uma estrutura de intencionalidades que consiga alinhar essas diferentes cristalizações de uma concepção política que chega até nós por meio das mediações específicas de cada texto.

1. O par homérico de nossa diplomacia

Joaquim Nabuco retorna a ocupar cargos públicos no ano de 1899⁴⁷¹. Tobias Monteiro, secretário de Campos Sales, então ministro brasileiro em Londres, articula junto ao presidente e ao Ministro de Relações Exteriores, Olinto de Magalhães, o convite a Nabuco para que este aceitasse a missão de defender o Brasil na questão de

⁴⁷¹ Não se pretende aqui contribuir para o estudo da obra ou da trajetória de Nabuco tomadas em si mesmas, mas apenas apontar algumas trajetórias e posições políticas de Nabuco. Para a descrição da trajetória política e intelectual de Nabuco, ver VIANA FILHO, Luiz. *A vida de Joaquim Nabuco*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952; ANDRADE, Olímpio de Souza. *Joaquim Nabuco e o Brasil na América*. 2ª Ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1978; NABUCO, Carolina. *A vida de Joaquim Nabuco*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1958; FERNANDES, Raul. *Joaquim Nabuco Diplomata*. Ministério das Relações Exteriores, s/d; PEREIRA, Paulo José dos Reis. *Op. cit.*; ALONSO, Angela. *Joaquim Nabuco*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

fronteira com a Guiana Inglesa, em vias de ir à arbitragem⁴⁷². Entre 1889 e 1904, Nabuco permanecerá na Europa, envolvido com a questão lindeira, em contato com o já renomado especialista em tais casos, Barão do Rio Branco.

Os desentendimentos com Oliveira Lima, antigo admirador de Nabuco, principiar-se-ão na legação em Londres, com Graça Aranha, auxiliar direto de Nabuco. A querela se agrava quando se abre, em 1900, o problema da sucessão da legação londrina: Oliveira Lima, pretendente natural ao cargo, vê-se preterido por Nabuco, que assume em caráter excepcional. Porém, em dezembro de 1900, Nabuco assume o ministério em Londres permanentemente e Oliveira Lima é enviado para a legação em Tóquio.

Com o início da presidência de Rodrigues Alves, em 1902, os nomes de Rio Branco, Joaquim Nabuco e Oliveira Lima foram cogitados para ocuparem a vaga no Ministério das Relações Exteriores. Rio Branco é o escolhido e Nabuco dedica-se prioritariamente à questão de limites, motivo pelo qual havia sido enviado inicialmente a Londres. Contudo, apesar de todo o esforço de Nabuco, o resultado é completamente desfavorável ao Brasil, gerando, paradoxalmente, uma onda de manifestações públicas de apoio e simpatia a Nabuco, acusando-se o árbitro, o rei da Itália, Vitor Emanuel, de ter tomado decisão política a favor da Inglaterra.

É em Roma, ainda em 1904, que Nabuco receberia o convite de Rio Branco para assumir a legação em Washington, a ser elevada à categoria de embaixada em 1905, como manifestação do estreitamento de relações políticas com os Estados Unidos, assumida pela política externa brasileira na Primeira República.

⁴⁷² Ao aceitar, em 1899, o convite feito por Campos Salles para voltar ao serviço diplomático sob o regime republicano, Nabuco tratara de comunicar previamente a sua nomeação a seus amigos monarquistas: Rodolfo Dantas, Rio Branco e Eduardo Prado encorajaram-no a aceitar, embora a velha guarda monarquista – João Alfredo, Ouro Preto, Lafayette, Andrade Figueira – recebeu muito mal a decisão de Nabuco. Eduardo Prado fora a única voz monarquista na imprensa a escrever um artigo enaltecendo a decisão de Nabuco, os demais o atacaram acerbamente, como por exemplo, Carlos de Laet, diretor do jornal monarquista *Liberdade*, que não poupou, até o fim de sua vida de jornalista, ataques a Nabuco por este ter aceito servir a República. Nesse sentido, é interessante acompanharmos a carta que Nabuco escreveu a Domingos Alves Ribeiro: “Fui e sou monarquista, mas essa é uma caracterização secundária para mim, acidental; a caracterização verdadeira, tônica, foi outra *liberal*, – liberal não no sentido partidário, estreito, mas no sentido que decorre destas duas consciências profundas que tenho em mim, de criatura de Deus e de membro da humanidade. Essa é a caracterização política da minha vida, como a afetiva é a brasileira. São essas três grandes correntes morais – Deus, Pátria, Humanidade, que formaram a zona temperada do meu liberalismo, a única em que vivi. Por isso chamaram-me na Monarquia republicano e por isso fiquei na República monarquista”. NABUCO, Joaquim. “Carta a Domingos Alves Ribeiro”. *Cartas a amigos*. In *Op. cit.*, p. 24-25.

Joaquim Nabuco imprime como embaixador uma postura marcadamente pessoal à sua atuação na capital americana, destacando-se como a figura central no processo de aproximação Brasil/Estados Unidos, sob a égide pan-americanista. Já no discurso de apresentação de credenciais ao presidente norte-americano Theodore Roosevelt, Nabuco referia-se as intenções brasileiras com a criação da embaixada, que mais tarde seriam matizadas pelo próprio Ministro das Relações Exteriores, o Barão do Rio Branco: “Votos do Brasil são por aumento influência moral Estados Unidos qual se revela pela existência pela primeira vez no mundo de uma vasta zona neutra de paz e livre competição humana”⁴⁷³.

Entretanto, tal forma de atuação irá valer-lhe desentendimentos cada vez mais graves com Rio Branco e críticas públicas de Oliveira Lima. O auge dos desentendimentos acontece em 1906, às vésperas da Conferência Pan-americana no Rio de Janeiro – sede para cuja escolha a atuação de Nabuco em Washington fora decisiva. Durante e após a Conferência, os artigos de Oliveira Lima⁴⁷⁴ atingiram direta e indiretamente a atuação diplomática do embaixador em Washington.

Ao final de 1906, os desentendimentos entre Joaquim Nabuco e Rio Branco também agravam-se, principalmente em virtude do cunho pessoal que o primeiro imprime à frente da embaixada, além da desaprovação de Nabuco com a política de aproximação de Rio Branco com os demais países do continente. Em 1907, Nabuco parte para a Europa, com a missão quase oficial de preparar o terreno político-diplomático para a atuação de Ruy Barbosa na Conferência de Haia⁴⁷⁵. Apesar de considerar desastrosa e antiamericana a atuação de Ruy para a política que realizava em

⁴⁷³ Telegrama de Nabuco a Rio Branco, 25/05/1905. Apud NABUCO, Joaquim. *Diários 1889-1910*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2005, p. 329.

⁴⁷⁴ OLIVEIRA LIMA, Manoel. *Pan-americanismo (Monroe, Bolívar e Roosevelt)*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1907. O livro constitui-se da reunião, pelo autor, de artigos publicados entre 1903 e 1907, dedicado ao Barão do Rio Branco. Euclides da Cunha, em carta a Oliveira Lima declarava que “tenho certeza que a impressão causada pelo “Pan-americanismo” no ânimo de barão foi boa. [...] Desde que o juízo dele teria de interferir a reputação diplomática do Nabuco, compreendem-se as suas cautelas de homem fundamentalmente precavido. Mas na conversa que provoqueei a respeito do livro, distingui perfeitamente a aquiescência a suas linhas gerais. E a dedicatória lisonjeou-o. Não mo disse. Mas não há cautelas de diplomatas que vençam à sutileza nativa de um caboclo”. CUNHA, Euclides. *Correspondência de Euclides da Cunha*. *Op. cit.*, p. 361-362.

⁴⁷⁵ A Conferência de Haia de 1907 é um episódio muito significativo para a política externa brasileira, especialmente no que diz respeito à relação que se estabelecia com os Estados Unidos. Nela, ficaram expostas as falhas e os acertos de percepção e ação do embaixador Joaquim Nabuco para a aproximação entre os dois países, permitindo também a Rio Branco algumas reflexões sobre o caminho que estava trilhando à frente do Ministério, assim como as oportunidades de mudanças. Dado o limite do nosso trabalho, não trataremos da Conferência de Haia por acreditarmos que, embora ela tenha grande importância para a política externa brasileira do período, as concepções dos intelectuais aqui tratados já estavam estabelecidas.

Washington, Nabuco retorna aos Estados Unidos, onde, ao longo de 1908 e 1909, profere conferências nas universidades, entre as quais, a célebre *A aproximação das duas Américas*. No ano seguinte, Nabuco falece em Washington.

Oliveira Lima é efetivado no serviço diplomático com a República, servindo como segundo secretário da legação e, em 1892 é enviado para Berlim, permanecendo até 1895. É promovido a primeiro secretário e transferido para a legação em Washington, surgindo daí, o seu primeiro livro de impressões, *Nos Estados Unidos*. Em 1900, viria a transferência para Londres e nessa época, sua imagem de crítico áspero e tratamento pessoal difícil já tinha se consolidado no meio diplomático e intelectual, tendo angariado nesse tempo, um grupo de desafetos, entre eles, Joaquim Nabuco, Rio Branco e Graça Aranha. No final de 1900 perde a sucessão na legação londrina para Nabuco, e parte para Tóquio, no posto de chefe do serviço diplomático. Em 1904, Rio Branco o designa para a legação no Peru, o que considera um castigo dada a nomeação para uma legação sul-americana secundária⁴⁷⁶. Desejando retornar preferencialmente à Europa, Oliveira Lima não aceita a indicação, mas no final do embate com o Ministro, vê-se na contingência de aceitar a nomeação para Caracas, uma legação de menor importância ainda que a de Lima, como ministro plenipotenciário, cargo que ocuparia até 1906. Essa época marcaria a consolidação de sua imagem da porção hispânica do continente, na qual expressaria através de artigos reunidos sob o título de *Impressões da América Espanhola*. Nessa fase também inicia os ataques públicos à política de Roosevelt no continente e às ações políticas de Nabuco em Washington. Desses posicionamentos surgiria um conjunto de artigos publicados no *Estado de São Paulo*, e apareceriam em 1907, reunidos em livro sob título *Pan-americanismo*.

Nomeado para Bruxelas, Oliveira Lima aí permanece até a solicitação de sua aposentadoria em 1913. Em 1912 seria convidado pela Universidade de Stanford para uma série de conferências na Califórnia, produzindo uma série de artigos com as impressões de sua volta ao país de Washington. No ano seguinte, o trabalho das

⁴⁷⁶ “Os imbróglis da nomeação de Oliveira Lima para o Peru, a qual acabou não aceitando, e sua transferência afinal para Caracas, em março de 1905, tiveram forte impacto na evolução divergente das relações com Nabuco, com Rio Branco e também nas suas idéias sobre o Pan-americanismo. No entremeio da sua designação, o diplomata já conseguira abalar permanentemente sua relação com Rio Branco, após tê-lo criticado regularmente, bem como toda a estrutura diplomática do Itamaraty [...] o que fez tanto por conta das suas convicções sobre o rumo que deveria seguir o Brasil externamente, quanto na tentativa de conseguir o reconhecimento que achava ter direito na carreira”. PEREIRA, Paulo José dos Reis. *Op. cit.*, p. 200.

conferências aparece reunido no Brasil sob o título *América Latina e América Inglesa*⁴⁷⁷.

Cabe destacar, contudo, que o desentendimento público de Nabuco e Oliveira Lima não altera o fato de que ambos intelectuais partilharam noções comuns quanto a buscar na América Anglo-saxã o exemplo para que o Brasil pudesse se espelhar e seguir o caminho da civilização e do progresso, em oposição a uma aproximação com os países da América Latina. As expressões de uma política *americanista* – que já havia sido iniciada com a Proclamação da República, por Salvador de Mendonça e Assis Brasil – continuaria a ser seguida pelo “par homérico de nossa diplomacia”. Contudo, é fundamental apontar as especificidades das concepções de Oliveira Lima a um certo tipo de pan-americanismo, diferentes daquelas elaboradas por Nabuco. É nessa direção que se pode entender a afirmação de Oliveira Lima: “a verdade é que admiro muito os Estados Unidos e que na minha bagagem literária [...] se inclui um livro [*Nos Estados Unidos*] de simpatia por esse país”, porém, “processos seus de política externa é o que tenho eventualmente criticado, como em 1891, no momento da guerra com a Espanha”⁴⁷⁸. Vejamos então, algumas concepções de Nabuco em relação ao sistema continental americano, para posteriormente, compreendermos a crítica direcionada a ele por Oliveira Lima.

Em entrevista ao *Estado de S. Paulo*, Nabuco declarava já em 1898, sua preocupação com os rumos da diplomacia brasileira: “Nós hoje somos uma das muitas incógnitas de um vasto problema: o problema americano. A Europa, a África, a Ásia formam um só todo político [...]. Defronte dessa massa colossal, que se deve chamar européia, qual é o destino da América do Sul?”⁴⁷⁹. De acordo com a interpretação de Paulo Pereira, Nabuco elaborou um entendimento singular sobre o sistema internacional em transformação no início do século XX, bem como o lugar que o Brasil deveria vir a ocupar. Para a construção desse entendimento singular, Nabuco teria sofrido influências variadas, a começar pelos paradigmas cientificistas de análises sociais, baseadas no positivismo e no darwinismo social. Nabuco assumiu idéias que “criavam uma clara

⁴⁷⁷ A descrição da trajetória política de Oliveira Lima foi baseada em LIMA SOBRINHO, Barbosa. “Oliveira Lima: Sua Vida e Sua Obra. In OLIVEIRA LIMA, Manoel. *Obra Seleta*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1971; GOUVÊA, Fernando da Cruz. *Oliveira Lima: Uma Biografia*. Recife: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, Vol. 1 e 2, 1976 e MALATIAN, Teresa. *Op. cit.*

⁴⁷⁸ OLIVEIRA LIMA, Manoel. “O Artigo da *Deutsche Revue* e o ataque Anônimo de *A Imprensa*”. Publicado originalmente em *O Estado de São Paulo*, agosto de 1910. In *Obras seletas*. *Op. cit.*, p. 562.

⁴⁷⁹ Apud NABUCO, Carolina. *Op. cit.*, p. 403.

hierarquização entre sociedades pelo seu nível de desenvolvimento. Existiriam então aquelas mais simples e as mais complexas cada qual carregando sua respectiva qualificação negativa no primeiro caso e positiva no segundo”⁴⁸⁰. Nesse sentido, respaldando-se nas teorias científicas da época, Nabuco considerava a sociedade norte-americana e a européia como naturalmente superiores em comparação com a sociedade latino-americana.

É importante também observarmos o período em que Nabuco se auto-exilou com o fim da Monarquia. Nesse interregno de pouco mais de dez anos é o momento onde as questões internacionais começaram a assumir um caráter mais importante para Nabuco. Não à toa, nesse momento, surgem os livros *Balmaceda, A intervenção estrangeira durante a Revolta da Armada*, de cujas páginas saíam questões como a legitimidade da política internacional, as diferenças de poder entre os países e a discussão sobre o monroísmo, que se tornaria sua bandeira de ação internacional para o Brasil. Ora, a diplomacia oferecia, naquele momento, as condições para Nabuco evitar o ostracismo, pois, permitia-lhe colaborar com a causa da nação sem grandes posicionamentos políticos e ideológicos demarcados, uma vez que a diplomacia, desde o Império, era revestida por uma espécie de roupagem suprapartidária e patriótica⁴⁸¹. A causa diplomática fornecia a Nabuco espaço para movimentar-se no plano das idéias e desempenhar, agora na República, um papel de destaque tal qual havia desempenhado no Império. Escreveria assim, para Carlos Magalhães de Azeredo, em fevereiro de 1899:

Infelizmente sou dos que estão convencidos de que nossa decadência nacional começou; que entramos na órbita americana, como Cuba ou as Filipinas, o México ou a Nicarágua; que nossa evolução far-se-á no mesmo sentido que a dos outros satélites de Washington, e que só poderemos valer, ter vida própria, intelectualmente, se produzirmos alguns brilhantes espíritos que elevem nossa literatura acima das contingências da absorção ou da eliminação política e material⁴⁸².

Outro fator que deve ser considerado foi o desfecho negativo para o Brasil da arbitragem na questão da Guiana Inglesa que contribui para definir um elemento

⁴⁸⁰ PEREIRA, Paulo R. “Joaquim Nabuco e a concepção de sistema mundial e continental”. In *Revista USP*. São Paulo, n° 83, setembro/novembro 2009, p. 109.

⁴⁸¹ Segundo Marco Aurélio Nogueira, Joaquim Nabuco fizera do Pan-americanismo a sua causa derradeira, uma causa grandiosa para suceder a causa do abolicionismo: “Nabuco agarrou-se ao pan-americanismo com a perspectiva de plantar para o futuro, de iniciar uma obra definitiva e capaz de promover a abertura de uma nova era nacional”. NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As desventuras do liberalismo: Joaquim Nabuco, a monarquia e a república*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 214.

⁴⁸² NABUCO, Joaquim. *Cartas a amigos*. *Op. cit.*, p. 5.

importante na concepção de sistema continental para Nabuco: a defesa do território brasileiro. A derrota de Nabuco perante a decisão do rei da Itália fez crescer a preocupação com a pretensão imperialista européia, contra a qual, somente os Estados Unidos teriam capacidade de ombrear:

Para nós a escolha está entre o Monroísmo e a recolonização européia. O equilíbrio dos dois mundos não permite mais a existência de nações isoladas dele e tirando benefícios dele. Hoje a proteção impõe deveres às nações que a recebem, e a única proteção da América é o *sea-power* que só os Estados Unidos têm nela. Monroísmo é assim a afirmação e a integridade nacional pelo único sistema que as pode garantir⁴⁸³.

Nabuco possivelmente reconhecia que a criação da embaixada havia sido pensada em termos estratégicos por Rio Branco, embora mantivesse dúvidas quanto ao caráter da decisão do Chanceler e das reais decisões do governo republicano em relação à política de aproximação com os Estados Unidos, pela qual tanto se empenhava. Não deixaria assim, de expor o seu empenho e o que considerava a sua maior contribuição para a política externa brasileira, apesar de marcar indelevelmente as suas preocupações, registradas em uma famosa carta enviada ao Barão do Rio Branco, em dezembro de 1905: “Eu acredito estar chocando para você e o Presidente um ovo da águia, mas tenho medo de que levado para aí ele saia gorado por falta de calor monroísta no governo e no país”. A carta não termina aí. Traz um longo apelo ao Ministro para que este apoiasse sem vacilação os movimentos do embaixador em Washington e não perdesse a oportunidade aberta pela realização da Terceira Conferência Pan-americana, cuja realização se daria no Rio de Janeiro, em 1906:

Como lhe disse, tremo ao pensar em um repúdio tácito, não quero imaginá-lo expresso, do sonho que levei quase à realização. Não creio que você leia pela *Ilusão Americana*, paradoxo do nosso querido Eduardo, que vivo, estava hoje indicado para escrever uma Apologia Contra a Ilusão Americana, e que de certo o faria. Nunca em minha opinião, um brasileiro teve tanta responsabilidade nos destinos do nosso país como você ante os dois caminhos que se lhe deparam: o americano e o outro, a que não sei como chamar, se de latino-americano, se de independente, se de solitário. Eu, pela minha parte, sou francamente monroísta, e é uma pena estar fazendo tanto aqui, se estou trabalhando em vão, para nada. [...] Para mim o que eu quero é uma espécie de aliança tácita, subtendida, entre os nossos dois países; que vamos nesse caminho tão longe e quanto nos seja possível, e que fiquemos desde já certos um do outro. [...] Não estou trabalhando para mim. Será uma fatalidade, se nós não concordarmos em encarar o futuro do nosso país do mesmo modo, porque da concordância podia nascer um grande acontecimento, uma nova era nacional⁴⁸⁴.

⁴⁸³ NABUCO, Joaquim. *Diários 1889-1910. Op. cit.*, p. 346.

⁴⁸⁴ NABUCO, Joaquim. *Cartas a amigos. Op. cit.*, p. 237-238.

O receio de Nabuco quanto ao fracasso da Conferência não se efetivou, revelando-se, pelo contrário, um sucesso político. A aliança tácita desejada e trabalhada a finco pelo Embaixador não foi aprovada posteriormente, principalmente após o episódio de Haia, conquanto um passo importante fosse dado ao reconhecer a partir de então, os Estados Unidos como o centro de nossa política externa.

Nabuco permaneceria em Washington até o fim da vida, atuando nos círculos diplomáticos, políticos e intelectuais da capital americana, proferindo discursos e conferências nos círculos literários e universitários. Será nesse contexto que o Embaixador apresenta a conferência “A aproximação das duas Américas”, na Universidade de Chicago, em 1908. Nessa conferência, procurará retirar da Doutrina de Monroe o seu caráter de unilateralidade e de componente exclusivo da política externa norte-americana, construindo a imagem de uma doutrina multilateral em relação à política do continente, procurando atualizar no contexto a idéia de unidade americana, ou ao menos, ressaltando como positivas e proveitosas as duas porções desiguais da América. Assim, Nabuco propõe a indagação à platéia norte-americana: “Inspirou-se a doutrina de Monroe somente no receio de ver a Europa estender as suas esferas paralelas de influência sobre a América, como fez mais tarde na África, e quase o logrou fazer na Ásia, arriscando destarte a vossa posição solitária? Ou vos moveu a intuição de que este é um novo mundo, nascido com destino comum?”⁴⁸⁵

A resposta de Nabuco a sua própria indagação traz elementos significativos das concepções de Nabuco em relação à política externa brasileira do período. Vale a pena observarmos a reposta à indagação acima em sua inteireza:

Acredito firmemente que a doutrina Monroe inspirou-se muito mais desse instinto americano – tome-se a palavra *americano* no sentido continental – do que de qualquer temor ou perigo para vós outros. Sem dúvida nessa doutrina se delineou toda uma política estrangeira, da qual este país nunca se afastou, de Monroe a Cleveland, de Clay a Blaine e a Root. Tal constância, tal continuidade, é a melhor prova de que vossa política americana obedece a um fundo instinto continental e defesa própria. Essa política vos reteve alheios ao labirinto da diplomacia européia, no qual, não fora a doutrina Monroe, talvez viésseis a enredar-vos⁴⁸⁶.

O Embaixador brasileiro em Washington inclui, em sua estratégia narrativa, a Doutrina de Monroe em uma tradição histórica, porém, colocando dois atributos aparentemente antagônicos de seus desdobramentos práticos: o primeiro – princípio

⁴⁸⁵ NABUCO, Joaquim. “A aproximação das duas Américas”. In *Discursos e conferências nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Benjamin Aguila, 1911, p. 145.

⁴⁸⁶ Idem, ibidem, p. 145-146.

posto por Monroe – seria o fundamento da política externa norte-americana, inclusive como garantia do afastamento do país do “labirinto da diplomacia européia”; e o segundo, como afirma Nabuco, o meio para a proteção ou concretização de interesses de todo o continente. Este atributo é apresentado como uma característica natural, de um “instinto americano”, carregada da idéia de destino uno do continente. Ora, as conseqüências benéficas do monroísmo adviriam justamente da política norte-americana, de sua formulação original e de sua ação no continente. Ainda, Nabuco acentuava o caráter internacional do monroísmo, ao revelar a importância que este teve no equilíbrio de poder entre as duas fontes de civilização: “A América, graças à Doutrina Monroe, é o Continente da Paz, e essa colossal unidade pacificadora, interessando fundamente outras regiões da Terra, – todo o Pacífico, a bem dizer – forma um Hemisfério Neutro e contrabalança o outro hemisfério, que bem poderíamos chamar o Hemisfério Beligerante⁴⁸⁷”.

Observemos que Nabuco, de um lado, reforça o papel da Europa para as conseqüências práticas do monroísmo, pela estratégia narrativizadora remontando a Canning, e do outro, na idéia da Paz e da sua manutenção, elementos unificadores do continente, com repercussão na política mundial:

Quão verdadeiramente proféticas eram as palavras de Canning sobre a sua obra, que também era a de Monroe: “Chamei à vida um novo mundo, para retificar o equilíbrio do outro”. Sem a Doutrina Monroe, os Estados Unidos não o teriam retificado. [...] Estou persuadido que nada concorreria mais para fixar no espírito desta grande nação [Estados Unidos] o ideal da paz, que é o Pan-americanismo. [...] O Pan-americanismo são termos conversíveis para vós e para nós⁴⁸⁸”.

De acordo com a ênfase posta por Nabuco, a manutenção da Paz, bem como o equilíbrio europeu e mundial dependiam do monroísmo, fundamento da política externa norte-americana. Por sua vez, o pan-americanismo, conseqüência da Doutrina de Monroe, seria assim, uma necessidade da política internacional. Ora, para Nabuco, a política mais adequada aos países latino-americanos, que daria liga ao continente, marcando uma posição internacional estável frente à Europa, era a do pan-americanismo, sob o influxo inevitável de Washington.

No entanto, ao ressaltar a perspectiva da “unidade pan-americana”, pautando-se pela atualização da idéia de América na sua dimensão continental, Nabuco procura

⁴⁸⁷ NABUCO, Joaquim. “O quinhão da América na civilização”. In *Discursos e conferências nos Estados Unidos*. Op. cit., p. 191.

⁴⁸⁸ Idem, ibidem, p. 192-193.

minimizar a inevitável fragmentação posta nas representações das Américas Latina e saxônica, referindo-se a uma das razões desse afastamento ter sido fruto dos “muitos espírito na América Latina [que] por largo tempo recearam o contato mui de perto convosco, atenta a grande diferença de força entre esta e as demais nações americanas”⁴⁸⁹. Fazendo referência à fábula de La Fontaine, da amizade da panela de ferro com a panela de barro, Nabuco recusa tal analogia para expressar a relação entre os países da América Latina e os Estados Unidos:

Não penso que a comparação assente a nenhuma das Repúblicas latinas. [...] O que importa essencialmente a uma nação é cristalizar, reduzir todas as suas partes à mesma forma simétrica, o esboço de um sentimento nacional comum; isto alcançado, como cuido ser o caso de toda a América latina, nunca viria a partir-se como de panela de barro. [...] Vós, com toda a vossa alta civilização, não podeis fazer mal a nenhuma outra nação. O contato íntimo convosco, seja em que condições for, só poderá, portanto, trazer benefício e progresso à outra parte. O único efeito certo que posso enxergar no trato íntimo da América latina convosco é que ela viria a ser lentamente *americanizada*; [...] Foram como um tratamento pela eletricidade⁴⁹⁰.

No interior do quadro geral da América Latina, Nabuco iria representar especificamente a posição singular do Brasil no interior do Pan-americanismo. Ou seja, o Brasil ao mesmo tempo em que se encontrava inserido em uma representação unificada da América Latina, desempenhava ou deveria desempenhar, entretanto, o papel de um interlocutor privilegiado no interior do sistema Pan-americano e se comportar como um intermediário entre os Estados Unidos e os demais países hispânicos. A mensagem da Conferência não poderia ser mais clara: procura explicitar a contínua tradição histórica do “americanismo” brasileiro e a tendência “natural” do país à aproximação dos Estados Unidos, não deixando de ressaltar pelo contraste, a desconfiança hispânica em relação a Washington, fundada sobretudo, nos conflitos com o México, nas anexações na América Central e na consolidação de sua posição de poder internacional. Refere-se Nabuco nessa direção, diante da platéia norte-americana que, “no Brasil, os principais estadistas nunca temeram a associação com esse país”. E, quanto à Doutrina Monroe, “do espírito dessa proposta nunca tivemos motivo de desviar-nos, e, como nenhum dissabor nos adveio, nunca esperamos que sobrevivessem a outros com adotar o rumo que desde a nossa Independência vimos seguindo”⁴⁹¹.

⁴⁸⁹ NABUCO, Joaquim. “A aproximação das duas Américas”, p. 141.

⁴⁹⁰ Idem, ibidem, p. 143.

⁴⁹¹ Idem, ibidem, p. 141-142.

Nesse sentido, ao discursar na Universidade de Yale em 1908, Nabuco exporia a dimensão do monroísmo brasileiro, em contraste com a atitude reticente da América hispânica, colocando o Brasil na condição de aliado histórico e preferencial dos Estados Unidos para a construção da unidade entre as duas Américas, destacando contudo, a posição de poder que o Brasil deveria ocupar no cenário sul-americano. Mais ainda, ficavam naturalizados o pacifismo e o americanismo como componentes irrefratáveis de um suposto comportamento nacional e internacional do país como fundamentos potenciais de uma imaginada posição singular na construção do sistema pan-americano:

Se me perguntásseis qual vem a ser o principal característico nacional do Brasil, responderia certamente que é o idealismo. Desse idealismo comparte o americano. Sempre fomos e continuamos leais ao nosso Continente. Nunca poderia a nossa Nação se escravizar a um cometimento egoístico e baixo: governa-a a imaginação. Sempre obedecerá ao idealismo⁴⁹².

No entanto, a política de aproximação com os Estados Unidos praticada por Nabuco não passaria incólume às críticas, advindas de um contemporâneo seu, Manoel de Oliveira Lima⁴⁹³. Sua crítica fora divulgada em livros, artigos e cartas defendendo seu ponto de vista, as diferenças de posições sobre o Pan-americanismo e o relacionamento com os Estados Unidos, o que acabou desencadeando o rompimento da amizade com Nabuco, iniciada ainda na juventude, desde a fase jornalística em Recife e aprofundada quando passaram algum tempo juntos em Londres nos primeiros anos de 1900. A amizade não resistiria também às desavenças com Rio Branco, quando a partir de 1903, o diálogo entre ambos se tornou bastante difícil em virtude da indesejada

⁴⁹² NABUCO, Joaquim. “O espírito de nacionalidade”. In *Discursos e conferências nos Estados Unidos*. *Op. cit.*, p. 133-134.

⁴⁹³ Vale lembrar de outro crítico, embora menos polêmico nessa época: José Veríssimo. Num mesmo artigo em que analisa o livro de Arthur Orlando – presente no Capítulo III deste trabalho – o crítico analisa o livro de Oliveira Lima, *Pan-americanismo*, ressaltando que “Ao contrário dos seus ilustres comprovincianos, o sr. Arthur Orlando e o sr. Joaquim Nabuco, não tem o sr. Oliveira Lima a ‘ilusão americana’, tão espiritualmente definida e solidamente assinalada pelo malogrado Eduardo Prado. Eu também – *si parva licet...* – não a tenho, e creio tê-lo dito primeiro que Eduardo Prado, num capítulo especial do meu livro *A educação nacional*, em 1891. [...] o seu conceito essencial, da atitude das nações americanas, particularmente da nossa, perante os Estados Unidos, é no fundo o mesmo que inspirou o admirável discurso do sr. Rio Branco, abrindo a terceira Conferência Pan-Americana aqui reunida, porventura a única manifestação realmente alta e notável dessa reunião”. Se Oliveira Lima reconhece e denuncia o perigo americano, buscando contrastá-lo por meios meramente diplomáticos, para Veríssimo isto não basta, e sem dizê-lo explicitamente, deixa entender que não basta “contrastar” diplomaticamente o perigo, mas “enfrentá-lo” com decisão para melhor combatê-lo. E a admitir-se a possibilidade de contrastá-lo, acrescenta, - “somente o será por uma política que não faça da amizade americana uma questão nacional”. VERÍSSIMO, José. “O perigo americano”. In *Homens e coisas estrangeiras*. *Op. cit.*, p. 561-562.

nomeação de Oliveira Lima para um cargo no Peru⁴⁹⁴. Nabuco tentaria servir de intermediário no relacionamento, tentando apaziguar as cizânias entre ambos, até que os ataques do segundo começaram a lhes ser direcionado, desfazendo-se então, os laços de amizade entre os dois pernambucanos.

Oliveira Lima fora o crítico mais importante da aproximação Brasil/Estados Unidos, sob a condução do primeiro embaixador brasileiro em Washington. Malgrada a discordância pública entre ambos, construirá a sua interpretação peculiar referente à Doutrina de Monroe, ao Pan-americanismo e às relações internacionais do continente. Ao contrário de Nabuco que via na amizade com os norte-americanos um elemento central da nossa política externa, além de sua idealização histórica e perene, Oliveira Lima entendia a relação com os Estados Unidos de forma calculada. Advertia que no horizonte de nossa política externa a relação Brasil/Estados Unidos deveria ser pensada em termos de interesse e assimetrias de poder no interior do continente. E aqui afastava-se peremptoriamente de Nabuco: a aproximação com os Estados Unidos deveria ser vista com cautela e não como um imperativo. Sua preocupação advinha da interpretação que os Estados Unidos faziam da Doutrina Monroe, utilizando-a como uma política exclusiva de aporte unilateral no continente.

Alertava também Oliveira Lima que, a condição política para que a inevitável liderança política dos Estados Unidos não se convertesse no interior do sistema Pan-americano em predomínio absoluto era a unidade latino-americana. O predomínio exacerbado dos Estados Unidos que se expressava na “voz preponderante senão voto decisivo em qualquer assembléia pan-americana”, poderia ser convenientemente contrabalançado “se entre os países do continente vingasse o espírito de solidariedade a

⁴⁹⁴ Oliveira Lima não aceitou a nomeação para o Peru, acabando por ser transferido para Caracas em 1905. Ao iniciar os trabalhos na Venezuela, Oliveira Lima demonstrou admiração por esse país e ao seu presidente – General Cipriano Casto: “O general Casto, que tão grande diplomata se tem revelado, pois que vai executando quanto projeta, desdenhando os embaraços e zombando dos perigos que amedrontariam os diplomatas profissionais”. Entendia que a condição de miséria, convulsão social e política em que se encontrava o país poderia ser diferente, se as receitas alfandegárias, o melhor rendimento do país não estivesse “hipotecadas a nações estrangeiras para pagamento de obrigações internacionais, empréstimos e especialmente indenizações, algumas justas, outras injustas,[...] em vários casos após uma intervenção violenta”. OLIVEIRA LIMA, Manoel. *Impressões da América espanhola (1904-1906)*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1953, p. 139 e 147, respectivamente. A obra constitui-se da reunião de artigos publicados originalmente em *O Estado de São Paulo* ao longo do período apontado no título, organizado pelo autor para publicação posterior em livro. O artigo “A situação da Venezuela”, aqui citado, tem publicação original no periódico em 25 de dezembro de 1906. Nabuco comentaria a Graça Aranha a respeito dessas afirmações que o Oliveira Lima “está tomado de admiração pelo Casto, por Venezuela, e acredita tudo o que lhe dizem contra os americanos. É muito perigosa a propaganda que ele me diz estar fazendo”. NABUCO, Joaquim. *Cartas a amigos. Op. cit.*, p. 246.

que deviam em tal campo tender e que não é forçosamente infenso à cordialidade, mesmo à união com o elemento anglo-saxônio”⁴⁹⁵.

Ora, o monroísmo, não seria para Oliveira Lima, um princípio sem perigos, tampouco havia sido reconhecido no direito americano, uma vez que para isso deveria haver um consenso entre os países sobre os quais se referia⁴⁹⁶. Como ainda não se havia chegado nesse estágio, a doutrina não poderia ser norma de conduta de um governo específico, pois sua interpretação era aberta e perigosa e desse modo, inadmissível que os Estados Unidos impusessem tal doutrina como lei continental por sua vontade exclusiva. O reconhecimento desse poder dos Estados Unidos seria uma abdicação de soberania pela consagração do “princípio de intervenção, negativa ontem, isto é, para promover dadas soluções: em qualquer dos casos, intervenção”⁴⁹⁷. Nessa direção, parece claro que Oliveira Lima via a utilidade da Doutrina Monroe apenas se ela perdesse o caráter unilateral adquirido com Roosevelt, fazendo parte do direito comum da América. Somente quando outros países tomassem lugar nas decisões realizadas no seu âmbito, o Pan-americanismo seria uma realidade e não mais um instrumento ideológico para a ascendência norte-americana no continente.

Um dos pontos de discordância entre Nabuco e Oliveira Lima era que este último não enxergava que os Estados Unidos devessem conduzir a política do continente, sem fazer par com algum país da América Latina. À propaganda de Nabuco, sobre o caráter pacífico dos Estados Unidos que se irradiava pelo continente, Oliveira Lima respondia que “a vasta zona neutra de paz e de livre concorrência humana” não havia sido construída somente pela paz. Lembrava o autor, que foi a guerra contra a Espanha que colocou os Estados Unidos no caminho em que se encontravam, e não haveria por que se enganar, uma vez que “não há, pelo que conste nos fastos humanos, construção alguma poderosa entre as nações que não tenha sido cimentada com sangue. A guerra continua a ser a base do desenvolvimento político”⁴⁹⁸. Ainda diante dos argumentos que afirmavam que as intervenções diretas dos Estados Unidos na América Central eram uma necessidade no sentido de evitar as intervenções européias e assim cumprir o ditame da Doutrina Monroe original, Oliveira Lima propõem, diante dessa atitude inevitável, que

⁴⁹⁵ OLIVEIRA LIMA, Manoel. *Pan-americanismo*. *Op. cit.*, p. 185-186.

⁴⁹⁶ Cf. *idem*, *ibidem*, p. 35.

⁴⁹⁷ *Idem*, *ibidem*, p. 36.

⁴⁹⁸ *Idem*, *ibidem*, p. 51.

deveriam assumi-la de parceria com os Estados Unidos as mais fortes, ordeiras e prósperas repúblicas latino-americanas, digamos o Brasil, a Argentina, o Chile e o México: o que assumindo aspecto de proteção continental sem desígnios de avassalamento, despojaria a apregoadada tutela da sua aparência egoísta, da sua intenção exclusiva e de sua feição mais irritante⁴⁹⁹.

Diferentemente de Nabuco, que defendia a liderança hemisférica dos Estados Unidos, Oliveira Lima via como necessária, a pan-americanização da Doutrina Monroe, ou seja, era necessária a cooperação entre “os mais prósperos” da América Latina para uma associação posterior com os Estados Unidos, de modo a afastar a orientação predominante rooseveltiana, que dificultava naquele momento, a efetivação de um sistema continental.

Se, por um lado, Oliveira Lima distanciava-se muito das concepções de Nabuco sobre a organização de poder na América, por outro lado, não se distanciava da mesma forma das de Rio Branco com suas concepções de divisão de responsabilidades entre os países latinos e liderança compartilhada, ainda que Rio Branco apoiasse uma liderança norte-americana⁵⁰⁰.

A relativa proximidade de concepções entre Oliveira Lima e Rio Branco é reclamada pelo primeiro e se exemplifica pelos elogios destinados ao Ministro por razão do discurso de abertura da III Conferência Pan-americana no Rio de Janeiro, do qual transcrevemos um trecho acima. Oliveira Lima, no tocante às posições em relação à política externa, anos depois, iria referir-se que “divergimos não no modo de apreciar o Sr. Barão do Rio Branco, que julgamos igualmente, [...] mas no que toca ao pan-americanismo, tendência a que Joaquim Nabuco [...] dava as proporções próprias do seu temperamento entusiasta e da sua feição oratória”. A aproximação com Rio Branco, segue afirmando o autor, que “neste ponto achava-me eu [...] de perfeito acordo com o Sr. Barão do Rio Branco, a julgar pelo seu discurso de abertura da conferência pan-americana no Rio de Janeiro, o qual subscrevo tão sem reserva que por motivo dele lhe dediquei meu volume *Pan-americanismo*”⁵⁰¹.

⁴⁹⁹ Idem, ibidem, p. 86-87.

⁵⁰⁰ Cf. ALMEIDA, Paulo Roberto. “O Barão do Rio Branco e Oliveira Lima – Vidas paralelas, itinerários divergentes”. In CARDIM, Carlos Henrique & ALMINO, João. (org.). *Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil*. Rio de Janeiro: EMC, 2002, p. 267.

⁵⁰¹ OLIVEIRA LIMA, Manoel. “O Artigo da *Deutsche Revue* e o ataque Anônimo de *A Imprensa*”. In *Obra seleta. Op. cit.*, p. 562-563. De fato, Nabuco exasperava-se com a atitude de Rio Branco, revelando em carta a Hilário de Gouvêa em 19/01/1909, sua preocupação com uma possível aliança política entre Argentina, Brasil e Chile: “Ele confia na Alemanha, na França, na Inglaterra, no Chile, na Argentina, não sei em quem mais, e eu só confio nos Estados Unidos, estou cansado e desiludido da minha missão aqui

Para Oliveira Lima, a Conferência Pan-americana sediada no Rio de Janeiro era uma realização concreta da tutela norte-americana no continente – que já vinha sendo praticada por Roosevelt – com a intenção de legitimar a ação do monroísmo, da forma como era interpretada pelos Estados Unidos⁵⁰². A III Conferência Pan-americana seria assim, o evento que acabaria por distanciar completamente Nabuco e Oliveira Lima:

Por uma freqüente ironia das coisas, a conferência, aberta ao serenar-se um pequeno conflito entre duas das repúblicas da América Central, encerrou-se quando já batia o campo a revolução cubana que tanta animação veio dar aos que ambicionam e se empenham pela final incorporação da ilha na federação americana. Se é assim que se entende a indissolubilidade da preconizada união, a coisa nem a todos sorri e razão teve, mais cedo do que contava tê-la, o delgado boliviano que, com tino diplomático que está caracterizando a ação continental dessa república até ontem escarnecida e tratada de resto, pretendeu que as nações reunidas para os ágapes pan-americanos se comprometessem a não ceder a impulsos de conquistas e a não buscar argumentos territoriais. [...] Diz-se que o trabalho foi pela maior parte feito no seio das comissões, num silêncio propício ou pelo menos num debate oculto aos profanos. [...] Observou um gracioso que as mandíbulas trabalharam tanto, que não sobrou o tempo para a aplicação cerebral que exige uma oratória esmerada⁵⁰³.

Desconsiderando os comentários ferinos de Oliveira Lima, a crítica do Embaixador brasileiro em Caracas tratava de apontar uma postura pan-americanista conveniente ao Brasil, e em particular, à América Latina, condenando a atitude unilateral do monroísmo, bem como a postura imperialista representada na política do *big stick* praticada por Roosevelt. É nessa direção que julgava como grave a ausência de tal crítica nas manifestações oficiais de Nabuco em Washington⁵⁰⁴ e na própria conferência.

Nessa direção é que podemos entender a crítica de Oliveira Lima contra a concretização da tendência norte-americana no continente a instrumentalizar o monroísmo a favor de sua política externa, especialmente de sua expansão imperialista no continente, a partir da guerra contra a Espanha, que ganhara expressão com o corolário Roosevelt. No entanto, cabe lembrar, que a efetivação do caráter Pan-americano da Doutrina Monroe, de acordo com o autor, só se concretizaria através de uma correta atitude latino-americana de cooperação internacional e do fomento interno, no subcontinente, do avanço do processo civilizatório sob a condução e a liderança

sem acordo completo com ele, e preciso que, como amigo velho, ele vá pensando em dar-me o meu 13 de maio”. NABUCO, Joaquim. *Cartas a amigos*. In *Op. cit.*, p. 330.

⁵⁰² Cf. OLIVEIRA LIMA, Manoel. *Pan-americanismo*. *Op. cit.*, p. 37.

⁵⁰³ Idem, *ibidem*, p. 131-133.

⁵⁰⁴ Cf. Idem *ibidem*, p. 43-51; 70-80.

efetiva de suas nacionalidade mais vigorosas, com o Brasil ocupando ou devendo ocupar uma posição singular no sistema Pan-americano.

Há, deste modo, na concepção de Oliveira Lima alguns elementos fundamentais a considerar. Primeiramente, o monroísmo – como forma de projeção das relações entre os Estados Unidos e a América Latina – para salvaguarda defensiva das soberanias americanas e para o avanço do processo civilizatório no continente, deveria ser o instrumento de negociação política entre as duas Américas, notadamente entre os Estados Unidos e as “excepcionalidades” nacionais da América Latina, cujas ordens internas não apresentavam a debilidade ou a incapacidade de modo a justificar, em si mesma, a intervenção civilizatória direta. Ainda, o interesse do Brasil nesse conjuntura, conforme Oliveira Lima, estaria na conquista e na preservação de uma posição singular de liderança no processo cooperativo entre as “excepcionalidades”, especialmente frente à Argentina⁵⁰⁵.

Posteriormente, Oliveira Lima voltaria à imprensa na tentativa de frisar a divergência que tivera anos antes em relação à política de Joaquim Nabuco na embaixada brasileira:

Penso [...] que a altivez é uma virtude a ser zelada e que no trato internacional aparece antes de bom conselho[...]. Justamente o que por vezes critiquei nas manifestações oratórias do falecido Embaixador Joaquim Nabuco foi a falta de altivez política bastante que revelam seus hiperbólicos encômios do gênio, à força e ao prestígio, tudo incomensurável, do Sr. Roosevelt⁵⁰⁶.

Os desdobramentos da crítica de Oliveira Lima a Nabuco permaneceria ainda alguns anos na opinião pública, reverberando de ambos os lados:

Se os elogios se limitassem às instituições americanas estava perfeitamente. [...] Tributados, porém, ao homem que encarnara uma orientação perigosa e desabusada nas relações do seu país com os outros países da América, afiguravam-se-me descabidos. Não vacilei então em apontar o erro contido em várias[...] frases do nosso representante. Incorri, por isso, em censuras anônimas e até em editoriais que me não vexaram porque é incompatível com tal vexame a consciência do bom direito, e de que em todo o caso me desafia [...] a linguagem recente do novo embaixador do Brasil⁵⁰⁷.

Diante disso, entendemos a corrente a opinião de que Oliveira Lima arriscava-se a perder amigos, mas nunca a oportunidade de lançar opiniões francas, o que se traduzia

⁵⁰⁵ Cf. Idem, ibidem, p. 19-27.

⁵⁰⁶ OLIVEIRA LIMA, Manoel. “A valorização do café nos Estados Unidos”. In *Obra seleta. Op. cit.*, p. 570. Publicado originalmente em *O Estado de São Paulo*, julho de 1912.

⁵⁰⁷ Idem, ibidem, p. 570.

em frases ásperas ou severas⁵⁰⁸, como foi o caso com Nabuco. Entretanto, o embate do “par homérico de nossa diplomacia” foi sempre desproporcional em favor do último, que teve, durante quase todo o tempo do lado do seu americanismo – ainda que em graus diferentes – as figuras mais importantes da política brasileira no contexto. Podemos citar, por exemplo, Rio Branco que havia incentivado tal política, com a criação da embaixada; Rodrigues Alves, quando presidente, pela insistência com Nabuco para aceitar o cargo, pela promoção em seu governo de uma política de reciprocidade comercial, com incentivos tarifários aos Estados Unidos, além de enunciar-se favorável a uma forte aproximação com este país, por haver muito o que trocar e aprender com ele; da mesma forma Afonso Pena, futuro presidente, que em seu governo daria carta branca ao pedido de Nabuco:

Você me encontrará neste posto, e não sei se lhe devo pedir que me deixe nele. Isto dependerá da sua política. Se esta for francamente americana, no sentido de uma *inteligência perfeita* com este país eu terei grande prazer em ser seu colaborador. Se você, porém, não se resolver por esta escolha, talvez fosse melhor não ter um monroísta tão pronunciado como eu porque não convém iludir os americanos. Então você poderia mandar-me para algum posto onde eu não trabalhasse em vão⁵⁰⁹.

1.1 O problema negro e a imigração européia: preocupações do nosso par diplomático

Neste momento, procuraremos analisar um aspecto do discurso elaborado por Nabuco e Oliveira Lima em relação às imagens de superioridade da América saxônica frente à América Latina. O painel composto por tais imagens apresenta um importante papel no interior do processo de *americanização* republicana e também na política do Pan-americanismo, uma vez que fundamentavam fragmentações no interior do continente americano. É com base na fragmentação entre as Américas superior e inferior e nas suas relações, que, ainda de modo implícito, Joaquim Nabuco sustentaria suas interpretações da Doutrina Monroe, do Pan-americanismo, do sistema interamericano em construção e da política efetiva dos Estados Unidos. Afora a idéia de superioridade do Brasil frente à América hispânica, que de modo geral, se fundava no

⁵⁰⁸ Oliveira Lima fora apelidado por Gilberto Freyre de “Dom Quixote Gordo”, em virtude de suas idéias provocantes e de suas atitudes que lhe renderam muitos e diversos inimigos. FREYRE, Gilberto. *Oliveira Lima, Dom Quixote Gordo*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1968.

⁵⁰⁹ NABUCO, Joaquim. *Cartas a amigos*. In *Op. cit.*, p. 230. Grifos do autor.

passado monárquico, posto como fundamento da estabilidade interna, Nabuco acabava por naturalizar a idéia de inferioridade associada à América Latina, na comparação com a América saxônica. Nos seus discursos, é possível flagrar o componente civilizacional que diferenciava assim, as duas Américas.

Na concepção de Nabuco do Pan-americanismo, o Brasil era posto em situação excepcional, como interlocutor privilegiado dos Estados Unidos frente à América hispânica, na qual se apontavam exceções nacionais à inferioridade geral, como, principalmente, o Chile e a Argentina. É nessa direção que se tornava fundamental ao Brasil se diferenciar dos demais povos do continente através da constituição de um povo que tivesse perspectiva de progresso futuro. Era necessário, assim, seguir segundo Nabuco, o maior exemplo dos Estados Unidos, qual seja, a imigração. Era necessário, assim, realizar o afastamento, tanto politicamente quanto ideologicamente dos demais países do continente, mas ao mesmo tempo, se afirmar e mostrar-se ao mundo como uma nação branca e civilizada, com a maior possibilidade de alcançar assim, o papel de aliado dos Estados Unidos no continente.

Nessa direção, como vimos mais acima, o século XIX inaugurou a forma de hierarquia racial, em termos de diferenças biológicas, impossíveis de serem transplantadas, diferentemente do século XVIII, cujo discurso ilustrado afiançava serem as diferenças entre as raças decorrentes de defasagem cultural e de acesso aos meios do progresso. Ora, as teorias científicas adotavam como modelo de “raça superior” a européia, sendo todas as outras julgadas em relação a esta. Ou seja, todas as outras raças não-europeias eram vistas como deficitárias em relação ao modelo europeu.

Num primeiro momento, ante à fixidez que as teorias racialistas atribuíam às diferenças raciais, era impossível transformar uma raça inferior numa superior. Fazia-se necessário elaborar alternativas que abalassem a fixidez da classificação racial imposta pelas teorias científicas europeias, sob o mote de que qualquer projeto nacional a ser implementado, num país composto em sua maioria por “negros inferiores” e “mestiços degenerados”, era admitir de antemão um projeto de nação fracassado.

De fato, uma das causas mais alegadas no século XIX e início do XX, em relação ao “atraso” da América Latina se prendia às teorias das desigualdades raciais. Esta parte do continente era representada como atrasada, turbulenta e desorganizada porque era povoada por índios, negros e mestiços incapazes de alcançar o nível da raça branca superior. O discurso racialista também fora utilizado para legitimar as

intervenções estrangeiras amparadas num pretenso conhecimento que afirmava a incapacidade da maior parte da humanidade em se auto-governar. Como decorrência da impossibilidade de aceitar tal sentença, que confirmaria o atraso irremediável do continente,

a questão da diferenciação biológica e do racismo científico, propriamente ditos, que pareciam inferiorizar, de modo definitivo, as populações latino-americanas, parecem ter passado, de saída, por uma ardilosa adaptação local, segundo a qual tais diferenças não seriam absolutas e haveria a possibilidade de uma miscigenação regeneradora, branqueadora. Hipótese de um embranquecimento progressivo que dominaria o pensamento brasileiro de então, e que tem em Romero, Nabuco e Veríssimo três exemplos significativos⁵¹⁰.

Os intelectuais brasileiros tinham consciência de que caso aceitassem as teorias deterministas sem uma adaptação ao ambiente brasileiro, predominantemente marcado por uma população mestiça, seria corroborar, já de antemão, um projeto de nação fracassado, ou seja, não se poderia simplesmente aceitar que a mestiçagem se cristalizasse em um estigma insolúvel, fator de atraso irreversível.

Com essa perspectiva, o pensamento brasileiro do final do século XIX reelaboraria um discurso capaz de se contrapor às doutrinas racialistas européias através da idéia de embranquecimento da população. A adoção incondicional de um discurso cientificista racialista colocava, no entanto, duas dificuldades: a primeira, a impossibilidade de contestar a veracidade das premissas de tais teses a partir de um discurso pretensamente embasado cientificamente; a segunda, inviabilizava de antemão qualquer projeto nacional. Nesse sentido, somente através do mesmo domínio narrativo é que o pretenso discurso científico do evolucionismo poderia ser combatido. A saída encontrada pelos pensadores brasileiros era assumir as doutrinas racialistas até certo ponto, desde que não colocassem em suspensão o futuro do país. Ora, num país como o Brasil, era impossível argumentar empiricamente que o cruzamento de negros e brancos resultasse num indivíduo estéril, mas ao contrário, a mestiçagem mostrava-se garantidora da perpetuação da população brasileira.

As teorias “importadas” passam a ter assim, uma função legitimadora da realidade, pois a sua adaptação local, no Brasil, se daria argumentando-se que uma

⁵¹⁰ SUSSEKIND, Flora. “Introdução à *América Latina*: males de origem”. In SANTIAGO, Silviano (org.). *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, vol. I, 200, p. 614.

população mestiça e negra poderia ser embranquecida⁵¹¹. Para tal empreitada, somente a imigração branca poderia realizar tamanho feito. A imigração européia, portanto, visava homogeneizar a população, de modo a transformar a grande população negra e mestiça em brancos, através da infusão de sangue europeu. Isto significaria, pelo menos teoricamente, garantir à população brasileira a capacidade de fazer frente às “raças superiores” e o fato do branqueamento se dar em um futuro, próximo ou remoto, estaria em perfeita adequação de um Estado brasileiro enquanto meta⁵¹².

Nesse sentido, Nabuco explicitaria a confirmação de seu posicionamento a respeito da inferioridade da população brasileira e a necessidade de infusão de sangue branco, tal como ocorreria na Argentina e como desejava o seu amigo, Alfredo d'Escagnolle Taunay:

[...] Taunay é um homem a quem se tem feito pouca justiça. O abolicionista não foi senão o desbravador; o imigrantista foi, e será cada vez mais, o semeador do futuro, do Brasil futuro, que tem que ser um povo branco e no qual o cruzamento das raças inferiores se absorva de todo. Aqui a grande propaganda argentina é essa: que são o único povo branco, ou verdadeiramente latino, da América do Sul⁵¹³.

Com efeito, uma questão polêmica, mas fundamental para Nabuco diz respeito à raça. Na carta a Tobias Monteiro, Nabuco expõe sua apreensão em relação à vantagem que a Argentina levaria na aproximação com os norte-americanos. Esse temor se refere ao fato de que, nos Estados Unidos, “a grande propaganda argentina é essa: que são o único povo branco, ou verdadeiramente branco, da América do Sul”. Nabuco via na mestiçagem um fator de descrédito nacional que deveria ser revertido, conquanto a abolição havia aberto o caminho para o “clareamento social” brasileiro, ainda era

⁵¹¹ De acordo com Célia M. Marinho de Azevedo, a dificuldade encontrada pelos pensadores brasileiros pôde ser contornada graças ao naturalista e Professor de antropologia no Museu de História Natural da França, Jean Louis Armand de Quatrefages de Bréau (1810-1892). Quatrefages, embora reconhecesse a inferioridade dos povos não-brancos, discordava das conclusões de Gobineau que pregavam a esterilidade dos mestiços. Também suas previsões permitiam acreditar na possibilidade de controlar e aprimorar o aperfeiçoamento da população miscigenada pela infusão de sangue branco. Cf. AZEVEDO, Célia M. M. de. *Abolicionismo*. Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX). São Paulo: Annablume, 2003, p. 178-9.

⁵¹² A questão da raça é a linguagem através da qual se apreende a realidade social, ela reflete inclusive o impasse da construção de um Estado nacional que ainda não se consolidou. [...] Por um lado elas justificam as condições reais de uma República que se implantava como nova forma de organização político-econômica, por outro possibilitam o conhecimento nacional projetando para o futuro a construção de um Estado brasileiro”. ORTIZ, Renato. *Op. cit.*, p. 30-31. O ideal do branqueamento foi divulgado por João Baptista Lacerda no Primeiro Congresso Internacional das Raças, ocorrido em Londres em 1911, no qual o autor proclamou que o mestiço não era “verdadeiramente uma raça”, mas um “tipo étnico variável” e que, portanto, tendia a desaparecer. Ver LACERDA, João Baptista. *Sur les métis au Brésil*. Paris: Imprimerie Devougue, 1911.

⁵¹³ NABUCO, Joaquim. “Carta a Tobias Monteiro”. 20 de setembro de 1905. *Cartas a amigos*. *Op. cit.*, p. 223.

necessário incentivar a imigração européia para acelerar esse processo e semear para o futuro do Brasil um povo branco, no qual “o cruzamento das raças inferiores se absorva de todo”. Assim, os argentinos, da mesma forma que Nabuco, buscavam se diferenciar, pelo aspecto racial, dos outros países da América Latina com o propósito de obter maior aproximação política com os Estados Unidos.

Nesse sentido, é interessante observarmos o argumento de Joaquim Nabuco arrolado em defesa de uma aproximação com os Estados Unidos em Conferência na Universidade de Chicago, onde ressalta a importância das Conferências Americanas e contesta temores com relação às consequências que poderiam advir do contato dos países latino-americanos com os Estados Unidos, que só teriam a ganhar com isso:

O trato convosco ensinaria aos países americanos o segredo de empolgar os imigrantes que os procuram e atraí-los em largo número. Esta seria por excelência a mais útil lição que lucrariam, porque, quando soubessem e lograssem transformar em verdadeiros cidadãos os seus imigrantes, o grande problema nacional estaria resolvido para todos eles. Para compreender que eles todos devem ser países de imigração e criar um apropriado *habitat* para o imigrante, indispensável é que estudem em vosso território⁵¹⁴.

Joaquim Nabuco confirmaria a originalidade norte-americana asseverando que não nasceu a raça americana de “chofre em um adiantado estado de civilização⁵¹⁵”, mas sim do interior da raça inglesa, transplantada em outro ambiente. Ainda que constituída pela fusão com outras raças, a raça inglesa predominaria sobre as demais: “uma espécie humana, porque esta é uma nova humanidade, formada por auto-seleção⁵¹⁶”. No discurso, originalmente destinado ao povo americano, Nabuco reconhece ser os Estados Unidos uma nação formada por várias raças, embora assevere que é com a fusão das diversas raças européias que se daria a síntese do povo norte-americano⁵¹⁷.

Também é preciso observar que Joaquim Nabuco não menciona o papel da população negra na formação da nação americana, mas ao contrário, parece amenizá-lo em comparação com a importância que a imigração branca tivera na América. Para Nabuco, é a imigração o maior exemplo que os Estados Unidos poderiam dar à civilização:

⁵¹⁴ NABUCO, Joaquim. “A aproximação das duas Américas”. In *Discursos e conferências nos Estados Unidos*, p. 144-145.

⁵¹⁵ NABUCO, Joaquim. “O quinhão da América na civilização”. In *Discursos e conferências nos Estados Unidos*, p. 190.

⁵¹⁶ Idem, *ibidem*, p. 195.

⁵¹⁷ Idem, *ibidem*, p. 193.

O contraste entre imigração e o tráfico dos escravos é suficiente para salientar a parte que teve o espírito regenerador americano na marcha da civilização. [...] A imigração, não a escravatura, representa a verdadeira seiva. Ainda que tenha a Europa nobremente abolido a escravidão, mercê do Cristianismo, essa era a sua política colonial; no Mundo Novo a escravatura marcou o período da Colonização e continuou como um legado dos tempos coloniais, depois da Independência. A imigração porém é caracteristicamente americana; a atração da livre, e ampla e crescente América sobre os densos viveiros humanos da Europa⁵¹⁸.

Com efeito, a saída estratégica de Nabuco foi desviar para a Europa o fardo da escravidão: se a presença dos negros no continente é fruto do passado colonial, o autor transforma a presença negra na América como parte negativa de um legado que, em virtude de sua situação colonial, não poderia deixar de ser aceito. Porém, com a maior contribuição dada à civilização pelos americanos – a imigração – Nabuco redime a América de seu passado: “o que de feito exterminou o tráfico de escravos e a escravatura, foi a imigração⁵¹⁹”.

O Embaixador brasileiro em Washington expressava uma visão hierárquica dos países americanos, estabelecendo diferenças de poder e influência para as relações internacionais do continente. Ainda que o Brasil ocupasse um papel de destaque no continente, Nabuco operacionalizava uma fragmentação sociocultural entre as duas Américas, a saxônica e a latina, elaborando uma clara diferenciação entre estágios de civilização, localizando a sociedade norte-americana em um patamar superior. O contato e o exemplo entre a sociedade norte-americana e a latino-americana trariam a esta os benefícios da alta civilização. Em seu discurso, fica claro que a América Latina, diante de seu presente, carecia de atributos civilizacionais, quicá o seu futuro. Discursando sobre as contribuições da “América” à civilização, Nabuco faz questão de deixar evidente de qual parte da América se referia, afirmando assim que “falando da América, tomei aqui a parte pelo todo e apenas me referi a este país [Estados Unidos]. É muito cedo para falar do papel destinado na história à América Latina. Ainda não nos chegou a vez de entrarmos no palco. As peças de Deus são muito longas, os seus atos são séculos”⁵²⁰.

Nabuco não deixaria de assinalar que outra grande contribuição dos Estados Unidos era “a igualdade de condições sociais em todas as classes do país. Foi isso o que mais impressionou Alexis de Tocqueville. [...] Na América não há entre as diversas

⁵¹⁸ Idem, *ibidem*, p. 196.

⁵¹⁹ Idem, *ibidem*, p. 196.

⁵²⁰ Idem, *ibidem*, p. 205.

camadas da vida diferença alguma de nível, e esta idéia simples, este verdadeiro ovo de Colombo social, fez o êxito desta nação, transformando-o de povo de uma só raiz em povo de muitas raízes, dando o mesmo fruto”⁵²¹. De todo modo, a exaltação de Nabuco no que diz respeito à igualdade de condições e à democracia americana, parece não se dar conta de que o próprio Tocqueville escrevera que a sorte dos negros e indígenas era um tema estranho e alheio à essência da democracia americana. Ou seja, embora temas americanos, a sorte dos indígenas e dos negros não seriam temas para a democracia: “no caso desta obra, fui muitas vezes levado pelo tema a falar dos índios e dos negros, mas jamais tive tempo de deter-me para mostrar que posição ocupam essas duas raças no meio da nação democrática que me ocupara em retratar”⁵²². Ora, se a grande contribuição norte-americana seria o seu exemplo de democracia, onde se excluía negros e índios, é interessante observarmos o reflexo disso no Brasil, contexto em que o tema racial transformava-se em fórmula de estabelecimento de diferenças sociais e de critérios diferenciados de cidadania após a Abolição.

Perlustrando caminhos diversos, Nabuco e Oliveira Lima divergiam quanto a forma de organização do poder na América. Enquanto o segundo entendia que a política externa devia tomar a direção da aproximação com alguns países da América Espanhola, particularmente da Argentina e do Chile, o primeiro só via com bons olhos a aproximação com os Estados Unidos. Como vimos acima, Oliveira Lima defendia que o predomínio dos Estados Unidos poderia ser vencido pelo progresso efetivo do continente: “os verdadeiros obstáculos a opor à conquista americana são os da nossa própria valia e do nosso próprio progresso”⁵²³. Porém, quais seriam os obstáculos a serem vencidos pela tríade “excepcional” do subcontinente de modo a alcançar o tão ansiado progresso?

Brasil, Argentina e Chile, portanto, tinham uma situação mais favorável ao progresso, segundo o autor. O primeiro, em razão da ordem e estabilidade impostas pela Monarquia, e os últimos, pela quase ausência de negros. Conquanto Oliveira Lima

⁵²¹ Idem, ibidem, p. 201.

⁵²² TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América*, p. 243. Domenico Losurdo nos chama a atenção para esse aspecto da obra *A democracia na América*, uma vez que “Tocqueville nunca pensa a democracia em termos realmente universais. Só assim se explica o paradoxo pelo qual, por uma parte, descreve com lucidez e sem indulgência o tratamento desumano imposto a peles vermelhas e a negros e, por outra, insiste no fato de que os Estados Unidos constituem o único verdadeiro modelo de democracia”. LOSURDO, Domenico. *Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: Editora da Unesp, 2004, p. 29.

⁵²³ OLIVEIRA LIMA. “A conferência pan-americana de Buenos Aires”. In OLIVEIRA LIMA. *Obra seleta*. Barbosa Lima Sobrinho (org.). Rio de Janeiro: INL, 1971, p. 510.

criticasse a política de aproximação com os Estados Unidos, explicava o “atraso” da América Latina baseando-se em fatores naturais e raciais. O clima tropical e a mestiçagem não favoreceriam o progresso:

O progresso latino-americano surge mais pronunciado onde, como no Brasil, imperou cedo um regime de ordem e de liberdade, ou onde, como na Argentina e no Chile, foi notavelmente inferior a proporção do mestiçamento, sobretudo com o fator negro, mas baixo na escala social, mais subserviente na degradação servil e portanto mais aviltante como cruzamento. [...] Onde prepondera o fator branco, mesmo numa atmosfera de desordem, é, com efeito, sempre mais intenso e rápido o progresso⁵²⁴.

Baseado nas teorias dominantes do período, Oliveira Lima veria nessa perspectiva a mestiçagem em fator positivo, pois, a fusão racial que estava se realizando na América Latina levou o autor a acreditar que “os elementos inferiores acabarão em breve por desaparecer no elemento superior”, ou até ao ponto de “não existirem mais mestiços, quando o sangue negro ou índio se houver diluído no sangue europeu⁵²⁵”. Através de uma tríplice configuração de fatores – “o retraimento e decréscimo da população aborígine, da cessação da importação de africanos e do aumento considerável da imigração européia” – de acordo com Oliveira Lima, o “processo da evolução e da seleção” estariam constituindo uma nova variedade da raça branca na América Latina. Nesses termos, Oliveira Lima projeta a imagem do progresso latino-americano como uma longa promessa para o futuro, uma vez que seu “mal” de origem era a mistura de raças: “a imigração crescente dos povos de raça branca, [...] o desaparecimento dos prejuízos de raça cooperam para a extinção [...] dos mestiços no Brasil, país que se tornará no futuro [...] um viveiro da gente latina. Idêntica reflexão se aplica, guardadas as proporções devidas, ao mundo hispano-americano”⁵²⁶.

Ao analisar a vida política dos povos latino-americanos, Oliveira Lima destaca uma suposta psicologia coletiva, composta de atributos negativos, como a ausência de virtudes e qualidades morais necessárias à vida civilizada, a incapacidade para governar e serem governados, a instabilidade política crônica, o uso sistemático e abusivo da força. É interessante perceber o movimento que Oliveira Lima faz para derivar uma característica central latino-americana – o que o autor denominou o exercício responsável da soberania – da inferioridade natural dos povos. O autor estabelece um

⁵²⁴ OLIVEIRA LIMA, Manoel de. *América Latina e América Inglesa. A Evolução Brasileira comparada com a Hispano-Americana e com a Anglo-Americana*. Rio de Janeiro: Garnier, s/d. (publicação de seis conferências pronunciadas originalmente na Universidade de Stanford, EUA, em outubro de 1912), p. 176.

⁵²⁵ Idem, ibidem, p. 44-45.

⁵²⁶ Idem, ibidem, p. 28-29.

vínculo entre o conjunto de atributos negativos – a incapacidade para governar e ser governados, o descompasso entre os altos ideais de civilização e a pequenez atávica da mentalidade do povo – com o passado colonial ibérico, cenário que propiciou um processo civilizatório marcado pelo estigma inferiorizante da miscigenação. O sujeito de tal processo, conforme comenta o autor, seria o branco europeu, nesse caso, os herdeiros ibéricos de uma suposta tradição latina, resultados já de um longo processo histórico de mistura racial⁵²⁷.

Da perspectiva apontada por Oliveira Lima, a colonização ibérica teria transmitido, como uma doença, para a vida independente da América Latina, a formação de povos inferiores, principal sintoma da desordem crônica do organismo público, diante do qual o presente ainda estaria longe de obter uma cura, pois “na falta de uma massa popular que sirva de base sólida à estrutura social, [...] o que se chama povo não passa de uma plebe desprezível⁵²⁸”. O autor confirma tal tese no interior do mundo hispânico, ao afirmar que

é inquestionável que da América do Sul espanhola, as nações onde o progresso é mais fraco, são aquelas onde foi maior a importação de africanos, como a Venezuela e o Peru, ou foi muito mais forte a infiltração de sangue índio, como a Bolívia e o Equador; ao passo que a Argentina, onde o branco estrangeiro fez desaparecer o negro e o indígena, e o Chile, onde a aristocracia territorial se conservou a distância dos cruzamentos [...] são incontestavelmente as nações mais ricas em promessas e mais abundantes em realidades⁵²⁹.

Ainda nesse sentido, Oliveira Lima fragmenta a América Latina para apontar as nacionalidades que potencialmente estariam mais aptas à conquista do progresso. Afirmaria assim, que o progresso latino-americano surgiria mais pronunciado onde, como no Brasil, imperou cedo um regime de ordem e liberdade, ou onde, como na Argentina e no Chile, foi notavelmente inferior a proporção de mestiçamento, “sobretudo com o fator negro, mais baixo na escala social, mais subserviente na degradação servil e portanto mais aviltante como cruzamento⁵³⁰”.

Ademais, a Argentina, uma exceção no continente juntamente com o Chile, é sempre posta em comparação com o Brasil. É exemplar uma passagem em que Oliveira

⁵²⁷ Cf. OLIVEIRA LIMA, Manoel. *Idem*, ibidem, p. 28.

⁵²⁸ OLIVEIRA LIMA, Manoel. *Impressões da América espanhola (1904-1906)*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1953, p. 178.

⁵²⁹ *Idem*, ibidem, p. 61-62.

⁵³⁰ OLIVEIRA LIMA, Manoel. *América latina e América Inglesa. A evolução brasileira comparada com a hispano-americana e com a anglo-americana*, p. 176.

Lima compara o progresso do país platino, não por acaso, com o brasileiro, comentando o progresso da região Sul do Brasil, em contraste com o que julga a estagnação do norte, reputando ao clima e a imigração européia os fatores determinantes de tal desenvolvimento:

Os fatores do progresso platino são exatamente os mesmos – o clima e o imigrante [...]. Em tal meio a inteligência assume naturalmente um feitio prático que costuma ser singularmente pouco abundante em nossas sociedades de origem latinas e entra a orientar-se por um critério que não é precisamente o critério doutrinário que, mal dirigido e em luta com o espírito de rebeldia, tanto contribui para as sanguinolentas dissensões civis no continente⁵³¹.

Notemos assim, a reafirmação do fator raça acrescido ao do clima como determinantes para o progresso, construindo nessa direção, um quadro geral comparativo entre o Brasil, a Argentina e os Estados Unidos, chegando o autor a afirmar que “das sociedades sul-americanas, creio ser a Argentina a que mais se está aproximando da americana do norte”⁵³².

Assim, como vimos acima, apesar de crítico a uma aproximação com os Estados Unidos, Oliveira Lima não concordava contudo, com uma aproximação com a América Latina como um todo, nem tampouco possuía uma visão otimista desta parte do continente. É visível nesse sentido, que o autor realiza uma operação fragmentadora do continente, baseada no conceito de progresso e civilização e nos seus fundamentos explicativos de caráter racialista, destacava a Argentina, o Chile e o Brasil de uma imagem da América Latina unificada sob atributos negativos.

Por sua vez, Joaquim Nabuco, apesar da necessária ponderação ao analisar os seus discursos dirigidos à platéia norte-americana, ocupando um cargo oficial na política brasileira – deixou evidente que no interior do pan-americanismo, o único país com que tínhamos que nos aproximar era com os Estados Unidos. A América Latina ainda não tinha entrado no palco da civilização e, ao Brasil, era imprescindível diferenciar-se do restante do continente através da incorporação dos elementos brancos advindos com a imigração européia, tal qual o exemplo que Nabuco tanto admirava da grande república do norte. Nessa direção, a insistência do embaixador brasileiro em Washington ao manter uma política de alianças somente entre os dois países revelava também a sua visão hierárquica do continente, ao considerar a civilização norte-americana superior a

⁵³¹ OLIVEIRA LIMA, Manoel. *Impressões da América espanhola (1904-1906)*, p. 104.

⁵³² Idem, *ibidem*, p. 160.

da América Latina. O Pan-americanismo pensado por Nabuco colocava os Estados Unidos como o líder do continente, cabendo ao Brasil o papel de interlocutor privilegiado entre esse país e os demais países do subcontinente. Para garantir tal papel, era imprescindível que o país recebesse imigrantes europeus, ultrapassasse a Argentina na quantificação de sua população branca e mostrasse-se ao mundo como uma nação embranquecida com a possibilidade de alcançar um nível elevado de progresso e civilização.

Podemos nesse sentido, perceber a face de um tipo de Pan-americanismo pensado por Oliveira Lima que, apesar de propor a união entre as repúblicas “excepcionais” da América Latina o faz com base nos atributos civilizacionais e da composição étnica desses países. Apesar de propor uma aliança no interior do Pan-americanismo entre as três repúblicas latinas, o modelo a ser alcançado ainda continuava a ser o da América saxônica, com o seu nível civilizacional e seu povo predominantemente branco.

Decerto, que se para Nabuco e Oliveira Lima havia raças inferiores e superiores, e uma série de hierarquizações entre elas, seus escritos não nos permitem, entretanto, afirmar que tais hierarquizações fossem assumidas como irreversíveis, mas, ao contrário, fica claro o esforço de ambos em tentar demonstrar que tais deficiências raciais poderiam ser contornadas através de políticas de embranquecimento, como a imigração européia, cujo exemplo eram os Estados Unidos, ainda que o resultado esperado pudesse demorar séculos. Com a política imigratória, o Brasil dava indicativos de progresso no rumo da civilização e se apartava do mundo hispano-americano⁵³³, com exceção talvez, da Argentina e do Chile.

Importa, por fim, mencionar que a articulação aqui proposta entre Pan-americanismo e questão racial é explicitamente encontrada nos textos de Oliveira Lima. Pois, ao mesmo tempo em que o autor nega a liderança única dos Estados Unidos no interior do Pan-americanismo, descarta a possibilidade de união entre todas as repúblicas americanas devido a uma suposta inferioridade civilizacional. Oliveira Lima

⁵³³ Gilberto Freyre afirma que a presença dos italianos no aspecto econômico e étnico constitui o acontecimento sociologicamente mais importante da Primeira República. A luta dos brasileiros para escaparem do seu estigma de inferioridade, bem como convencer o mundo exterior de suas capacidades, pode ser observada quando Rui Barbosa, em conferência proferida em Buenos Aires, disse “não serem os brasileiros descendentes de ‘guaranis’, mas de ‘latinos’, quis sobretudo dizer não deverem os argentinos continuar a pensar no Brasil como terra de descendentes de índios e negro; e sim como civilização desenvolvida da Europa latina; e desenvolvida dessa Europa, mais por descendentes de latinos da Europa que por homens de qualquer outra origem étnica ou cultural”. FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso*, p. 560.

não se opõem às intervenções civilizatórias dos Estados Unidos às repúblicas americanas, mas somente àquelas que já tinham avançado na extinção dos elementos considerados inferiores de sua população, ou seja, os negros e os índios. Se em Joaquim Nabuco a questão racial não é posta em termos tão explícitos, ainda assim, é possível constatar indícios de que a preferência pela aproximação com os Estados Unidos, afora outros motivos apontados acima, passava também por um ideal civilizacional que hierarquizava os países na América, dividindo-os entre superiores e inferiores. O embaixador Nabuco agiria com afinco para que o Brasil travasse uma aliança com a parte superior da América – com os seus altos graus de civilização e de progresso – e se afastasse da parte inferior – com seu povo mestiço e fadada ao atraso.

Considerações Finais

Acompanhamos neste trabalho a forma como alguns intelectuais brasileiros mobilizaram de modo decisivo a discussão sobre raça e civilização em um processo articulado de interpretações no interior da política Pan-americanista no continente. Assim, esses autores ao olharem para a América e as relações que poderiam advir daí, lançaram mão de interpretações diferentes a respeito das vantagens e desvantagens, para o Brasil, em aderir ao projeto Pan-americanista encabeçado pelos Estados Unidos; ou, por outro lado, à integração com os demais países da América Latina.

Essa discussão remonta à proclamação da República, quiçá ao final da época imperial, com o Manifesto Republicano de 1870. Baseado no princípio da solidariedade a partir da similaridade institucional, os propositores republicanos recusavam a Europa e começavam a abraçar uma causa americanista e de pertencimento ao continente que até então, pouco havia sido demandando. As atitudes um tanto precipitadas e ingênuas dos primeiros diplomatas envolvidos nas questões de política externa e de reconhecimento do novo regime, acabaram abrindo uma brecha para que os Estados Unidos se aproveitassem de modo hábil e calculado na demarcação de um importante território econômico e político no Brasil, em duas oportunidades relacionadas: primeiramente com a assinatura do Convênio Aduaneiro de 1891 e posteriormente, com os acontecimentos da Revolta da Armada que propiciaram ao país do norte mostrar-se como protetor da jovem república.

Como vimos, a política de aproximação dos países do continente deve ser buscada no movimento interno e externo que possibilitou aos Estados Unidos, ainda no início do século XIX, despontarem como uma potência mundial, reservando seu lugar na corrida imperialista que caracterizava o período, garantindo assim, a América Latina como a sua área de expansão política e comercial. O desenvolvimento industrial norteamericano acabou reformulando os objetivos externos da nação, voltando-se não mais para a sua expansão interna, mas para o continente. Nessa direção, a Doutrina Monroe, originalmente formulada em 1823, seria reinterpretada em duas frentes no limiar do século XIX para o XX: uma, baseada num corolário agressivo, que visava punir os países do continente que infringissem as regras de boa conduta e de estabilidade política no continente e na prevenção contra interferências européias na região; a outra,

utilizava-se de argumentos aglutinadores sob o manto do Pan-americanismo, que amenizava em sua forma retórica os interesses comerciais e expansionistas dos Estados Unidos. O monroísmo encontra assim, na política externa norte-americana, uma forte relação histórica e conceitual com o Pan-americanismo e com sua doutrina alternativa, o latino-americanismo, que são dois momentos de um mesmo intento de aproximação entre os países americanos, ainda que com peculiaridades contrárias. O latino-americanismo, pensamento essencialmente político para a defesa e união hispano-americana, nunca vingou no continente apesar das recorrentes tentativas desde Bolívar. O Pan-americanismo, proposta de união continental que ocultava um cunho fortemente econômico, ganhou força ao ser alçado pelos Estados Unidos e ter o apoio de países como o Brasil. Contudo, a política do Pan-americanismo encontraria resistência em vários países sul e centro-americanos, uma vez que sempre foi vista por eles com uma forte conotação imperialista.

Diante desse quadro político do continente, analisamos as características de um movimento de reação do meio intelectual latino-americano à nova potência norte-americana e de tentativa de realçar as diferenças constitutivas da Anglo e da Latina América, cujo exemplo significativo pode ser encontrado no livro do uruguaio José Enrique Rodó, *Ariel*. Se os Estados Unidos provocaram, por um lado, apreensões e críticas, por outro lado, não deixariam de despertar também admiração, como no argentino Domingos Sarmiento, para quem o país do norte deveria ser imitado tanto em suas instituições quanto na promoção de uma política imigrantista européia. Afora as ambigüidades envolvidas nas premissas latino-americanistas, buscamos evidenciar que da mesma forma que no Brasil, a América Latina, no final do século XIX e início do XX, viveu um momento de intenso debate intelectual, com temáticas similares, em que se discutiram questões pertinentes a um período marcado pela intensificação do processo de modernização, bem como os projetos para a superação do atraso e para a elevação dos níveis do progresso e da civilização nesses países.

No Brasil, as questões internacionais viriam coincidir com uma época de grandes transformações. Parte de uma geração de intelectuais perdia suas referências pessoais e políticas em meio ao desmoronamento do mundo construído durante todo o século XIX, primeiro com o esgotamento da causa abolicionista, depois com a queda da monarquia e todos os outros processos que tomavam lugar no plano mundial, entre eles a perda da centralidade européia, o imperialismo e a ascendência dos Estados Unidos no

continente americano. Eduardo Prado, Joaquim Nabuco e Oliveira Lima viveram esse dilema em sua época e se viram pressionados a reverem seus conceitos e reestruturar seus pensamentos diante da realidade cultural e social da qual faziam parte. Tais temas ora ocultavam, ora tornavam explícitos os conflitos e tensões que vivenciavam. Mas, independentemente do quanto se esforçaram para imitar os modelos e estilos europeus admirados, nossos autores sempre estiveram falando e escrevendo, cada qual, sobre o seu tempo presente. Dessa atitude não puderam escapar: mais que isso, permitiram que a força das realidades políticas com as quais estavam envolvidos aparecesse subjacente aos seus trabalhos. Assim, admitir a historicidade dos seus textos, torna-se a condição necessária para compreendermos as suas idéias. Nessa direção, Eduardo Prado, conhecido pelo seu europeísmo, relutou em aceitar a república e a “ilusão americana” advinda com o novo regime. Ferrenho defensor monárquico e da cultura européia, suas críticas à política de aproximação com as Américas podem ser entendidas no binômio “civilização” e “barbárie”. Os Estados Unidos seriam considerados pela visão de Prado como uma nova barbárie na ordem da civilização e difusor de um imperialismo cruel na ordem das relações internacionais no continente.

Nabuco e Oliveira Lima, encontravam, no entanto, nos Estados Unidos, um povo da mesma raiz racial que os ingleses e, por isso, com potencialidades latentes de desenvolvimento de uma civilização na América que estava surpreendendo em vários aspectos. Ao pretendemos buscar o início da identificação ou afastamento dos dois autores com os países americanos percebemos que, ao definirem a necessidade de uma aproximação estreita com os Estados Unidos, assumiam argumentos, não só em termos políticos mas também civilizacionais e raciais. A posição que o Brasil assumia no interior do Pan-americanismo, como aliado mais próximo dos Estados Unidos, proporcionava uma identidade e interesse comum de desenvolvimento, proteção e uma espécie de “aliança” com o país mais evoluído no sistema americano.

Dentro desse entendimento amplo de como se projetavam as relações entre o Brasil e os países americanos, até mesmo com um rumo ideal para seu estabelecimento a longo prazo, voltamo-nos para as análises que apresentavam uma resposta de como o Brasil deveria situar-se nessa configuração. Para Arthur Orlando e Euclides da Cunha, apesar das suas diferenças, era essencial conseguir uma forte e exclusiva proximidade com os Estados Unidos no intuito de garantir o eixo da ascensão civilizacional. A justificativa para tal prerrogativa se relaciona com a própria inevitabilidade que os

autores constroem sobre a percepção dos rumos da política externa brasileira, onde não existiria espaço para uma opção latina. A aproximação com os Estados Unidos era favorecida por fatores históricos e sociológicos, acreditando que o Brasil já havia demonstrado em várias ocasiões a sua diferenciação em relação aos demais povos do continente, já que o isolamento ao qual se impusera na América do Sul lhe identificara desde sempre com a potência do continente. Qualquer relutância em assumir o caminho que a própria inevitabilidade histórica reservara à nação seria um erro político que custaria um alto preço. Dentro dessa lógica, José Veríssimo pensava a inserção do Brasil ao Pan-americanismo e o vislumbre com a civilização americana com muita cautela, embora incorporasse também a mesma noção das leis biológicas de seleção natural de que os povos latino-americanos não teriam futuro e, seriam absorvidos pelos mais fortes.

A interpretação que aqui oferecemos, daí chamarmos de uma *leitura* do Pan-americanismo, procurou contribuir para as análises das relações entre as Américas, incluindo nessa perspectiva como os intelectuais brasileiros construíram uma imagem dos Estados Unidos como modelo civilizatório e de ordenamento institucional nas primeiras décadas republicanas no Brasil. Essa imagem foi construída a partir de conceitos atuais naquele contexto, tais como raça, meio, progresso e atraso. As noções de “raça” e “meio” adquiriram papel central nas formas de representação do Brasil no momento pós-abolição, como categorias explicativas do atraso no processo civilizatório do país e como fundamento das possibilidades futuras de avanço, supostamente evolutivo dos povos. Nesse sentido, a noção de “branqueamento” centralizava essa projeção de modernização futura do país, ancorada na imigração européia, na estabilidade institucional e no desenvolvimento econômico. Assim, ao naturalizarem a noção de superioridade associada à civilização saxônica na América, reforçada por meio da aplicação do aparato conceitual pelos autores no sentido de colocarem os Estados Unidos na condição de modelo para inúmeras questões relevantes no contexto brasileiro, acabaram por naturalizar por outro lado, a imagem de inferioridade associada à imagem da América Latina. Nesse mesmo sentido, com base nesse quadro de representação das Américas e de suas relações, é que alguns intelectuais, ainda que não de forma explícita, sustentaram suas interpretações da Doutrina Monroe, do Pan-americanismo e do sistema continental das Américas.

Fazendo justiça a uma voz dissonante desse paradigma acima, cabe lembrar de Manoel Bomfim, para quem o atraso da América Latina não advinha da inferioridade racial dos povos que a compõem, mas de um tipo de colonização a que foi submetida.

Bibliografia:

Periódicos consultados:

- Cadernos do CHDD*. Fundação Alexandre de Gusmão; Centro de História e Documentação Diplomática. Ano I, nº 2. Brasília: FUNAG, 2003.
- Cadernos do CHDD*. Fundação Alexandre de Gusmão; Centro de História e Documentação Diplomática. Ano IV, nº 7. Brasília: FUNAG, 2005.
- Revista Americana: uma iniciativa pioneira de cooperação intelectual: 1909-1919*. Ed. Fac.-similar: Brasília: Senado Federal, 2001.

Bibliografia geral

- ABRANCHES, Dunshee de. *Rio Branco e a política exterior do Brasil (1902-1912)*. In *Obras Completas*. Vol. II. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 1945.
- ALMEIDA, Paulo Roberto. “O Barão do Rio Branco e Oliveira Lima – Vidas paralelas, itinerários divergentes”. In CARDIM, Carlos Henrique & ALMINO, João. (org.). *Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil*. Rio de Janeiro: EMC, 2002.
- ALONSO, Angela. *Idéias em movimento – A geração de 1870 na crise do Brasil - Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- _____. *Arrivistas e decadentes*. O debate político-intelectual brasileiro na primeira década republicana. São Paulo: *Novos Estudos* CEBRAP, nº 85, novembro, 2009.
- AMARAL, Antonio Barreto do. *Prudente de Moraes – uma vida marcada*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo: 1971.
- ANDRADE, Olímpio de Souza. *Joaquim Nabuco e o Brasil na América*. 2ª Ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1978.
- ARAUJO, Cícero. “Apresentação”. In POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003.
- ARDAO, Arturo. “Panamericanismo y latinoamericanismo”. In ZEA, Leopoldo. (coord.). *América Latina em sus ideas*. México: Siglo XXI, UNESCO, 1986.
- ARGUEDAS, Alcides. “Pueblo enfermo”. In ZEA, Leopoldo (comp.). *Fuentes de la cultura latino-americana*. México: Fondo de Cultura Económica. Vol. II, 1993.
- ASSIS BARBOSA, Francisco. “Flutuações do pan-americanismo”. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Vol. 263, Abr-Jun, 1964.

- ATKINS, Pope G. *América Latina en el sistema Político Internacional*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1991.
- AUERBACH, E. *Ensaio de literatura ocidental*. São Paulo: Editora 34, 2007.
- AZEVEDO, Célia M. M. de. *Abolicionismo*. Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX). São Paulo: Annablume, 2003.
- AZEVEDO, José Afonso Mendonça. *Vida e obra de Salvador de Mendonça*. Ministério das Relações Exteriores: Divisão de Documentação, 1971.
- BAGGIO, Kátia Gerab. *A “outra” América: a América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas*. São Paulo: Departamento de História da USP: 1999. [Tese de Doutorado].
- BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil* (Dois séculos de história). 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.
- BARBOSA, João Alexandre. “Introdução: A vertente latino-americana”. In VERÍSSIMO, José. *Cultura, literatura e política na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BARBOSA, Ruy. *Finanças e política da República*. Rio de Janeiro: Companhia Impressora, 1892.
- _____. *Obras seletas de Rui Barbosa*. Vol. VIII. *Campanhas jornalísticas*. República 1899-1918. 3º volume. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- BELLO, José Maria. *História da República*. Primeiro Período: 1889-1902. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940.
- BETHELL, Leslie. *História da América Latina – de 1870 a 1930*. Vol. IV. São Paulo: EDUSP, 2001.
- _____. “O Brasil e a idéia de ‘América Latina’ em perspectiva histórica”. In *Revista Estudos Históricos*. CPDOC/FGV: Rio de Janeiro: Vol. 22, nº 44, 2009, p. 289-321. Disponível: <http://virtualbib.fgv.br>.
- BOLÍVAR, Simón. *Política*. São Paulo: Ática, 1983.
- _____. *Escritos políticos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- BOMFIM, Manoel. “Parecer”. In POMBO, Rocha. *Compêndio de História da América*. Rio de Janeiro: Laemmert & C. – Editores, 1900.
- _____. *A América Latina: males de origem*. In SANTIAGO, Silviano. (org.). *Intérpretes do Brasil*. Vol. I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000.
- _____. *O Brasil na América*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

- BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 34^a. Ed. São Paulo: Cultrix, 1996.
- BOTELHO, André. “Na contracorrente do naturalismo: relações sociais na interpretação do Brasil de Manoel Bomfim”. In: *Temáticas*. IFCH/Unicamp: Campinas, ano 11, número 21/22, 2003.
- BRANCATO, Sandra. “O retorno do Barão do Rio Branco ao Brasil: a leitura da imprensa”. In *Cadernos do CHDD*. Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. Ano I, nº 1, Brasília: 2002.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Editora Hucitec, 2007.
- BUENO, Clodoaldo. *Política externa na Primeira República; os anos de apogeu – de 1902-1918*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- BURNS, E. Bradford. *A aliança não escrita*. O Barão do Rio Branco e as relações Brasil-Estados Unidos. Rio de Janeiro: EMC, 2003.
- CAMINHA, Adolfo. *No paiz dos yankees*. Rio de Janeiro: Domingos de Magalhães, 1894.
- CAMPOS, Carlos Oliva. “Estados Unidos – América Latina y el Caribe: entre el panamericanismo hegemónico y la integración independiente”. In *História y perspectiva de la integración latinoamericana*. Morelia: Auna, Universidad Michoacana San Nicolás de Hidalgo: México, 2000.
- CANDIDO, Antonio. “Literatura e subdesenvolvimento”. In *A educação pela noite & outros ensaios*. 2^a ed. São Paulo: Ática, 1989.
- _____. “Radicalismos”. In *Estudos avançados*. São Paulo: Vol.4, nº 8, jan./abr. 1990.
- _____. “Os brasileiros e a nossa América”. In *Recortes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- CARDOSO, Fernando Henrique. “Dos governos militares a Prudente-Campos Sales”. In FAUSTO, Boris. (org.). *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil. Tomo III, Vol. 1, 1989.
- CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- _____. “Brasil: outra América?”. In *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

- _____. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CUNHA, Euclides da. *Olhemos para os Sertões*. In CUNHA, Euclides. *Obra completa*. Vol. I. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1995.
- _____. *Contrastes e confrontos*. In CUNHA, Euclides. *Obra completa*. Vol. I. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1995.
- _____. *Correspondências de Euclides da Cunha*. Walnice Nogueira Galvão e Oswaldo Galotti (orgs). São Paulo: Edusp, 1997.
- DORATIOTO, Francisco. *Espaços nacionais na América Latina: da utopia bolivariana à fragmentação*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DÓRIA, Carlos Alberto. *Cadências e decadências do Brasil*. (O futuro da nação à sombra de Darwin, Haeckel e Spencer). Campinas: Unicamp, 2007. [Tese de Doutorado].
- _____. “A redenção dos mulatos”. Mais! *FOLHA* de São Paulo, 14/08/2005.
- DULCI, Teresa Maria Spyer. *As conferências Pan-Americanas: identidades, união aduaneira e arbitragem (1889-1928)*. Dissertação de Mestrado. Departamento de História, FFLCH, USP: 2008.
- FELL, Eve-Marie. “Primeras reformulaciones: del pensamiento racista al despertar de la consciencia revolucionaria”. In PIZARRO, Ana (org.). *América Latina: Palavra, Literatura e cultura*. Vol. II, São Paulo: Memorial; Campinas: Editora da Unicamp, 1994.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 4ª ed. São Paulo: Globo, 2008.
- FERES JR., João. *A história do conceito de “Latin America” nos Estados Unidos*. Bauru: EDUSC, 2005.
- FERNANDES, Raul. *Joaquim Nabuco Diplomata*. Ministério das Relações Exteriores, s/d;
- FERNÁNDEZ RETAMAR, Roberto. *Calibán*. Apuntes sobre la cultura de nuestra América. Buenos Aires: Editorial La Pleyade, 1973.

- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo*. Rio de Janeiro: J. Olympio; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1973.
- FRANCO, Gustavo. *Reforma Monetária e Instabilidade durante a Transição Republicana*. Rio de Janeiro: BNDES, 1983.
- FRANCO, Jean. *The Modern Culture of Latin America: Society and the Artist*. Revised edition. Harmondsworth: Penguin Books, 1970.
- FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso*. In SANTIAGO, Silviano (org.). *Intérpretes do Brasil*. Vol. III. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000.
- _____. *Oliveira Lima, Dom Quixote Gordo*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1968.
- GERBI, Antonello. *O Novo Mundo. História de uma polêmica*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- GLINKIN, Anatoli. *El latinoamericanismo contra el panamericanismo*. Desde Simón Bolívar hasta nuestros días. Moscou: Progreso, 1984.
- GOUVÊA, Fernando da Cruz. *Oliveira Lima: Uma Biografia*. Recife: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, Vol. 1 e 2, 1976.
- GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil: 1850-1914*. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- GUERRA, F. X. “La nación hispanica: el problema de los orígenes”. In GUACHET, M. et al. (org.). *Nación y modernidad*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1997.
- HOBBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1780*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- _____. *A era do capital, 1848- 1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- _____. *A era dos impérios, 1875-1914*. 5ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso*. 2ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1969.
- _____. & FAUSTO, Boris. (orgs.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1977, Tomos II e III.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LACERDA, João Baptista. *Sur les métis au Brésil*. Paris: Imprimerie Devougue, 1911.

- LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.
- LIMA SOBRINHO, Barbosa. “Oliveira Lima: Sua Vida e Sua Obra. In OLIVEIRA LIMA, Manoel. *Obra Seleta*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1971.
- LINS, Álvaro. *Rio Branco*. 2ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.
- LOBO, Hélio. *O pan-americanismo e o Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1939.
- LOSURDO, Domenico. *Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: Editora da Unesp, 2004.
- MAGALHÃES, Basílio de. *O grande doente da América do Sul*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916.
- MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil*. São Paulo: UNESP; Moderna, 1997.
- MALATIAN, Teresa. *Oliveira Lima e a construção da nacionalidade*. Bauru: EDUSC; São Paulo: FAPESP, 2001.
- MANNHEIM, Karl. “O pensamento conservador”. In MARTINS, José de Souza. *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MARTÍ, José. *Nossa América*. Antologia. 2ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1991.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema – A formação do Estado Imperial*. 2ª Ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1992.
- MENDONÇA, Salvador de. *Ajuste de contas*. Rio de Janeiro: Typografia do Jornal do Comércio, 1899-1904.
- _____. *A situação internacional do Brazil*. Rio de Janeiro/ Paris: Livraria Garnier, 1913.
- MENDONÇA, Carlos Sussekind. *Salvador de Mendonça: Democrata do Império e da República*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1960.
- MORSE, Richard. *O espelho de Próspero: cultura e idéia nas Américas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- NABUCO, Carolina. *A vida de Joaquim Nabuco*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1958.
- NABUCO, Joaquim. *Balmaceda*. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1895.

- _____. *A intervenção estrangeira durante a Revolta da Armada*. In DANTAS, Leonardo (org.). *Joaquim Nabuco e a República*. Vol. 6. Recife: Massangana-Fundação Joaquim Nabuco, 1990.
- _____. “O dever dos monarquistas”. In DANTAS, Leonardo (org.). *Joaquim Nabuco e a República*. Vol. 6. Recife: Massangana-Fundação Joaquim Nabuco, 1990.
- _____. *Um estadista do Império*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. 2 vols.
- _____. *Discursos e conferências nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Benjamin Aguilá, 1911.
- _____. *Cartas a amigos*. Vol. II. In *Obras completas de Joaquim Nabuco*. Vol. XIV. São Paulo: Progresso Editorial, 1949,
- _____. *Minha formação*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1963.
- _____. *O abolicionismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Publifolha, 2000.
- _____. *Diários 1889-1910*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2005.
- NEEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As desventuras do liberalismo: Joaquim Nabuco, a monarquia e a república*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- O’GORMAN, Edmund. *A Invenção da América: reflexão a respeito da estrutura histórica do Novo Mundo e do sentido do seu devir*. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.
- OLIVEIRA LIMA, Manoel. *Nos Estados Unidos: impressões políticas e sociais*. Leipzig: F. A Brockhaus, 1899.
- _____. *Pan-americanismo. (Monroe, Bolívar, Roosevelt)*. Rio de Janeiro-Paris: Garnier, 1907.
- _____. *América latina e América Inglesa. A evolução brasileira comparada com a hispano-americana e com a anglo-americana*. Rio de Janeiro- Paris: Livraria Garnier, s/d.
- _____. *O Movimento da Independência; O Império Brasileiro (1821-1889)*. 2ª ed., São Paulo: Melhoramentos, s. d.
- _____. *Impressões da América Espanhola (1904-1906)*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1953.

- _____. *Obra seleta*. Barbosa Lima Sobrinho (org.). Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1971.
- _____. *Formação histórica da nacionalidade brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1977.
- ORLANDO, Arthur. *Pan-americanismo*. Rio de Janeiro: Tip. Do Jornal do Commercio, 1906.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira & identidade nacional*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- PAIM, Antonio. “Introdução”. In ORLANDO, Artur. *Ensaio de crítica*. São Paulo: Grijalbo, EDUSP, 1975.
- PAMPLONA, Marco A. *Revolutas, repúblicas e cidadania*. Nova York e Rio de Janeiro na consolidação da cidadania. Rio de Janeiro; São Paulo: Editora Record, 2003.
- _____. “Ambigüidades do pensamento latino-americano: intelectuais e a idéia de nação na Argentina e no Brasil”. In *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, Vol. II, nº 32, 2003, p. 3-31.
- PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?* 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.
- PHELAN, John L. “El origen de la idea de Latinoamérica”. In ZEA, Leopoldo. *Fuentes de la cultura latinoamericana*. Vol. I. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- PEREIRA, Astrogildo. “José Veríssimo sem ilusão americana”. In *Crítica impura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.
- PEREIRA, Paulo dos Reis. *A política externa da Primeira República e os Estados Unidos: a atuação de Joaquim Nabuco em Washington (1905-1910)*. São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2006.
- _____. “Joaquim Nabuco e a concepção de sistema mundial e continental”. In *Revista USP*. São Paulo, nº 83, setembro/novembro 2009.
- PERKINS, Dexter. *História de la Doctrina Monroe*. Editorial Universitária de Buenos Aires, 1964.
- PESSOA, Reynaldo Carneiro. *A idéia republicana no Brasil, através de documentos*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1973.
- PONTES, Kassius Diniz da Silva. *Euclides da Cunha, o Itamaraty e a Amazônia*. Brasília: FUNAG, 2005.

- PRADO, Eduardo. *A ilusão americana*. São Paulo: Brasiliense, 1957.
- _____. *Trechos Escolhidos*. Mário Casasanta (org.). Col. Nossos Clássicos, 39. Rio de Janeiro: Agir, 1959.
- PRADO, Maria Lígia Coelho. *América Latina no século XIX: Tramas, Telas e Textos*. 2ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2004.
- _____. “América Latina: tradição e crítica”. In *Revista Brasileira de História*. São Paulo: vol. 1, nº 2, set. 1981, p. 167-174.
- QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da República. Jacobinismo: ideologia e ação 1893-1897*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- RAEDERS, Georg. *O Conde de Gobineau no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- RICUPERO, Rubens. *Rio Branco*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- RIO BRANCO, Barão do. *Obras completas do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1948 (IX – Discursos).
- RODÓ, José Enrique. *Ariel*. Campinas: UNICAMP, 1991.
- RODRIGUES, J. H., (ORG.) *Atas do Conselho de Estado Pleno, Terceiro Conselho de Estado (1850-1857)*. Brasília, Senado Federal, 1978. Disponível em: <http://www.senado.org.br>.
- ROMERO, José Luís. *Las ideas políticas em Argentina*. México: Fondo de Cultura Económica, 1946.
- ROMERO, Silvio. *A América Latina: análise do livro de igual título do Dr. Manoel Bomfim*. Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmãos Editores, 1906.
- ROUQUIÉ, Alain. *O extremo Ocidente: introdução à América Latina*. São Paulo: Edusp, 1991.
- SALVATORE, Ricardo. “The Enterprise of Knowledge: Representational Machines on Informal Empire”. In LEGRAND, Catharine C; SALVATORE, Ricardo D. (orgs). *Close Encounters of Empire: Writing the Cultural History of U. S. – Latin American Relations*. Durham: Duke University Press, 1998.
- SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. *O Brasil entre a América e a Europa: o Império e o interamericanismo* (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington). São Paulo: Editora da Unesp, 2004.
- SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo: civilización y barbarie*. 2ª Ed. Caracas: Ayacucho, 1985.

- _____. “Conflicto y Armonia de las razas en América”. In *Latinoamérica – Cuadernos de Cultura Latino Americana*. México: UNAM, 1978.
- SCHWARCZ, Lilia. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SCHWARZ, Roberto. *Duas meninas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- SILVA, Hélio. *1889: A República não esperou o amanhecer*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- SILVEIRA, Helder Gordim da. *Joaquim Nabuco e Oliveira Lima: faces de um paradigma ideológico da americanização nas relações internacionais do Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.
- SKIDMORE, Thomas E. *O Brasil visto de fora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- STUART, Ana. “Internacional: A história da Alca”. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br>.
- SUSSEKIND, Flora. “Introdução a América Latina: males de origem”. IN SANTIAGO, Silviano (Org.). *Interpretes do Brasil*. Vol. I. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2000.
- SYRETT, Harold C. (org.). *Documentos históricos dos Estados Unidos*. São Paulo: Cultrix, 1988.
- TAVARES BASTOS, A. C. *Cartas do Solitário*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938.
- TOCQUEVILLE, Aléxis de. *A democracia na América*. 2ª ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1977.
- TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros*. A reflexão francesa sobre a diversidade humana. Vol. I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- TOPIK, Steven. *A presença do Estado na Economia Política do Brasil de 1889 a 1930*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1987.
- _____. *Comércio e canhoneiras*. Brasil e Estados Unidos na Era dos Impérios (1889-1897). São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

- VENTURA, Roberto. “Leituras de Raynal e a ilustração na América Latina”. In *Estudos Avançados*, v. 2, n. 3, 1988, p.
- _____. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- _____. “A América Latina: males de origem”. In MOTA, Lourenço Dantas. *Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico*. Vol. II. São Paulo: Ed. SENAC, 2001.
- _____. *Retrato interrompido de Euclides da Cunha*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- VERÍSSIMO, José. *A educação nacional*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1906.
- _____. *Estudos de literatura brasileira: 6ª série*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1977.
- _____. “A regeneração da América Latina”. In *Cultura, literatura e política na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- _____. “O perigo americano”. In *Homens e coisas estrangeiras 1899-1908*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.
- VIANA FILHO, Luiz. *A vida de Joaquim Nabuco*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952.
- VIANNA, Oliveira. *O Ocaso do Império*. 3ª ed. Rio de Janeiro: ABL, 2006.
- VILLABOY & GALLARDO. “Raíces históricas de la integración latinoamericana”. In *História y perspectiva de la integración latinoamericana*. Morelia: Auna, Universidad Michoacana San Nicolás de Hidalgo: México, 2000.
- VITA, Luís Washington. *Alberto Sales: ideólogo da República*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.
- VOVELLE, Michel. *Jacobinos e jacobinismos*. Bauru: EDUSC, 2000.
- WEBER, Max. “Nacionalidade e prestígio cultural”. In *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Volume I, 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.
- WEINBERG, Liliana. “Una lectura del Ariel”. In *Cuadernos Americanos*. Ano XV, Vol. I, nº. 85. Universidad Nacional Autónoma de México, 2001, p. 61-81.
- WERNECK VIANNA, Luiz. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

WESSON, Robert G. *A nova política externa dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

WHITAKER, Arthur P. *The Western Hemisphere Idea: Its Rise and Decline*. New York: Cornell University Press, 1954.